

# CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

## PLANO PLURIANUAL 2020-2023

Tornar Santa Catarina  
o melhor lugar para se  
viver, visitar, trabalhar  
e empreender





**GOVERNO DE**  
**SANTA CATARINA**

**GOVERNADOR DO ESTADO**

Carlos Moisés da Silva

**VICE-GOVERNADORA DO ESTADO**

Daniela Cristina Reinehr

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**

Paulo Eli

**SECRETÁRIA ADJUNTA DA FAZENDA**

Michele Patricia Roncalio

**DIRETOR DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

Luiz Selhorst

**INFORMAÇÕES**

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

Diretoria de Planejamento Orçamentário

Gerência de Elaboração e Acompanhamento do PPA

E-mail: [gepla@sef.sc.gov.br](mailto:gepla@sef.sc.gov.br)

Fone: (48) 3665 2510

**EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO**

Gerência de Elaboração e Acompanhamento do PPA

Adriano de Souza Pereira

Cristina Valdeci Rodrigues

Juliana Cruz

Luciana Rotolo Gomes

Maria Waleska Silveira Pinho

**COLABORAÇÃO**

Secretaria de Estado da Administração

Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável



## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO .....	4
1.1 Objetivos de Governo .....	4
1.2 Plano Plurianual: PPA 2020-2023 .....	6
1.2.1 Composição do Plano Plurianual 2020-2023 .....	7
1.2.2 Regionalização do PPA 2020-2023 .....	8
1.3 Metodologia de Elaboração do PPA .....	11
2. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO .....	12
2.1 Estado de Santa Catarina - Perfil .....	12
2.2 Aspectos Demográficos .....	16
2.2.1 População de Santa Catarina .....	16
2.2.2 População Catarinense de Baixa Renda .....	19
2.3 Contexto Econômico .....	21
2.3.1 Produto Interno Bruto - PIB .....	21
2.3.2 Setor Agropecuário .....	25
2.3.3 Setor Industrial .....	27
2.3.4 Setor de Serviços .....	29
2.3.5 Área de Tecnologia e Inovação .....	31
2.3.6 Santa Catarina – Pedidos de Marcas e Patentes .....	32
2.3.7 Balança Comercial .....	33
2.3.7.1 Exportações .....	33
2.3.7.2 Importações .....	34
2.3.8 Empresas e Empregos .....	35
3. DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO .....	37
3.1 Dimensão: Desenvolvimento Social .....	37
3.1.1 Educação de Qualidade .....	37
3.1.2 Saúde e Bem-Estar .....	56
3.1.3 Segurança Pública .....	70
3.1.4 Administração Prisional e Sistema Socioeducativo .....	73
3.1.5 Defesa Civil .....	76
3.1.6 Direitos Humanos .....	79
3.1.7 Cultura .....	84
3.1.8 Esporte .....	86
3.2 Dimensão: Desenvolvimento Econômico .....	88
3.2.1 Crescimento Econômico .....	88
3.2.2 Ciência, Tecnologia e Inovação .....	92
3.2.3 Turismo .....	98
3.2.4 Agricultura, Pesca e Maricultura .....	101
3.2.5 Meio Ambiente .....	111



3.3	Dimensão: Infraestrutura e Mobilidade .....	120
3.3.1	Infraestrutura de Transportes, Mobilidade e Obras Civas.....	120
3.3.2	Energia .....	141
3.4	Dimensão: Gestão Pública.....	148
3.4.1	Comunicação, Interação com Municípios e Assuntos Internacionais.....	148
3.4.2	Esforço Legal.....	156
3.4.3	Integridade e Controle .....	160
3.4.4	Gestão Administrativa e Folha de Pessoal .....	171
3.4.5	Gestão Fiscal .....	180
3.4.6	Gestão Previdenciária.....	185
3.4.7	Ministério Público Estadual .....	189

# 1. APRESENTAÇÃO

O Contexto Socioeconômico tem como finalidade demonstrar a situação das áreas que o Governo de Santa Catarina irá atuar, informando a evolução nos últimos anos de indicadores importantes para o acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico do Estado. Os desafios para transformar Santa Catarina num Estado competitivo se modificam a cada ano e é papel do Governo buscar reduzir as desigualdades sociais e regionais, com o intuito de tornar Santa Catarina o melhor lugar para se viver, visitar, trabalhar e empreender. Com vistas a alcançar os objetivos do Governo Estadual com equidade, se faz necessário realizar o planejamento orçamentário, que se materializa com a elaboração e aprovação do Plano Plurianual para o próximo quadriênio 2020-2023.

## 1.1 Objetivos de Governo

O Plano de Governo do Estado de Santa Catarina para o período 2020-2023 está estruturado em 4 Dimensões: Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Mobilidade e Gestão Pública. Nesse sentido, foram definidos 6 Objetivos Estratégicos a serem alcançados, 29 Setores Atividade, bem como elencados 250 Indicadores, para verificar o desempenho das ações governamentais. Os Órgãos e Entidades serão vinculados aos respectivos Setores Atividade, alinhados ao PPA por meio de vinculações estratégicas a Programas de Governo e Subações.

### Objetivos Estratégicos do Governo:

1. Melhorar a gestão pública;
2. Garantir recursos para investimento;
3. Investir em Infraestrutura;
4. Melhorar os serviços públicos;
5. Gerar desenvolvimento econômico; e
6. Gerar desenvolvimento social.

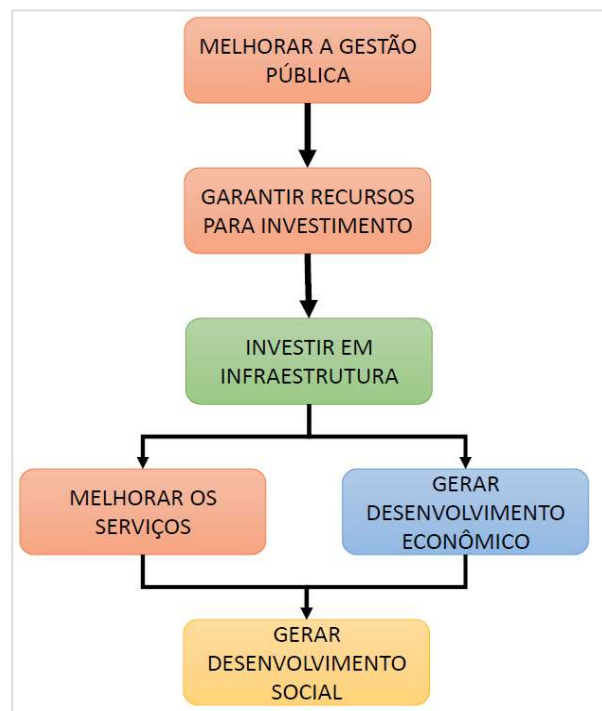


Figura 1 - Objetivos Estratégicos do Governo. Fonte: SEA (2019)

## DESENVOLVIMENTO SOCIAL

As ações do governo do Estado relacionadas com o Desenvolvimento Social devem fomentar a melhoria da qualidade de vida da população e almejar:

1. Satisfação das necessidades básicas e de segurança;
2. Oportunidades de crescimento sustentável para as pessoas e famílias.

### Setores Atividade

- Educação de Qualidade
- Saúde e Bem-Estar
- Segurança Pública
- Administração Prisional
- Sistema Socioeducativo
- Defesa Civil
- Direitos Humanos
- Preservação da Vida
- Cultura
- Esporte



## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

No Desenvolvimento Econômico o governo do Estado deve buscar a criação de condições adequadas para:

1. Crescimento econômico;
2. Atração de novas indústrias ou negócios;
3. Preservação ambiental.

### Setores Atividade

- *Crescimento econômico*
- *Assuntos Internacionais*
- *Ciência, Tecnologia e Inovação*
- *Turismo*
- *Agricultura*
- *Pesca e Maricultura*
- *Meio Ambiente*

## INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

As ações do governo devem ser capazes de garantir, através de recursos públicos estaduais e de parcerias com a iniciativa privada ou outros entes federados, as condições de infraestrutura que:

1. Permitam o desenvolvimento econômico do Estado;
2. Permitam o deslocamento das pessoas e de cargas com fluidez e segurança.

### Setores Atividade

- *Infraestrutura de Transportes*
- *Mobilidade*
- *Obras Civas*
- *Energia*

## GESTÃO PÚBLICA

Na dimensão Gestão Pública o governo do Estado deve adotar práticas de gestão que:

1. Garantam a eficiência, eficácia e efetividade dos seus serviços;
2. Evitem o desvio e a má aplicação dos recursos públicos;
3. Sejam íntegras e transparentes perante a sociedade;
4. Sejam inovadoras.

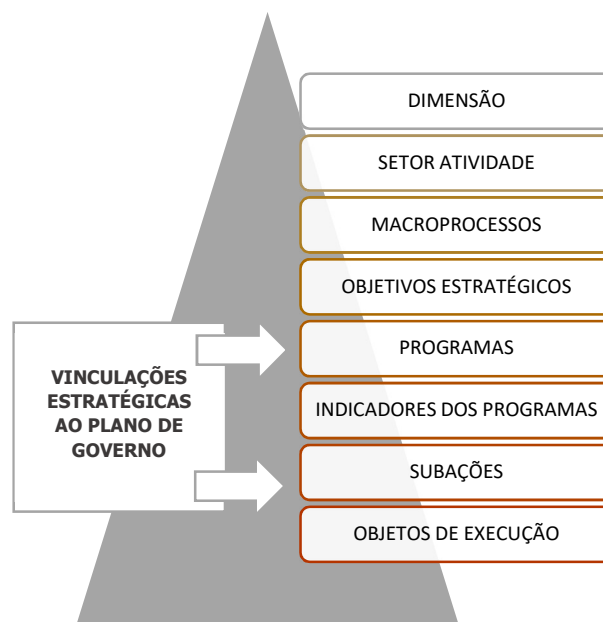
### Setores Atividade

- *Comunicação*
- *Interação com os Municípios*
- *Esforço Legal*
- *Integridade e Controle*
- *Gestão Administrativa*
- *Gestão da Folha de Pessoal*
- *Gestão Fiscal*
- *Gestão Previdenciária*

## 1.2 Plano Plurianual: PPA 2020-2023

O Plano Plurianual – PPA do período 2020-2023 está estruturado em: Dimensões, Setores Atividade, Objetivos Estratégicos, Indicadores, Programas e Subações. É elaborado no primeiro ano do Governo eleito e sua vigência se inicia no segundo ano do Governo eleito até o primeiro ano do próximo Governo, com o intuito de evitar descontinuidade das ações governamentais.

No PPA 2020-2023 o alinhamento estratégico das ações de Governo será materializado através de vinculações dos Programas de Governo e Subações ao Plano de Governo.



Composição do Plano Plurianual. Fonte: Primária (2019)

O PPA tem como base legal o artigo 165 da Constituição Federal:

“Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: **I** - o plano plurianual; **II** - as diretrizes orçamentárias; **III** - os orçamentos anuais. § 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”.

Nesse sentido, o artigo 120 da Constituição Estadual estabelece:

*Art. 120. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, estruturados em Programas Governamentais, serão estabelecidos em leis de iniciativa do Poder Executivo... § 2º Os planos e programas estaduais, regionais e setoriais serão elaborados em consonância com o plano plurianual.*

O Decreto Estadual nº 1.324/2012 estabelece o monitoramento das ações realizadas no PPA através do acompanhamento físico e financeiro dos Objetos de Execução, com a finalidade de acompanhar a realização de obras, aquisição de bens e prestação de serviços pelo Governo do Estado, bem como prestar contas no Balanço Geral do Estado - BGE.



## 1.2.1 Composição do Plano Plurianual 2020-2023

### DIMENSÕES

No PPA 2020-2023 trabalharemos alinhados a quatro dimensões: 1. Desenvolvimento Social; 2. Desenvolvimento Econômico; 3. Infraestrutura e Mobilidade; 4. Gestão Pública. Tais dimensões foram definidas no Plano de Governo.

### SETORES ATIVIDADE

Representam os grupos relacionados a cada dimensão e foram definidos no Plano de Governo. Ex: Dimensão Desenvolvimento Social possui os Setores Atividade: Saúde, Educação, Segurança Pública, etc.

### MACROPROCESSOS

São as principais atividades desenvolvidas pelo Órgão/Entidade. Ex: Macroprocessos da Secretaria de Estado da Educação: Ensino Superior, Ensino Médio, Desenvolvimento de Docentes, etc.

### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Representam os impactos de longo prazo esperados pela ação do Governo do Estado ao implantar os programas de Governo do PPA.

### VINCULAÇÕES ESTRATÉGICAS

Alinhamento dos programas e subações do PPA aos objetivos estratégicos do Plano de Governo.

### PROGRAMAS

O Programa representa a atuação governamental para o alcance de um objetivo estratégico. Visa a solução de um problema, atendimento de necessidades, demandas da sociedade ou aproveitamento de uma oportunidade.

### INDICADORES DOS PROGRAMAS

Os Indicadores têm o objetivo de mensurar e acompanhar os resultados dos programas de forma quantitativa.

### SUBAÇÕES

As subações são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um programa.

### OBJETOS DE EXECUÇÃO

Instrumento de programação do produto da subação do qual resulta um bem ou serviço destinado a um público-alvo, ofertado à sociedade ou ao próprio Estado. Representa o acompanhamento físico e financeiro detalhado da execução do PPA.





## 1.2.2 Regionalização do PPA 2020-2023

A regionalização do Plano Plurianual 2020-2023 segue os agrupamentos estabelecidos nas 21 associações de municípios do Estado de Santa Catarina.

### ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DE SC e MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA

#### AMFRI - Região da Foz do Rio Itajaí

Balneário Camboriú	Camboriú	Itapema	Penha
Balneário Piçarras	Ilhota	Luiz Alves	Porto Belo
Bombinhas	Itajaí	Navegantes	

#### AMUNESC - Nordeste de Santa Catarina

Araquari	Garuva	Joinville	São Bento do Sul
Balneário Barra do Sul	Itapoá	Rio Negrinho	São Francisco do Sul
Campo Alegre			

#### AMREC - Região Carbonífera

Balneário Rincão	Forquilha	Morro da Fumaça	Siderópolis
Cocal do Sul	Içara	Nova Veneza	Treviso
Criciúma	Lauro Müller	Orleans	Urussanga

#### GRANFPOLIS - Região da Grande Florianópolis

Águas Mornas	Canelinha	Nova Trento	São João Batista
Alfredo Wagner	Florianópolis	Palhoça	São José
Angelina	Garopaba	Paulo Lopes	São Pedro de Alcântara
Anitápolis	Governador Celso Ramos	Rancho Queimado	Tijucas
Antônio Carlos	Leoberto Leal	Santo Amaro da Imperatriz	
Biguaçu	Major Gercino	São Bonifácio	

#### AMUREL - Região de Laguna

Armazém	Imaruí	Pescaria Brava	São Martinho
Braço do Norte	Imbituba	Rio Fortuna	Treze de Maio
Capivari de Baixo	Jaguaruna	Sangão	Tubarão
Grão Pará	Laguna	Santa Rosa de Lima	
Gravatal	Pedras Grandes	São Ludgero	

#### AMURC - Região do Contestado

Curitibanos	Ponte Alta do Norte	São Cristóvão do Sul	
Frei Rogério	Santa Cecília		

#### AMURES - Região Serrana

Anita Garibaldi	Capão Alto	Painel	São José do Cerrito
Bocaina do Sul	Cerro Negro	Palmeira	Urubici
Bom Jardim da Serra	Correia Pinto	Ponte Alta	Urupema
Bom Retiro	Lages	Rio Rufino	
Campo Belo do Sul	Otacílio Costa	São Joaquim	



## ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DE SC e MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA

### AMAI - Alto Irani

Abelardo Luz	Ipuaçu	Passos Maia	Xanxerê
Bom Jesus	Lajeado Grande	Ponte Serrada	Xaxim
Entre Rios	Marema	São Domingos	
Faxinal dos Guedes	Ouro Verde	Vargeão	

### AMAUC - Alto Uruguai Catarinense

Alto Bela Vista	Ipumirim	Lindóia do Sul	Seara
Arabutã	Irani	Peritiba	Xavantina
Concórdia	Itá	Piratuba	
Ipira	Jaborá	Presidente Castello Branco	

### AMAVI - Alto Vale do Itajaí

Agrolândia	Ibirama	Petrolândia	Salete
Agronômica	Imbuia	Pouso Redondo	Santa Terezinha
Atalanta	Ituporanga	Presidente Getúlio	Taió
Aurora	José Boiteux	Presidente Nereu	Trombudo Central
Braço do Trombudo	Laurentino	Rio do Campo	Vidal Ramos
Chapadão do Lageado	Lontras	Rio do Oeste	Vitor Meireles
Dona Emma	Mirim Doce	Rio do Sul	Witmarsum

### AMARP - Alto Vale do Rio do Peixe

Arroio Trinta	Ibiam	Matos Costa	Tangará
Caçador	Iomerê	Pinheiro Preto	Timbó Grande
Calmon	Lebon Régis	Rio das Antas	Videira
Fraiburgo	Macieira	Salto Veloso	

### AMERIOS - Entre Rios

Bom Jesus do Oeste	Flor do Sertão	Riqueza	Saudades
Caibi	Iraceminha	Romelândia	Tigrinhos
Campo Erê	Maravilha	Saltinho	
Cunha Porã	Modelo	Santa Terezinha do Progresso	
Cunhataí	Palmitos	São Miguel da Boa Vista	

### AMEOSC - Extremo Oeste de Santa Catarina

Anchieta	Dionísio Cerqueira	Mondaí	São João do Oeste
Bandeirante	Guaraciaba	Palma Sola	São José do Cedro
Barra Bonita	Guarujá do Sul	Paraíso	São Miguel do Oeste
Belmonte	Iporã do Oeste	Princesa	Tunápolis
Descanso	Itapiranga	Santa Helena	



## ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DE SC e MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA

### AMESC - Extremo Sul Catarinense

Araranguá	Jacinto Machado	Passo de Torres	Sombrio
Balneário Arroio do Silva	Maracajá	Praia Grande	Timbé do Sul
Balneário Gaivota	Meleiro	Santa Rosa do Sul	Turvo
Ermo	Morro Grande	São João do Sul	

### AMMVI - Médio Vale do Itajaí

Apiúna	Botuverá	Guabiruba	Rodeio
Ascurra	Brusque	Indaial	Timbó
Benedito Novo	Doutor Pedrinho	Pomerode	
Blumenau	Gaspar	Rio dos Cedros	

### AMMOC - Meio Oeste Catarinense

Água Doce	Erval Velho	Joaçaba	Ouro
Capinzal	Herval d'Oeste	Lacerdópolis	Treze Tílias
Catanduvas	Ibicaré	Luzerna	Vargem Bonita

### AMNOROESTE - Noroeste Catarinense

Coronel Martins	Irati	Novo Horizonte	São Bernardino
Galvão	Jupiá	Quilombo	São Lourenço do Oeste

### AMOSC - Oeste de Santa Catarina

Águas Frias	Cordilheira Alta	Nova Erechim	Santiago do Sul
Águas de Chapecó	Coronel Freitas	Nova Itaberaba	São Carlos
Arvoredo	Formosa do Sul	Paial	Serra Alta
Caxambu do Sul	Guatambu	Pinhalzinho	Sul Brasil
Chapecó	Jardinópolis	Planalto Alegre	União do Oeste

### AMPLANORTE - Planalto Norte Catarinense

Bela Vista do Toldo	Itaiópolis	Monte Castelo	Porto União
Canoinhas	Mafra	Papanduva	Três Barras
Irineópolis	Major Vieira		

### AMPLASC - Planalto Sul de Santa Catarina

Abdon Batista	Campos Novos	Monte Carlo	Zortéa
Brunópolis	Celso Ramos	Vargem	

### AMVALI - Vale do Itapocu

Barra Velha	Guaramirim	Massaranduba	Schroeder
Corupá	Jaraguá do Sul	São João do Itaperiú	

Fonte: Federação Catarinense de Municípios - FECAM, 2019

## 1.3 Metodologia de Elaboração do PPA

O Plano Plurianual como instrumento de planejamento orçamentário das ações de Governo no médio prazo estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Estadual.

Premissas para elaboração do PPA 2020-2023:

- Seletividade na escolha das prioridades;
- Alinhamento das escolhas com a realidade;
- Garantia de espaços para criatividade e inovação;
- Instrumentos de planejamento, programação orçamentária e gestão devem ser integrados e coerentes entre si;
- Participação efetiva da estrutura gerencial, dos técnicos e demais servidores do órgão;
- Qualificação dos servidores que atuam na função de planejamento; e
- Integração das diversas equipes dos setores/gerências dos Órgãos e Entidades.

### PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PPA

O processo de elaboração do PPA contou com cinco etapas distintas: 1ª Etapa de Preparação; 2ª Etapa de elaboração do Perfil Institucional; 3ª Etapa de Elaboração dos Programas e Indicadores; 4ª Etapa de Elaboração das Subações e 5ª Etapa de Consolidação do Plano Plurianual. Este processo realizou-se sob a coordenação da Diretoria de Planejamento Orçamentário - DIOR da Secretaria de Estado da Fazenda - SEF, o órgão central responsável pela coordenação, orientação e consolidação do planejamento orçamentário do Estado de Santa Catarina.

#### 1ª Etapa de Preparação

Para iniciar o processo de elaboração a Diretoria de Planejamento Orçamentário – DIOR/SEF realizou 16 reuniões de orientação e explicação sobre as etapas a cumprir, quais documentos deveriam ser entregues bem como os prazos para registrar dados no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF. Participaram desta etapa Órgãos e Entidades da administração direta e indireta e as empresas do orçamento investimento do Poder Executivo, representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado.

#### 2ª Etapa de Elaboração do Perfil Institucional

Nesta etapa os Órgãos e Entidades elaboraram o Perfil Institucional contendo diagnóstico setorial, missão, visão e valores, análise SWOT, objetivos estratégicos, áreas de atuação (macroprocessos e atribuições), público alvo, produtos e serviços entregues ao cidadão, organograma, composição funcional (carreiras) e principais resultados atingidos nos últimos anos.

#### 3ª Etapa de Elaboração dos Programas e Indicadores

Nesta Etapa foram elaborados ou revisados os programas do PPA e os respectivos indicadores para acompanhamento. PPA 2020-2023 contempla 86 Programas (70 Programas Temáticos e 16 Programas de Gestão e Manutenção de Serviços do Estado).

#### 4ª Etapa de Elaboração das Subações

Nesta etapa foram elaboradas e revisadas as Subações. Cada subação é vinculada a um Programa de Governo e, quando possível, deve ser regionalizada. O PPA 2020-2023 totalizou por 1.187 Subações. Parte destas subações serão acompanhadas de forma física e financeira por meio de Objetos de Execução, com a finalidade de prover com informações detalhadas sobre a realização de obras, aquisição de bens e prestação de serviços pelo Governo Estadual.

#### 5ª Etapa de Consolidação do Plano Plurianual

Durante as etapas anteriores foram realizadas reuniões de adequação das propostas dos Órgãos e Entidades, resultando nos Programas de Governo, indicadores e subações que comporão PPA 2020-2023. Nesta etapa ocorreu a consolidação do Projeto de Lei com a versão final do PPA encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

## 2. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

Este capítulo apresenta os indicadores socioeconômicos do Estado de Santa Catarina e está dividido em: 2.1. Perfil resumido do Estado: geografia, população, indicadores sociais, saneamento básico, educação, saúde, segurança pública, estilo de vida, mercado de trabalho e frota de veículos; 2.2. Aspectos Demográficos: população, distribuição geográfica da população e população de baixa renda; 2.3. Contexto Econômico: PIB, balança comercial, volume de empresas e empregos, renda da população e setores da indústria, serviços, agricultura e inovação.

### 2.1 Estado de Santa Catarina - Perfil



#### ASPECTOS GERAIS

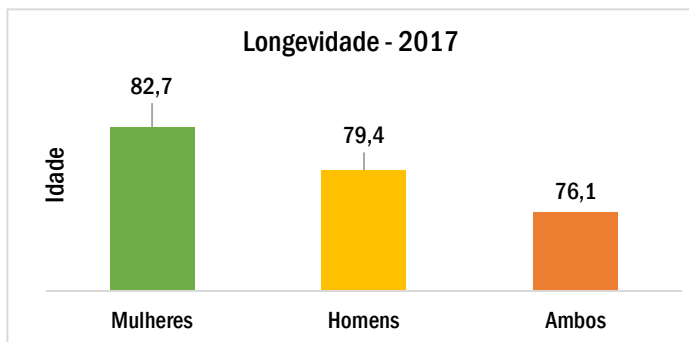
**Capital:** Florianópolis  
**Área Territorial:** 95.736 km<sup>2</sup>  
**População Estimada (2018):** 7.075.494 habitantes  
**Densidade Demográfica Estimada:** 73,9 hab./km<sup>2</sup>  
**Total de Municípios:** 295

Mapa do Estado de Santa Catarina. Fonte: IBGE, 2019

#### INDICADORES SOCIAIS DE SC

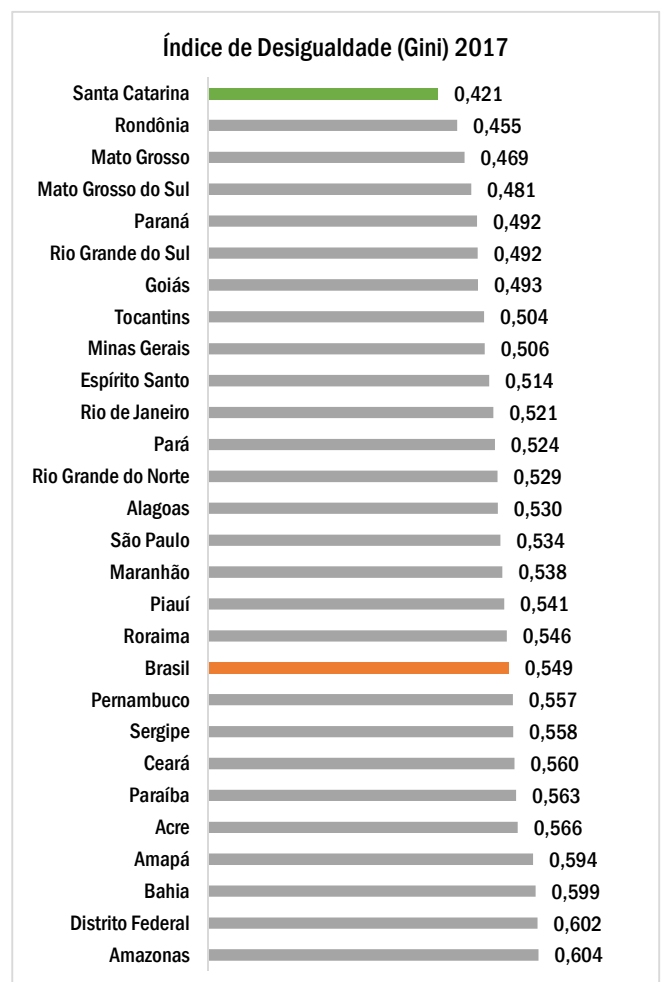
**Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (2010):** 0,774 sendo o 3º no Ranking entre os Estados e DF.

**Longevidade (2017):** 82,7 anos para mulheres e 79,4 anos para homens.



Longevidade. Fonte: IBGE, 2017

**Índice de Desigualdade – GINI (2017):** 0,421, **Santa Catarina em 1º lugar**, com **Menor Desigualdade de Renda** em comparação com as demais Unidades da Federação e DF. O índice de Gini trata da distribuição do rendimento real efetivo domiciliar per capita, onde quanto mais perto de 0 maior a igualdade de renda, quanto mais perto de 1 maior a desigualdade.



Índice de Desigualdade. Fonte: IBGE, 2017



## SANEAMENTO BÁSICO DE SC

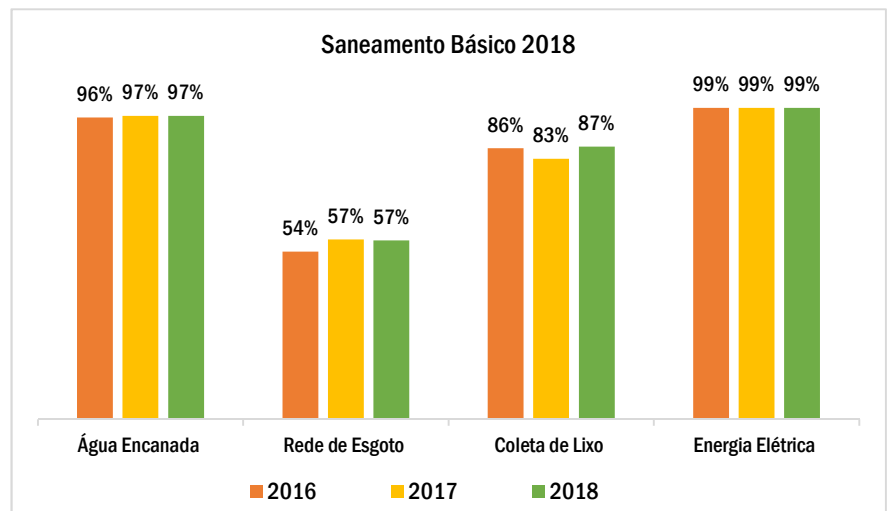
**Água Encanada (2018):** 96,7%

**Rede de Esgoto (2018):** 57,0%

**Coleta de Lixo (2018):** 86,9%

**Energia Elétrica (2018):** 99,3%

Dados de Saneamento Básico conforme indicador percentual de domicílios pesquisados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua realizada pelo IBGE.



Saneamento Básico. Fonte: IBGE, 2018

## EDUCAÇÃO EM SC

**Taxa de Analfabetismo (2017):** 3,1% para idade de 25 anos ou mais.

**Número Médio de Anos de Estudo (2017):** 9,5 anos para idade de 25 anos ou mais.

**Pessoas que não Sabem Ler ou Escrever (2017):** 144 mil pessoas, ou seja, 2,0% da população estimada 2018.

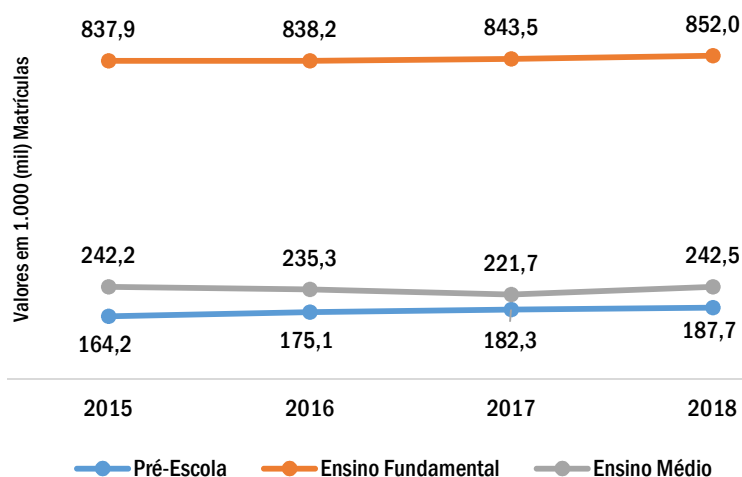
Fonte: PNAD Contínua, Tabela Educação, 2017

**PISA (2015) – média de pontos:**

Matéria	Pontos PISA	Ranking UFs
Matemática	398 pontos	4ª posição
Leitura	420 pontos	5ª posição
Ciências	418 pontos	5ª posição

Fonte: INEP, OCDE, 2015

### Evolução das Matrículas Escolares



Evolução das matrículas escolares em SC. Fonte: IBGE, 2018

**IDEB Anos Iniciais (2017):** 6,3. 2º colocado no ranking entre as Unidades da Federação.

**IDEB Anos Finais (2017):** 5,0. 2º colocado no ranking entre as Unidades da Federação.

Fonte: IBGE, 2017



## SAÚDE EM SC

### Mortalidade Infantil por Ocorrência (2017):

Descrição	Valor
Óbitos Infantil e Fetal	834
Nascidos Vivos (2016)	95.313
Taxa de Mortalidade por mil Nascidos Vivos	8,7

Fonte: DATASUS, 2017

## SEGURANÇA PÚBLICA EM SC

### Taxa de Homicídios por cem mil habitantes (2018):

Descrição	Valor
Mortes Violentas	937
Estimativa da População	7.075.494
Taxa de Homicídios	13,2

Fonte: SSP/SC, 2018

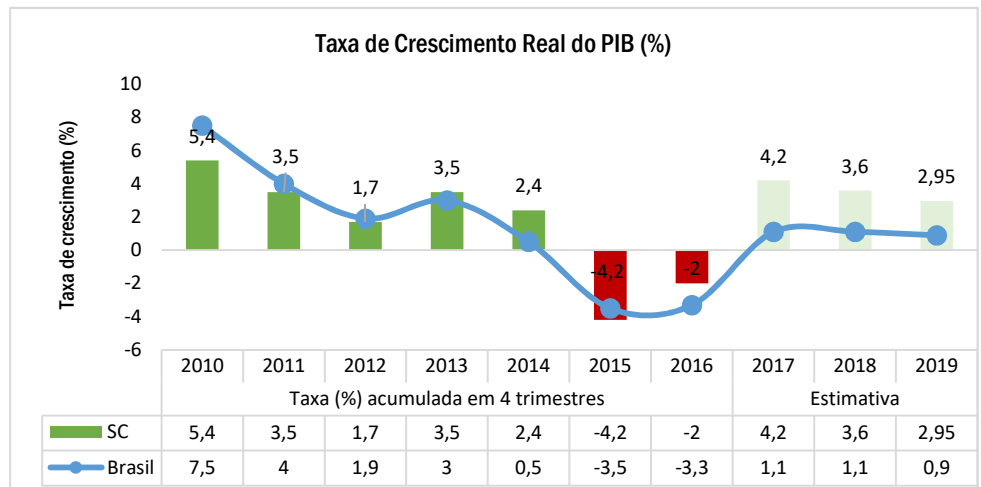
## ECONOMIA DE SC

**PIB (2016):** R\$ 256,7 bilhões

**PIB Per Capita (2016):** R\$ 37.140,47 (5º maior do País)

### População

**Economicamente Ativa (2018):** 76,7% da população com 14 anos ou mais ocupadas em trabalhos formais. 1ª posição dentre as Unidades da Federação.



Fonte: SDE-SC/Diec/Indicadores Econômicos, 2019

## FROTA DE VEÍCULOS EM SC

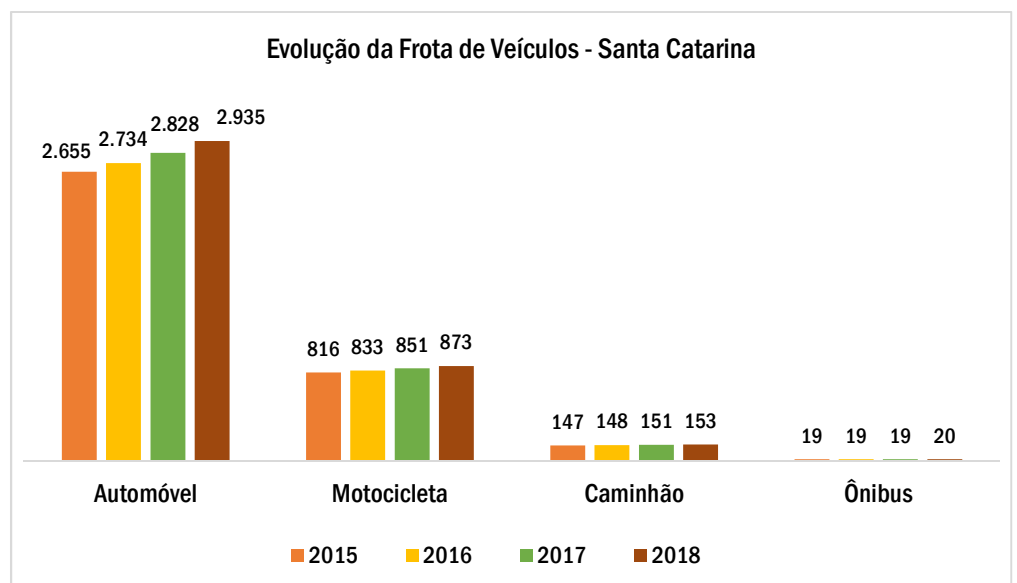
**Total de Veículos (2018):** 3.980.299 veículos

**Automóvel:** 2.934.826

**Caminhão:** 152.905

**Ônibus:** 19.837

**Motocicleta:** 872.731



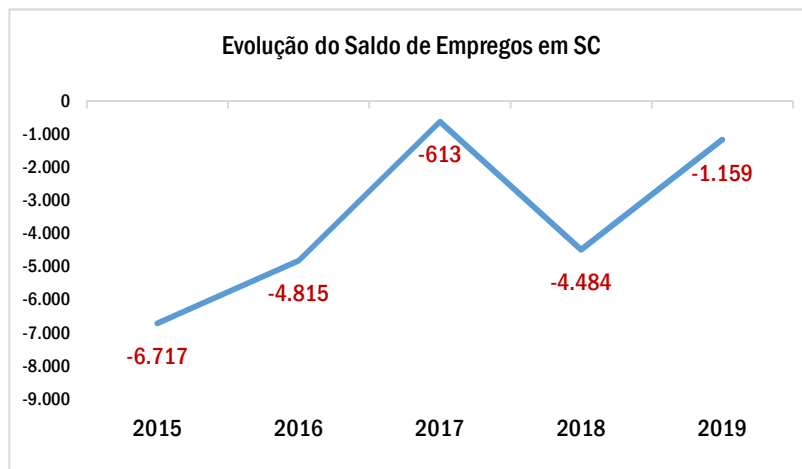
Evolução da Frota de Veículos. Fonte: IBGE, 2019



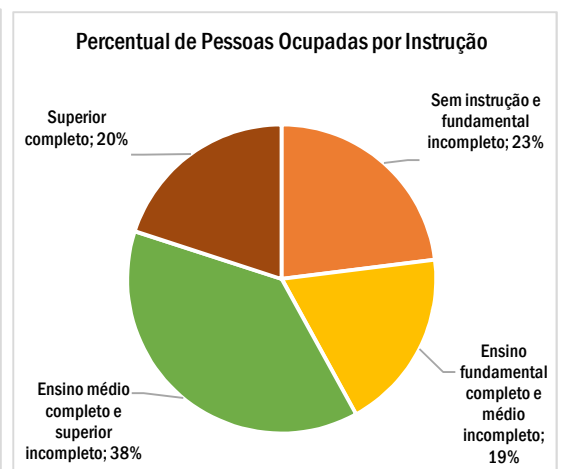
## MERCADO DE TRABALHO

**Rendimento Mensal Domiciliar Per Capita (2018):** R\$1.660,00

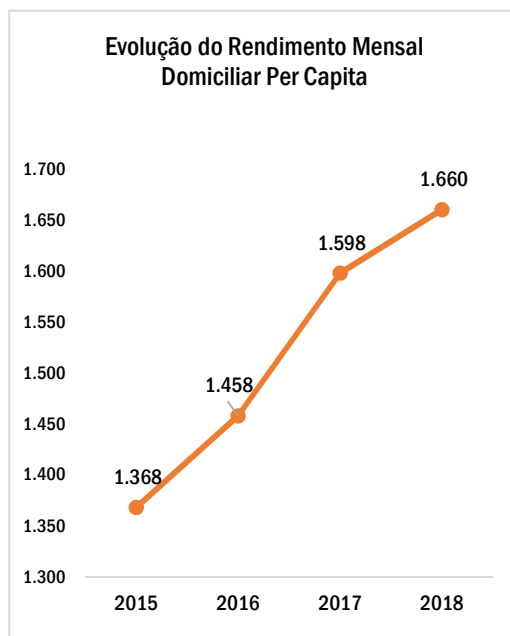
**Saldo de empregos em 31/12/2018:** 2.005.382



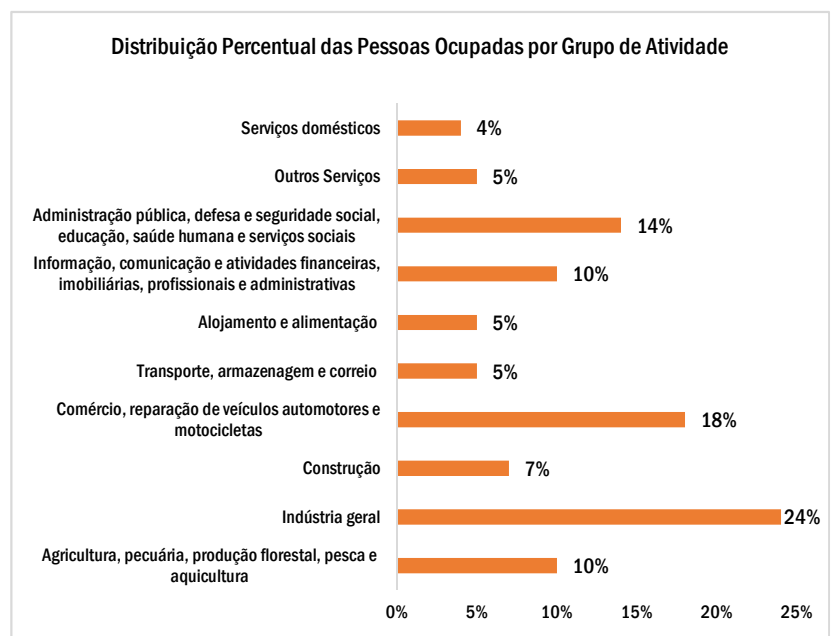
Saldo de empregos nos meses de maio de cada ano. Fonte: CAGED, 2019



Fonte: PNAD Contínua, 2017



Fonte: IBGE, 2018



Fonte: PNAD Contínua, 2017

## ESTILO DE VIDA

Indicadores de Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC	%	Ranking - UFs
Domicílios com existência de microcomputador ou <i>tablet</i>	58,7 %	2ª posição
Domicílios com acesso à internet	79,9 %	5ª posição
Domicílios com telefone	97,4 %	6ª posição

Fonte: PNAD-Contínua, 2017





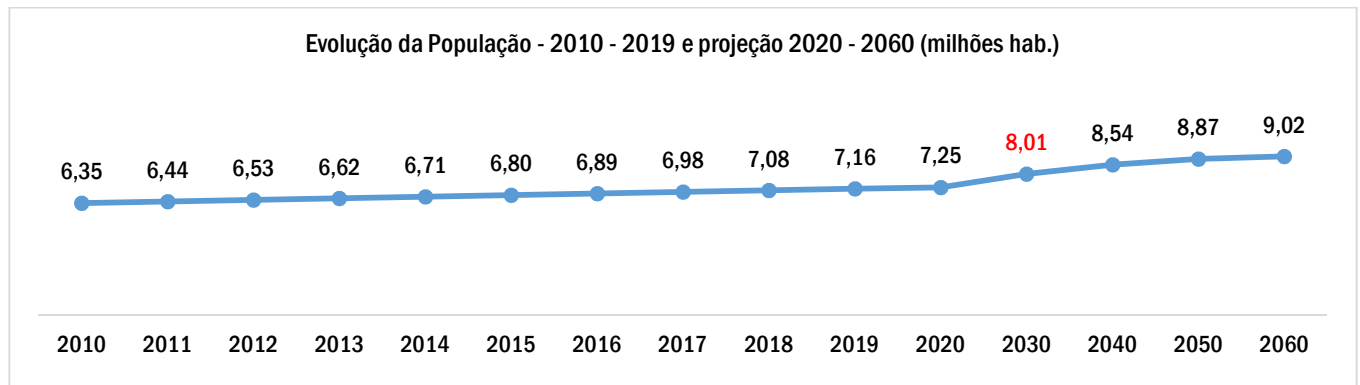
## 2.2 Aspectos Demográficos

Principais informações populacionais do Estado de Santa Catarina, tais como: estimativa e projeção da população, índice de dependência e população de baixa renda.

### 2.2.1 População de Santa Catarina

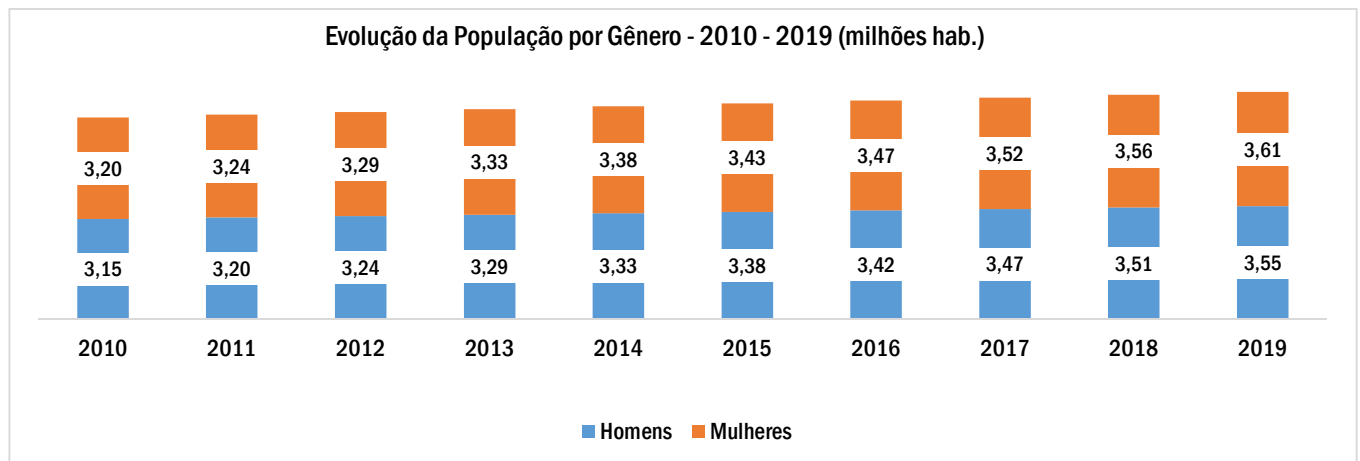
#### PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO DE SC

População estimada de Santa Catarina em 2018 de 7.075.494 milhões de habitantes, com projeções de incremento de 1,13% para o ano de 2019 (7,16 milhões de habitantes) e atingir 8 milhões de habitantes em 2030. Dados em vermelho representam a projeção da população de acordo com o IBGE.



Fonte: IBGE, 2019

A Evolução da população por gênero demonstra um equilíbrio entre mulheres (50,4% do total em 2019) e homens (49,6% do total em 2019).

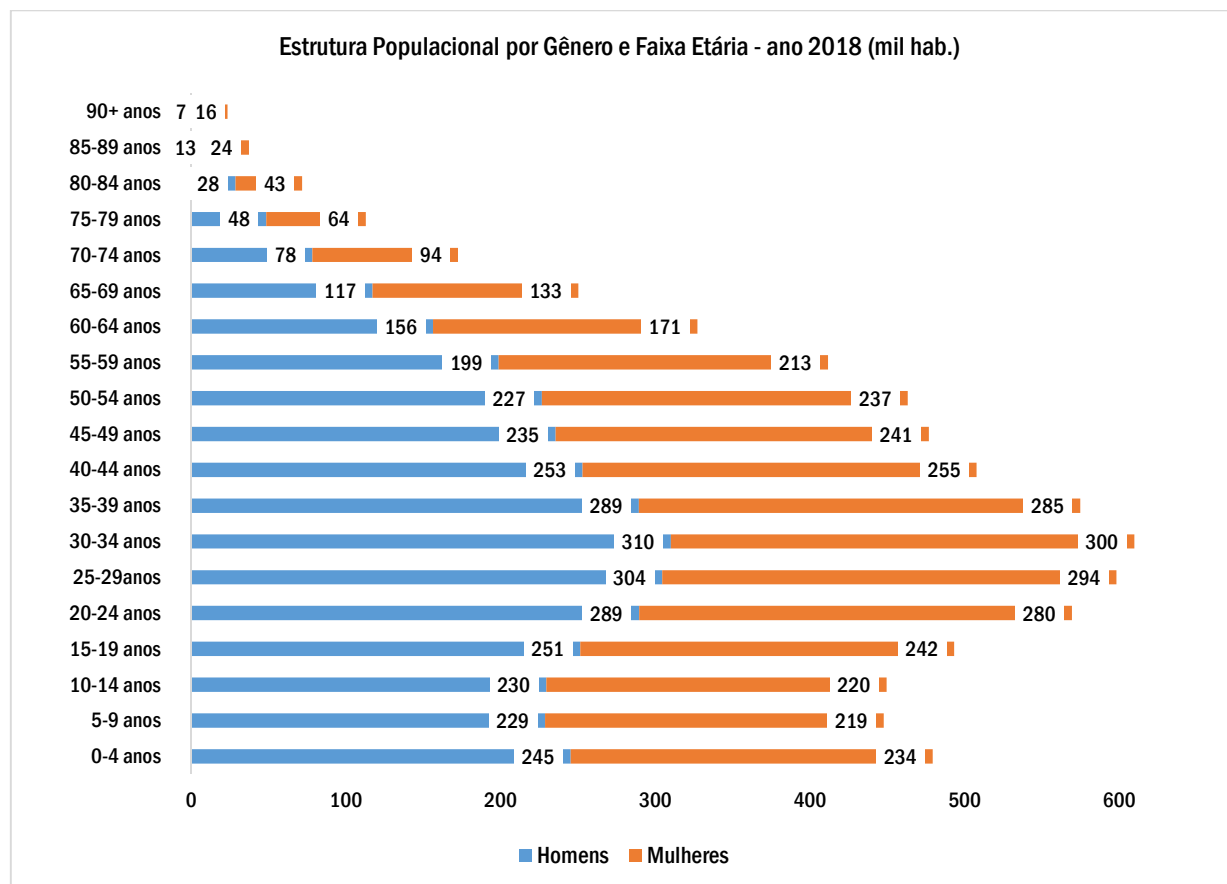
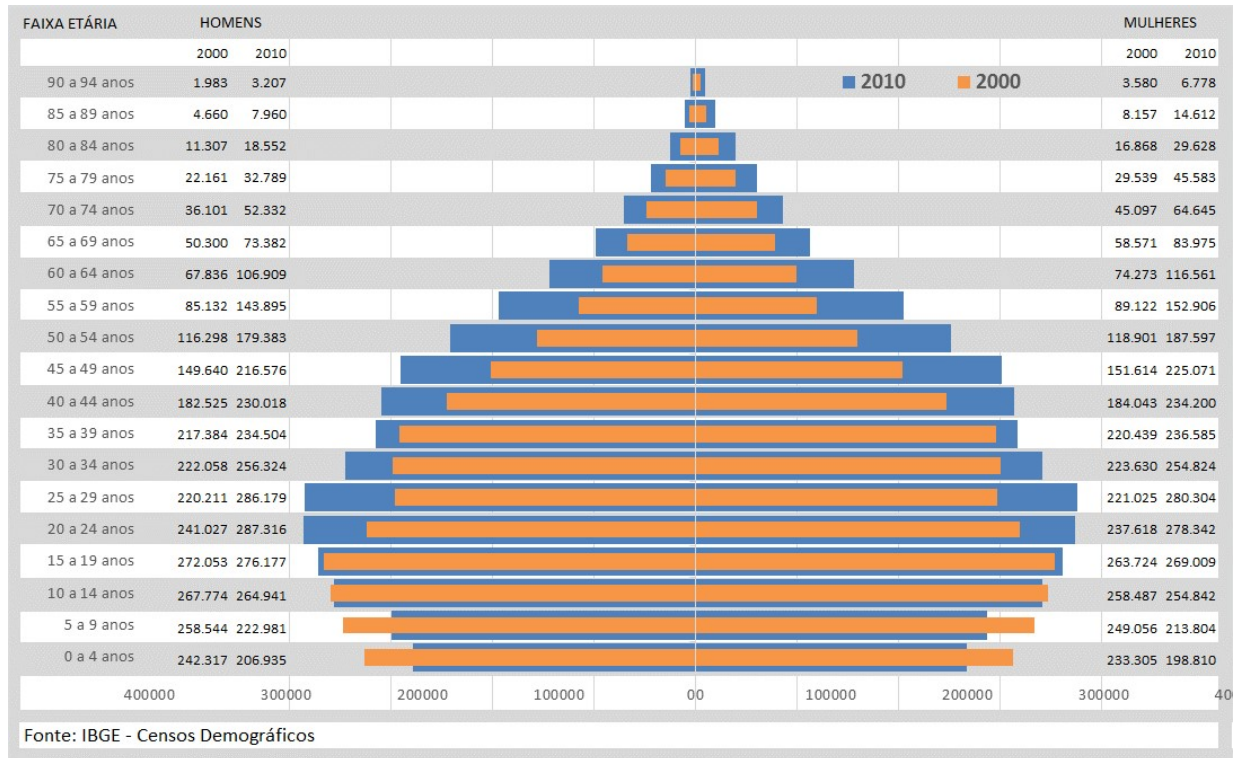


Fonte: IBGE, 2019



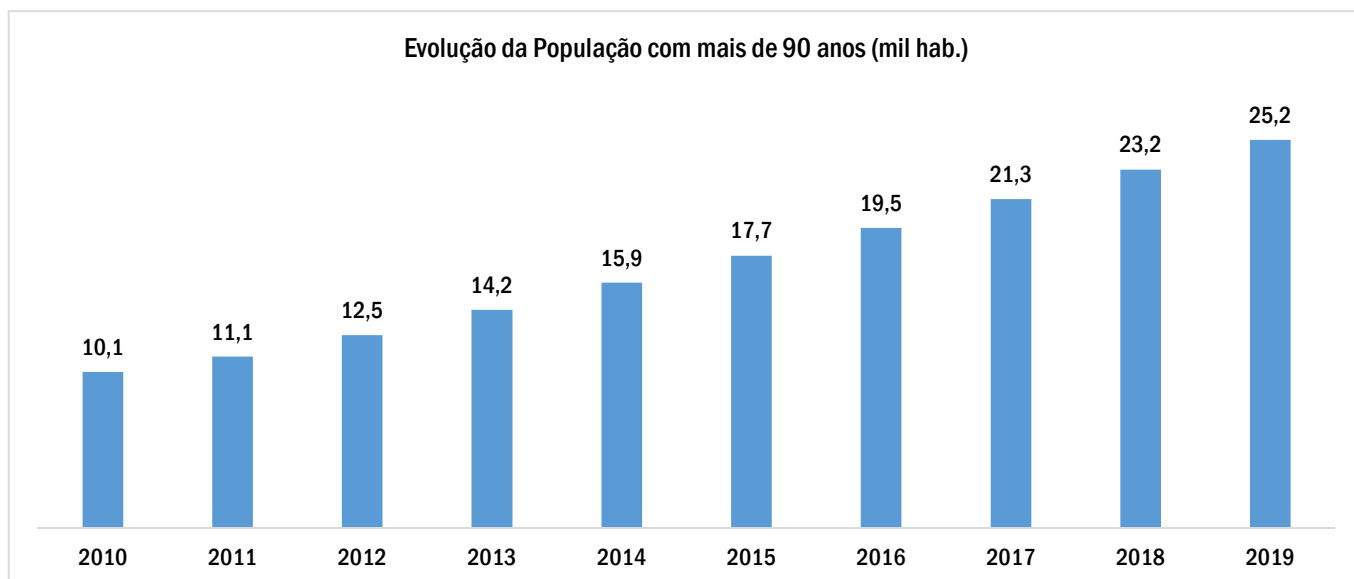
## ESTRUTURA POPULACIONAL DE SC POR GÊNERO E FAIXA ETÁRIA

Os dados do Censo de 2000 e 2010 por faixa etária e gênero, bem como a estimativa da população de 2018 demonstram uma concentração de 25,1% da população nas faixas de 25-29 anos, 30-34 anos e 35-39 anos.



## POPULAÇÃO COM MAIS DE 90 ANOS EM SC

Em Santa Catarina o número de pessoas com idade superior a 90 anos vem crescendo ano a ano, com um incremento médio anual de 10,36%. Em 2010 totalizaram 10,1 mil e para 2019 projeção de alcançar 25,2 mil habitantes com idade superior a 90 anos.



Fonte: IBGE, 2019

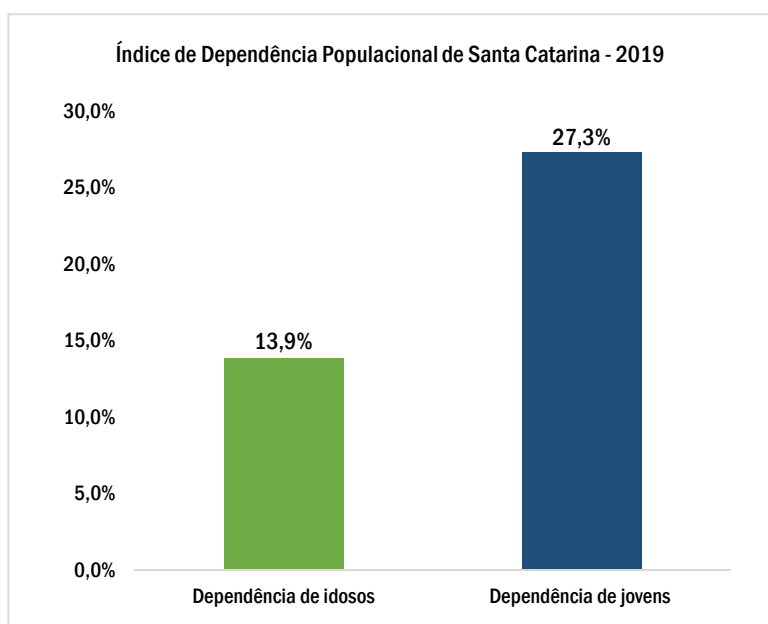
## ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO

Em Santa Catarina a estimativa de 2019 da relação entre população em idade ativa e população jovem e idosa aponta para um índice de dependência total de 41,2%, sendo 13,9 % de idosos e 27,3% de jovens. Verifica-se que no período de 2012 a 2019 houve um incremento na dependência total da ordem de 12,2 pontos percentuais, bem como acréscimos de 4,5 p.p. na dependência dos idosos e 10,2 p.p na dependência dos jovens. Os números refletem o fenômeno do duplo envelhecimento da população, caracterizado pelo aumento do número de idosos e pela redução da população jovem.

**Índice de dependência total** - Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa. Definido habitualmente como a relação entre a população com 0 - 14 anos conjuntamente com a população com 65 ou mais anos e a população com 15 - 64 anos.

**Índice de dependência de idosos** - Relação entre o número de idosos e a população em idade ativa. Definido habitualmente como a relação entre a população com 65 ou mais anos e a população com 15 - 64 anos.

**Índice de dependência de jovens** - Relação entre o número de jovens e a população em idade ativa. Definido habitualmente como a relação entre a população com 0 - 14 anos e a população com 15 - 64 anos.

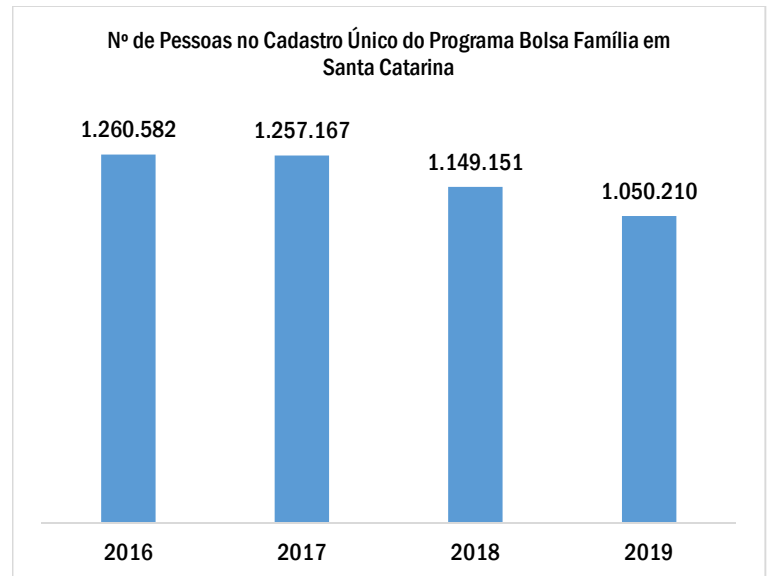


Fonte: IBGE, 2019

## 2.2.2 População Catarinense de Baixa Renda

Santa Catarina tem uma variação negativa do cadastro único do programa Bolsa Família no período 2016-2019, totalizando uma redução de 210.372 pessoas. O Cadastro Único é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica desta população.

Descrição	Valor
População SC (2019)	7.164.788
Nº Pessoas no cadastro único Bolsa Família (2019)	1.050.210
População de Baixa Renda em SC (Cadastrados Bolsa Família/População Total) (projeção 2019)	14,7%
População em Situação de Extrema Pobreza em SC (Pessoas em Situação de Pobreza/População Total) (projeção 2019)	6,45%

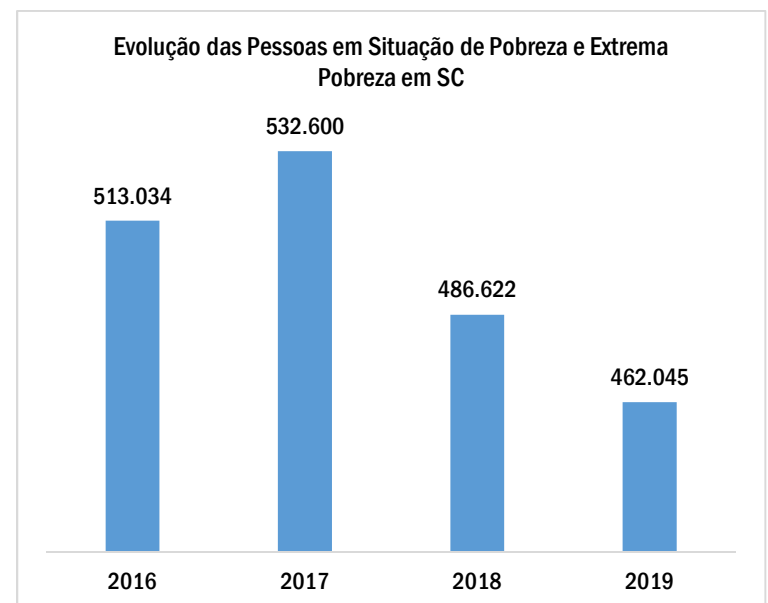


Fonte: Governo Federal (Dados Abertos), 2019

**Situação de Pobreza:** renda per capita de R\$ 89,01 a R\$ 178 reais.

**Situação de Extrema Pobreza:** de junho de 2018 em diante renda per capita menor ou igual a R\$ 89,00.

Em janeiro de 2019 em Santa Catarina 462.045 pessoas estavam na situação de pobreza e extrema pobreza. No período 2016 a 2019 houve uma variação negativa de 9,9% neste indicador, onde 50.989 pessoas deixaram a situação de pobreza e extrema pobreza.

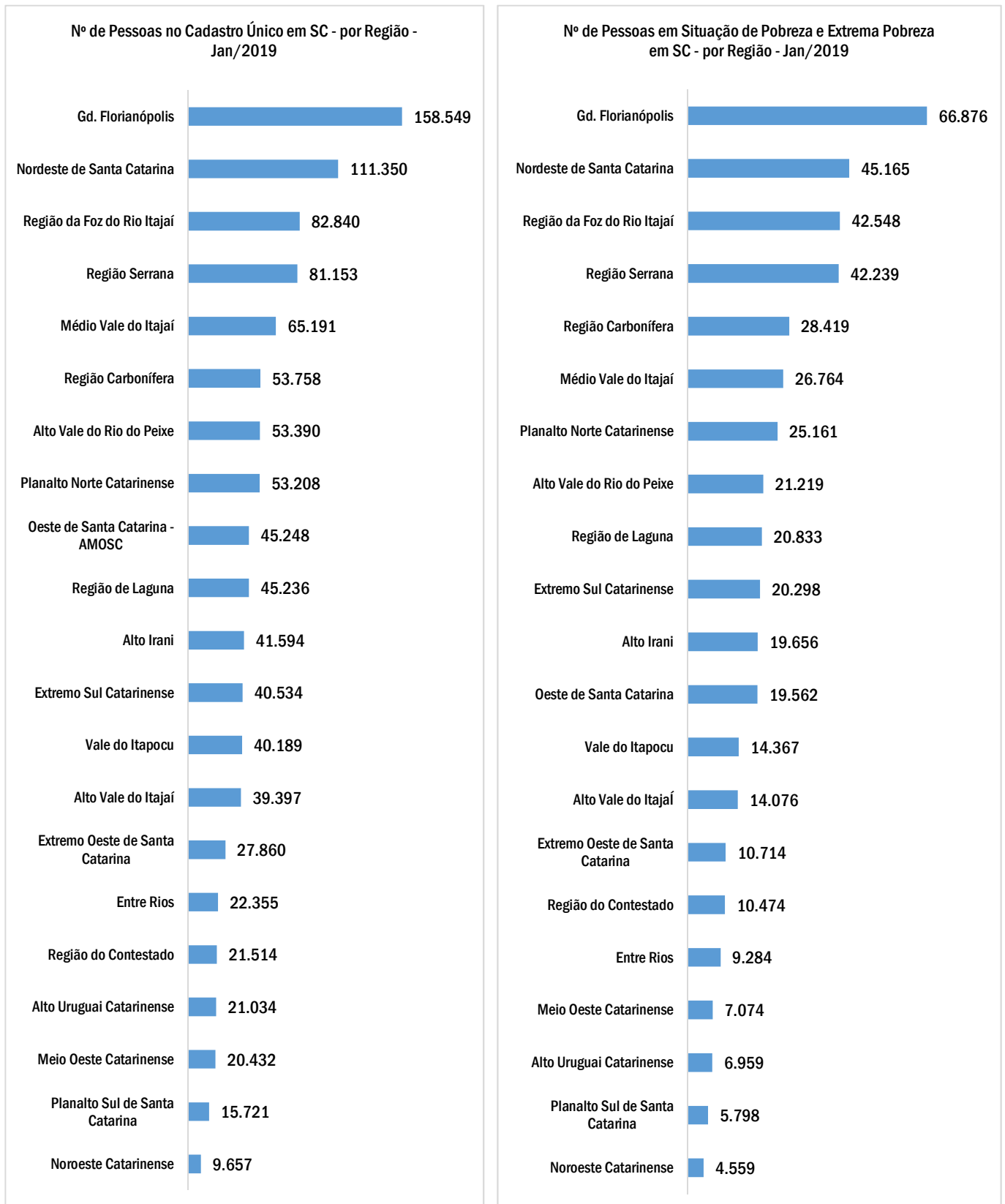


Fonte: Governo Federal (Dados Abertos), 2019



## DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DE PESSOAS DE BAIXA RENDA

A região da associação de municípios da Grande Florianópolis concentra o maior número de pessoas de baixa renda em Santa Catarina, perfazendo 158.459 pessoas no cadastro único (15,1% do total) e 66.876 pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza (14,5% do total).



Fonte: Governo Federal (Dados Abertos), 2019

## 2.3 Contexto Econômico

Panorama geral do desempenho econômico de Santa Catarina nos últimos anos, contendo informações sobre Produto Interno Bruto – PIB, Setores da Indústria, Serviços, Agricultura e Inovação, Balança Comercial, Empresas e Empregos.

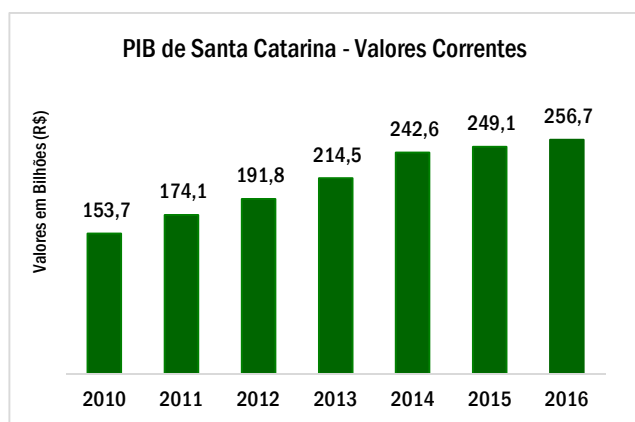
### 2.3.1 Produto Interno Bruto - PIB

O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de quantificar a atividade econômica e representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos num determinado País, Estado ou Região durante um período determinado.

**R\$ 256,7 bilhões** PIB de Santa Catarina em 2016.

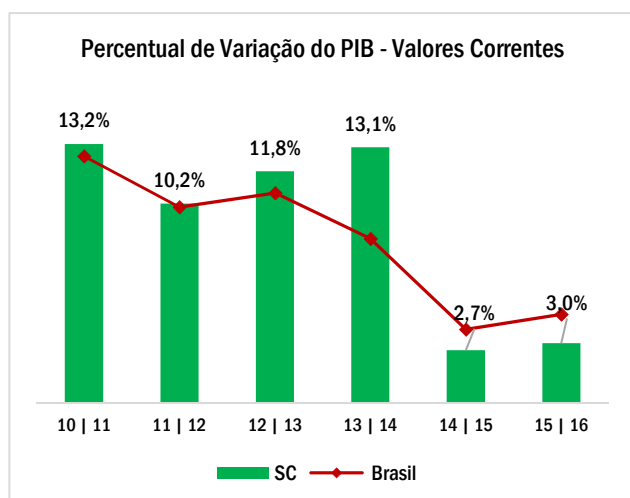
**7ª posição** PIB de SC no cenário Nacional.

**4,1%** Participação de SC no PIB nacional (2016).

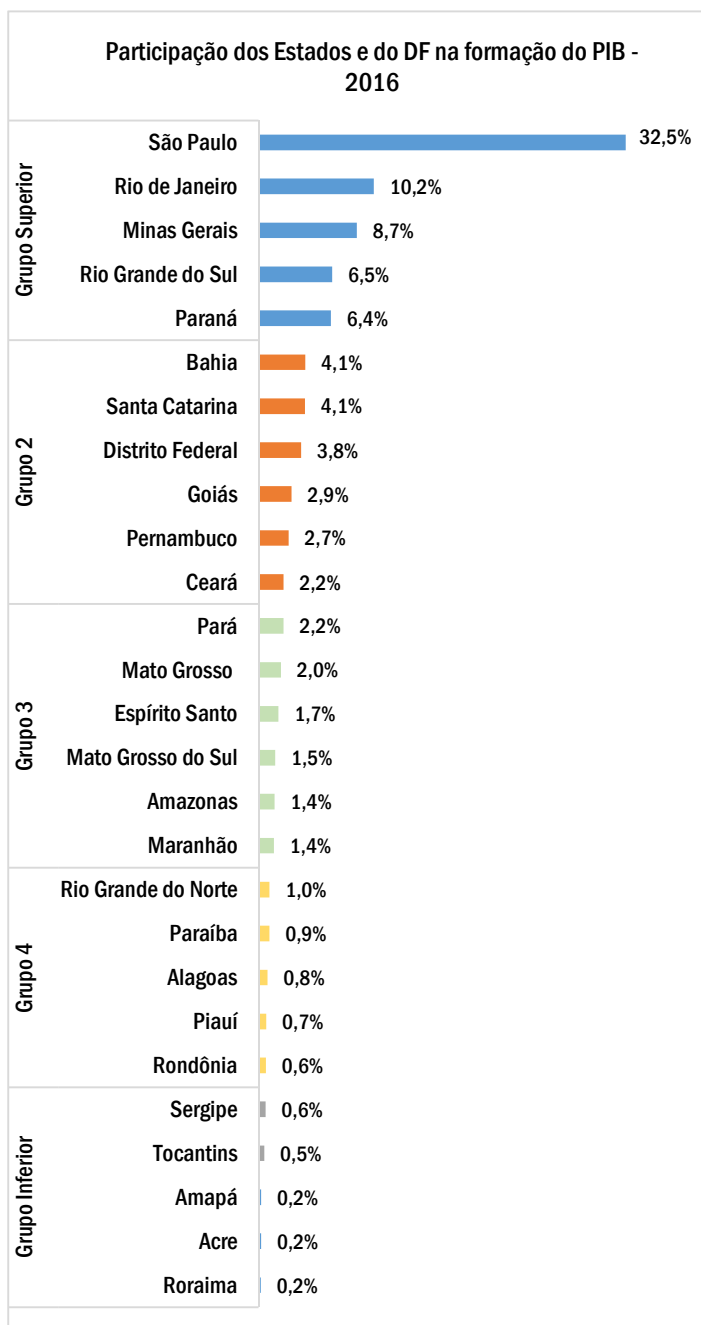


Fonte: PIB de Santa Catarina. IBGE, 2016

**9,01%** Taxa média de variação anual do PIB estadual no período 2010-2016. Cabe destacar, que apesar da retração da economia período 2014-2016, o PIB de SC manteve ano a ano variação positiva.



Fonte: IBGE, 2016

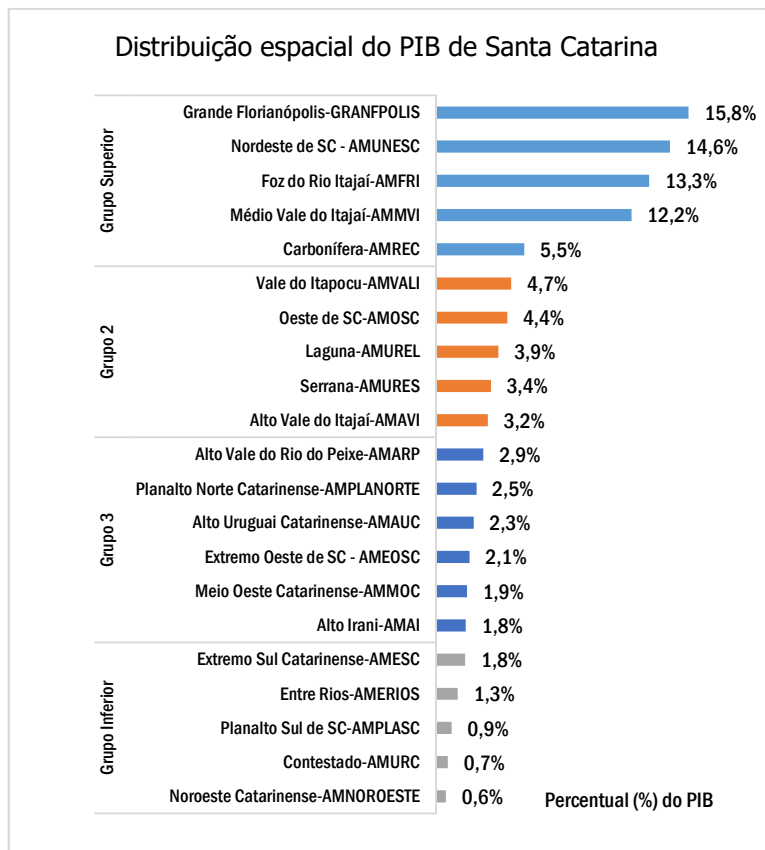


Economia Catarinense no Panorama Nacional.  
Fonte: IBGE – Contas Regionais, 2016



## DISTRIBUIÇÃO DO PIB CONFORME REGIÕES DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DE SC

No âmbito da regionalização do Estado por associações de municípios destacam-se aqueles localizados nas regiões da Grande Florianópolis, Itajaí, Joinville e Oeste na formação do PIB estadual, onde se localizam 8 associações de municípios que concentraram 74,4% do PIB estadual em 2016.

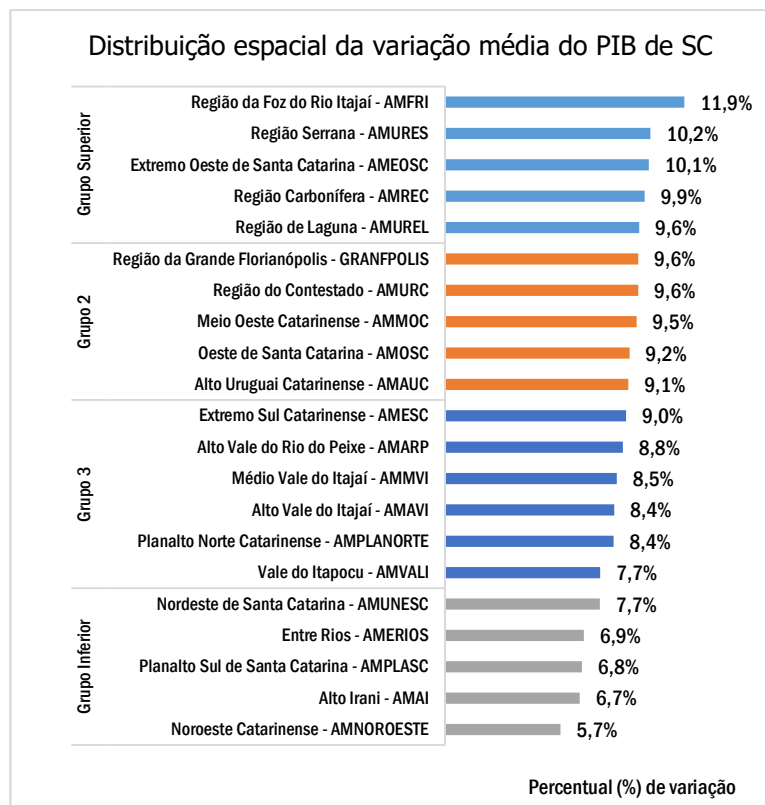


Fonte: IBGE – Contas Regionais, 2016

A região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI obteve a maior média de crescimento do PIB, 11,9% no período 2010-2016, seguido pelas regiões Serrana – AMURES (10,2%) e Extremo Oeste (10,1%).

Importante destacar a variação média de 9,01% do PIB do Estado no período 2010-2016.

Das 21 associações de municípios, 15 apresentaram no período 2010-2016 variação média do PIB acima de 8%.



Fonte: IBGE – Contas Regionais, 2016



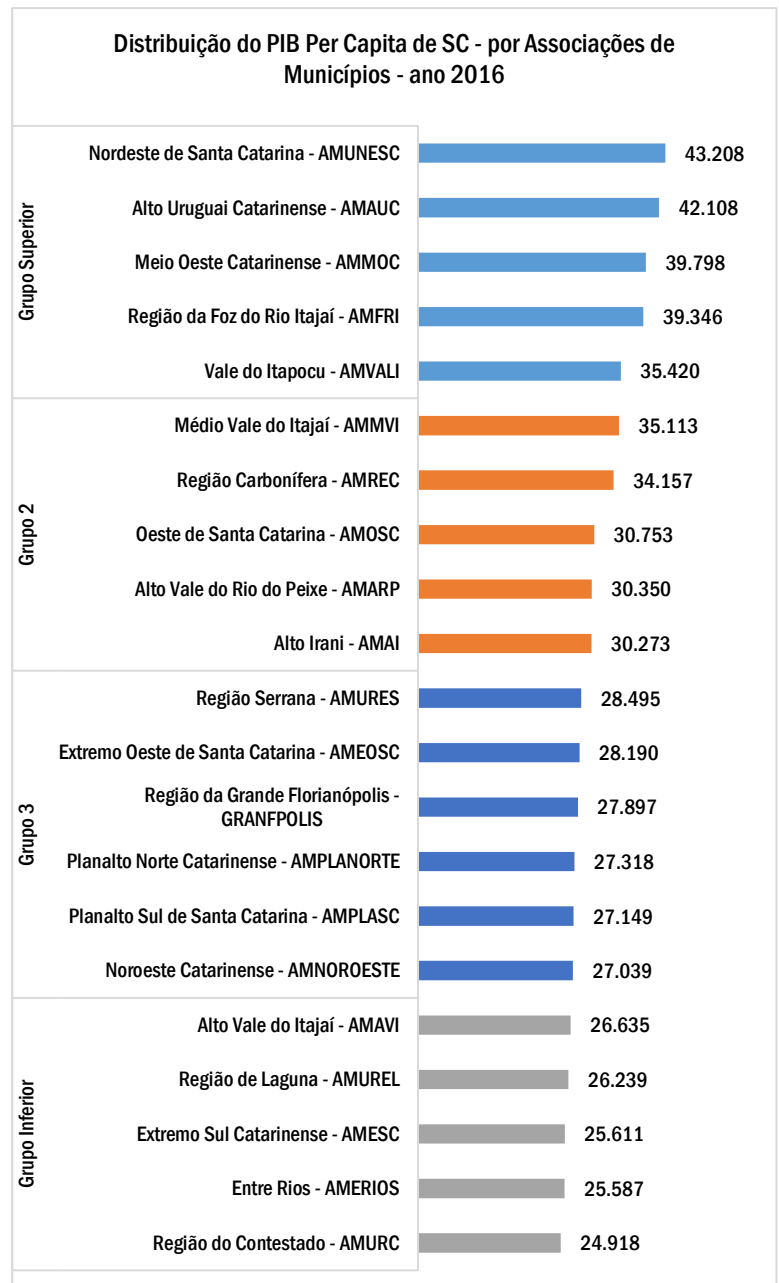
## PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA DE SC

Santa Catarina apresentou em 2016 PIB per capita de R\$ 37.140, 5ª posição dentre as Unidades da Federação (1º Distrito Federal, 2º São Paulo, 3º Rio de Janeiro e 4º Mato Grosso), acima do PIB per capita nacional de R\$ 30.548.

Cabe destacar o incremento de 33,7% no PIB per capita de SC no período 2012-2016, saindo de R\$ 27.772 para R\$ 37.140. No período SC permaneceu dentre os cinco maiores PIB per capita do País.

## PIB PER CAPITA CONFORME REGIÕES DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DE SC

A região Nordeste de Santa Catarina – AMUNESC, composta pelos municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul, Campo Alegre, Garuva, Itapoá, Joinville, Rio Negrinho, São Bento do Sul e São Francisco do Sul apresentou no ano de 2016 o maior PIB per capita dentre as regiões das associações de municípios de Santa Catarina.



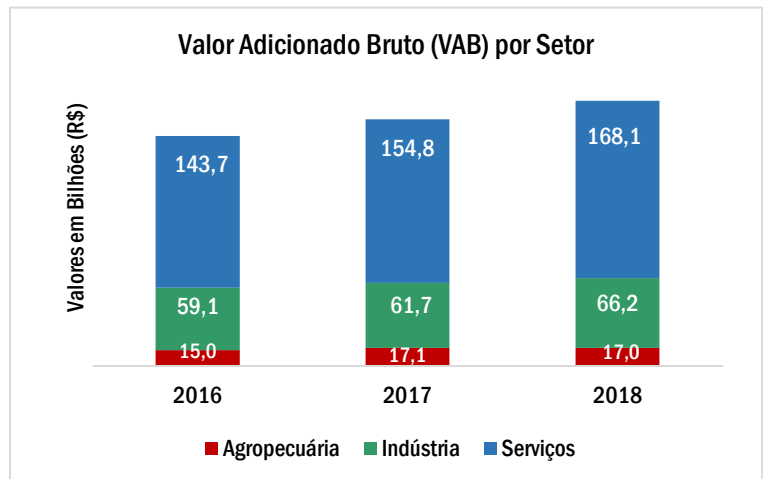
Fonte: IBGE – Contas Regionais, 2016



## ESTRUTURA DA ECONOMIA DE SC

A economia catarinense é caracterizada pelo Setor de Serviços, que corresponde por 66,0% do Valor Adicionado Bruto – VAB, e obteve um incremento de quase 5% no período 2012-2018. A Agropecuária contribui com 6,9% do VAB, e totalizou incremento de 2,5% no mesmo período. A Indústria diminuiu sua participação no VAB, de 33,7% em 2012 para 27,1% no ano de 2018.

**R\$ 251,3 bilhões** - Valor Adicionado Bruto - VAB em 2018 de SC. Crescimento entre os anos de 2016 e 2018 de 15,4%.



Valor Adicionado Bruto (VAB) por setor. Fonte: SDE-SC/Diec/Indicadores Econômicos, 2019

## PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO VAB DE SC

No período 2010-2016 verifica-se um consistente crescimento na participação do setor de Serviços no VAB, de 60,5% em 2010 para 66,0% em 2016, enquanto Indústria reduziu sua participação de 32,7% em 2010 para 27,1% em 2016. O setor agropecuário manteve uma participação média de 6,32% no período.

### ATIVIDADES ECONÔMICAS EM SANTA CATARINA

Valores em Percentual (%)

Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto (VAB)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Agropecuária</b>	<b>6,9</b>	<b>6,1</b>	<b>5,5</b>	<b>6,7</b>	<b>6,2</b>	<b>6</b>	<b>6,9</b>
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós- colheita	3,4	2,8	2,6	3,5	3,1	2,9	3,7
Pecuária, inclusive apoio à Pecuária	2,3	2,1	2	2,2	2,2	2,1	2,3
Produção florestal, pesca e aquicultura	1,1	1,1	1	1	1	1	0,9
<b>Indústria</b>	<b>32,7</b>	<b>33,7</b>	<b>32,3</b>	<b>30,8</b>	<b>30,3</b>	<b>28,7</b>	<b>27,1</b>
Indústrias extrativas	0,4	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4	0,3
Indústrias de transformação	22,3	23,6	22,7	21,9	22,2	20,4	19
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2,8	2,9	2,3	2,3	2,1	1,9	2
Construção	7,1	6,8	6,9	6,2	5,7	6	5,8
<b>Serviços</b>	<b>60,5</b>	<b>60,2</b>	<b>62,2</b>	<b>62,5</b>	<b>63,5</b>	<b>65,3</b>	<b>66,0</b>
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	15,3	15,3	16,1	15,1	16	15,7	15,3
Transporte, armazenagem e correio	4	4	4,3	4,5	4,3	4,1	4,2
Alojamento e alimentação	1,7	2	2,5	2,2	1,9	2,3	2,3
Informação e comunicação	2,4	2,4	2,4	2,2	2,6	2,9	2,7
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,2	3,2	3,4	3,3	3,5	3,7	4,2
Atividades imobiliárias	9,5	9,6	9	10,1	10,2	10,4	10,3
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	6,1	5,7	6,1	6,2	6	6,5	6,3
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	12,9	12,8	12,8	13,4	12,9	13,6	14,4
Educação e saúde privadas	2,6	2,6	3	3	3,1	3,2	3,3
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	1,8	1,8	1,8	1,8	1,9	1,7	1,7
Serviços domésticos	0,9	0,8	0,9	0,8	0,9	1	1,2

Fonte: IBGE – Contas Regionais, 2016

## 2.3.2 Setor Agropecuário

O setor Agropecuário consiste no conjunto de atividades primárias diretamente associadas ao cultivo de plantas (agricultura) e à criação de animais (pecuária) para o consumo humano ou fornecimento de matérias-primas na fabricação de roupas, medicamentos, biocombustíveis, produtos de beleza, entre outros.

### VALOR ADICIONADO BRUTO DA AGROPECUÁRIA EM 2016

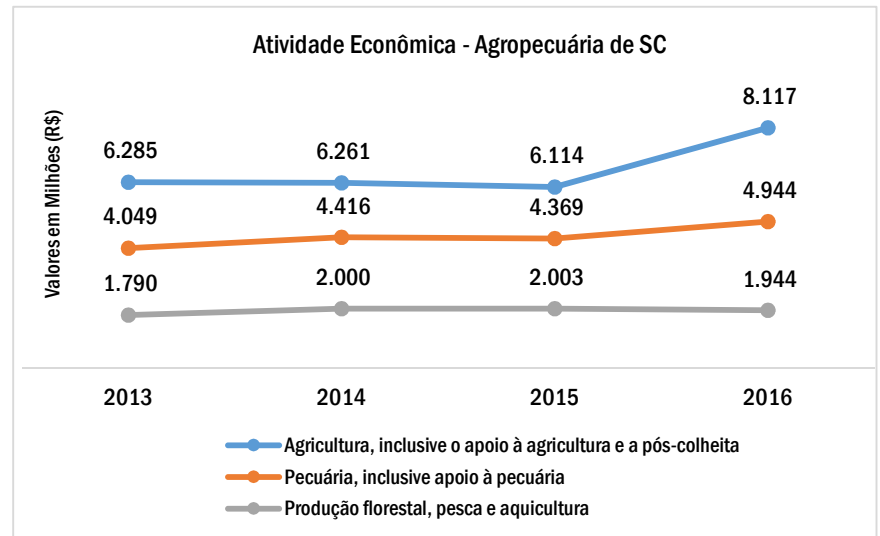
**R\$15,0 bilhões** Valor Adicionado Bruto - VAB da Agropecuária de SC em 2016.

**6,9 %**

Participação do Setor Agropecuário no VAB do Estado em 2016.

**Principais produtos** da agropecuária catarinense:

- Carne de frango
- Leite
- Carne suína
- Fumo
- Soja
- Milho em grão
- Madeira em tora
- Carne bovina
- Arroz

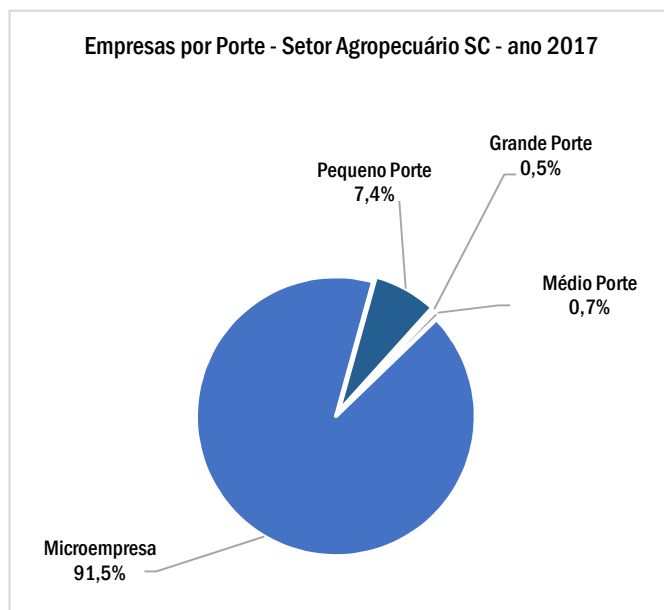


Fonte: IBGE - Contas Regionais, 2016

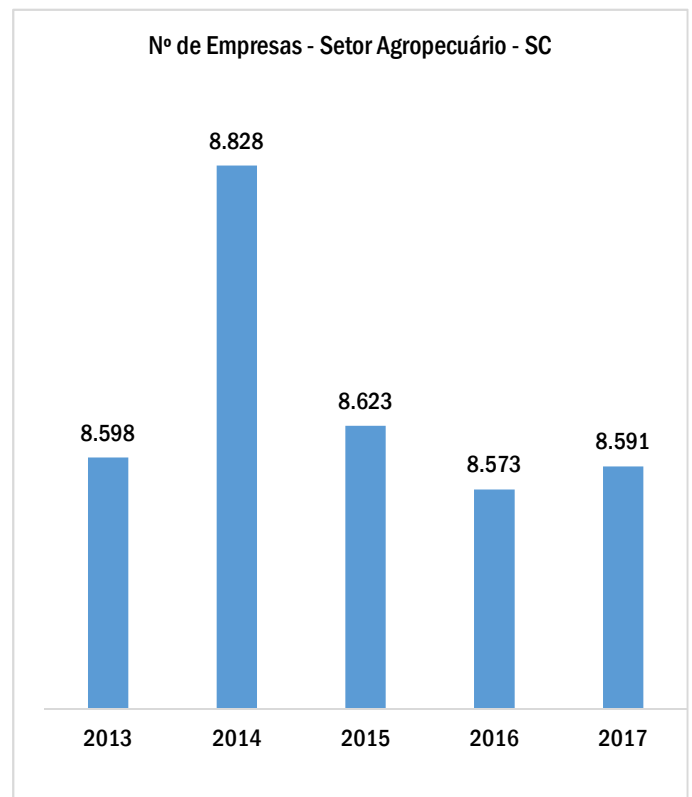
### EMPRESAS NO SETOR AGROPECUÁRIO EM SC

**91,5%** Percentual de microempresas no total de Empresas do setor Agropecuário de Santa Catarina em 2017.

**8.591** Empresas do setor Agropecuário em SC (2017).



Fonte: RAIS, 2017



Fonte: RAIS, 2017



## EMPREGOS NO SETOR AGROPECUÁRIO EM SC

### 40.908 empregos

Número de empregos no setor Agropecuário catarinense em 2017.

### R\$ 1.395

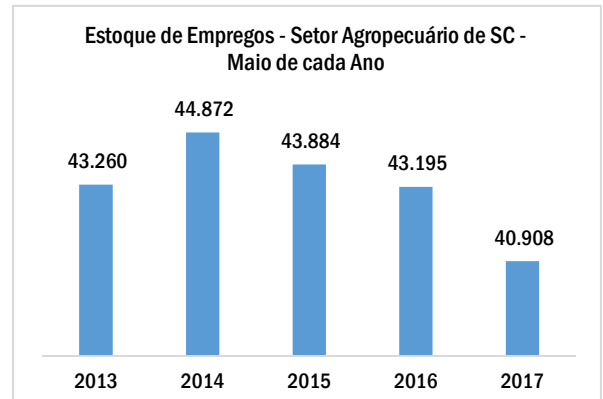
Salário médio pago no setor Agropecuário de SC em maio de 2019, correspondendo a 7ª posição dentre os Estados da Federação.

### -5,29%

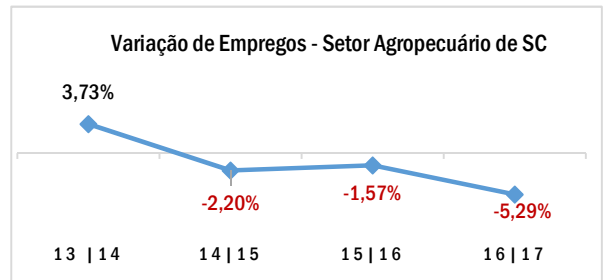
Varição dos empregos no período 2016-2017.

### 69,0%

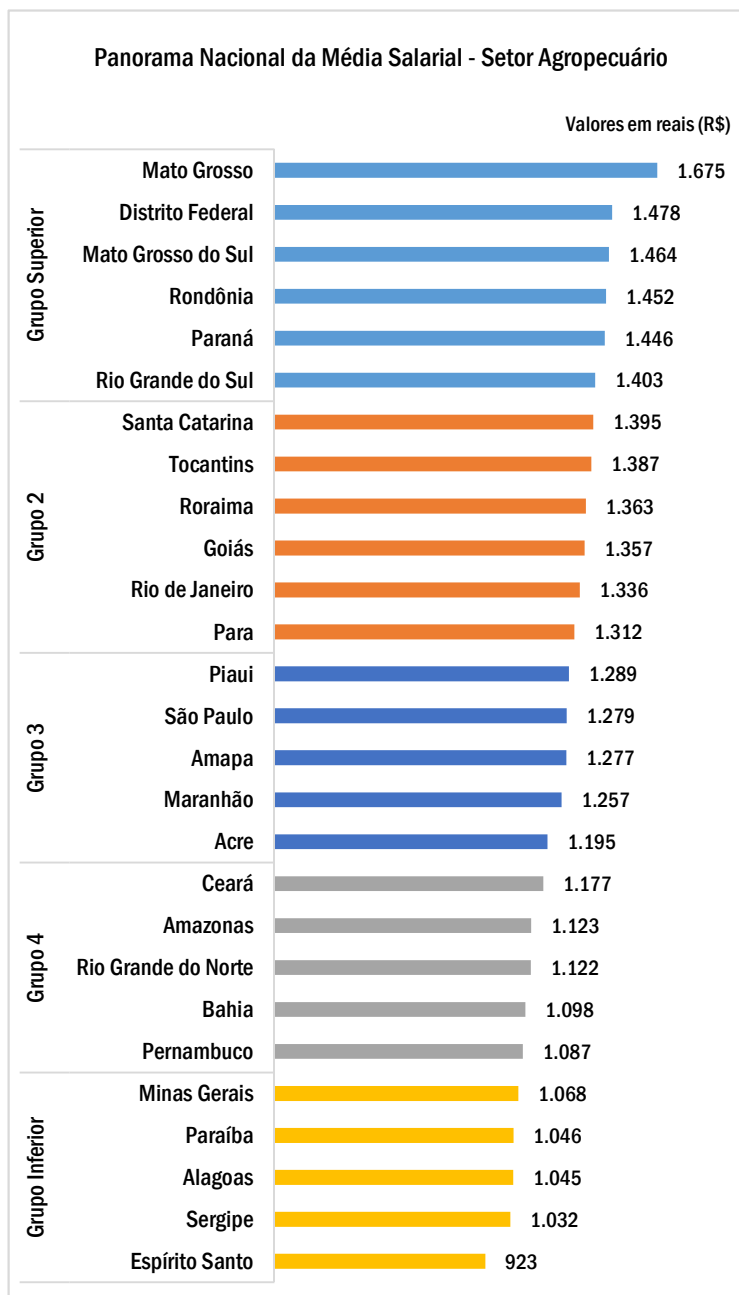
Dos empregos do setor Agropecuário correspondem a empresas de pequeno porte e microempresas.



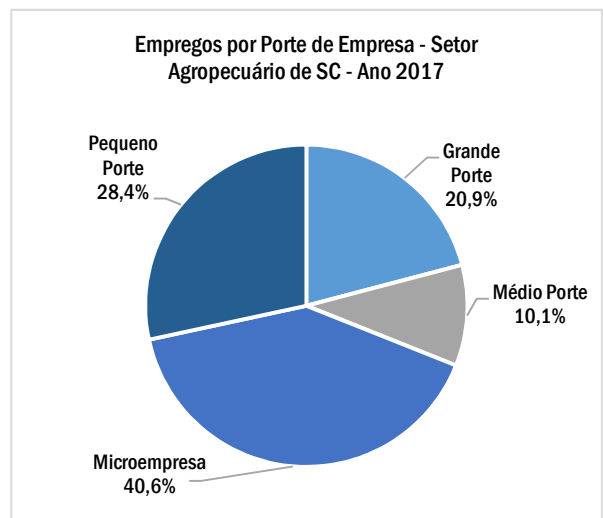
Fonte: RAIS, 2017



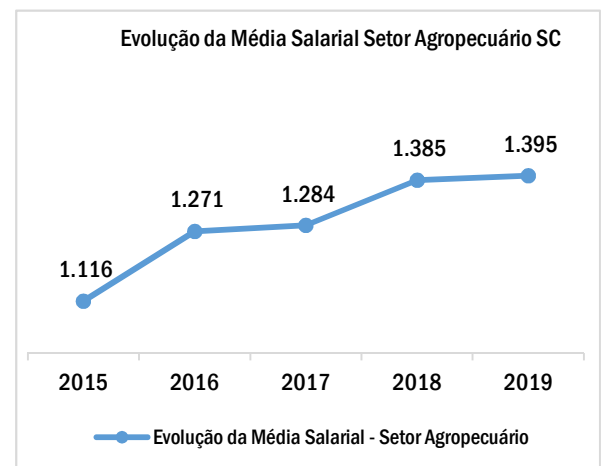
Fonte: RAIS, 2017



Fonte: CAGED, 2019



Fonte: RAIS, 2017



Fonte: CAGED, 2019

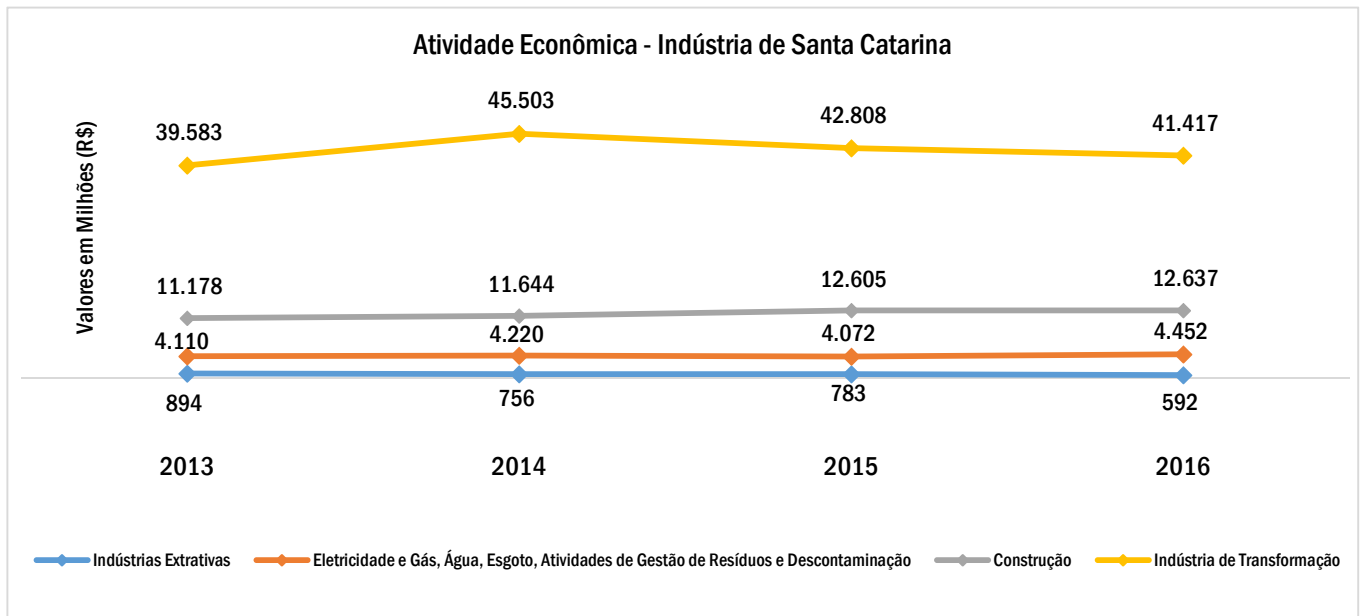
### 2.3.3 Setor Industrial

O setor Industrial transforma matérias-primas em produtos industrializados, tais como roupas, máquinas, medicamentos, automóveis, alimentos industrializados, eletrônicos, etc.

#### VALOR ADICIONADO BRUTO DA INDÚSTRIA EM 2016

**R\$59,09 bilhões** Valor Adicionado Bruto - VAB da Indústria em 2016.

**27,1%** Participação do Setor Industrial no VAB do Estado em 2016.

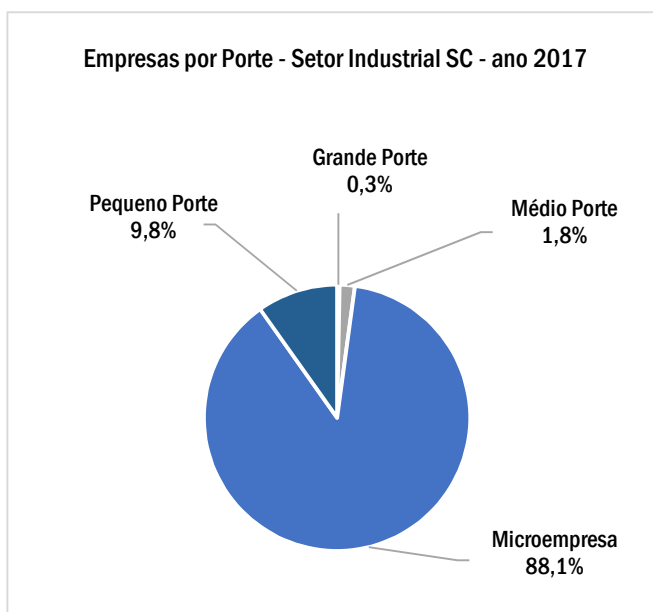


Atividade Econômica - Indústria 2016. Fonte: IBGE - Contas Regionais, 2016

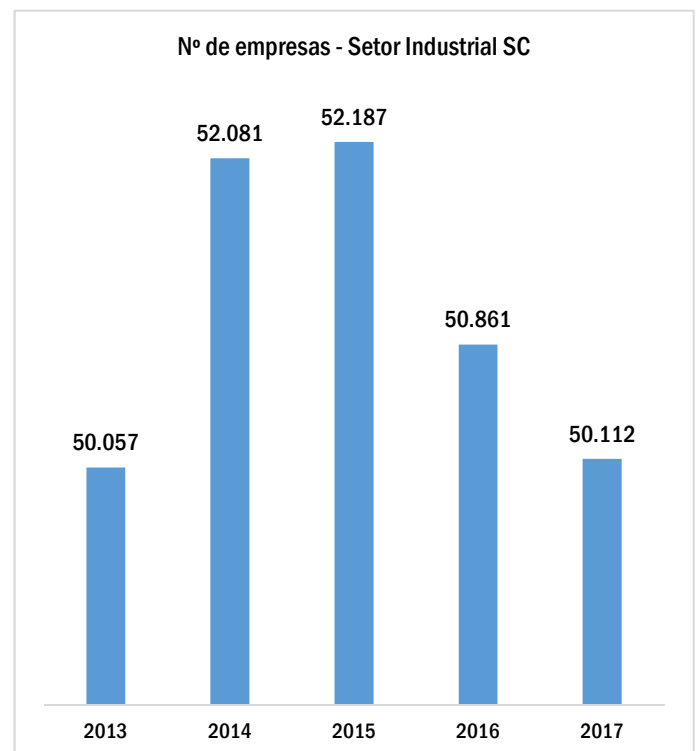
#### EMPRESAS NO SETOR INDUSTRIAL EM SC

**88,1%** Percentual de microempresas no total de empresas do setor Industrial de SC em 2017.

**50.112** Empresas no setor Industrial em SC (2017).



Fonte: RAIS, 2017



Fonte: RAIS, 2017



## EMPREGOS NA INDÚSTRIA EM SC

**753.685 empregos**

Número de empregos no setor Industrial catarinense em 2017.

**R\$ 1.820**

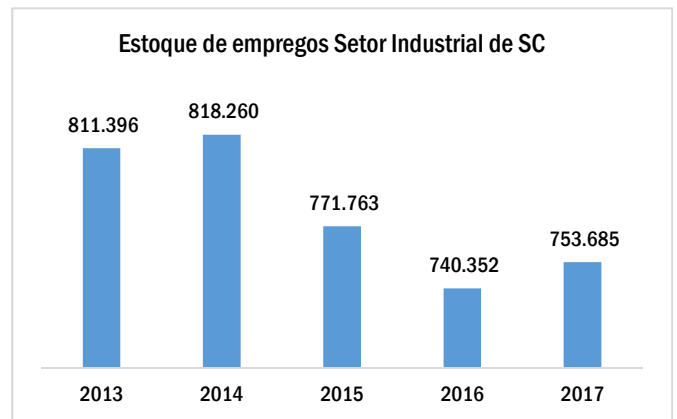
Salário médio pago pela indústria de SC em maio de 2019, correspondendo a 15ª posição dentre os Estados da Federação.

**1,83%**

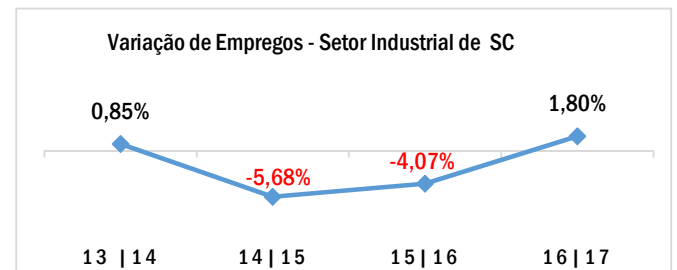
Varição dos empregos no período 2016-2017.

**25,5%**

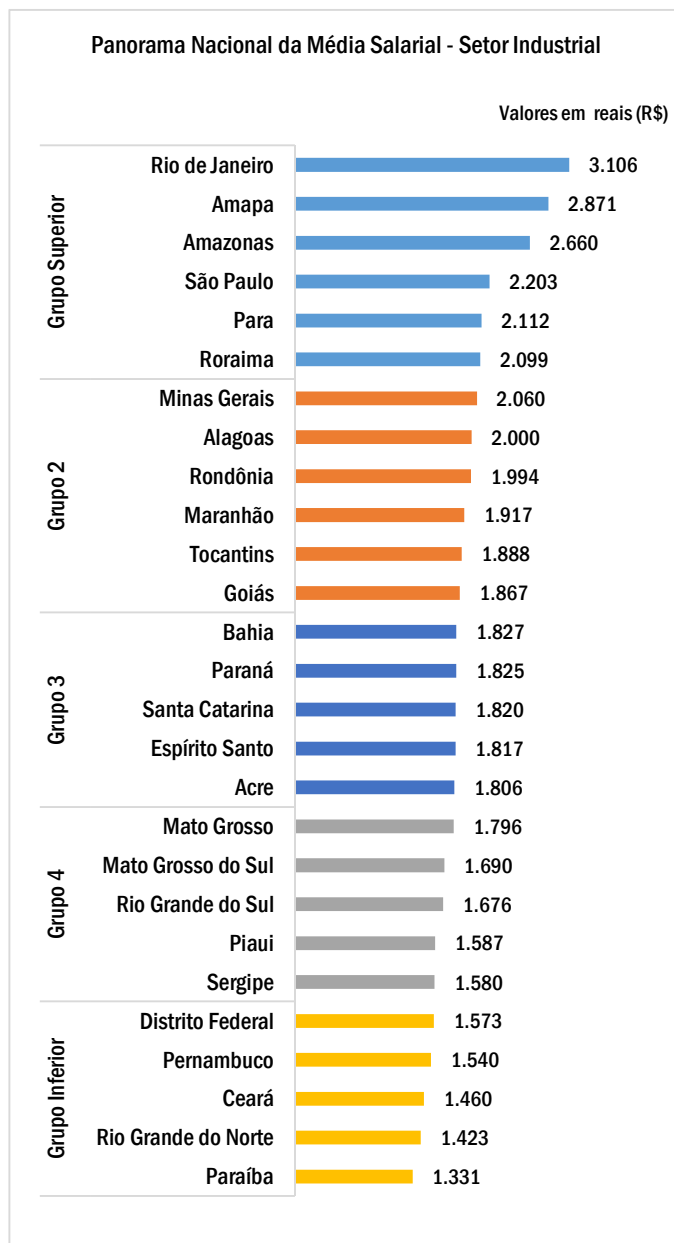
Varição do salário médio do setor Industrial de SC entre maio de 2015 e maio de 2019, de R\$ 1.450 para R\$ 1.820, respectivamente.



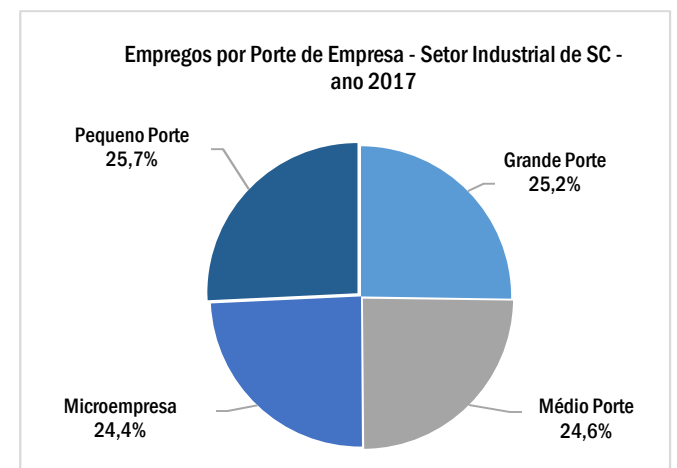
Fonte: RAIS, 2017



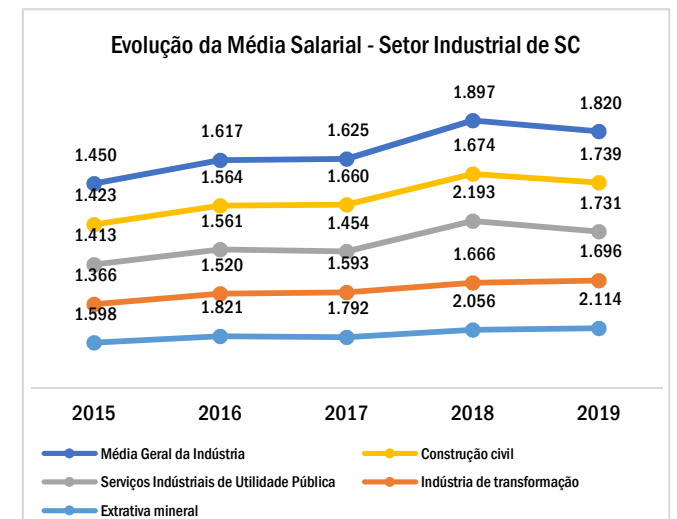
Fonte: RAIS, 2017



Fonte: CAGED, 2019



Fonte: RAIS, 2017



Fonte: CAGED, 2019

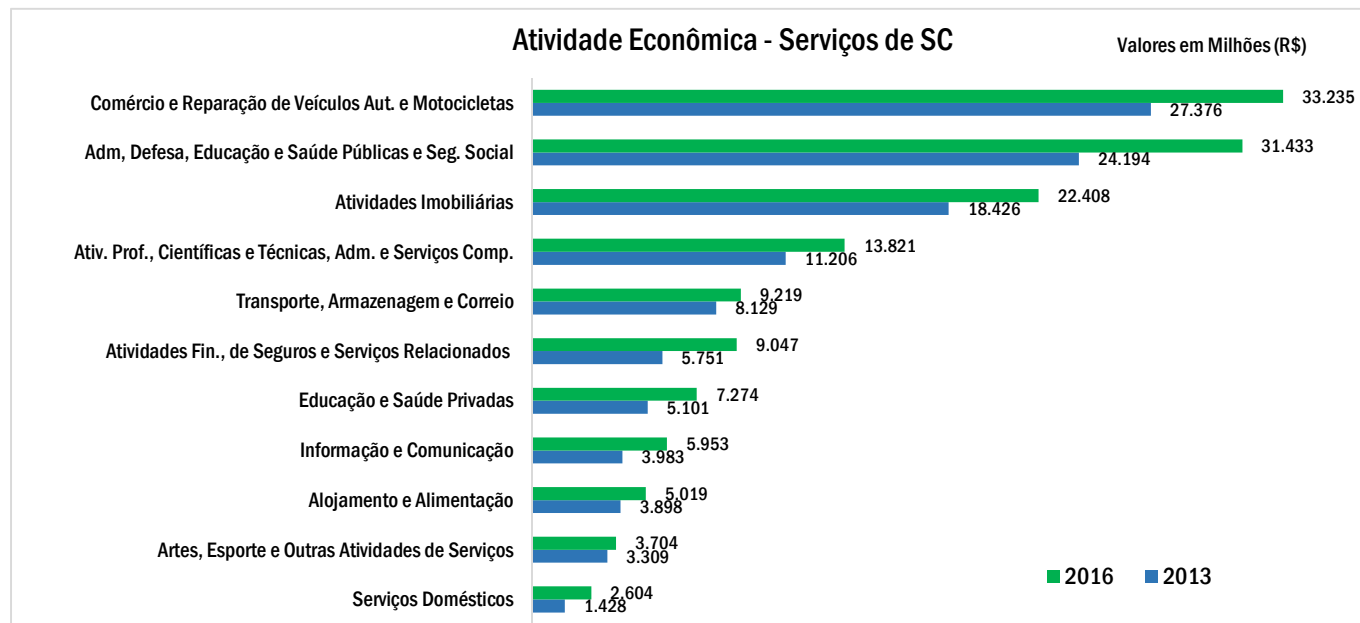
## 2.3.4 Setor de Serviços

Os Serviços caracterizam-se como produtos não materiais que pessoas ou empresas prestam a terceiros para satisfazer determinadas necessidades. A participação do setor de Serviços no Valor Adicionado Bruto – VAB de Santa Catarina vem crescendo, de 62,2% em 2012 para 66,0% em 2016, caracterizando-se como o principal setor econômico do Estado.

### VALOR ADICIONADO BRUTO DO SETOR DE SERVIÇOS EM 2016

**143,7 bilhões** Valor Adicionado Bruto – VAB do setor de Serviços de SC em 2016.

**66%** Participação do setor de Serviços no VAB de SC em 2016.

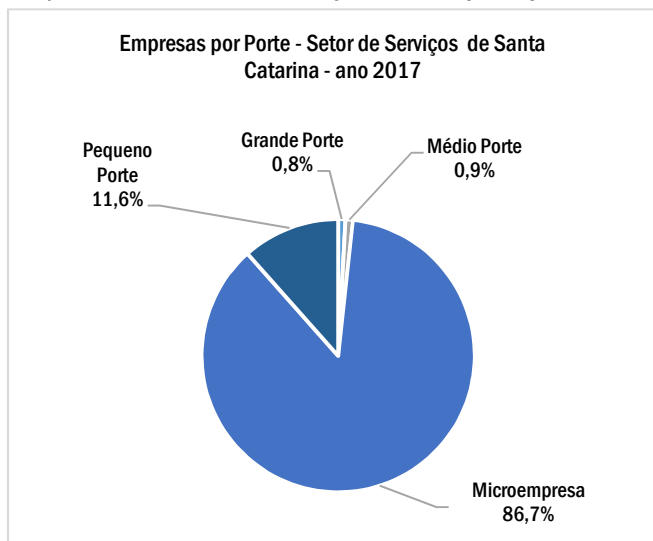


Atividade Econômica - Serviços 2016. Fonte: IBGE - Contas Regionais, 2016

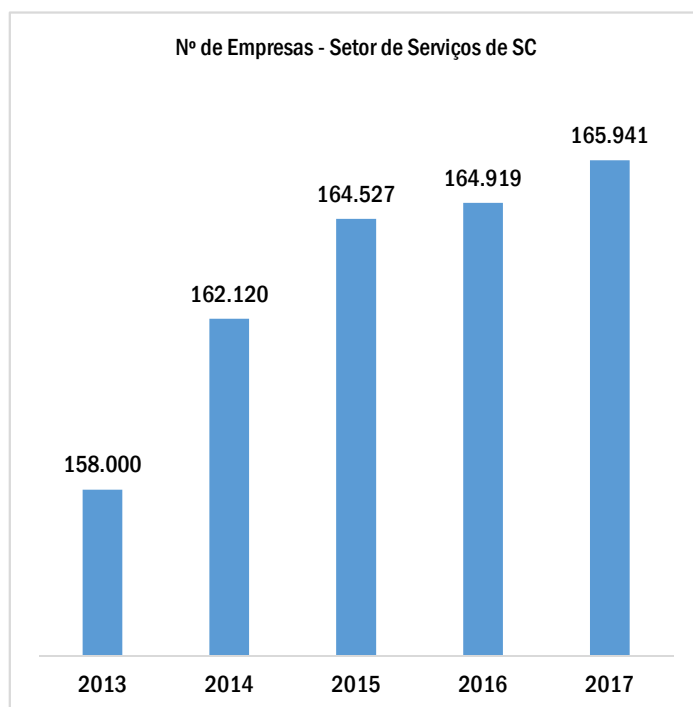
### EMPRESAS NO SETOR DE SERVIÇOS EM SC

**165.941** Empresas no setor de Serviços em SC (2017).

**86,7%** Percentual de microempresas no total de empresas do setor de Serviços em SC (2017).



Fonte: RAIS, 2017



Fonte: RAIS, 2017



## EMPREGOS NO SETOR DE SERVIÇOS EM SC

### 1.411.145 empregos

Número de empregos no setor de Serviços catarinense em 2017.

### R\$ 1.916

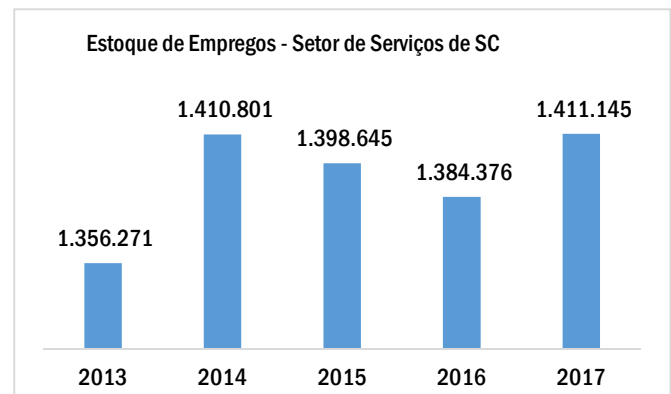
Salário médio pago pelo setor de Serviços de SC em maio de 2019, correspondendo a 10ª posição dentre os Estados da Federação.

### 42,2%

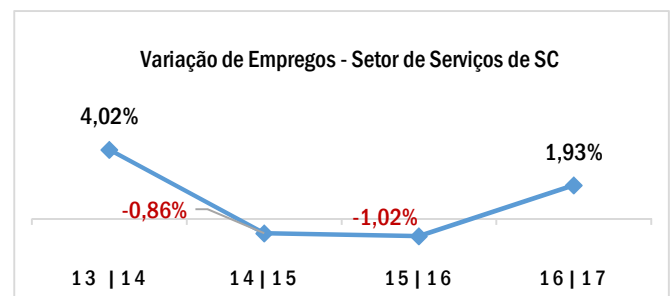
Dos empregos do setor de Serviços em SC concentrado em empresas de grande porte.

### 26,22%

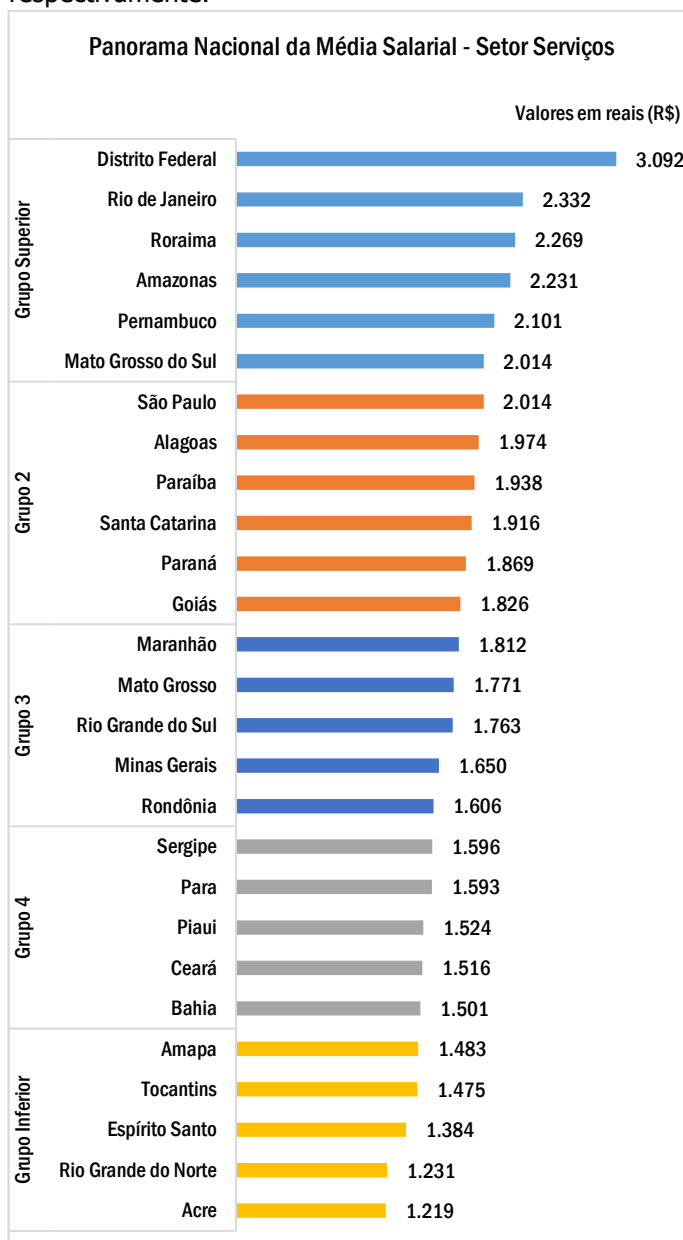
Variação do salário médio do setor de Serviços de SC entre maio de 2015 e maio de 2019, de R\$ 1.518 para R\$ 1.916, respectivamente.



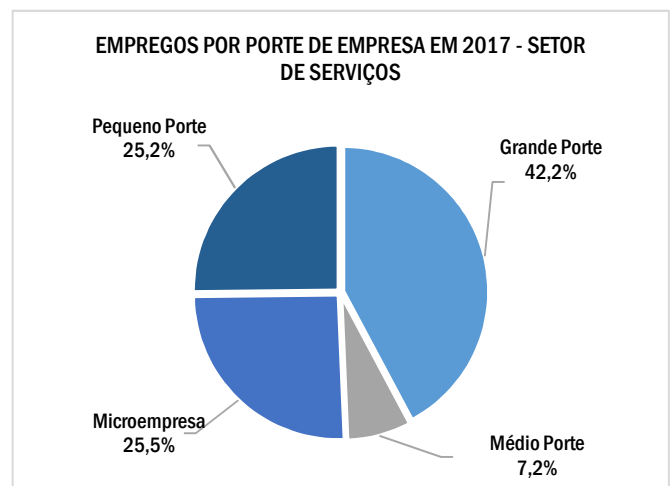
Fonte: RAIS, 2017



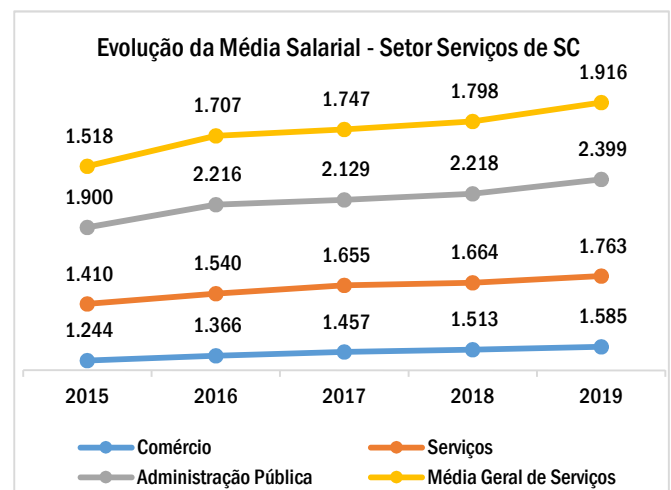
Fonte: RAIS, 2017



Fonte: CAGED, 2019



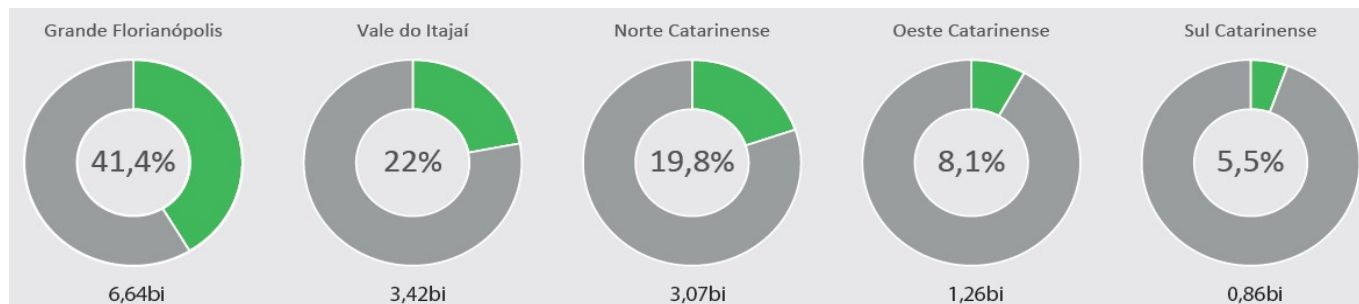
Fonte: RAIS, 2017



Fonte: CAGED, 2019

## 2.3.5 Área de Tecnologia e Inovação

De acordo com estudo do Observatório da Associação Catarinense de Tecnologia – ACATE sobre empresas de base tecnológica em Santa Catarina, estima-se que o setor representou cerca de 5,6% da economia do Estado (faturamento de R\$ 15,53 bilhões), considerando dados do PIB de 2015 (R\$ 249 bilhões).



Faturamento das empresas de inovação. Fonte: Observatório ACATE, 2018

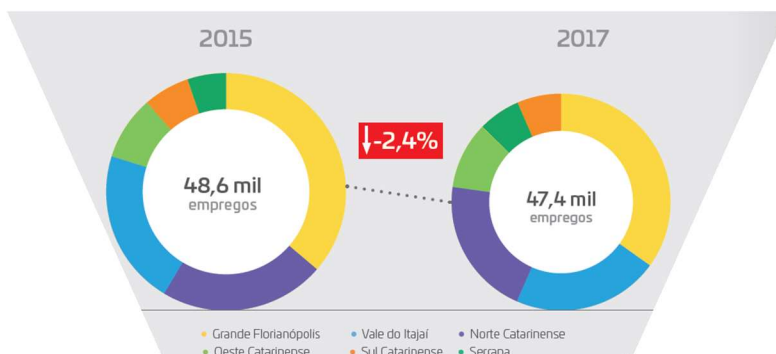
Santa Catarina se destaca dentre os principais polos de inovação do Brasil, com destaque para Grande Florianópolis e Blumenau, 4º e 5º maiores do Brasil em faturamento, respectivamente.



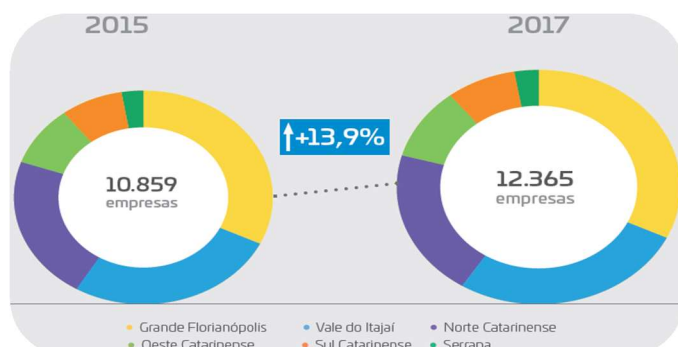
Faturamento médio dos polos de inovação. Fonte: Observatório ACATE, 2018

## EMPRESAS E EMPREGOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

**47.445** Empregos gerados na área de tecnologia e inovação em SC (2017).



Empregos no setor de inovação. Fonte: Observatório ACATE, 2018



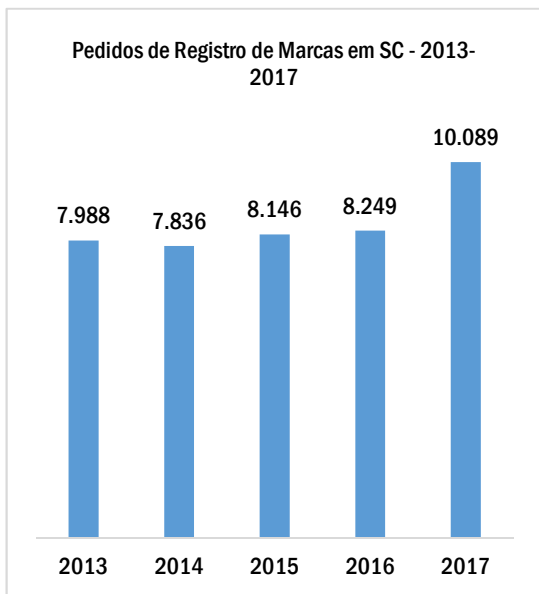
**12.365** Empresas da área de tecnologia e inovação em SC (2017), incremento de 13,9% no período 2015-2017.

Total de Empresas de inovação. Fonte: Observatório ACATE, 2018



## 2.3.6 Santa Catarina – Pedidos de Marcas e Patentes

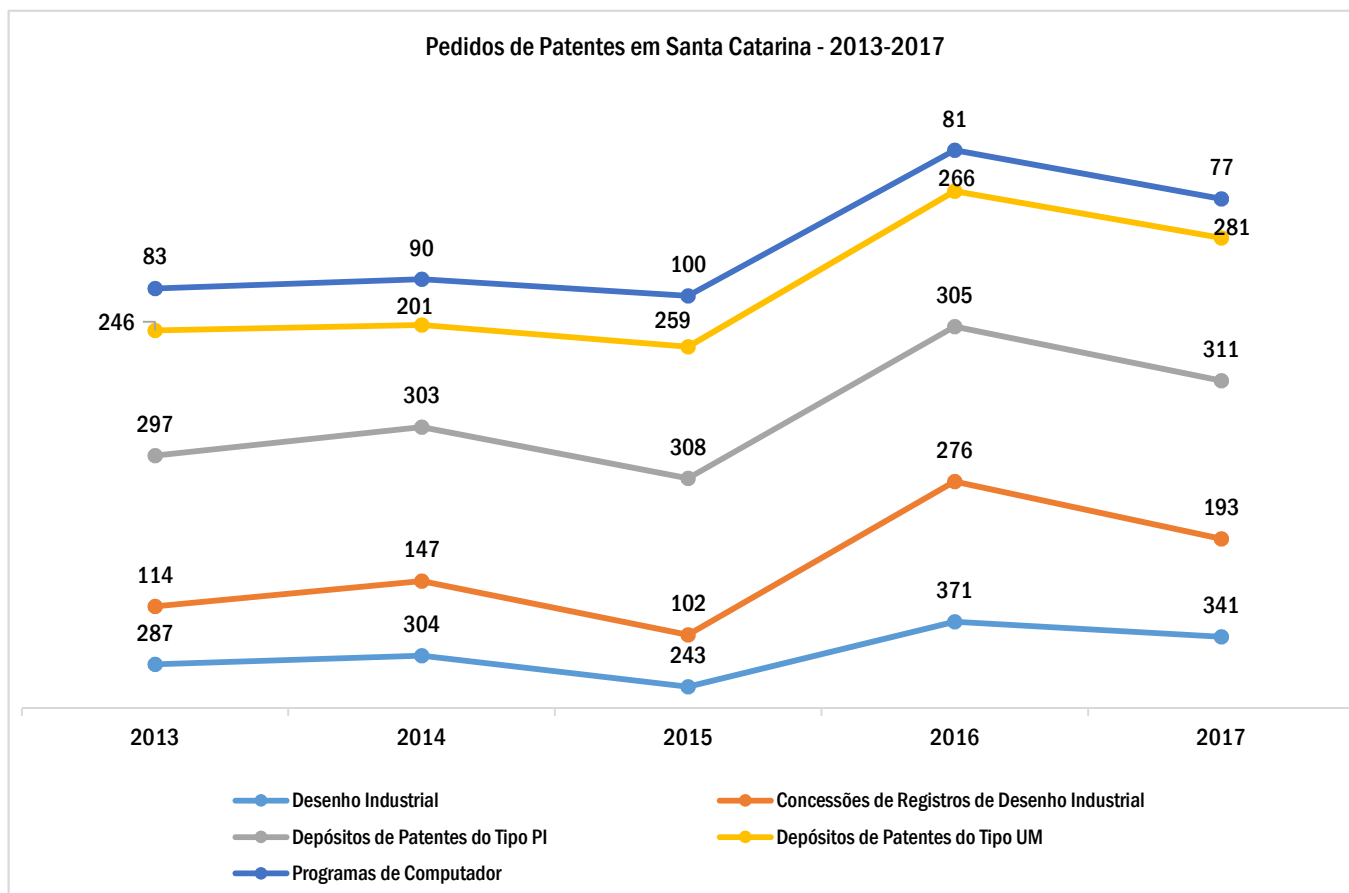
Em Santa Catarina foram registrados 311 pedidos de Patentes no ano 2017, 5,7% do total de pedidos realizados no Brasil, 6ª posição dentre os Estados.



Fonte: INPI, 2019

Posição	Estado	2017	Part (%)	Varição (2017/2016)
1	São Paulo	1640	29,9	3%
2	Rio de Janeiro	672	12,3	-3%
3	Minas Gerais	638	11,6	18%
4	Paraná	444	8,1	7%
5	Rio Grande do Sul	443	8,1	-8%
6	Santa Catarina	311	5,7	2%
7	Paraíba	177	3,2	164%
8	Ceará	169	3,1	26%
9	Pernambuco	153	2,8	2%
10	Goiás	116	2,1	20%
	Demais Estados	717	13,1	0%
<b>Total de Pedidos de Patentes</b>		<b>5480</b>	<b>100</b>	<b>5%</b>

Fonte: INPI, 2019



Fonte: INP, 2019. PI = Patentes de Invenção MU = Modelos de Utilização

## 2.3.7 Balança Comercial

### 2.3.7.1 Exportações

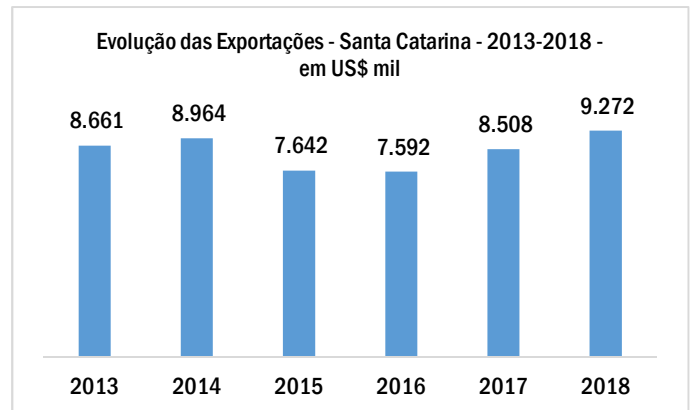
Em 2018 as exportações catarinenses alcançaram US\$ 9,272 bilhões de dólares, crescimento de 3,44% em relação ao ano de 2014. Santa Catarina ocupou em 2018 a 8ª colocação no ranking nacional.

**US\$ 9,272 bilhões FOB** Exportações de Santa Catarina em 2018.

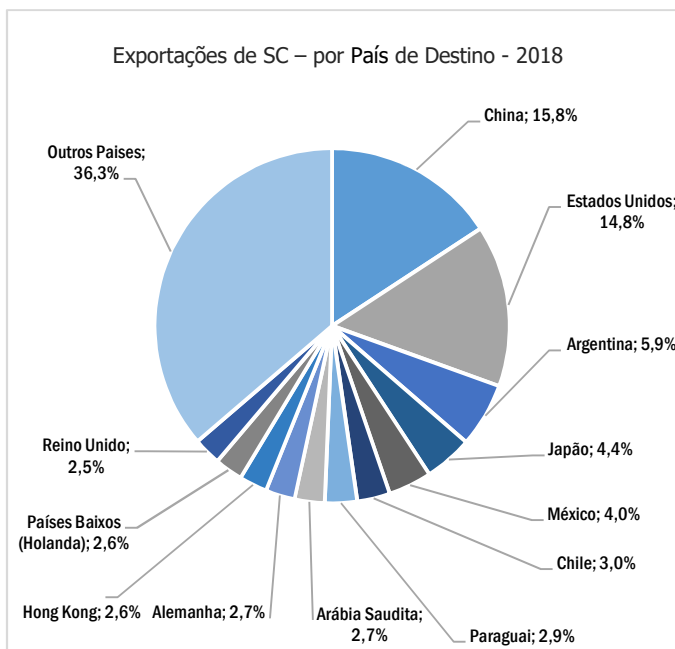
**1,83%** Crescimento médio das exportações de Santa Catarina entre 2013 e 2018.

**3,83%** Participação de Santa Catarina nas exportações brasileiras em 2018, correspondendo a 8ª posição dentre os Estados da Federação.

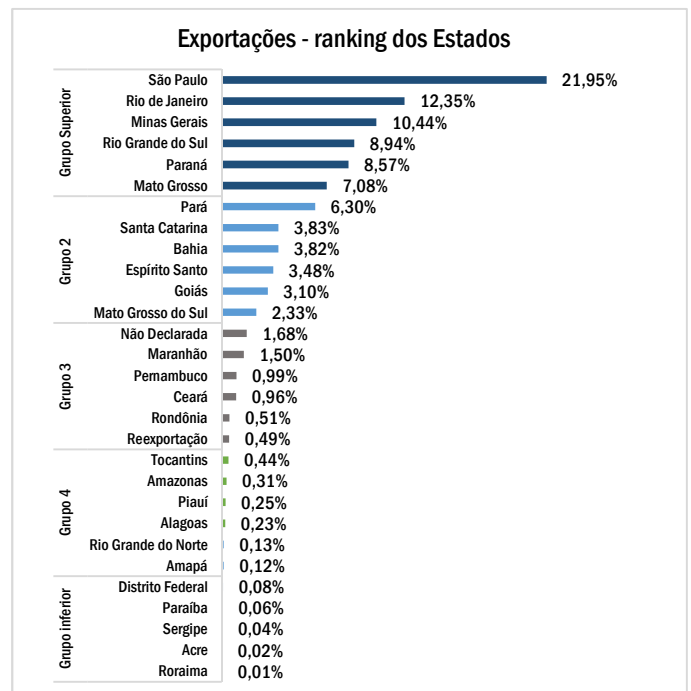
**15,8%** Das exportações de SC para China em 2018.



Fonte: MIDC, 2018



Fonte: MDIC, 2018

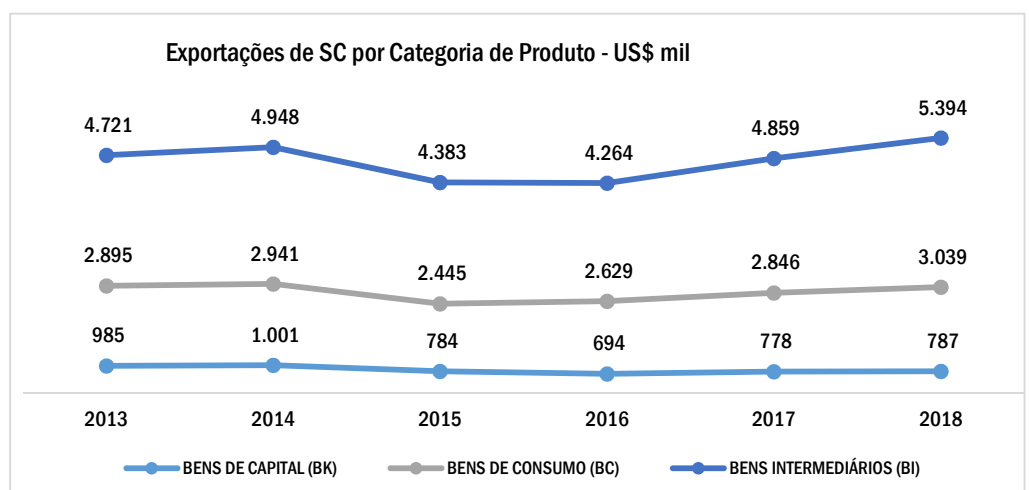


Fonte: MDIC, 2018

**33,0%** Participação dos Bens de Consumo (BC) nas exportações de Santa Catarina em 2018.

**58,5%** Das exportações de SC Bens Intermediários (BI).

**8,5%** Do valor exportado por SC representado por Bens de Capital (BK).



Fonte: MDIC, 2018

### 2.3.7.2 Importações

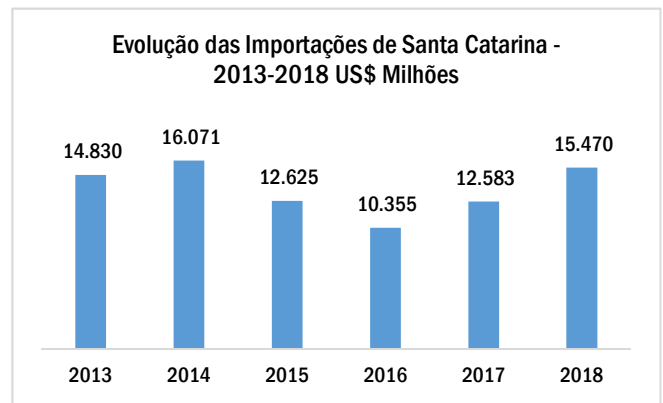
Em 2018 as importações catarinenses alcançaram US\$ 15,470 bilhões de dólares, ocupando a 3ª colocação no ranking nacional.

**US\$ 15,470 bilhões FOB** Importações de Santa Catarina em 2018.

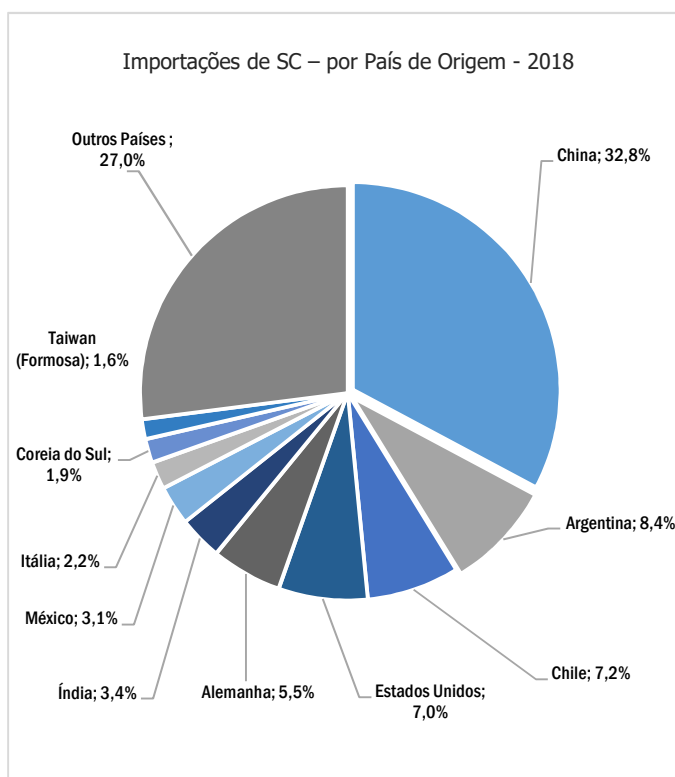
**2,68%** Crescimento médio das importações de Santa Catarina entre 2013 e 2018.

**8,83%** Participação de Santa Catarina das importações brasileiras, correspondendo a 3ª posição dentre os Estados da Federação.

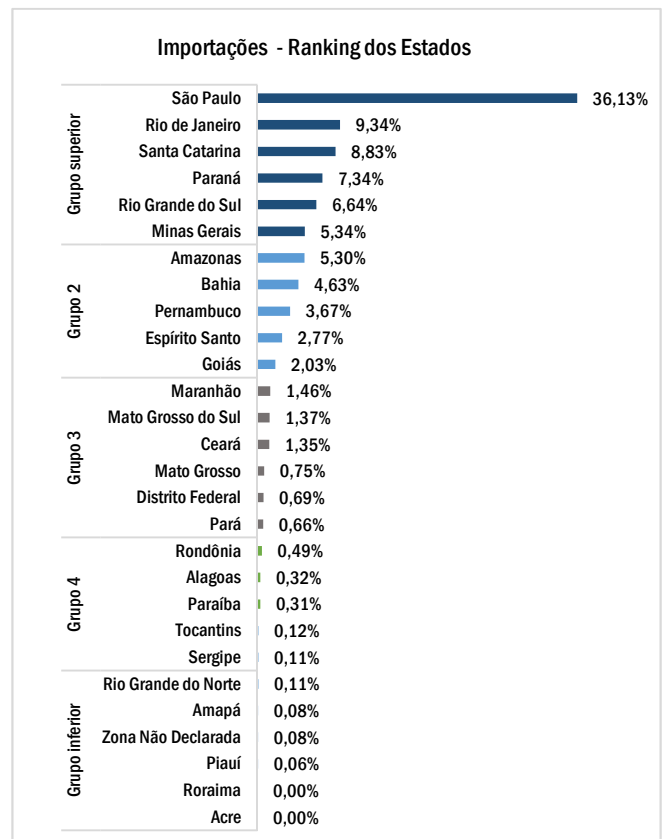
**32,8%** Das importações da China em 2018, principal origem das compras de SC.



Fonte: MDIC, 2018



Fonte: MDIC, 2018

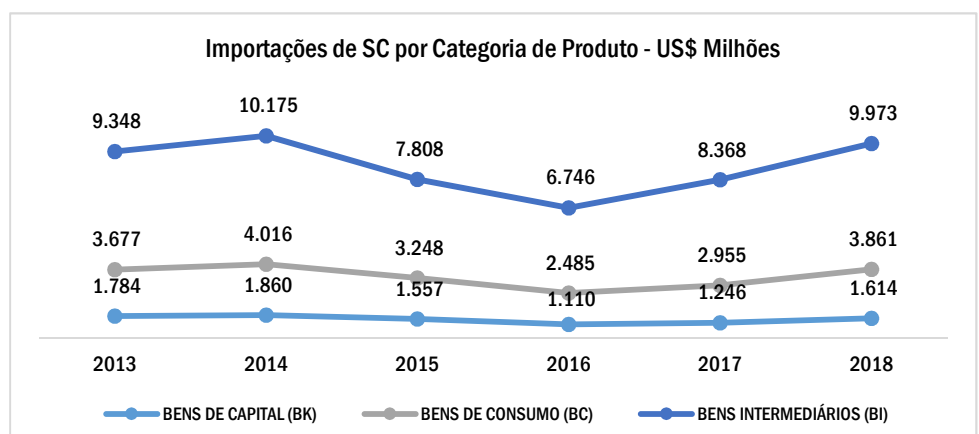


Fonte: MDIC, 2018

**25,0%** Participação dos Bens de Consumo (BC) nas importações de Santa Catarina em 2018.

**64,6%** Das importações de SC em Bens Intermediários (BI).

**10,4%** Do valor importado por SC representado por Bens de Capital (BK).



Fonte: MDIC, 2018



## 2.3.8 Empresas e Empregos

Segundo dados do Ministério da Economia no ano de 2017 Santa Catarina possuía um total de 224.644 empresas formalmente estabelecidas. O porte das empresas foi considerado conforme critério de classificação por número de funcionários. Micro: 0 a 9 empregados; Pequena: 10 a 49 empregados; Média: 50 a 499 empregados; Grande: 500 empregados ou mais. Segundo esse critério, as microempresas e empresas de pequeno porte representavam juntas 97,6% dos estabelecimentos do Estado.

### NÚMERO DE EMPRESAS

**224.644**

Número de empresas em Santa Catarina em 2017.

#### Distribuição das empresas por porte

**189.903 (84,5%)**

Microempresas (de 0 a 9 empregados).

**29.497 (13,1%)**

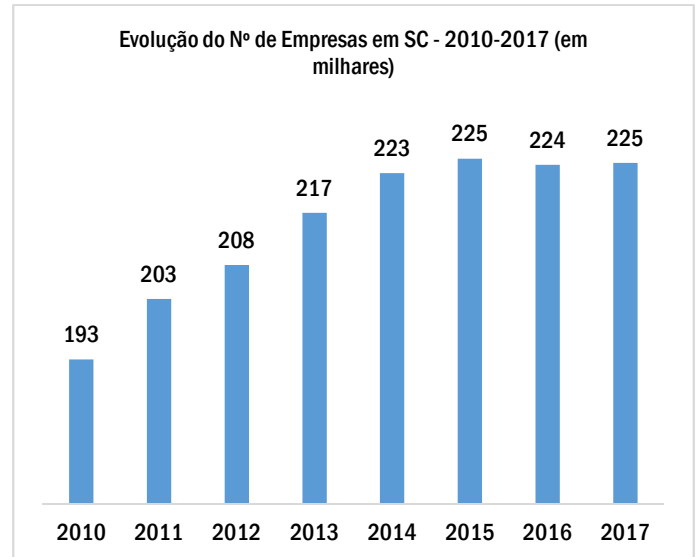
Pequenas empresas (de 10 a 49 empregados).

**4.855 (2,2%)**

Médias empresas (de 50 a 499 empregados).

**389 (0,2%)**

Grandes empresas (de 500 ou mais empregados).



Fonte: RAIS, 2017

### Número de Estabelecimentos por Atividade e Porte - Santa Catarina - 2017

ATIVIDADE	PORTE DOS ESTABELECEMENTOS				
	Microempresa	Pequeno Porte	Médio Porte	Grande Porte	Total Geral
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	7.861	633	94	3	8.591
Extrativa Mineral	284	102	20	2	408
Indústria de Transformação	25.599	7744	1799	143	35.285
Serviços Industriais de Utilidade Pública	478	159	83	4	724
Construção Civil	11.832	1655	202	6	13.695
Comércio	71.298	8898	930	8	81.134
Serviços	72.239	10148	1434	128	83.949
Administração Pública	312	158	293	95	858
<b>Total Geral</b>	<b>189.903</b>	<b>29.497</b>	<b>4.855</b>	<b>389</b>	<b>224.644</b>
(%)	84,5%	13,1%	2,2%	0,2%	100,0%

Fonte: RAIS, 2017

A tabela acima mostra a importância do comércio e dos serviços com o maior número de empresas, um percentual de 73,5% das empresas de Santa Catarina no ano de 2017, sobretudo, das microempresas. As grandes empresas estão concentradas nas áreas dos serviços e na indústria de transformação.



## NÚMERO DE EMPREGOS

**2.205.738**

Número de empregos em Santa Catarina em 2017.

### Distribuição dos empregos por porte de empresas

**478.494 (21,69%)**

Microempresas (de 0 a 9 empregados).

**560.096 (25,39%)**

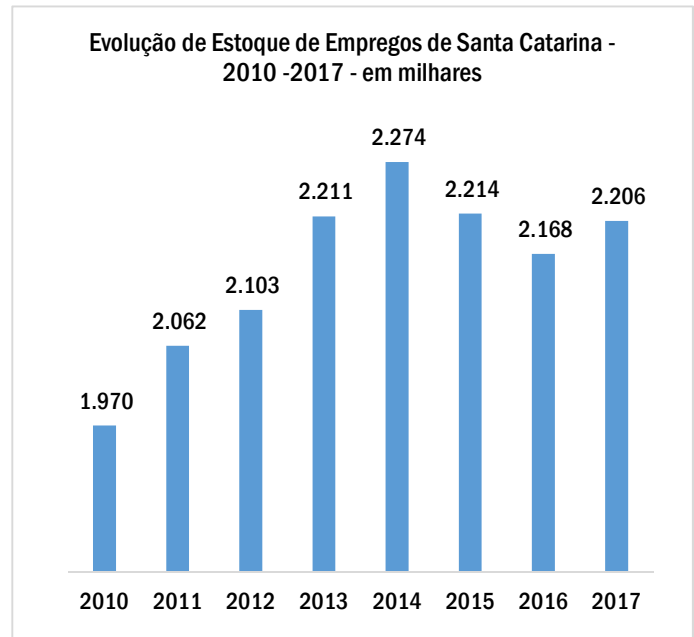
Pequenas empresas (de 10 a 49 empregados).

**615.157 (27,89%)**

Médias empresas (de 50 a 499 empregados).

**551.991 (25,03%)**

Grandes empresas (de 500 ou mais empregados).



Fonte: RAIS, 2017

### Número de Empregos por tipo de Atividade e Porte da empresa - Santa Catarina - 2017

Atividade	Porte dos Estabelecimentos				
	Microempresa	Pequeno Porte	Médio Porte	Grande Porte	Total Geral
Extrativa Mineral	919	2.110	2.317	1.398	6.744
Indústria de Transformação	76.453	154.746	232.250	181.186	644.635
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.420	3.650	11.526	3.577	20.173
Construção Civil	23.832	32.431	21.849	4.021	82.133
Comércio	182.491	157.944	101.037	5.192	446.664
Serviços	175.377	193.755	172.720	159.476	701.328
Administração Pública	1.392	3.856	62.785	195.120	263.153
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	16.610	11.604	10.673	2.021	40.908
<b>Total Geral</b>	<b>478.494</b>	<b>560.096</b>	<b>615.157</b>	<b>551.991</b>	<b>2.205.738</b>
(%)	21,69%	25,39%	27,89%	25,03%	100,00%

Fonte: RAIS,2017

A tabela acima mostra a distribuição dos empregos por tamanho de empresas em Santa Catarina e o Estado possui uma distribuição em média de 25% por porte do total de empresas. As 615.157 empresas com porte médio representam 27,89%.

## 3. DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

Diagnóstico do Estado de Santa Catarina estruturado em quatro dimensões (Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Mobilidade e Gestão Pública), detalhado em setores atividade. A seguir apresentamos informações, segmentadas por dimensão e setor atividade, referentes ao diagnóstico setorial realizado pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual.

### 3.1 Dimensão: Desenvolvimento Social

#### 3.1.1 Educação de Qualidade

##### Secretaria de Estado da Educação - SED

A qualificação dos catarinenses constitui o principal desafio estratégico que orienta as prioridades definidas em matéria de política educacional. Estas prioridades inscrevem-se no quadro definido pelo Plano Catarinense de Educação, reconhecendo a educação e a formação como fatores insubstituíveis de desenvolvimento econômico e tecnológico, de coesão social, de desenvolvimento pessoal e de exercício pleno da cidadania.

Nas últimas décadas Santa Catarina investiu fortemente na qualificação da população, que se traduziu em progressos substanciais em matéria de educação. Contudo, o Estado continua com um déficit estrutural de formação e qualificação da população que exige uma aposta clara e persistente na resolução dos problemas que têm impedido o atingimento de padrões dos países desenvolvidos, especialmente relacionados com os níveis de reprovação e abandono escolar, o déficit de qualificação da população ativa e na qualidade do ensino.

A superação destes obstáculos só é possível através da concretização de medidas que posicionem a escola no centro da política educativa, qualificando-a, melhorando o seu funcionamento e organização e os resultados escolares dos alunos.

#### UNIDADES EXECUTORAS

- Secretaria de Estado da Educação
- Fundação Catarinense de Educação Especial
- Fundo Estadual de Educação – FEDUC

#### Participação social

- Conselho Estadual de Educação

#### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Missão	Promover uma educação escolar de qualidade a todos os catarinenses.
Visão de futuro	Elevar a educação de Santa Catarina ao mesmo patamar dos países desenvolvidos.
Valores	Equidade, Igualdade, Qualidade, Ética, Responsabilidade Social e Transparência.

#### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Melhorar a qualidade da educação básica;
- Ampliar a oferta e melhorar a qualidade do ensino profissional;
- Garantir o acesso e a permanência do aluno na escola.



## INDICADORES E METAS

TEMAS	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
		DATA	ÍNDICE	ANO
Qualidade do ensino	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos iniciais do ensino fundamental da rede estadual	2017	6,0	6,4 (2021)
	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos finais do ensino fundamental da rede estadual	2017	4,8	6,0 (2021)
	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no ensino médio da rede estadual	2017	3,6	5,3 (2021)
	Percentual de alunos com nível de proficiência igual ou superior a 4 em língua portuguesa no 5º ano do ensino fundamental (Inep/Saeb)	2017	66,26	88,0 (2024)
	Percentual de alunos com nível de proficiência igual ou superior a 4 em língua portuguesa no 9º ano do ensino fundamental (Inep/Saeb)	2017	42,11	88,0(2024)
	Percentual de alunos com nível de proficiência igual ou superior a 4 em língua portuguesa no 3º ano do ensino médio (Inep/Saeb)	2017	22,89	88,0(2024)
	Percentual de alunos com nível de proficiência igual ou superior a 4 em matemática no 5º ano do ensino fundamental (Inep/Saeb)	2017	72,96	75,0 (2024)
	Percentual de alunos com nível de proficiência igual ou superior a 4 em matemática no 9º ano do ensino fundamental (Inep/Saeb)	2017	41,45	75,0 (2024)
	Percentual de alunos com nível de proficiência igual ou superior a 4 em matemática no 3º ano do ensino médio (Inep/Saeb)	2017	25,02	75,0 (2024)
Universalização do atendimento escolar	Taxa líquida de frequência à escola da população de 15 a 17 anos de idade (Inep/relatório monitoramento PNE 2018)	2017	76,5	100,0 (2024)
	Taxa líquida de frequência à escola da população de 6 a 14 anos de idade (Inep/relatório monitoramento PNE 2018)	2017	98,6	100,0 (2024)
	Escolaridade média da população total de 18 a 29 anos de idade (Inep/relatório monitoramento PNE 2018)	2016	9,9	12 (2024)

### Quadro de servidores da Secretaria de Estado da Educação

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
17.763	24.278	30.013	72.054

### Quadro de servidores da Fundação Catarinense de Educação Especial

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
1.166	2.709	670	4.545

### Números da rede estadual – 2018

ESCOLAS	ALUNOS	PROFESSORES
1.291	531.243	26.044 Funções docentes

Fontes: (1) Diretoria de Gestão de Pessoas – SED/SC.  
(2) Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE/SC  
(3) SED/DIPE/SC (Inep censo educação básica 2018)

## DIAGNÓSTICO SANTA CATARINA – EDUCAÇÃO

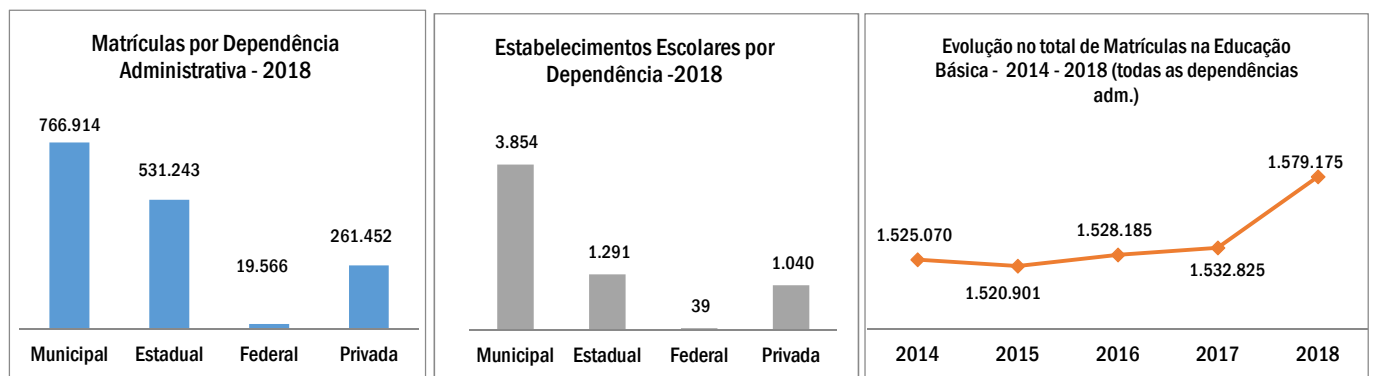
O Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, em cumprimento ao Artigo 214 da Constituição Federal e ao Artigo 166 da Constituição Estadual, materializa propostas educacionais para a melhoria da qualidade da educação e, por consequência, contribui efetivamente para a construção de uma sociedade menos desigual. O Plano confere materialidade ao discurso de educação como direito de todos e responsabilidade do Estado, mediante a institucionalização do Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, que integra ações em regime de colaboração com a União e os Municípios. Deste modo, viabiliza a democratização do acesso, a qualificação da permanência do estudante na escola e a formação de cidadãos críticos, bem como a valorização dos profissionais da educação.

## POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

Ano	0 a 3	4 a 5	6 a 10	11 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 59	60 a 79	80 ou mais
2000	377.471	202.008	508.202	421.802	319.694	694.728	441.236	1.960.786	383.878	46.555
2010	320.798	171.004	454.406	416.105	326.188	784.656	566.483	2.551.883	576.176	80.737
Varição (%) 2000/2010	-15,01	-15,35	-10,59	-1,35	2,03	12,94	28,39	30,15	50,09	73,42

Fonte: IBGE/Censo Demográfico

## EDUCAÇÃO BÁSICA



Fonte: Inep censo educação básica 2018

## ENSINO FUNDAMENTAL

### Ensino fundamental SC - 2018

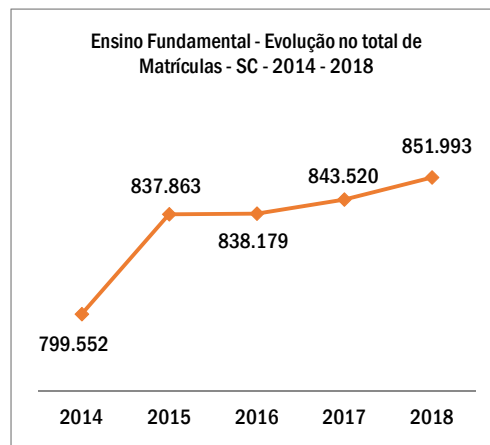
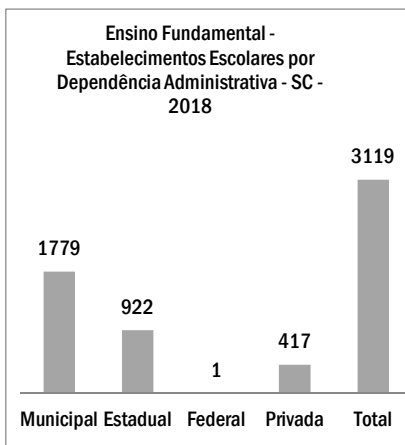
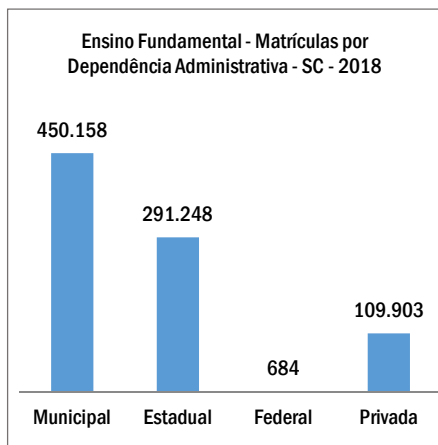
- 851.993 matrículas distribuídas em 3.119 estabelecimentos escolares;
- 52,84% das matrículas na rede pública municipal.

O ensino fundamental, segunda etapa obrigatória da Educação Básica, passou a ter duração de nove anos a partir da Lei Federal nº 11.274/2006, com ampliação da faixa etária recomendada (6 a 14 anos). Composto pelos anos iniciais (faixa etária de 6 a 10 anos) e pelos anos finais (faixa etária de 11 a 14 anos) é incumbência prioritária dos Municípios (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, 1996,

Artigo 11, inciso V), em colaboração com os Estados, respeitada as distribuições proporcionais das responsabilidades e dos recursos financeiros em cada uma das esferas do Poder Público (LDB, 1996, Artigo 10, Inciso II).

Com um total de 27.183.970 matrículas no ensino fundamental em 2018, sendo 15.176.420 nos anos iniciais e 12.007.550 nos anos finais, o Brasil registrou uma queda de 0,6% em relação a 2017, correspondendo a uma redução de 164.110 matrículas. Neste mesmo período, Santa Catarina apresentou queda superior a média nacional, (redução de 8.473 matrículas), registrando um total de 851.993 matrículas no ensino fundamental, distribuídas em 3.119 estabelecimentos escolares, cuja oferta majoritária é na rede pública municipal (57,04%).





Fonte: Inep censo educação básica 2018

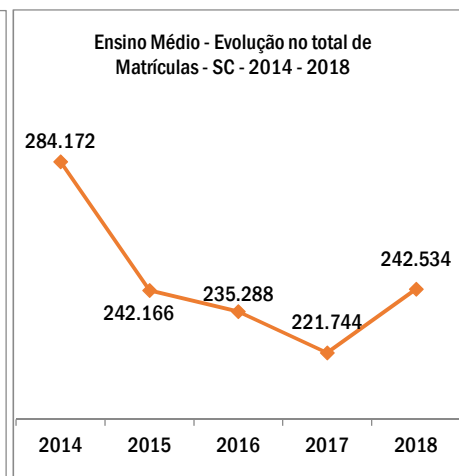
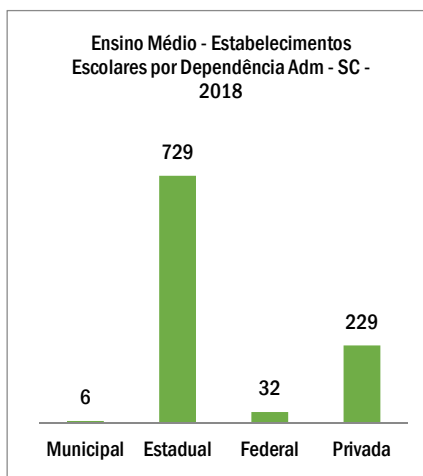
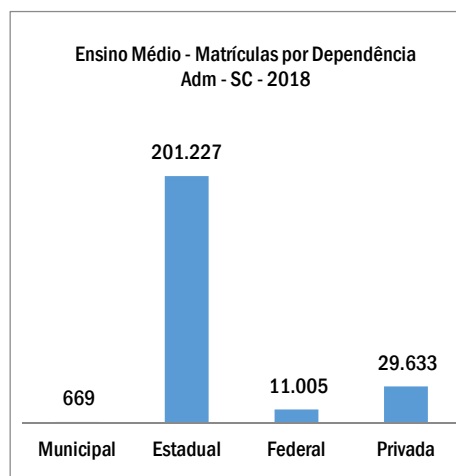
## ENSINO MÉDIO

### Ensino médio -2018

- 242.534 matrículas distribuídas em 996 estabelecimentos escolares;
- 82,97% das matrículas na rede pública estadual.

É dever prioritário dos Estados a oferta do ensino médio, última etapa da Educação Básica, para todos que demandarem, inclusive aqueles que não puderam concluí-lo na idade certa, conforme Artigo 10, Inciso VI, da LDB (redação dada pela Lei Federal nº 12.061/2009).

Em 2018 o Brasil registrou 7.709.929 matrículas no ensino médio, queda de 2,78% em relação a 2017, representando uma redução de 220.455 matrículas. Ao contrário do Brasil, neste mesmo período Santa Catarina apresentou um incremento 9,38% no total de matrículas, registrando 242.534 matrículas, distribuídas em 996 estabelecimentos escolares.



Fonte: Inep censo educação básica 2018

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

### Educação Profissional (níveis fundamental e médio) - 2018

- 66.786 matrículas distribuídas em 274 estabelecimentos escolares;
- 46,42% das matrículas na rede privada de ensino.

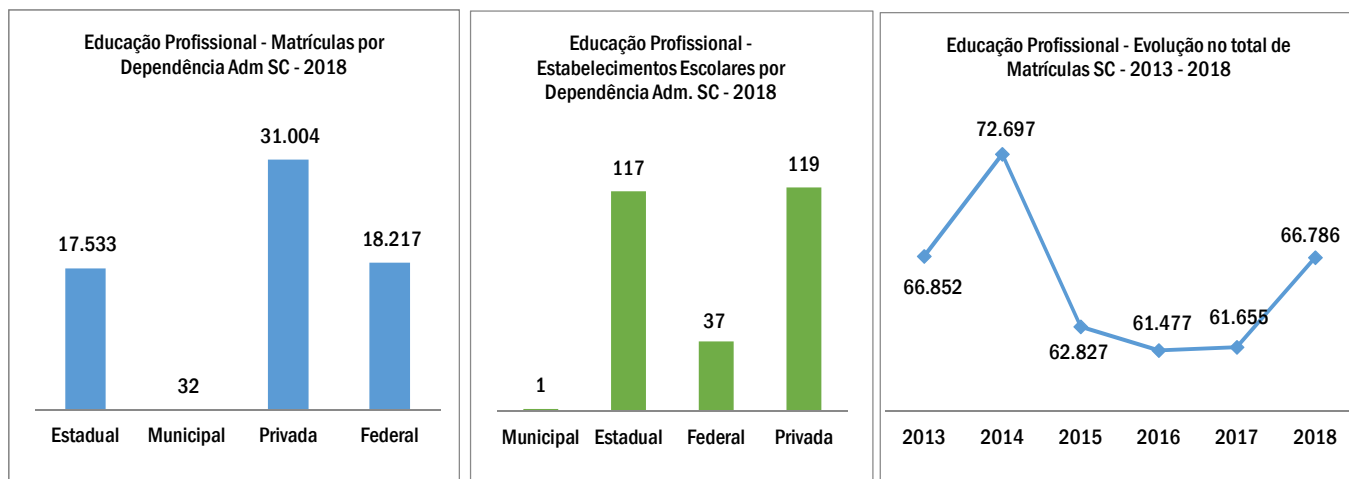
A Educação Profissional e Tecnológica integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, ciência e tecnologia, abrangendo cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, de Educação Profissional Técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Artigo 39 da LDB, redação dada pela Lei Federal nº 11.741/2008).

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 4/2010 (Conselho Nacional de Educação - CNE - Câmara de Educação Básica - CEB), a Educação Profissional e Tecnológica articula-se com o ensino regular e com outras modalidades educacionais: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial e Educação à Distância.



Na Educação Básica especificamente a modalidade de Educação Profissional e Tecnológica ocorre por meio dos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, bem como através dos cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio (Artigo 32, da Resolução CNE/CEB nº 4/2010).

De acordo com o censo escolar de 2018, na Educação Profissional (níveis fundamental e médio), 3,51% das matrículas no âmbito nacional e 20,60% das matrículas da Região Sul foram registradas em Santa Catarina, representando 66.786 matrículas, distribuídas nas redes pública e privada: 17.092 das matrículas no ensino médio integrado à educação profissional, 9.641 matrículas na Educação Profissional concomitante ao ensino médio e 34.565 matrículas na Educação Profissional subsequente ao ensino médio.



Fonte: Inep censo educação básica 2018

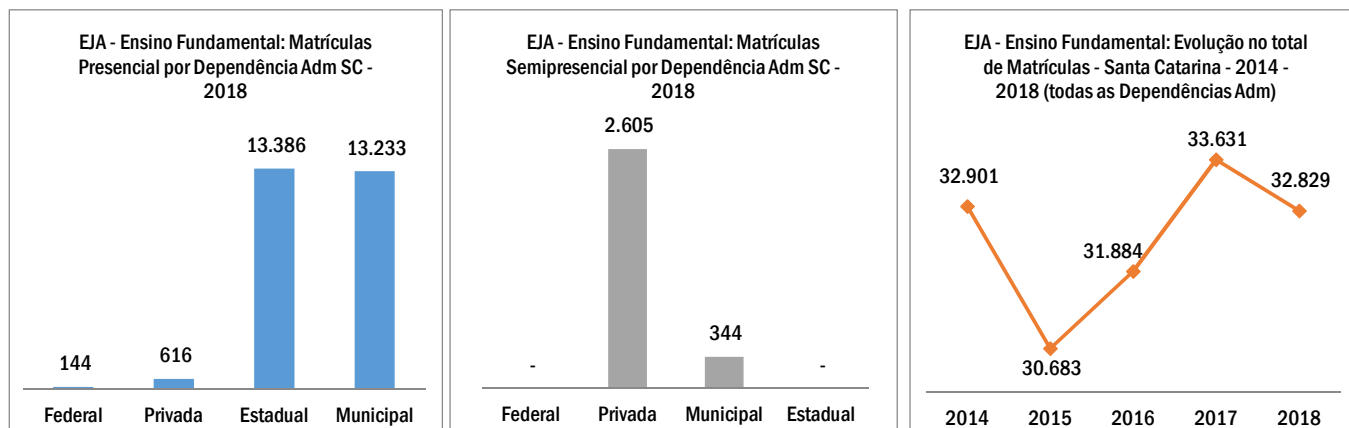
## EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos – EJA está prevista na Constituição Federal, regulamentada pela LDB como modalidade da Educação Básica e tem se tornado importante instrumento para a universalização dos direitos humanos e a superação das desigualdades entre os povos.

De acordo com a LDB, em seus Artigos 37 e 38, a EJA é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, determinando aos sistemas de ensino a garantia de gratuidade do ensino por meio de cursos e exames supletivos, a partir de oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características dos estudantes, seus interesses, condições de vida e de trabalho. Estabelece também como parâmetros a viabilização, o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. Propõe a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. Estabelece a idade mínima de 15 anos para ingresso no ensino fundamental, de 18 anos para o ensino médio e regulamenta da mesma forma a idade para realização de exames de certificação.

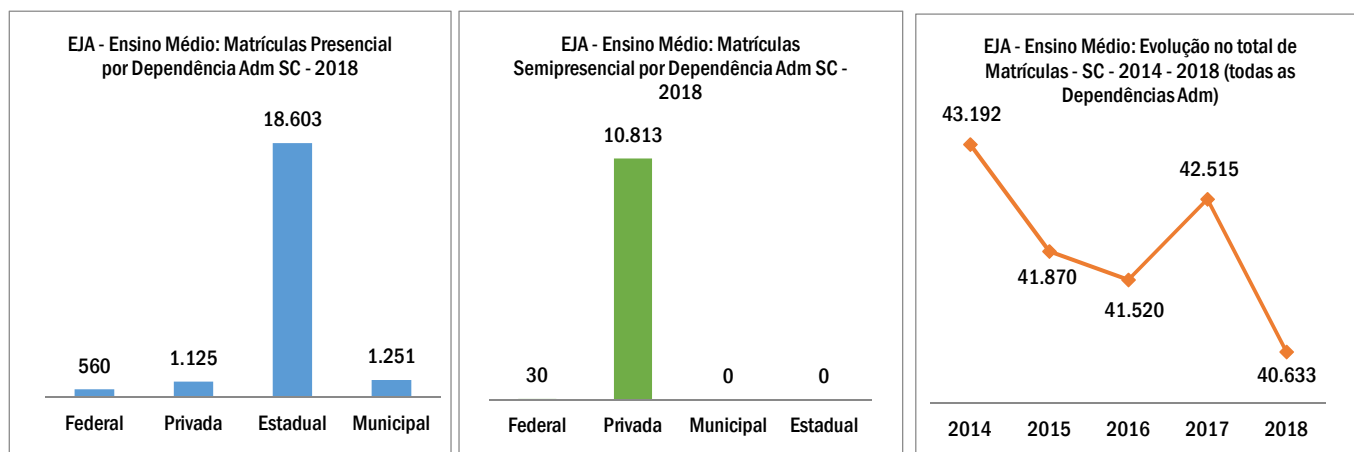
Neste sentido Santa Catarina tem empregado esforços por meio de parcerias com os municípios, empresas e a sociedade civil organizada, para garantir o direito ao acesso e/ou conclusão dos estudos àqueles que não puderam fazê-lo na idade escolar obrigatória. Esta política de inclusão social tem como meta oportunizar a todos os cidadãos com 15 anos ou mais de idade o acesso à escolaridade, proporcionando além do conhecimento científico, o direito à cidadania.

As informações a seguir mostram uma leve oscilação no total de matrículas nesta modalidade de ensino, mantendo-se a mesma faixa de evolução de atendimento em Santa Catarina.



Fonte: Inep censo educação básica 2018

O decréscimo de matrículas na Educação de Jovens e Adultos presume-se que tenha ocorrido, em parte, devido ao aumento das taxas de alfabetização e de escolarização média, ao envelhecimento da população e ao aumento da taxa líquida de frequência no ensino fundamental regular, observados nos últimos anos no Estado.



Fonte: Inep censo educação básica 2018

## EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina, deflagrada dois anos antes da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Governo Federal (2008), respaldada na Resolução CEE nº 100/2016 e na atualização da Política Estadual em novembro de 2018, manteve serviços e inovou ao instituir as seguintes diretrizes:

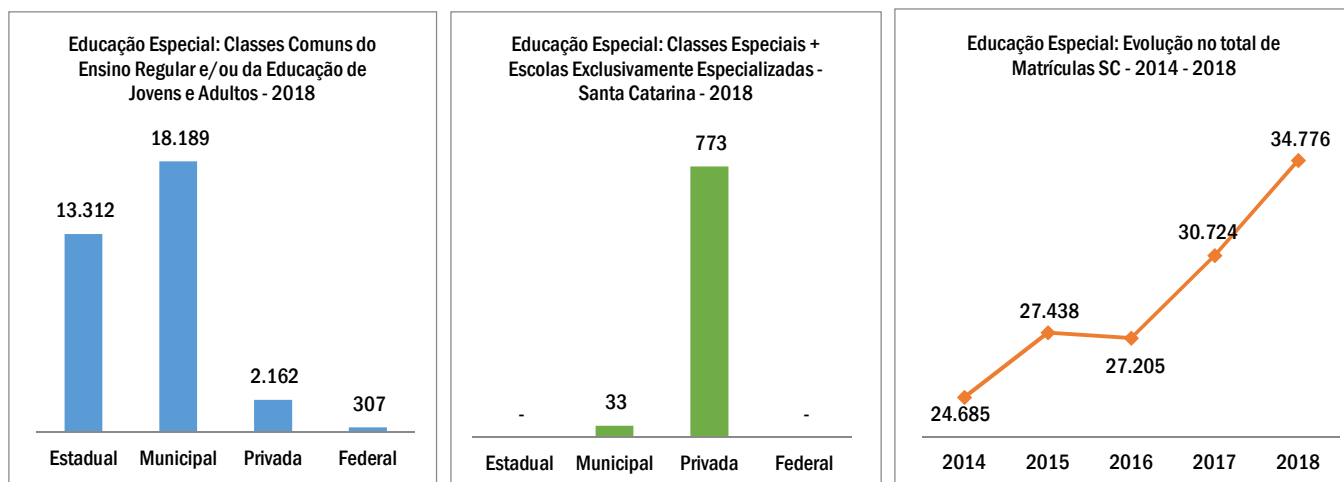
**Público:** alunos com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção/hiperatividade e altas habilidades/superdotação;

**Centros de atendimento:** transformação das instituições conveniadas com a FCEE em Centros de Atendimento Educacional Especializados em Educação Especial - CAESPs, o que permite a estas instâncias oferecer serviços educacionais, de saúde e assistência social;

**Atendimento:** alunos da Educação Especial poderão frequentar exclusivamente Centros de Atendimento Educacional Especializados ou instituições conveniadas, apenas quando o laudo emitido por equipe multiprofissional prescrever que a permanência no ensino regular importa em graves prejuízos ao aluno, ouvido este, sua família e equipe pedagógica da escola, devendo a Fundação Catarinense de Educação Especial aprovar esse entendimento;

**Serviços Especializados:** Atendimento Educacional Especializado – AEE, Segundo Professor de Turma, Professor Intérprete da Libras, Instrutor de Libras, Professor Guia-Intérprete e Professor Bilíngue.

Em 2018 o Estado registrou na Educação Básica 34.776 matrículas de pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação: 2.228 matrículas na zona rural e 31.742 na zona urbana. Destas matrículas, 97,68% estão em classes comuns do ensino regular e/ou da EJA, representando um avanço significativo na garantia dos direitos desta população. A rede pública de ensino é majoritária na oferta, como é possível observar nas informações a seguir:



Fonte: Inep censo educação básica 2018

## EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Os resultados dos esforços do Estado em cumprir a legislação que respalda a Educação Escolar Indígena podem ser percebidos no aumento do número de escolas, matrículas e professores. Em 1998 Santa Catarina possuía 21 escolas indígenas, com 897 matrículas e 46 professores (sendo 22 professores indígenas)<sup>1</sup>. Atualmente tem 38 escolas indígenas, com 3.290 matrículas<sup>2</sup> e 307 professores (sendo 224 professores indígenas)<sup>3</sup>.

Em 1998 nas escolas indígenas de Santa Catarina havia somente a oferta do ensino fundamental, gradativamente o Estado foi implementando a oferta de outras etapas e modalidades de ensino para atender às necessidades dos povos indígenas. Hoje a Educação Infantil é ofertada pela rede municipal de ensino naquelas comunidades em que houve solicitação de oferta, e os ensinos fundamental, médio e a modalidade EJA são de responsabilidade da rede estadual.

No entanto, quando analisado o total de escolas por oferta de ensino, verifica-se que somente os anos iniciais do ensino fundamental são ofertados em todas as 38 escolas indígenas. O ensino médio é ofertado em 9 escolas e a EJA de ensino médio em 13 escolas. Esse é um indicativo de que, para continuar os estudos, os indígenas precisam sair de suas comunidades. Isso se comprova quando observado o total de matrículas nas escolas não indígenas dos estudantes que se declaram índios: 1.393 matrículas em 2018. (Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar).

## EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

- Em Santa Catarina a maior cobertura fica por conta da rede pública municipal e o maior número de matrículas em tempo integral está na Educação Infantil.

A Educação em Tempo Integral foi proposta sobre um consistente aparato legal e diferentes programas, projetos e ações para o fomento de sua ampliação, conforme Plano Estadual de Educação, Meta 6. Contudo, os números demonstram que os esforços empregados nos últimos anos pelo País, Estados e Municípios foram insuficientes.

<sup>1</sup>Documento "Educação Escolar Indígena em Santa Catarina: Construindo a Cidadania" da Secretaria de Estado da Educação

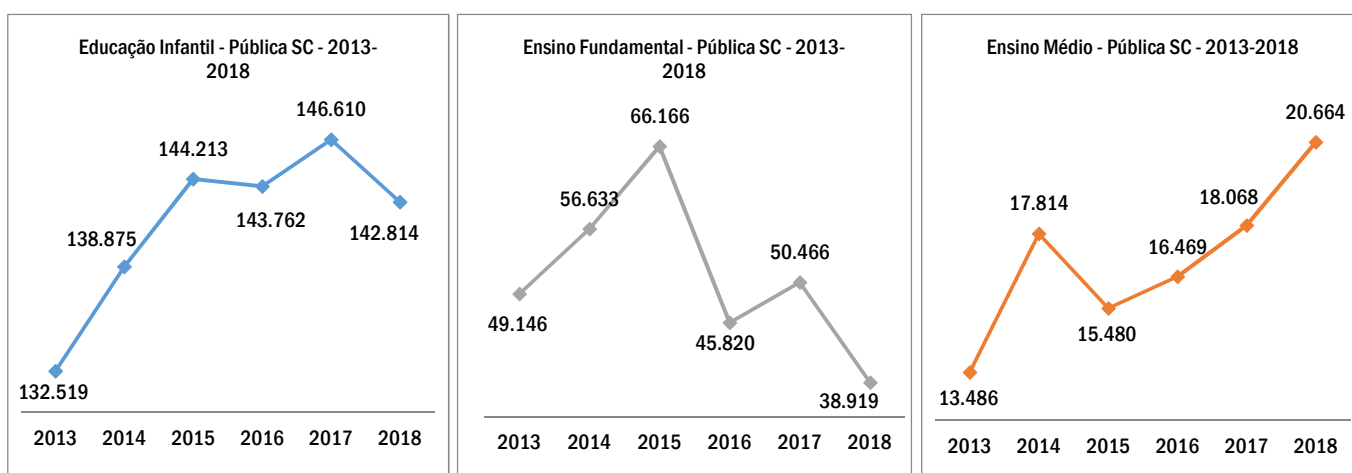
<sup>2</sup> Censo Escolar de 2018, Santa Catarina possui 3.290 matrículas de pessoas que se declaram indígenas, distribuídas nas redes pública e privada. Destas, 2.633 estão em escolas indígenas

<sup>3</sup> Censo Escolar de 2018, Santa Catarina possui 307 professores que se declaram indígenas. Destes, 235 atuam em escolas com oferta de Educação Escolar Indígena

Em 2018 o Brasil registrou na rede pública de ensino apenas 11,3%<sup>4</sup> do total de matrículas da Educação Básica (Educação Infantil + Ensino Fundamental + Ensino Médio) em tempo integral<sup>5</sup> (4.933.121), a Região Sul registrou 14,11% (695.817) e Santa Catarina registrou 4,1% (202.397). Esses valores revelam que será desafiador para todas as esferas administrativas atingir a meta para a Educação em Tempo Integral.

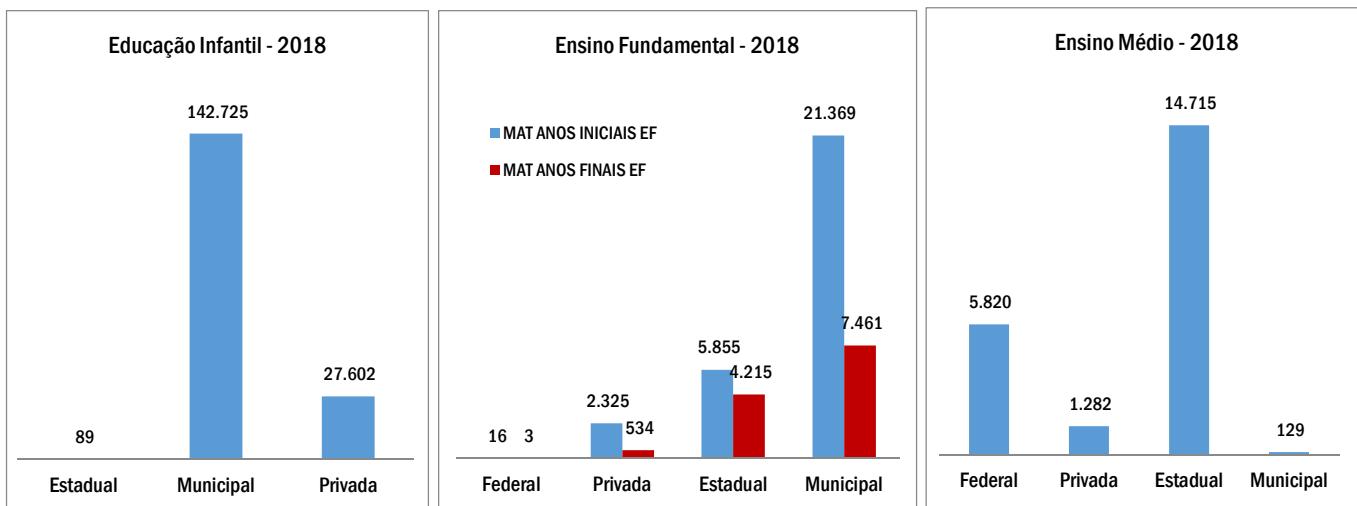
A série histórica representada nos gráficos a seguir indica que houve diminuição do número de matrículas em tempo integral nas escolas públicas catarinenses, considerando dentre outras questões, as reformas nos programas educacionais ocorridos nos últimos anos no Governo Federal. No comparativo de 2018 com 2013 na educação infantil, observa-se crescimento de 10.295 matrículas (representando um aumento de 7,77% em relação a 2013), já no ensino fundamental houve uma diminuição de 10.227 matrículas, (representando uma redução de 20,81% em relação a 2013); e no ensino médio houve um aumento no número de matrículas de 13.486 em 2013 para 20.664 em 2018 (aumento de 53,23% em relação a 2013).

### Educação em Tempo Integral - Total de Matrículas na Rede Pública - Santa Catarina



Fonte: Inep censo educação básica 2018

### Educação em Tempo Integral: Total de Matrículas por Dependência Administrativa - Santa Catarina



Fonte: Inep censo educação básica 2018

<sup>4</sup> Percentuais para o País, a Região Sul e Santa Catarina obtidos a partir da divisão do total de matrículas em tempo integral da rede pública de ensino (Educação Infantil + Ensino Fundamental + Ensino Médio) pelo total de matrículas na rede pública de ensino, considerando somente a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio

<sup>5</sup> Considera-se tempo integral os alunos que estão em turmas com 7 ou mais horas de duração e os que estão em turmas com carga horária menor, mas que, somado o tempo de atividade complementar atinja as 7 horas



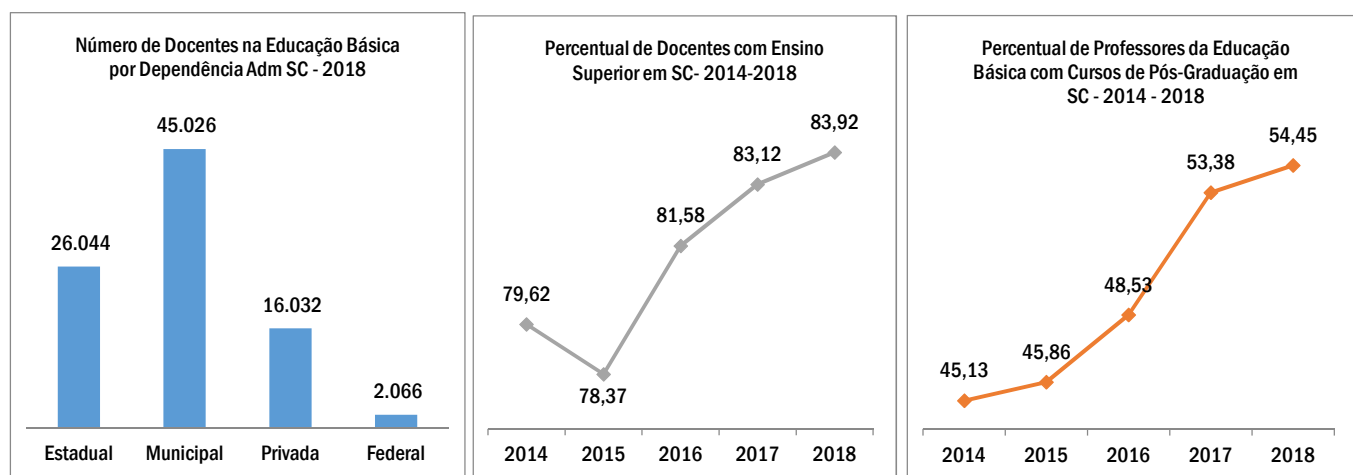
## PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Dentre os princípios norteadores da Educação Básica assegurados no Artigo 206 da Constituição Federal de 1988 estão a valorização dos profissionais de educação e a garantia do padrão de qualidade, traduzidos pela LDB em dispositivos que sinalizam para a progressiva elevação dos níveis de formação inicial e continuada desses profissionais (LDB, Título VI), assim como para a necessidade de definição de padrões mínimos de qualidade no ensino (LDB, Artigo 4, Inciso IX). A escola exitosa é aquela que “traduz a noção de que valorizar o profissional da educação é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética e ambiental” (BRASIL, 2013b, p. 57).

As Leis estaduais que dispõem sobre a valorização dos profissionais da educação, em consonância com as diretrizes e legislações nacionais, são: Lei Estadual nº 6.884/1986 – Estatuto do Magistério; Lei Estadual nº 1.139/1992 – Plano de Cargos e Salários; Lei Complementar Estadual nº 457/2009 – Altera o Progresso Funcional; Lei Federal nº 11.738/2008 – Institui o Piso Nacional para os profissionais do Magistério; Lei Complementar Estadual nº 455/2009 – Complemento ao Piso Nacional; Lei Complementar Estadual nº 539/2011 – Garante o pagamento do Piso Salarial para os profissionais do magistério; Decreto Estadual nº 602/2007 – Avaliação Especial de Desempenho; Lei Estadual nº 915/2012 – Institui Política de Formação Continuada dos Profissionais da Educação.

Outro avanço legal significativo está na alteração do Artigo 61 da LDB pela Lei Federal nº 12.014/2009, que define como profissionais da educação escolar básica: professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; trabalhadores em educação portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. A partir daí, também são considerados como profissionais da educação os funcionários de escola com formação em curso técnico ou superior, favorecendo a consolidação da identidade desta categoria. Em contrapartida ao que estabelece a legislação, ainda não existem dados, informações ou indicadores que tratem desse conjunto de trabalhadores, prejudicando um diagnóstico mais preciso da realidade atual. Faz-se necessário um censo específico que contemple esse público, para que seja possível planejar e aplicar políticas públicas adequadas às necessidades de todos os profissionais de educação, atuantes em sala de aula ou em outros setores da escola.

Atualmente pesquisas oficiais trazem informações apenas dos profissionais que atuam em sala de aula. De acordo com o Censo Escolar de 2018 Santa Catarina registrou 89.168 docentes na Educação Básica, destes 54,45% possuem curso de pós-graduação.



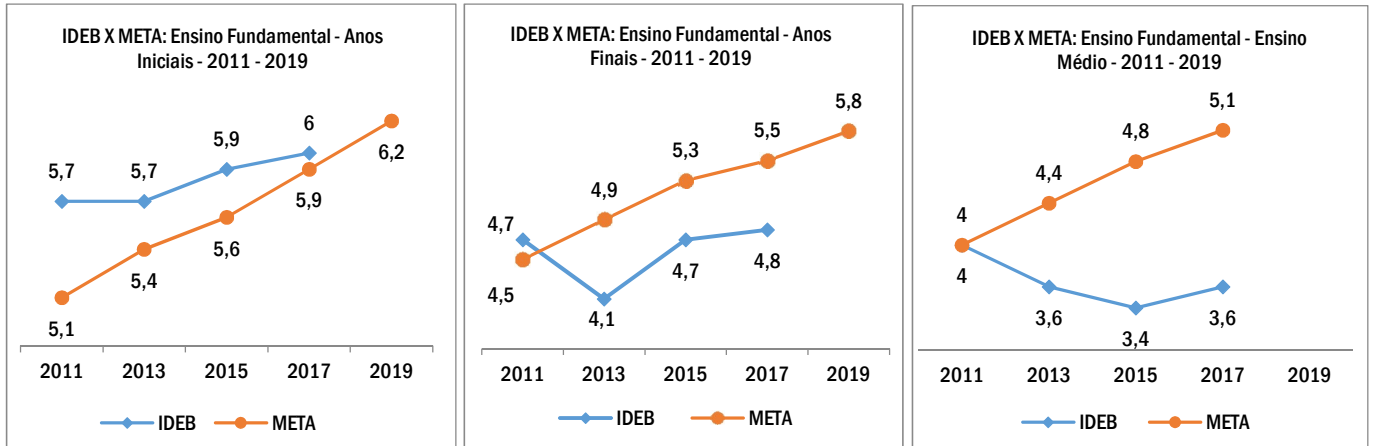
Fonte: Inep censo educação básica 2018



## QUALIDADE DA EDUCAÇÃO CATARINENSE

### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB

A qualidade da educação catarinense é um dos principais obstáculos ao aumento da produtividade dos trabalhadores. O ensino básico em 2017 alcançou 98,6% das crianças entre 6 e 14 anos de idade e 93,1% dos jovens de 15 a 17 anos.

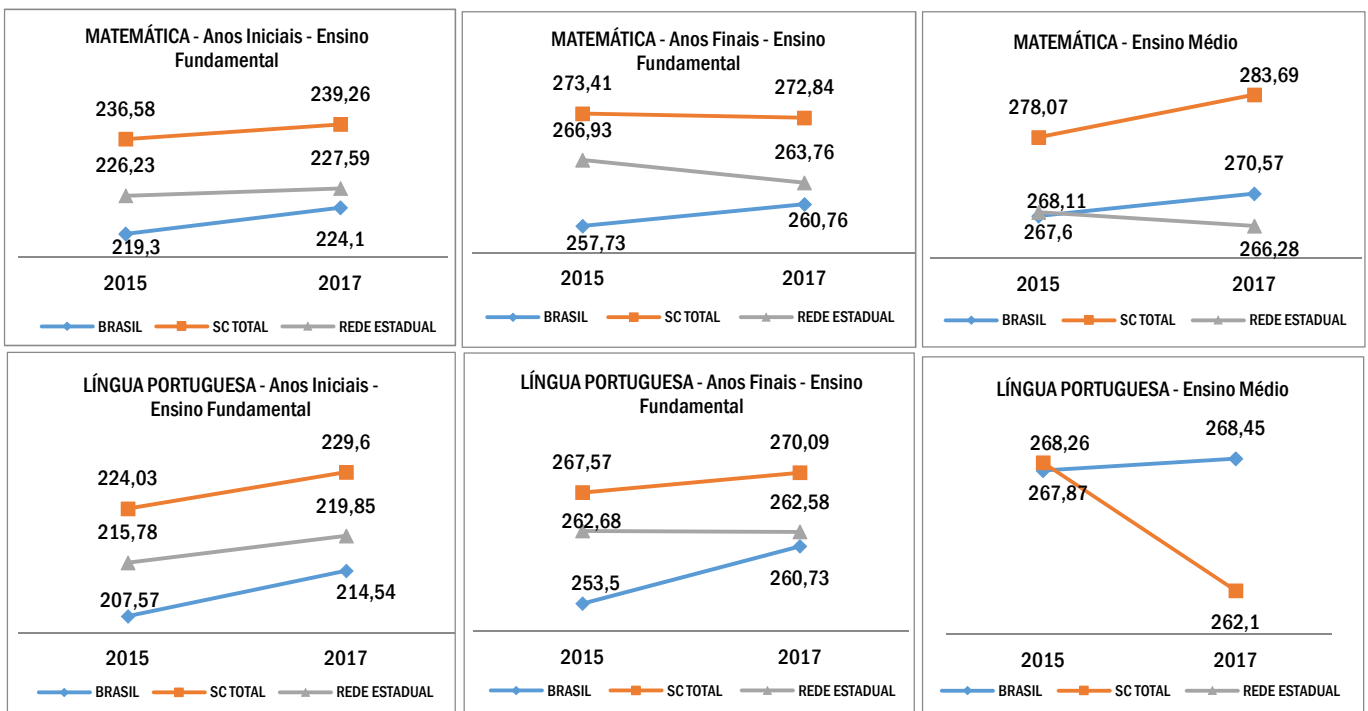


Fonte: Inep/IDEB

## SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB tem como principais objetivos avaliar a Educação Básica brasileira, contribuir para a melhoria de sua qualidade e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e monitoramento das políticas públicas voltadas para a Educação Básica. Além disso, busca oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados.

### Evolução da nota média da Prova Brasil/SAEB - Rede Estadual SC - 2015 – 2017



Fonte: MEC/INEP/SAEB



## RESULTADOS DA REDE ESTADUAL

Com base nos resultados do SAEB 2017 é possível calcular a proporção de alunos nos níveis de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática das etapas avaliadas (proporção de alunos com nível de proficiência igual ou superior a 4):

Português, 5º ano EF - 66%  
Português, 9º ano EF - 42%  
Português, 3ª série EM - 23%  
Matemática, 5º ano EF - 73%  
Matemática, 9º ano EF - 41%  
Matemática, 3ª série EM - 25%

## PRINCIPAIS PROBLEMAS

**Infraestrutura Escolar Obsoleta:** infraestrutura da maioria das escolas estaduais é antiga, exigindo com urgência reforma, ampliação ou construção de prédio novo, para atendimento das exigências atuais acerca da acessibilidade, segurança e atendimento ao ensino fundamental de 9 anos e aos Programas Educacionais existentes (EMI, EMITI, Mais Saber SC, PENOA, PRONATEC, etc.).

**Qualidade na Formação (inicial e continuada) dos Professores:** instituir e consolidar política de formação inicial e continuada dos profissionais de educação de Santa Catarina;

**Organização das Redes (expansão da educação básica em regime de colaboração):** necessário criar mecanismos mais precisos e profissionais para o mapeamento da demanda de Educação Básica e, conseqüentemente, planejar a oferta, em colaboração com os Municípios;

**Sistema de Gestão Escolar:** ampliar o sistema de gestão escolar, visando maior autonomia para as Unidades Escolares;

**Ensino Médio (acesso, permanência e qualidade):** ainda há uma parcela da população de 15 a 17 anos que está fora da escola e outra parcela que abandona no decorrer do ano letivo, por não considerar o ensino médio atraente ou porque não consegue acompanhar a turma;

**Estrutura Organizacional da SED, Gerências de Educação, Coordenadorias e Escolas:** estrutura organizacional da educação está em processo de consolidação, considerando que houve mudança estrutural conforme Lei Complementar Estadual nº 741/2019;

**Falta de Carreira Estruturada:** Plano de Carreira do quadro do magistério público estadual (Lei Estadual nº 1.139/1992) é antigo e necessita atualizações. O cumprimento da Lei do Piso Nacional do Magistério (Lei Federal nº 11.738/2008) achatou a tabela salarial dos servidores, reduzindo drasticamente a diferença salarial entre os níveis de carreira;

**Financiamento:** contingenciamento federal dos recursos públicos destinados à educação;

**Tecnologias:** estrutura tecnológica (hardwares, softwares) e conectividade das escolas estão defasadas, dificultando a adoção de práticas pedagógicas inovadoras, sintonizadas com as necessidades dos alunos e escolas do século 21;

**Comunicação Institucional:** aprimorar a comunicação SED – GERED – Escola, bem como estimular a cultura da boa comunicação, para avançar nas ações e projetos desenvolvidos e apresentar a boa educação de Santa Catarina;

**Sistema de Avaliação da Educação Básica:** Santa Catarina ainda não possui sistemática própria de Avaliação da Educação Básica, fator fundamental para diagnosticar com precisão os processos de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, planejar e intervir no sentido de assegurar a todos o direito à aprendizagem com equidade e qualidade;

**Sistema de Supervisão da Educação Básica e Profissional:** necessário aprimorar o Sistema de Supervisão da Educação Básica e Profissional para adequar-se às novas conjunturas da educação nos tempos atuais, realizando um trabalho conjunto com o Sistema de Avaliação da Educação Básica.





## ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Infraestrutura Escolar	Manter o programa de manutenção e conservação das Unidades Escolares
	Revitalizar e concluir todas as obras nas Unidades Escolares
	Construir, ampliar e revitalizar as Unidades Escolares
Currículo da Educação Básica	Realizar formação e assessoramento junto às escolas públicas, para a atualização do PPP com foco no redesenho curricular, a partir da Proposta Curricular da Educação Básica de Santa Catarina e da Base Nacional Comum Curricular
Programas de Bolsas Universitárias de Santa Catarina - UNIEDU	Executar os Programas de Bolsas Universitárias de Santa Catarina - UNIEDU, para apoiar a formação de profissionais da Educação Básica e para o desenvolvimento regional
Formação dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública Estadual	Instituir política estadual de formação inicial e continuada de profissionais da Educação Básica das redes públicas de ensino de Santa Catarina
Formação Continuada aos Profissionais da Educação Escolar e Profissionais do Magistério	Oferecer cursos de formação continuada aos profissionais da Educação Básica e Profissional visando a melhoria do processo de ensino aprendizagem na Rede Estadual de Ensino
Estudos Educacionais	Construir e analisar cenários sobre a expansão da Educação Básica em Santa Catarina
	Produzir e disseminar estudos educacionais a partir das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina – PEE-SC, do PPA, da LDO, da LOA, do Balanço Geral de SC 2014, de indicadores educacionais, demográficos e socioeconômicos, como subsídio à gestão da rede estadual e ao planejamento educacional
Acesso e Permanência com Qualidade	Garantir o acesso e permanência com qualidade dos estudantes de 6 a 14 anos no ensino fundamental da Rede Estadual de Ensino
	Garantir o acesso e a permanência com qualidade aos jovens em idade de 15 a 17 anos no ensino médio da Rede Estadual de Ensino
	Ofertar Educação Profissional com qualidade, atendendo às demandas produtivas catarinenses
	Universalizar para o público da Educação Especial o acesso à Educação Básica e ao atendimento escolar especializado, com garantia de sistema educacional inclusivo, de sala de recursos multifuncionais e serviços especializados
	Elevar a taxa de alfabetização da população catarinense de 15 anos ou mais de idade
	Elevar a escolaridade média da população catarinense de 18 a 29 anos para 12 anos de estudo
Ofertar Educação Básica e Profissional nas terras indígenas	



<b>TEMAS</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>
Estrutura Organizacional da SED, GEREDs e Escolas	Alterar a estrutura de cargos da SED prevista no Anexo VII da Lei Complementar Estadual nº 381/2007, com o envio de nova proposta e a retirada do Projeto de Lei Complementar nº 0008.4/2014, em tramitação na Assembleia Legislativa - ALESC
	Encaminhar Projeto de Lei Complementar visando alterar o Anexo XII da Lei Complementar Estadual nº 381/2007, dando nova forma e distribuição das Funções Gratificadas da SED e Gerências Regionais de Educação – GEREDs
	Encaminhar Projeto de Lei Complementar visando alterar as funções gratificadas de Diretor de Escola e Assessor de Direção, constantes do Anexo I da Lei Complementar Estadual nº 289/2005
	Encaminhar Projeto de Lei Complementar visando instituir o quadro permanente de pessoal da SED, GEREDs e do Conselho Estadual de Educação – CEE, com a definição de cargos, funções e vagas
	Encaminhar Projeto de Lei Complementar visando instituir o Quadro da Escola, com a definição de cargos, funções e vagas
	Aprovar o novo Regimento Interno da SED, das GEREDs e das escolas da Rede Estadual de Ensino
Plano de Carreira do Magistério	Construir uma carreira sólida e estável para os servidores do Quadro do Magistério Público Estadual, definidos os Níveis de Cargos e Referências para Progressão Funcional, garantindo a valorização profissional
	Estabelecer critérios para Progressão Funcional dos Servidores
	Definir critérios e reforços financeiros que incidirão na nova tabela salarial da carreira do Magistério Público Estadual viabilizando a descompactação da tabela atual, distribuindo estes valores no Plano de Carreira do Magistério Público Estadual nos próximos 4 anos
	Redefinir as atribuições dos cargos do Quadro do Magistério Público Estadual
Financiamento	Buscar novas fontes de financiamento com vistas a atender as metas do Plano Estadual de Educação em regime de colaboração com outros entes públicos, acompanhada da otimização da gestão
Inovação e Tecnologia	Prover infraestrutura e conectividade de alta qualidade
	Promover o uso das tecnologias e da inovação nas escolas
	Ampliar a captação de recursos (federais e internacionais) e aprimorar o seu monitoramento na execução
Comunicação Institucional	Aprimorar a comunicação com as GEREDs e as escolas estaduais, disseminando ações e os projetos desenvolvidos pela SED/GEREDs/Escola e/ou voltados para educação
	Melhorar a comunicação com os servidores da SED
	Reformular o site da SED, permitindo aos seus diferentes públicos a localização das informações de forma eficiente, rápida e precisa
	Criar um Repositório Institucional com foco na gestão da comunicação, do fluxo da informação e da memória científica dos diversos setores da SED
Avaliação da Educação Básica de SC	Definir o Sistema de Avaliação Estadual de Santa Catarina, integrando-o aos processos existentes na escola
Educação Básica e Profissional do Sistema Estadual de Ensino	Realizar a Supervisão da Educação Básica e Profissional do Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina



## Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC



A Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, instituída pela Lei Estadual nº 8.092/1990, é uma instituição pública de educação sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, que goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira, disciplinar e patrimonial, e que obedece ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme o artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil e os artigos 168 e 169 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

A UDESC é uma fundação dotada de Personalidade Jurídica de Direito Público, tem jurisdição em todo o território catarinense, sede e foro na cidade de Florianópolis. É regida por Estatuto próprio, aprovado pelo Decreto Estadual nº 4.184/2006 e pela legislação que lhe for aplicável. Sendo uma fundação pública constituída e mantida pelo Estado, sua dependência administrativa é estadual.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** produzir, sistematizar, socializar e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, de modo a contribuir para uma sociedade mais justa e democrática em prol da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável do Estado de Santa Catarina e do País.

**VISÃO:** ser uma Universidade pública inovadora, de referência nacional e de abrangência estadual, e com ação acadêmica marcada pelo comprometimento e pela responsabilidade social.

**VALORES:** Liberdade de expressão; Democracia; Moralidade; Ética; Transparência; Respeito à dignidade da pessoa e seus direitos fundamentais.

### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Desenvolvimento Econômico	Gestão Pública	230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	Nº de projetos de pesquisa em execução anualmente	1030
		230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	Nº de bolsas de Iniciação Científica anualmente	470
		230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	Nº de grupos de pesquisa contemplados com recursos financeiros (PAP-FAPESC / Convênio do Programa de Apoio à Pesquisa) anualmente	135
Desenvolvimento Social	Educação	630 - Gestão do Ensino Superior	IGC-Índice Geral de Curso até 2023	5 (3,95 – 5)
		630 - Gestão do Ensino Superior	Nº de Formados anualmente	1500
		630 - Gestão do Ensino Superior	Qtde. de titulados (Mestrados e Doutorados) anualmente	615
Gestão Pública	Gestão Pública	850 - Gestão de Pessoas	Servidores capacitados anualmente	750



## QUADRO DE PESSOAL

CARGO	Ativos	ACTs	Subtotal Ativos+ACTs	Inativos	Total
Advogado Fundacional	8	-	8	1	9
Agente de Serviços Gerais	0	-	0	1	1
Agente Operacional	0	-	0	25	25
Assistente Administrativo	0	-	0	13	13
Auxiliar de Serviços Gerais	0	-	0	8	8
Docência	2	-	2	0	2
Enfermeiro	1	-	1	0	1
Professor Colaborador	0	363	363	0	363
Professor Universitário	822	-	822	311	1133
Técnico Em Assuntos Universitários	0	-	0	32	32
Técnico Universitário de Desenvolvimento	248	-	248	52	300
Técnico Universitário de Execução	202	-	202	18	220
Técnico Universitário de Serviços	30	-	30	22	52
Técnico Universitário de Suporte	250	-	250	41	291
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.563</b>	<b>363</b>	<b>1.926</b>	<b>524</b>	<b>2.450</b>

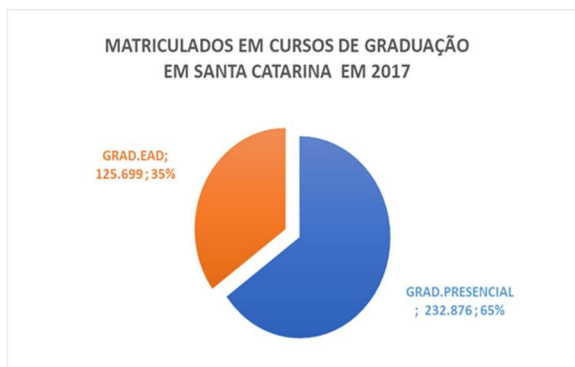
Fonte: SIGRH-Relatório gerencial 03. Resumo de servidores efetivos por cargo em maio de 2019

## DIAGNÓSTICO SETORIAL

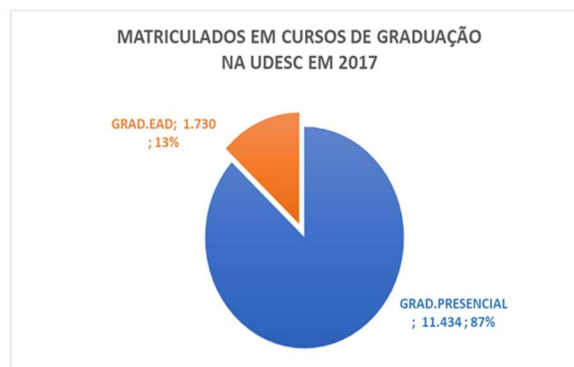
O Censo da Educação Superior do ano 2017 realizado pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira registrou no Brasil o total de 2.081 Instituições de Ensino Superior – IES. Santa Catarina possuía 71 dessas instituições, correspondendo a 3,41% do cenário nacional. Em Santa Catarina a UDESC é parte do total de 13 Universidades. Outros tipos de IES compõem 8 Centros Universitários, 48 Faculdades e 2 Institutos Federais. Frente a 2013 o Estado de Santa Catarina teve uma redução de 2 Centros Universitários e 25 Faculdades. No mesmo período a UDESC obteve um acréscimo de 480 matrículas em cursos de graduação. A solidez da universidade do Estado se mostrou importante quando o mercado frustrou a oferta de vagas e conclusão de cursos. No Censo de 2017 identificou-se ainda que a proporção de IES públicas em relação às privadas no Brasil é de 13,60%, enquanto em Santa Catarina essa proporção é de 11,3%.

QDE. MATRICULAS	2013	2014	2015	2016	2017
<b>SANTA CATARINA</b>	<b>295.909</b>	<b>315.627</b>	<b>328.683</b>	<b>334.031</b>	<b>358.575</b>
GRAD.PRESENCIAL	224.210	229.322	235.332	232.948	232.876
GRAD.EAD	71.699	86.305	93.351	101.083	125.699
<b>UDESC</b>	<b>12.684</b>	<b>12.932</b>	<b>13.408</b>	<b>12.164</b>	<b>13.164</b>
GRAD.PRESENCIAL	10.829	10.857	11.216	11.042	11.434
GRAD.EAD	1.855	2.075	2.192	1.122	1.730

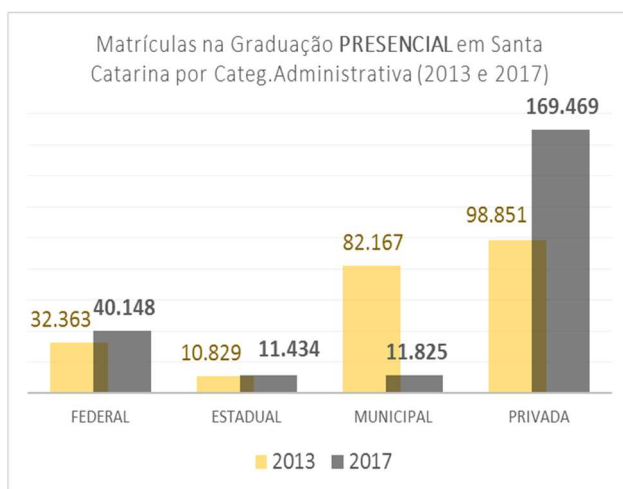
Fonte: Censo da Educação Superior, 2017



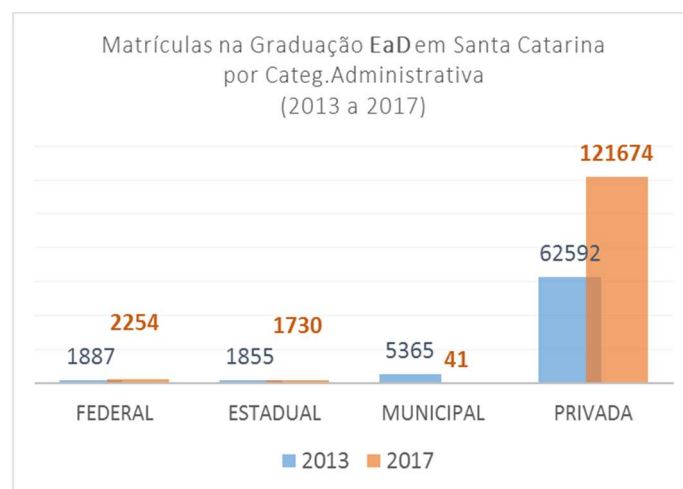
Fonte: Censo da Educação Superior, 2017



Entre 2013 e 2017 a matrícula em cursos de graduação sofreu mudança significativa no cenário estadual. Na graduação presencial em IES Municipais houve uma redução de 70.342 matrículas. No mesmo período a graduação na modalidade EaD registrou um aumento de 59.082 matrículas em IES Privadas. Na UDESC houve aumento de 605 matrículas na modalidade presencial e redução de 125 matrículas na modalidade EaD.



Fonte: Sinopse Estatística INE, 2017



Fonte: Sinopse Estatística INEP, 2017

A Graduação Presencial permanece como a modalidade predominante em 2017, mas fica evidente o crescimento do interesse da população por cursos EaD.

Em 2018 na UDESC foram matriculados 2.809 alunos em programas de pós-graduação (Especialização/Mestrado/Doutorado), sendo 618 os titulados (Especialização/Mestrado/Doutorado).

O Setor de Educação é orientado principalmente pelo Plano Nacional de Educação – PNE e pelo Plano Estadual de Educação – PEE. Abaixo apresenta-se algumas das metas para o período deste PPA.

## PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (ENSINO SUPERIOR)

Das metas estabelecidas no Plano Nacional da Educação – PNE instituídas pela Lei Federal nº 13.005/2014 para o período de 2014 – 2024 estão também os relacionados compromissos da UDESC para a educação superior, a saber:

- Ampliação do número de matrículas da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão;
- Elevação da qualidade do ensino superior, por meio da educação continuada, do incentivo à formação docente, da adequada proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício;
- Elevação gradual no número de matrículas nos cursos de pós-graduação;
- Democratização do acesso à Universidade.

## METAS DO PLANEJAMENTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - 2015 A 2024 (ENSINO SUPERIOR)

O Plano Estadual de Educação – PEE foi aprovado para o decênio 2015-2024, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição da República, do art. 166 da Constituição do Estado e do art. 8º da Lei Federal nº 13.005/2014. Quanto ao Ensino Superior cabe destaque para as diretrizes: V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX – valorização dos profissionais da educação.

Neste sentido a elaboração do PPA foi pautada pela atenção às metas e estratégias, com destaque para:

### META 12

Articular com a União a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para pelo menos 40% (quarenta por cento) das novas matrículas nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

#### Estratégias

- 12.2.** Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento); ofertar no mínimo um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18, mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior;
- 12.7.** Apoiar e implementar no âmbito de sua competência ações que visem assegurar no mínimo 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação prioritariamente para áreas de grande pertinência social;
- 12.9.** Assegurar, na forma da Lei, condições de acessibilidade às pessoas, público da educação especial, nas instituições de ensino superior;
- 12.12.** Articular com a União a expansão e a descentralização da oferta de educação superior pública e gratuita, atendendo a todas as regiões do Estado, considerando as especificidades das populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas;
- 12.13.** Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade a pessoas com deficiência;
- 12.15.** Estimular mecanismos para ocupar vagas ociosas em cada período letivo, na educação superior pública e comunitária.

### META 13

Articular com a União a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80% (oitenta por cento), sendo do total, no mínimo 40% (quarenta por cento) doutores até ao final da vigência deste Plano.

#### Estratégia

- 13.5.** Promover a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu.

### META 14

**Meta 14:** Fomentar em articulação com a União a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 2.400 (dois mil e quatrocentos) mestres e 900 (novecentos) doutores até o final da vigência deste Plano.

#### Estratégias

- 14.3.** Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de pós-graduação stricto sensu, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- 14.4.** Estabelecer parcerias com os órgãos e agências oficiais de fomento nos diversos programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação stricto sensu, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa;
- 14.5.** Garantir a publicização, transparência, autonomia e desburocratização da pesquisa científica desenvolvida com recursos públicos;
- 14.6.** Adotar em parceria com a União políticas de assistência estudantil, para assegurar aos estudantes considerados economicamente carentes, bolsas de estudos de pós-graduação stricto sensu;
- 14.7.** Ofertar bolsas de estudos de pós-graduação stricto sensu aos professores e demais profissionais da educação básica das redes públicas de ensino.



## FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – FCEE



Fundação Catarinense  
de Educação Especial

A Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE é uma instituição de caráter beneficente, instrutivo e científico, dotada de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, vinculada à Secretaria de Estado da Educação. Tem como negócio a educação especial e suas interfaces.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** definir e coordenar a política de educação especial do Estado de Santa Catarina, fomentando, produzindo e disseminando o conhecimento técnico-científico desta área.

**VISÃO:** ser reconhecida em nível nacional como a instituição pública reitora da política de educação especial, referência na produção e disseminação do conhecimento desta área.

**VALORES:** Inclusão; Respeito; Compromisso; Ética; Cidadania.

### INDICADORES E METAS

Indicadores	Índice de referência		Meta esperada para 2019	Fonte
	Valor	Ano	Valor	
Percentual de profissionais capacitados na área da educação especial	13,52%	2018	50%	INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2018 e FCEE
Serviços especializados em educação especial assessorados por instituição conveniada com a FCEE e escolas da Rede Pública Estadual de Ensino	320	2018	533	FCEE
Percentual de crianças com atraso global do desenvolvimento, deficiência física, visual e auditiva entre 0 e 5 anos de idade, atendidas no <i>Campus</i> da FCEE e pelas instituições especializadas conveniadas com a FCEE	43,69%	2018	80%	Censo IBGE 2010 e FCEE
Pessoas com deficiência intelectual, física, visual e auditiva, entre 6 e 17 anos de idade, atendidas no <i>Campus</i> da FCEE, pelas instituições especializadas conveniadas com a FCEE e pelas escolas da rede pública estadual de ensino	9.287	2018	12.000	FCEE
Pessoas com deficiência intelectual, física, visual e auditiva a partir de 18 anos de idade, atendidas no <i>Campus</i> da FCEE e pelas instituições especializadas conveniadas com a FCEE	16.619	2018	20.000	FCEE
Número de pessoas com TEA, entre 0 e 5 anos de idade, atendidas no <i>Campus</i> da FCEE e pelas instituições especializadas conveniadas com a FCEE	777	2018	1.500	FCEE
Número de pessoas com TEA, entre 6 e 17 anos de idade, atendidas no <i>Campus</i> da FCEE, pelas instituições especializadas conveniadas com a FCEE e pelas escolas da rede pública estadual de ensino	1.454	2018	5.000	FCEE
Número de pessoas com TEA, acima de 18 anos de idade, atendidas no <i>Campus</i> da FCEE e pelas instituições especializadas conveniadas com a FCEE	639	2018	800	FCEE
Número de pessoas com TDAH, entre 6 e 17 anos de idade, atendidas no <i>Campus</i> da FCEE e pelas escolas da rede pública estadual de ensino	1.073	2018	9.000	FCEE
Número de pessoas com altas habilidades/superdotação, entre 6 e 17 anos de idade, atendidas no <i>Campus</i> da FCEE, pelas instituições especializadas conveniadas com a FCEE e pelas escolas da rede pública estadual de ensino	311	2018	1.500	FCEE
Número de projetos de pesquisa científica e/ou produção técnica concluídas	9	2018	32	FCEE
Número de Avaliações Diagnósticas realizadas por equipe multiprofissional realizadas no <i>Campus</i> da FCEE e nas instituições conveniadas	1.200	2018	12.000	FCEE
Número de Benefícios Sociais concedidos	2.730	2018	3.500	FCEE
Encaminhamentos pela FCEE e instituições conveniadas para o mercado de trabalho	127	2018	500	FCEE

Universo: Nº de profissionais das instituições especializadas e número de profissionais da educação especial na rede pública estadual de ensino

Universo: Nº de serviços disponibilizados pelas instituições especializadas conveniadas com a FCEE e a Rede Pública Estadual de ensino

Universo: Censo IBGE 2010 – crianças com deficiência intelectual, motora, visual e auditiva, entre 0 e 6 anos de idade

Universo: Censo IBGE 2010 – crianças e adolescentes com deficiência intelectual, motora, visual e auditiva, entre 6 e 17 anos de idade

Universo: Censo IBGE 2010 – pessoas com deficiência intelectual, motora, visual e auditiva, maiores de 18 anos de idade



## QUADRO DE PESSOAL

Artífice
Motorista
Técnico em Atividades Administrativas
Técnico em Cuidados Especiais
Técnico em Enfermagem do Trabalho
Técnico em Informática
Técnico em Segurança do Trabalho
Administrador
Analista de Informática
Analista Técnico Administrativo
Assistente Social
Educador Físico
Fisioterapeuta
Fonoaudiólogo
Jornalista
Médico
Nutricionista
Optometrista
Pedagogo
Professor
Psicólogo
Terapeuta Ocupacional

## DIAGNÓSTICO SETORIAL

Mantemos atividades em todas as regiões catarinenses que nos colocam em contato diário com uma ampla diversidade de públicos.

- Servidores da FCEE que atuam no Campus e nas instituições conveniadas;
- Terceirizados;
- Conselho Deliberativo;
- Conselho Consultivo;
- Sociedade;
- Imprensa/formadores de opinião;
- Governo (Municipal, Estadual e Federal);
- Pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista, Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade e Altas Habilidades/Superdotação;
- Familiares;
- Estagiários de instituições de ensino técnico e superior;
- Profissionais de outras instituições para visitas técnicas e/ou capacitação;
- Entidades governamentais e não governamentais.





### 3.1.2 Saúde e Bem-Estar

## Secretaria de Estado da Saúde – SES



A Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina – SES-SC é responsável pela formulação da Política Estadual de Saúde e de suas diretrizes, norteadas pelos princípios do Sistema Único de Saúde - SUS, que tem como objetivos promover a saúde priorizando as ações preventivas, democratizando as informações relevantes para que a população conheça seus direitos e os riscos à sua saúde.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** garantir o acesso à saúde da população catarinense, seguindo os princípios do SUS, para possibilitar viver mais e melhor.

**VISÃO:** ser uma instituição que valoriza o direito à saúde da população catarinense e os princípios do SUS, por meio de uma gestão pública eficiente e eficaz até 2023.

**VALORES:** Transparência; Integridade; Agilidade; Qualidade; Inovação; Eficiência; Simplicidade.

### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Resultados para a Sociedade	Vigilância em Saúde	Reduzir a taxa de mortalidade materno e infantil	1.1 - Taxa mortalidade infantil; 1.2- Números de óbitos maternos em determinado período e local de residência	1.1. Mortalidade infantil (manter em 1 casa decimal a média do Estado); 1.2. Mortalidade materna: 25/ano
	Vigilância em Saúde	Reduzir a taxa de mortalidade de causas externas (Violência e acidente de trânsito)	Taxa de mortalidade por causas externas (Violência e acidente de trânsito)	Reduzir em 2 % da taxa de mortalidade por causas externas (Violência e acidente de trânsito) em SC até o final de 2023
	Regulação	Redução da Fila de Espera	Número de serviços vinculados as Centrais de Regulação	100% dos serviços ambulatoriais e hospitalares vinculados as Centrais de Regulação da SES/SC até 2022
	Vigilância em Saúde	Aumento da Cobertura Vacinal	Homogeneidade de cobertura vacinal (Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 2 anos de idade: Pentavalente/ 3ª dose; Pneumocócica 10 valente/ 2ª dose; Poliomielite/ 3ª dose; Tríplice Viral/1ª dose)	95%
Processo	Assistência Farmacêutica	Reduzir a judicialização	Proporção de pacientes atendidos pelo CEAF x Judicial	Diminuir em 10% os recursos utilizados pelos medicamentos fornecidos pela via judicial até 2023
	SUH	Acreditação das unidades próprias	Proporção de Unidades Próprias Acreditadas	10% ao ano
Gestão/ Regionalização	Recursos Humanos	Diminuir o índice de absenteísmo nas unidades hospitalares próprias da SES	Índice de absenteísmo nas unidades hospitalares próprias da SES	Reduzir para 4% até 2023
		Regionalização da assistência	Plano Regional Integrado Implantado nas 7 macrorregiões	7 planos implantados
Financeira	COFES/SUG	Prestar contas de forma transparente da aplicação de recursos orçamentários e financeiros	Número de apresentações do RDQ	3 ao ano



## QUADRO DE PESSOAL

<b>Cargo</b>	<b>ACT</b>	<b>Ativo</b>	<b>Inativo</b>	<b>Outros</b>
COMISSIONADOS PUROS	0	0	1	84
ADMINISTRADOR	0	8	32	0
AGENTE ADMINISTRATIVO	0	0	7	0
AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR	0	0	29	0
AGENTE ATIVIDADES DE SAUDE I	0	0	10	0
AGENTE AUXILIAR DE SAUDE PUBLICA	21	36	66	0
AGENTE DE MANUTENCAO	0	6	36	0
AGENTE DE SAUDE PUBLICA	0	0	7	0
AGENTE DE SERVICOS GERAIS	0	691	1419	0
AGENTE EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	0	86	108	0
AGENTE EM ATIVIDADES DE SAUDE II	0	2	644	0
ANALISTA DA RECEITA ESTADUAL III	0	1	0	0
ANALISTA DA RECEITA ESTADUAL IV	0	1	0	0
ANALISTA DE SISTEMAS	0	4	2	0
ANALISTA TECNICO ADMINISTRATIVO	0	8	25	0
ANALISTA TECNICO ADMINISTRATIVO II	0	0	25	0
ARQUITETO	0	12	0	0
ARTIFICE	0	0	9	0
ARTIFICE I	0	0	9	0
ARTIFICE II	0	0	147	0
ASSESSORISTA	0	0	1	0
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	0	0	2	0
ASSISTENTE SOCIAL	8	60	85	0
ATENDENTE	0	0	3	0
ATENDENTE DE SAUDE PUBLICA	0	44	377	0
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	0	0	10	0
AUXILIAR AGROPECUARIO	0	0	6	0
AUXILIAR DE CAMPO	0	0	2	0
AUXILIAR DE CAMPO E ESCRITORIO	0	0	1	0
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	0	681	363	0
AUXILIAR DE ESCRITORIO	0	0	2	0
AUXILIAR DE LABORATORIO	0	22	44	0
AUXILIAR DE SERVICOS DE OBSTETRICIA	0	0	2	0
AUXILIAR DE SERVICOS HOSPITALARES E ASSISTENCIAIS	0	0	17	0
AUXILIAR DE SERVICOS MEDICOS	0	0	34	0
AUXILIAR OPERACIONAL	0	0	1	0



<b>Cargo</b>	<b>ACT</b>	<b>Ativo</b>	<b>Inativo</b>	<b>Outros</b>
AUXILIAR SERVICOS HOSPITALARES E ASSISTENCIAS	0	127	646	0
BIBLIOTECARIO	0	3	4	0
BIOLOGO	30	20	0	0
BIOQUIMICO	0	109	133	0
CALDEIREIRO	0	5	18	0
CARPINTEIRO	0	0	4	0
CIRURGIAO DENTISTA	0	0	32	0
CONTADOR	0	0	1	0
COSTUREIRA	0	0	1	0
COSTUREIRO	0	5	21	0
COZINHEIRO	0	23	49	0
DATILOGRAFO	0	0	4	0
DENTISTA	0	0	3	0
DIRETOR	0	0	1	0
DISPOSICAO ONUS DA ORIGEM COM RESSARCIMENTO	0	4	0	0
ELETRICISTA	0	13	11	0
ENCANADOR	0	5	14	0
ENFERMEIRO	231	895	253	0
ENGENHEIRO	0	14	0	0
ENGENHEIRO ELETRICISTA	27	0	0	0
ENGENHEIRO MECANICO	2	0	0	0
ESCRITURARIO	0	0	2	0
ESTATISTICO	0	0	1	0
FARMACEUTICO	105	145	14	0
FARMACEUTICO BIOQUIMICO	2	0	0	0
FISCAL SANITARISTA	0	9	25	0
FISICO	1	2	0	0
FISIOTERAPEUTA	52	93	5	0
FONOAUDIOLOGO	10	26	6	0
INSPETOR DE FISCALIZACAO	0	0	2	0
JARDINEIRO	0	1	4	0
MARCENEIRO	0	2	11	0
MASSAGISTA	0	1	2	0
MECANICO	0	1	3	0
MEDICO	779	1149	601	0
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>1.789</b>	<b>4.172</b>	<b>84</b>

## DIAGNÓSTICO SETORIAL

A análise de situação de saúde é um processo contínuo e estratégico que permite descrever, explicar e avaliar a tríade saúde-doença-atenção em uma população e contexto definidos, tendo em conta os seus determinantes sociais, com a finalidade principal de criar evidências válidas e oportunas para informar a decisão em saúde pública (Brasil/MS,2015).

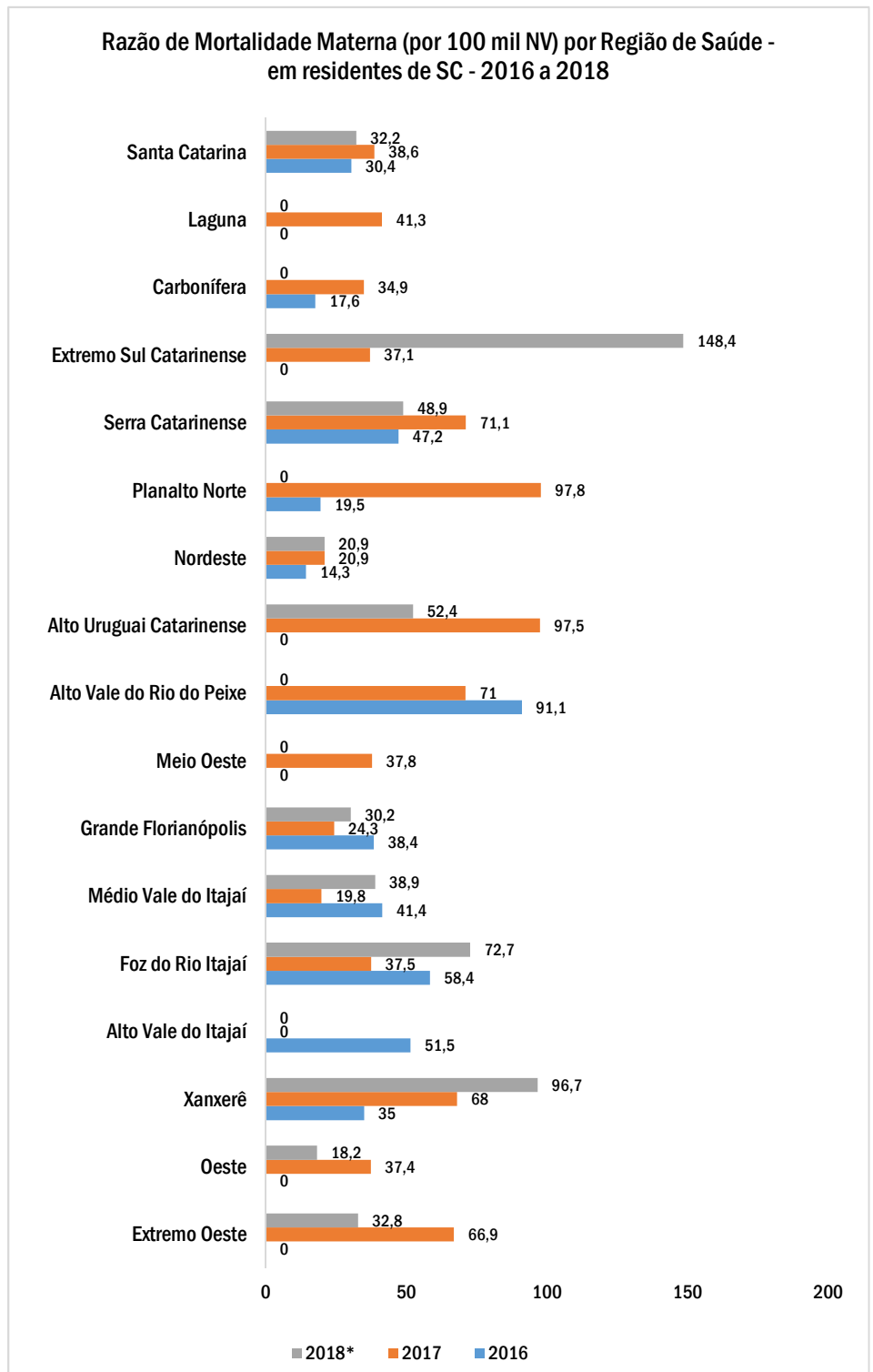
## MORTALIDADE MATERNA

Santa Catarina tem indicadores melhores que a média brasileira em relação à mortalidade materna, conforme os dados do Sistema de Informação de Mortalidade – SIM. Enquanto que o Brasil em 2016 totalizou 64 óbitos de mulheres por 100.000 nascidos vivos, por causas ligadas à gestação, o Estado totalizou 32 óbitos de mulheres por 100 mil nascidos vivos (dados corrigidos por fator de correção entre 1,07 e 1,15). Apenas SC dentre os Estados da Federação apresentou Razão de Mortalidade Materna – RMM abaixo da meta do Objetivos do Desenvolvimento do Milênio – ODM de 35,8 (Brasil, 2019).

Apesar de ter um bom indicador quando a análise é desagregada por Regiões de Saúde, percebe-se que algumas tem a RMM mais elevada que a média do Estado, entre elas: Xanxerê, Foz do Rio Itajaí e Carbonífera.

As principais causas da mortalidade materna estão ligadas a hipertensão, complicações no trabalho de parto (hemorragias) e as infecções puerperais. A importância da análise desse indicador está em saber claramente as causas, para então atuar na diminuição dessas mortes. A garantia da atenção integral e de qualidade à mulher, desde a orientação quanto à saúde reprodutiva, planejamento familiar, assistência adequada ao

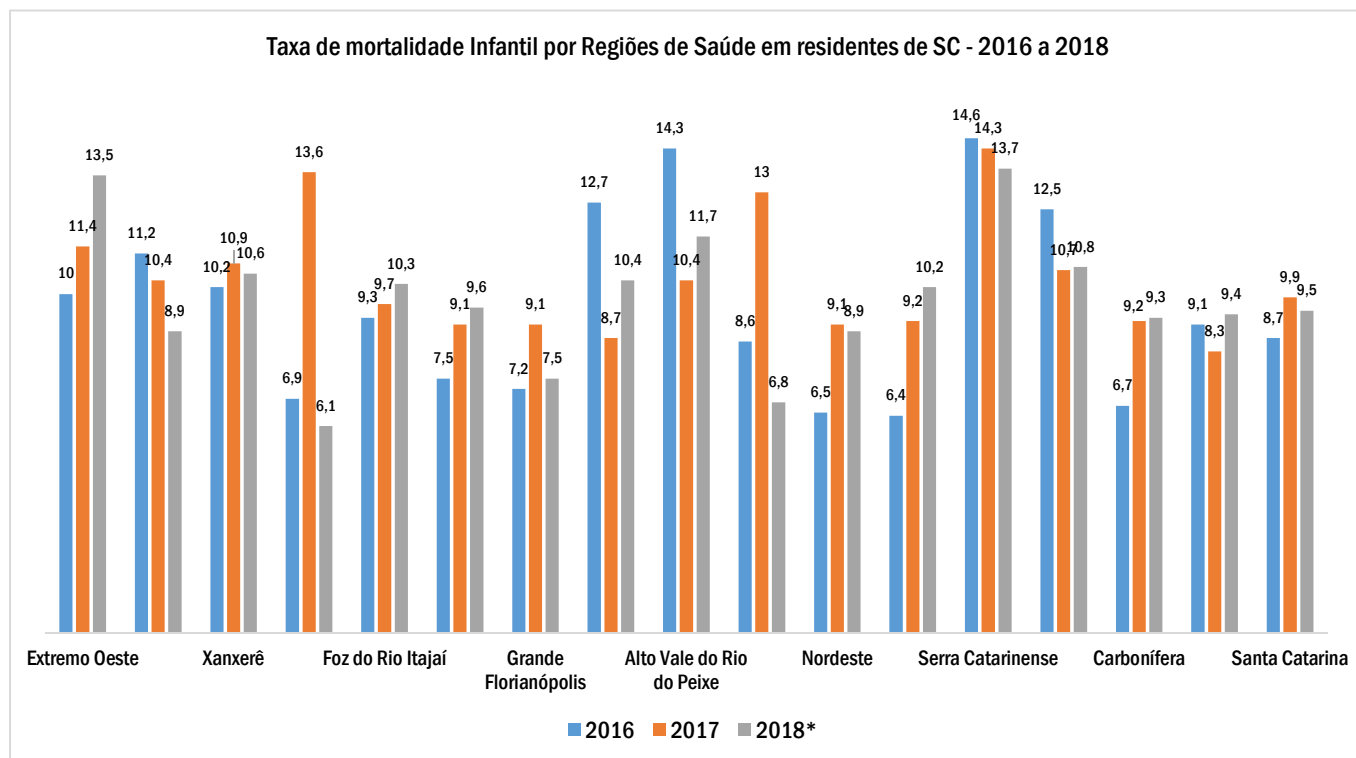
pré-natal, referência às gestantes de risco, vinculação e acompanhamento de qualidade ao parto e ao puerpério até o tratamento das emergências obstétricas são tópicos a serem percorridos pela gestão para reduzir essa taxa.



Fonte: SIM/SINASC (dados brutos) \* 2018: Dados Preliminares

## MORTALIDADE INFANTIL

A taxa de mortalidade Infantil – TMI estima o risco de um indivíduo morrer em seu primeiro ano de vida, tem o potencial de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações da atenção ao pré-natal e parto, e é um indicador utilizado para a avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população (RIPSA, 2008).



Fonte: SIM/SINASC \* Dados Preliminares

Conforme a Organização das Nações Unidas, o mundo ainda não está fazendo o suficiente para prevenir novas mortes (ONU-BR, 2015). Em 2016 o Brasil apresentou taxa de mortalidade infantil de 14,0 óbitos de crianças menores de 01 ano a cada 1.000 nascidos vivos – NV, um aumento de 4,8% em relação ao ano anterior (Brasil, 2019). O Estado vem apresentando queda na TMI de 11,7 óbitos por 1.000 NV em 2011 para 8,8 em 2016. Apesar da redução a maior proporção de 55% ocorreu no período neonatal precoce (0 a 27 dias), sendo que destes 74,5% por causas originadas no período perinatal.

Os fatores que determinam estes óbitos estão relacionados a qualidade do pré-natal e da assistência hospitalar ao parto e ao recém-nascido (Brasil, 2019). As crianças na faixa etária de 28 a 364 dias tiveram a TMI de 27,7 óbitos, sendo 28,1% atribuído às malformações congênitas seguida das causas originadas no período perinatal com 22,5%.

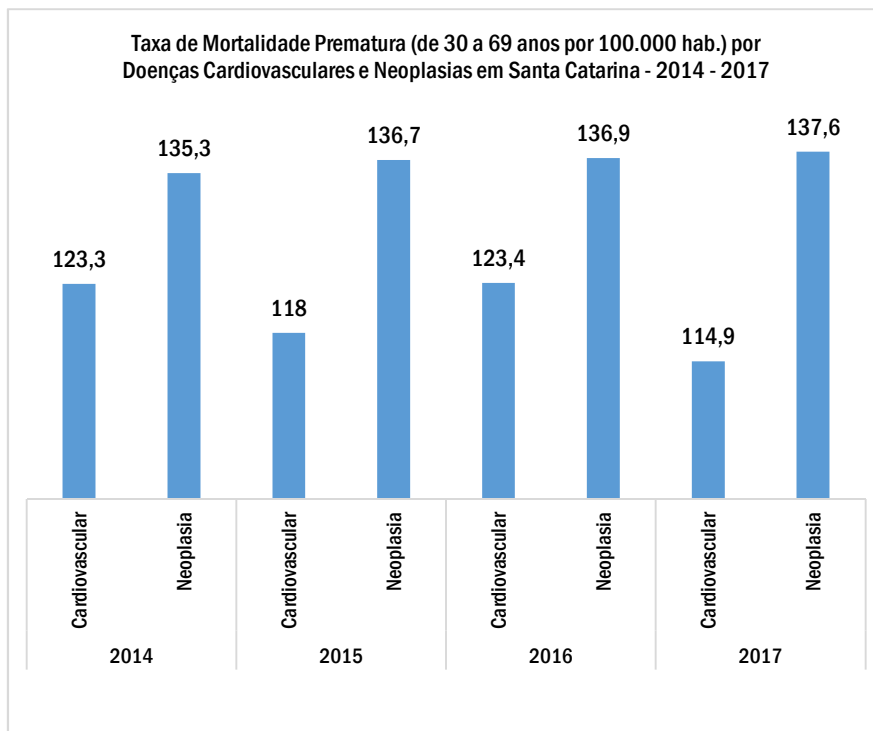
Existem diferenças substanciais e preocupantes quanto às TMI, quando avaliadas por Regiões de Saúde. O Extremo Oeste, Xanxerê, Foz do Rio Itajaí, Meio Oeste, Alto Vale do Rio do Peixe, Planalto Norte, Serra Catarinense, Extremo Sul Catarinense apresentam as taxas mais elevadas, acima da média estadual, com destaque para a Serra Catarinense.

O fato da maior parte dos óbitos se concentrar no primeiro mês de vida evidencia a importância dos fatores ligados à gestação, ao parto e ao pós-parto para a redução da mortalidade na infância. O fortalecimento da rede de atenção perinatal, com a continuidade do cuidado integral desde o pré-natal da gestante à assistência neonatal é uma estratégia importante. Ainda com relação às taxas de mortalidade materna e mortalidade infantil é importante considerar que a Secretaria desenvolve desde 2015 uma ação de qualificação da vigilância do óbito materno, infantil e fetal com capacitação das equipes dos serviços de atenção primária à saúde, vigilância epidemiológica e serviços hospitalares para qualificação de informação nesta área e melhoria do processo de atenção à gestação, ao parto e ao nascimento.

## MORBIMORTALIDADE POR DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS

As doenças do aparelho circulatório, neoplasias, respiratórias crônicas e diabetes Mellitus, são os quatro principais grupos de doenças crônicas não transmissíveis, e são responsáveis pelas principais causas de óbito no mundo e no Brasil. Para o Ministério da Saúde esses grupos de doenças podem ter seu impacto diminuído, através de ações amplas de promoção da saúde que busquem a redução de seus fatores de risco, além da melhoria da atenção à saúde, detecção precoce e tratamento oportuno. Em Santa Catarina no período de 2014 a 2017 ocorreram 92.069 óbitos causados por DCNT, sendo 39.871 por mortes prematuras de 30 a 69 anos.

As doenças cardiovasculares constituem a principal causa de mortalidade por DCNT em Santa Catarina.



Fonte: SIM/DIVE/SES/SC; IBGE

## MORBIMORTALIDADE POR AGRAVOS IMUNOPREVINÍVEIS

### Influenza

Avaliando-se as Regiões de Saúde, as maiores incidências ocorreram no ano de 2016 nas regiões do Extremo Sul Catarinense (50 casos e incidência de 25,4/100.000 hab) e de Laguna (79 casos e incidência de 21,9/100.000 hab.). Durante a sazonalidade o vírus da influenza circulou por todo o Estado e nos anos de 2014 a 2017 a distribuição de casos entre as Regiões de Saúde mostrou-se uniforme, sem grandes variações.

Em relação aos tipos de vírus Influenza predominantes em Santa Catarina, em 2014 ocorreu maior circulação do vírus Influenza A (H3N2), com 146 casos e 9 óbitos. Em 2015 ocorreu uma baixa circulação de ambos os vírus. Em 2016 houve o predomínio do vírus Influenza A (H1N1) pdm09, com 722 casos e 114 óbitos. Em 2017 o vírus que circulou foi o A (H3N2), com 233 casos e 29 óbitos. Os subtipos H3N2 e H1N1, que circularam no Estado são de linhagens distintas e ambos têm potencialidade de causar doença grave.

### Doenças Exantemáticas Febris (Sarampo e Rubéola)

O monitoramento das ações de vigilância das doenças exantemáticas febris (sarampo, rubéola e síndrome da rubéola congênita) é realizado mediante análise de indicadores expressos através de dados mensuráveis, sensíveis e confiáveis, permitindo fazer comparações com parâmetros recomendados (metas), norteando os profissionais na definição de prioridades e na tomada de decisões. Historicamente o Estado vem cumprindo os indicadores estabelecidos pela Organização Pan-americana de Saúde – OPAS pactuados internacionalmente por serem doenças de grande impacto em saúde pública e estarem em fase de eliminação na região das Américas.

No período de 2014 a 2017 foram notificados 1.121 casos suspeitos de doenças exantemáticas febris (187 suspeitos de sarampo e 934 de rubéola), sem registro de casos confirmados. A taxa de notificação variou de 5,1 a 2,5 acima da meta preconizada de > 2 por 100.000 habitantes. Com o aparecimento de surtos de sarampo em vários continentes e no Brasil, torna-se necessária a manutenção de estratégias oportunas e adequadas para contenção de casos que porventura possam surgir no Estado.

## Coqueluche

No período de 2013 a 2017 foram confirmados 518 casos de coqueluche no Estado de Santa Catarina, distribuídos nas 16 Regiões de Saúde, com incidência variando de 3,43 a 0,64 por 100.000 habitantes. As regiões com as maiores incidências no período foram a Carbonífera em 2014 e 2017 e a Extremo Sul Catarinense em 2014 e 2016.

Em 2017 a maior incidência foi registrada na região de Laguna. A ocorrência de casos em menores de 6 meses (grupo de maior risco) manteve a média anual de 40% do total de casos confirmados ao longo dos 3 primeiros anos. Em 2017 o percentual de casos nesta faixa teve um decréscimo de 10%. Não houve registro de óbitos no período avaliado.

## Meningite e Doença Meningocócica

A distribuição da meningite é mundial e sua incidência varia conforme a região. A doença está relacionada à existência de aglomerados, aspectos climáticos, circulação do agente no ambiente e características socioeconômicas. As meningites de origem infecciosa, principalmente as causadas por bactérias e vírus, são as mais importantes do ponto de vista da Saúde Pública, pela magnitude de sua ocorrência, potencial de produzir surtos e por sua letalidade. No Brasil a meningite é considerada uma doença endêmica, deste modo, casos da doença são esperados ao longo de todo o ano, com a ocorrência de surtos e epidemias ocasionais. Em 2014 a incidência das meningites em geral (exceto meningocócica) no Estado de Santa Catarina foi de 11,25 casos/100.000 hab. Observa-se a partir de então um decréscimo pouco significativo em relação aos anos posteriores, voltando a aumentar em 2017, com 13,50 casos por 100.000 hab. As maiores incidências têm ocorrido na Região Nordeste, com 2,48 casos/100.000 hab. em 2014, e chegou a 3,47 casos/100.000 hab. no ano de 2017.

## Tétano Neonatal e Tétano Acidental

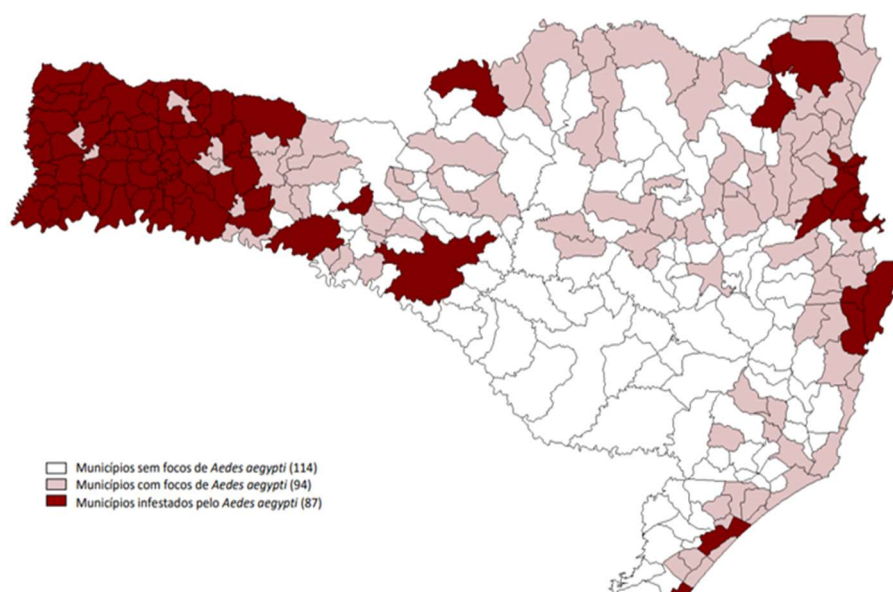
Em relação ao tétano neonatal, o último caso ocorreu no ano de 1998, na Região Oeste, no município de Ipumirim. Atribui-se esta queda expressiva de 75% na ocorrência de casos no País ao Plano Nacional de Erradicação do Tétano Neonatal. É oportuno lembrar o importante papel desempenhado pela atenção básica através da ESF em consonância com o Programa Nacional de Vacinação para o alcance de adequadas coberturas vacinais em gestantes.

Quanto ao Tétano Acidental, a análise situacional indica que a distribuição do número de casos confirmados tem se mostrado estável nos últimos anos. Todas as 16 Regiões de Saúde rotineiramente registram casos confirmados de tétano. A região que mais registrou casos de tétano no período de 2014 a 2018 foi a Grande Florianópolis (9 casos), seguido pela Região Nordeste (7 casos) e as Regiões Médio e Alto Vale do Itajaí (ambas com 6 casos). A taxa de incidência manteve-se a cada ano no patamar de 2,0 casos por 100.000 habitantes. No período avaliado ocorreram 14 óbitos, o maior número em 2016 (5 óbitos) e taxa de letalidade de 41,7, superando a média nacional de 31%.

## Dengue, Chikungunya e Zika Vírus

No período de 2014 a 2018 foram identificados 47.090 focos do *Aedes aegypti* no Estado de Santa Catarina.

O Estado vem registrando um aumento no número de Municípios considerados infestados pelo mosquito. A infestação é definida quando existe a disseminação e manutenção de focos em determinada área do município. A Região Oeste (Regiões de Saúde do Extremo Oeste, Oeste e Xanxerê) soma 77% dos municípios considerados infestados. Quando a Região de Saúde da Foz do Rio Itajaí é incluída, esse percentual atinge 86%.



Fonte: DIVE/SES/SC, atualizado em: 11/05/2019

Em relação ao mesmo período de 2017 (janeiro a dezembro), há um aumento de 20,6% no número de municípios nesta condição em 2018.



Referente à transmissão das doenças associadas ao *Aedes aegypti*, o Estado apresentou transmissão autóctone de dengue em todos os anos desse período. Entretanto, os maiores números de casos de transmissão ocorreram em 2015 e 2016.

O primeiro caso autóctone da doença, identificado no ano de 2015, residia no município de Itajaí, também considerado o Local Provável de Infecção – LPI. No ano de 2016 os casos se concentraram na Região de Saúde do Oeste (Chapecó – 03), Região de Saúde do Extremo Oeste (Guaraciaba – 02 e São Miguel do Oeste – 01) e Grande Florianópolis (Florianópolis – 01). Os casos autóctones voltaram a ocorrer em 2018, na Região de Saúde do Oeste (Cunha Porã – 02), na Região de Saúde do Extremo Oeste (São Miguel do Oeste – 01) e na Foz do Rio Itajaí (Itajaí – 01). Apesar do número pequeno de casos, importante ressaltar que a maior parte da população do Estado é suscetível a doença, o que pode modificar o cenário de baixa transmissão nos próximos anos. O zika vírus, doença introduzida no Brasil em 2015 e associada a diversas malformações congênitas também foi detectado em Santa Catarina. Há registro de casos autóctones somente no ano de 2016.

### **Febre Amarela**

A vigilância de epizootias no Estado ocorre por meio de captação de informações sobre adoecimento ou morte de Primatas Não-Humanos – PNH como evento sentinela, priorizando a coleta oportuna de vísceras (em até 24h) para análise laboratorial, com vista a confirmar a presença de circulação do vírus amarílico. No período de 2014 a 2018 foram registradas 421 epizootias em PNH com 279 coletas oportunas de vísceras (66,3%), todas descartadas para febre amarela pelo critério laboratorial. No entanto, durante o surto de Febre Amarela ocorrido no Sudeste do Brasil em 2017/2018 e devido à intensificação das ações de sensibilização das equipes de vigilância junto à população de risco (rural e silvestre), verificou-se um aumento da demanda observada nos anos de 2017 e 2018, porém com apenas 56% e 69% de coletas de vísceras em tempo oportuno.

Com relação à vigilância de casos humanos, esta é feita por meio da notificação de casos com sintomatologia compatível com a doença. No período de 2014 a 2018 foram notificados 110 casos humanos suspeitos. Apenas um caso importado foi confirmado no Município de Gaspar, evoluindo para óbito, e no ano de 2019 mais 02 casos de óbitos de Febre Amarela contraída dentro do Estado.

### **Raiva Humana**

Santa Catarina registrou um óbito por raiva humana em maio de 2019, uma mulher de 58 anos, residente em área rural do município de Gravatal. Santa Catarina não registrava casos de raiva em humanos desde 1981, quando um paciente de Ponte Serrada foi vítima da doença. Já os últimos casos de raiva em cães e gatos foram registrados em 2006, nos Municípios de Xanxerê (01 cão e 01 gato), Itajaí (01 cão), e em 2016, em Jaborá (01 cão).

Quanto aos animais envolvidos, os cães são os responsáveis pela grande maioria dos acidentes em todas as regiões de saúde (90%), seguidos pelos gatos (8%). Os acidentes com quirópteros representaram menos de 1% e aconteceram em todo Estado. Desde setembro de 2016 não existe laboratório habilitado em Santa Catarina para realização de diagnóstico de raiva animal proveniente de área urbana. A partir de janeiro de 2018 o LACEN/SC recebe e armazena as amostras, e apenas àquelas de animais fortemente suspeitos e agressores são enviadas para o Instituto Pasteur (referência nacional).

## **MORBIMORTALIDADE POR AGRAVOS E DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS**

### **Hanseníase**

Em 2017, segundo dados da Organização Mundial de Saúde, o Brasil ocupa o segundo lugar no ranking mundial, com notificação de 26.875 casos novos. Santa Catarina no mesmo período notificou 117 casos novos, com uma detecção geral de 1,67 casos por 100 mil habitantes, o que lhe coloca em segundo lugar no ranking nacional, conforme parâmetro do Ministério da Saúde, como um dos Estados da federação com a menor taxa de detecção do Brasil. Embora tendo atingido a meta de eliminação segundo critérios da OMS (notificando menos de um caso para cada 10 mil habitantes), a doença continua sendo um problema de saúde pública.

### **Tuberculose**

Nas últimas décadas desde a reemergência da tuberculose – TB no mundo, o ano de 2015 tornou-se um novo marco na história da doença, quando a Organização Mundial da Saúde propôs acabar com a mesma enquanto problema de saúde pública. O recrudescimento da TB em consequência da epidemia do HIV/AIDS, ocasionando alta letalidade, aumento do número de casos de TB resistente aos medicamentos e a doença em populações mais vulneráveis socialmente levaram a priorização no combate em nível global e nacional.





As taxas de incidência de Tuberculose Pulmonar Bacilífera vêm se mantendo estáveis no Estado, as Regiões de Saúde com as maiores taxas em 2017 foram as Regiões do Foz do Rio Itajaí (43,3/100 mil hab.) e Grande Florianópolis (33,6/100 mil hab). O abandono no ano 2017 se manteve entre 9%, acima do que é preconizado pelo MS que é até 5%. As Regiões de Saúde com elevadas proporções de abandonos em 2017 foram Grande Florianópolis (15,7%); Alto Vale do Itajaí (13%) e Foz do Rio Itajaí com (12,7%).

A testagem para o HIV em todos os pacientes com tuberculose é uma importante estratégia para identificação oportuna da coinfeção, o que pode possibilitar a introdução precoce da terapia antirretroviral – TARV. A coinfeção no Estado é um grande desafio, pois ficamos atrás do Estado do Rio Grande do Sul, contudo a testagem para o HIV é uma das maiores no Brasil. Entre 2014 a 2017 a proporção da coinfeção vem reduzindo no Estado, destacamos no ano 2017 as Regiões de Saúde com elevada proporção de coinfeção TB/HIV a Serra Catarinense (22,6%), Laguna (20,7%), Grande Florianópolis (19,8%) e a Foz do Rio Itajaí (19,1%).

## HIV/AIDS

De 2014 a 2017 foram notificados 7.793 casos de HIV e no período observou-se um aumento progressivo na taxa de detecção. Dentre as regiões de saúde, no ano 2017 74% dos casos estão na região de Foz do Rio Itajaí, seguida por Grande Florianópolis (53%), Carbonífera (25%) e Médio Vale do Itajaí (24%).

No período de 2014 a 2017 66,8% dos casos de HIV notificados foram do sexo masculino e a razão de sexos (M: F) foi de 2,0 homens para cada mulher. A maior proporção de casos está entre jovens, em idade economicamente ativa, entre 20 a 49 anos (83,4%) e com ensino médio completo (25,9%). Entre os homens, verifica-se predomínio da categoria de exposição heterossexual (54% dos casos).

Entre 2014 a 2017 foram notificados 6.834 casos de aids, sendo 1.419 no ano de 2017, neste ano as maiores taxas de detecção de aids foram nas regiões da Grande Florianópolis e Foz do Rio Itajaí, respectivamente com valores de 34,3 e 29,1 casos/100 mil habitantes. No mesmo período foram registrados em Santa Catarina 2.154 óbitos tendo aids como causa básica (CID 10: B20 a B24). A maior proporção destes óbitos no ano de 2017 ocorreram nas regiões Foz do Rio Itajaí (13,7%), Grande Florianópolis (9,7%) e Laguna (9,4%).

Em Santa Catarina em 2017 foram notificados 543 casos de gestantes infectadas com HIV. A taxa de detecção de HIV em gestantes foi de 5,4 casos /1.000 nascidos vivos. As regiões de saúde que apresentaram taxas maiores que a estadual foram: Foz do Rio Itajaí (9,2 casos/1.000 nascidos vivos), Grande Florianópolis (8,2 casos/1.000 nascidos vivos), Carbonífera (5,9 casos/ 1.000 nascidos vivos) e Nordeste (5,8 casos/ 1.000 nascidos vivos).

## Sífilis

A sífilis é uma Infecção Sexualmente Transmissível caracterizada por períodos de manifestações clínicas típicas e marcantes intercaladas por semanas, meses ou mesmo anos de total ausência de sintomas e sinais clínicos. Por tratar-se de uma infecção cujo diagnóstico e tratamento são amplamente acessíveis, têm baixo custo e alta eficácia, impactando na redução da incidência dos casos de sífilis congênita, que representa a consequência mais trágica da epidemia, todos os esforços devem ser despendidos para o seu controle e posterior eliminação.

No período de 2014 a 2017 foram informados 29.342 casos de sífilis adquirida, evidenciando um crescimento expressivo no número de casos em todas as regiões de saúde. O perfil se repete entre as gestantes, com o aumento linear do número de casos, alcançando 5.366 no período apresentado. Este crescimento alcançou 60% entre 2014 e 2015, e 78% entre 2016 e 2017. A taxa de detecção de sífilis em gestantes (por 1000 nascidos vivos) alcançou em 2017 o maior número no Estado, desde que este indicador passou a ser monitorado. A utilização dos testes rápidos é uma estratégia que tem sido amplamente divulgada e ampliada com o objetivo de agilizar o diagnóstico da sífilis, no âmbito da assistência pré-natal bem como nas maternidades e em todos os serviços de saúde.

## EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

A Educação Permanente em Saúde – EPS se configura como uma proposta de aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações, sendo o ensino continuado. A EPS se baseia na aprendizagem significativa e na possibilidade de transformar as práticas profissionais. Caracteriza-se, portanto, como uma intensa vertente educacional com potencialidades ligadas a mecanismos e temas que permitem gerar reflexão sobre o processo de trabalho, autogestão, mudança institucional e transformação das práticas em serviço, por meio da proposta do aprender a aprender, de trabalhar em equipe. (BRASIL,2018). Neste sentido, a Secretaria de Estado da Saúde por meio da Diretoria de Educação Permanente em Saúde instituiu a Escola de Saúde Pública Prof. Osvaldo de Oliveira Maciel - ESP e a Escola de Formação em Saúde – EFOS.



A ESP tem como objetivo promover a Educação Permanente – EP dos trabalhadores do SUS, visando à produção do conhecimento e ao aprimoramento do sistema, contribuindo para a efetivação do direito à saúde dos cidadãos. Possui como eixos norteadores: Gestão do Trabalho no SUS; Atenção na Saúde; Controle Social; Vigilância em saúde e Humanização como Política Transversal. A EFOS possui como propósito ofertar cursos de formação de nível médio, especialização técnica nível médio e qualificações de acordo com as necessidades do SUS no Estado de Santa Catarina, a serem desenvolvidos prioritariamente em serviço.

## **VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

A Vigilância em Saúde – VS é definida como um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise e disseminação de dados sobre eventos relacionados à saúde. Objetiva o planejamento, implementação de medidas de políticas públicas para a proteção da saúde da população, a prevenção e o controle de riscos, agravos e doenças, bem como a promoção da saúde.

O fortalecimento do diálogo entre gestão e equipes de Atenção Básica e da Vigilância em Saúde é condição fundamental para a construção da integralidade do cuidado sob a lógica das redes de atenção à saúde. Para que haja uma efetiva integração das ações os profissionais necessitam trabalhar com a lógica de risco, utilizando a epidemiologia como ferramenta para mapear vulnerabilidades do território. A adoção de medidas de prevenção e controle de doenças e agravos, bem como riscos decorrentes do ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde são as estratégias utilizadas para o enfrentamento dos problemas e eleição de prioridades.

## **ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**

Internacionalmente a Atenção Primária à Saúde – APS é tida como uma estratégia de organização da atenção à saúde voltada para responder de forma regionalizada, contínua e sistematizada a maior parte das necessidades de saúde de uma população, integrando ações preventivas e curativas, bem como a atenção a indivíduos e comunidades.

Uma APS forte é aquela que: conta com unidades de saúde acessíveis aos cidadãos que precisam de atendimento; oferece um conjunto amplo e atualizado de procedimentos diagnósticos e terapêuticos; está preparada para lidar com os problemas de saúde mais prevalentes da população sob sua responsabilidade; está apta a coordenar o cuidado dos usuários que precisem ser encaminhados para outros níveis de atenção do sistema de saúde. A Secretaria de Estado da Saúde vem apostando na mudança da prática clínico-assistencial dos profissionais de toda a Rede de Atenção à Saúde para o entendimento ampliado e atendimento das necessidades de saúde da população, valorizando a expansão da APS como porta preferencial de acesso facilitado.

O Estado tem uma cobertura populacional estimada na Atenção Básica – AB de 89,36% e de cobertura populacional estimada pela Saúde Bucal Atenção Básica – SB AB de 58,08%, com 9.203 Agentes Comunitários de Saúde – ACS e 300 Núcleos Ampliados a Saúde da Família – NASF/AB. Implantadas 1.009 Equipes de Saúde Bucal – ESB na Estratégia de Saúde da Família. A cobertura estimada da população atendida pela saúde bucal na atenção básica é de 58,09% (M.S, março 2019), constando 8 municípios sem ESB implantada.

## **ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA E HOSPITALAR**

### **Instituições Assistenciais Hospitalares**

O Estado de Santa Catarina conta com 195 unidades hospitalares, sendo 13 unidades hospitalares com gestão estadual (próprios do Estado), 06 com gestão por Organizações Sociais, 63 gestões municipais e 82 unidades privadas com ou sem fins lucrativos.

Dos leitos disponíveis, 72% são SUS (10.897) e 28% não SUS (4.123), totalizando 15.020 leitos. As unidades hospitalares próprias do Estado não têm até o momento contrato de gestão, e aqueles de gestão estadual estão contratualizados.

A análise da capacidade instalada de leitos por Macrorregiões de Saúde deve considerar a proporção de leitos localizados em hospitais com menos de 50 leitos, representando 61,7% no Estado. Esta avaliação é necessária tendo em vista que os hospitais de pequeno porte podem apresentar baixa resolutividade nas internações e na taxa de ocupação. As Macrorregiões que possuem a menor proporção de leitos SUS são: Foz do Rio Itajaí (5,7%), Grande Oeste (13,6%) e Vale do Itajaí (13,9%).



## **Complexo Regulador – Central de Regulação, Auditoria e Monitoramento dos Serviços, Central de Regulação de Internações Hospitalares Macrorregionais – CRIH e Central Estadual de Regulação Ambulatorial – CERA**

A regulação do Estado de Santa Catarina é baseada na universalização do atendimento, na descentralização, na regionalização e na hierarquização do SUS, funcionando como um observatório dos serviços ofertados e das necessidades dos usuários, objetivando subsidiar o planejamento e possibilitar mudanças na prestação dos serviços assistenciais.

O sistema SISREG, no módulo ambulatorial regula o acesso à assistência aos serviços de média e alta complexidade, em consonância com as cotas definidas através da Programação Pactuada Integrada – PPI. As agendas disponibilizadas pelas Unidades Hospitalares da SES passaram a ser configuradas pela Central Estadual de Regulação Ambulatorial – CERA, de forma que todas as solicitações ambulatoriais são reguladas pela Comissão Médica Estadual de Regulação, onde o médico regulador é a Autoridade Sanitária, de acordo com a Portaria SES nº 313/2015, sendo responsável para garantir o acesso, baseado em protocolos assistenciais, classificação de risco e critérios de priorização.

Atualmente a CERA viabiliza o processo de regulação do acesso de 58 Unidades Hospitalares Executantes. Uma importante estratégia adotada pela CERA para gestão das filas de espera foi a utilização da Teleconsultoria compulsória como ferramenta no fluxo de encaminhamento para acesso a determinadas especialidades. Após a inserção no SISREG os pacientes passam a ocupar posição em uma fila única por procedimento e alocados para procedimento cirúrgico conforme capacidade cirúrgica mensal de cada hospital. As listagens foram disponibilizadas conforme a modalidade de consulta (discriminada por especialidade), exame, intervenção cirúrgica ou procedimentos e abrangem todos os pacientes inscritos em quaisquer das unidades do SUS em SC, incluindo as unidades conveniadas e outros prestadores que recebam recursos públicos.

### **PUBLICIZAÇÃO DAS FILAS DE ESPERA DO SUS**

Atualmente o cidadão do Estado de Santa Catarina tem à sua disposição uma ferramenta para acompanhar sua situação nas filas reguladas e cronológicas através do link <http://listadeespera.saude.sc.gov.br>, onde conseguem localizar suas informações, podendo pesquisar seus dados pelo documento do paciente (CPF ou Cartão Nacional do SUS), ou ainda, por Central de Regulação e Procedimento. O Estado de Santa Catarina está sendo referência nacional, por ser pioneiro na publicização de todas as listas de espera na internet.

### **SERVIÇO DE TELEMEDICINA**

O Sistema de Telemedicina e Telessaúde Catarinense da forma vigente possui uma paleta integrada e variada de serviços, que vão desde a telerradiologia, baseada em imagens de alta resolução para atendimento de alta complexidade em emergências e urgências, até o suporte à Atenção Primária através de Teleconsultorias, formação continuada, definição de métodos e modelos de trabalho. Diversas ações vêm permitindo avanços ao Estado como o aprimoramento da gestão, a otimização de recursos, a qualidade e a descentralização do atendimento, a agilidade no diagnóstico, a redução de encaminhamentos desnecessários à assistência especializada, a qualificação de profissionais. No decorrer de 14 anos a parceria Telemedicina, Telessaúde, SES e Ministério da Saúde – MS permitiu que fossem atendidos os 295 municípios de Santa Catarina com serviços de telediagnóstico (ECG e Dermato), Teleconsultoria e Tele-educação.

### **SISTEMA ESTADUAL DE TRANSPLANTES**

O Sistema Estadual de Transplantes de Santa Catarina é formado pela Central Estadual de Transplantes de Santa Catarina – CET/SC, Comissões Hospitalares de Transplantes – CHT, estabelecimentos doadores, estabelecimentos transplantadores e equipes de transplantes. A principal competência da Central Estadual de Transplantes consiste em atender a população catarinense no que diz respeito à doação, captação, distribuição e transplante de órgãos e tecidos humanos. Com esse propósito, registra e organiza informações por meio de cadastros de receptores, estabelecimentos de saúde, equipes e de profissionais, entre outros.

O Estado de Santa Catarina optou em utilizar o sistema de procura de órgãos e tecidos baseado no sistema profissional de Comissões Hospitalares de Transplantes, com apoio de 3 Organizações de Procura de Órgãos.

### **ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

A estruturação da Assistência Farmacêutica é um dos grandes desafios que se apresenta aos gestores e profissionais do SUS, quer pelos recursos financeiros envolvidos como pela necessidade de aperfeiçoamento contínuo com busca de novas estratégias no seu gerenciamento. Santa Catarina conta com uma rede descentralizada para a assistência farmacêutica, tendo pelo menos uma unidade farmacêutica em cada município. Nas gerências regionais de saúde



existe uma unidade da assistência farmacêutica como um braço da SES para atuar naquela região. Quando ocorre desabastecimento, o fato se dá em função de várias causas: na gestão estadual, por dificuldades nos processos licitatórios, falta de pagamento aos fornecedores e na logística com distribuição para as regiões; nos medicamentos distribuídos pelo Ministério da Saúde os problemas são o descumprimento por parte do Ministério da Saúde do prazo estipulado para o fornecimento dos medicamentos após a incorporação de novas tecnologias no SUS e, como são mais caros, a aquisição por parte do Estado torna-se inviável.

## REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE

### Rede Cegonha

A Rede Cegonha consiste em um pacote de ações para garantir o atendimento de qualidade, seguro e humanizado para todas as mulheres, numa rede de cuidados que visa assegurar o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis. Sua estruturação se dá a partir de quatro componentes: pré-natal, parto e nascimento, puerpério e atenção integral à saúde da criança e sistema logístico (transporte sanitário e regulação).

Os 295 Municípios catarinenses aderiram a Rede Cegonha com o compromisso de garantir acesso e qualidade na atenção à saúde materno-infantil. Os compromissos no âmbito da Atenção Primária envolvem o planejamento sexual e reprodutivo, a atenção ao pré-natal, ao puerpério, ao recém-nascido e a criança até dois anos de idade.

O Estado conta com nove ambulatórios de gestação de alto risco, situados em: Curitibaanos, Rio do Sul, Blumenau, Florianópolis, São José, Tubarão, Joinville, Lages e Chapecó. Também existem seis ambulatórios que não estão habilitados, porém, em funcionamento: Mafra, Criciúma, Araranguá, Concórdia e Xanxerê. A Região do Extremo Oeste não possui ambulatório de gestação de alto risco.

### Rede de Urgência e Emergência

Esta rede objetiva atender aos principais problemas de saúde dos usuários na área de urgência e emergência de forma resolutiva. Em Santa Catarina a rede de urgência conta com 30 Unidades Hospitalares com Portas de Emergência qualificadas e 38 Unidades Hospitalares que disponibilizam enfermarias com leitos de Retaguarda Clínica habilitados e qualificados. As Unidades Hospitalares com leitos de cuidados prolongados que estão na rede são 07 e 35 Unidades Hospitalares que disponibilizam leitos de UTI adulto qualificados, 12 Unidades Hospitalares que disponibilizam leitos de UTI pediátricos habilitados e qualificados e 05 Unidades Hospitalares com leitos habilitados para atendimento aos pacientes com AVC.

### Rede de Atenção Psicossocial

A Secretaria Estadual de Saúde, seguindo o norte do Ministério da Saúde – MS, conta com a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, que se caracteriza por uma Rede de Saúde Mental integrada, articulada e efetiva nos diferentes pontos de atenção para atender as pessoas em sofrimento e/ou com demandas decorrentes dos transtornos mentais e/ou do consumo de álcool, crack e outras drogas. Santa Catarina oferta 557 (quinhentos e cinquenta e sete) leitos em saúde mental/psiquiatria para o tratamento de pessoas com sofrimento ou transtorno mental e também para desintoxicações, para aquelas com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas.

## PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

### Acreditação

O Programa Estadual de Acreditação em Saúde de Santa Catarina se baseia no Programa de Acreditação em Saúde do município do Florianópolis, que por sua vez se inspirou nos Programas de Acreditação de países como Espanha, Portugal e Canadá, para induzir a melhoria da qualidade nos serviços de saúde, buscando fortalecer a confiança dos cidadãos no sistema de saúde público. Inicia-se pela acreditação da atenção primária à saúde, tendo como meta desenvolver esta ação para os demais níveis de atenção à saúde. O sistema Estadual de Acreditação em Saúde será composto por cinco fases, sendo que a finalização da 1ª fase é pré-requisito para que se inicie a 2ª fase, e assim sucessivamente, sendo que na 5ª fase o processo se inicia novamente, sendo cíclico e permanente. As fases do Sistema de Acreditação em Saúde são:

- 1ª fase: Adesão;
- 2ª fase: Desenvolvimento: Autoavaliação e Plano de Ação;
- 3ª fase: Avaliação Externa;
- 4ª fase: Certificação da Unidade;
- 5ª fase: Reacreditação.



Para 2020 estão previstas: adesão voluntária de municípios; autoavaliação e; plano de ação por equipe. A partir de 2021 inicia-se a avaliação do desempenho das equipes para a certificação, que se dará por Unidade de Saúde. A previsão de recursos para esta ação envolve, na adesão, o acréscimo de 10% no co-financiamento estadual já recebido por equipe e, na certificação, o percentual de aumento se dá a partir do nível de qualidade alcançado, podendo alcançar o teto de 100% de acréscimo no valor já recebido por equipe de co-financiamento estadual.

### **Qualifica APS**

O Programa Qualifica APS é uma ação estratégica de educação permanente em saúde que prepara as equipes para alcançar melhores níveis de qualidade e a acreditação em saúde. Estão previstos neste programa o desenvolvimento contínuo de processos formativos para tutores e profissionais de saúde, entre eles cursos via Telessaúde e oficinas presenciais locais e regionais. A primeira etapa da implantação da Estratégia Qualifica APS/SC iniciou em 2018 com o curso EAD/Telessaúde denominado "Curso de Aperfeiçoamento em Atenção Primária em Saúde Qualifica APS/SC" com o intuito de nivelar e ampliar conceitos sobre os atributos e responsabilidades da Atenção Primária na Rede de Saúde. Foram convidados a participar desta etapa todos os profissionais dos Municípios e Estado, instituições de ensino e demais interessados em fortalecer a APS (535 inscritos).

### **Planifica SUS**

Santa Catarina aderiu ao PlanificaSUS em 2019 e iniciou o desenvolvimento das ações nas Regiões de Saúde da Serra Catarinense e Foz do Rio Itajaí. Este programa está sendo desenvolvido com apoio da Associação Israelita Albert Einstein, numa parceria do Ministério da Saúde e CONASS. Está baseada no referencial teórico do Dr. Eugênio Vilaça sobre a estruturação da rede de atenção à saúde, tendo a atenção primária como coordenadora e ordenadora do cuidado. Tem ainda como base o compartilhamento do cuidado com o aprimoramento de mecanismos que integram as equipes da atenção primária com a atenção especializada, com o objetivo de garantir os fluxos e contrafluxos dos usuários com condição crônica de alto risco, de maneira segura e oportuna, e o compartilhamento dos produtos e informações geradas nos atendimentos, de maneira adequada e regular, para solucionar problemas e tomar decisões. Um grande desafio está na estruturação de ambulatórios no modelo previsto pela planificação. São necessários equipe multiprofissional e espaço adequado para o modelo preconizado. Este modelo de ambulatório não está ainda em funcionamento no Estado e sua implementação será um marco para a qualificação da atenção e contribuirá para diminuir ainda mais os índices de mortalidade infantil e materna em Santa Catarina.

### **Sala de Situação em Saúde**

O acesso a informação de qualidade e oportuna para embasar a gestão é uma das grandes dificuldades na área da saúde no Estado. A Secretaria de Estado da Saúde não tem acesso até este momento, por exemplo, a base de dados do e-SUS, o que dificulta o acompanhamento da situação de saúde e dos atendimentos realizados pela atenção primária à saúde. Ter acesso a estas informações é condição essencial para o desenvolvimento da acreditação em atenção primária à saúde. Além desta situação, os sistemas de informações disponíveis não se comunicam, gerando dados muitas vezes diferentes para um mesmo indicador. Os sistemas de informação utilizados pelos serviços de saúde da atenção especializada não se comunicam entre si gerando novos procedimentos quando o usuário acessa pontos de atenção diferentes em busca de atendimento pelo mesmo problema de saúde. A informação deve ser a base para a gestão, desta forma a decisão de implantar uma sala de situação em saúde que permita o acesso e a análise dos dados de saúde será de grande importância. Este processo iniciou em 2019 e será um marco na melhoria da qualidade da informação para a Secretaria de Estado da Saúde.

### **Contratualização dos Serviços de Saúde**

A contratualização dos serviços de saúde é uma prerrogativa para a prestação de serviços no âmbito do SUS. Desta forma, aprimorar os instrumentos contratuais é uma necessidade para qualificar o acesso e os mecanismos de controle, avaliação e auditoria. Neste sentido, faz-se necessário a elaboração de um novo edital de chamada pública e de um novo modelo de contrato pela Secretaria de Estado da Saúde com seus prestadores no âmbito da média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar. Este contrato, embasado na legislação vigente, englobará entre outros aspectos, indicadores quantitativos e comissão de avaliação, que determinarão a manutenção dos repasses financeiros de acordo com o alcance das metas contratualizadas. O grande desafio que está sendo proposto é contratualizar os serviços a partir das necessidades de saúde da população e não somente pela oferta apresentada pelos prestadores. A partir da delimitação de serviços e estes estando contratualizados, faz-se necessário também aprimorar o processo de regulação do acesso, a fim de garantir ampliação deste e transparência nos processos desenvolvidos.

### **Política Hospitalar Catarinense**

O Estado não tem até o momento uma política estadual para nortear suas ações no âmbito hospitalar. Em 2019 está sendo finalizada uma proposta, a ser aprovada pelas instâncias gestoras ainda neste ano, que estabelece critérios e portes dentro de uma política para estas unidades. O objetivo é ampliar o acesso dos usuários de acordo com as necessidades regionais e fortalecer os serviços identificados como de interesse para a saúde. Desta forma, o repasse



de recursos de incentivo estadual fica condicionado a estrutura e serviços oferecidos, mas também ao desempenho das instituições hospitalares. A política define o que é um hospital e quais serão fortalecidos de forma a atender as necessidades regionais. Através desta política faz-se necessário a melhoria dos processos de contratualização, de controle, de avaliação e de auditoria no Estado, de forma que sejam contratualizadas ações vinculadas a indicadores de quantidade e qualidade e estes sejam avaliados com o recurso vinculado a manutenção de níveis de qualidade pelos serviços.

### **Fortalecimento da Gestão Estadual do SUS**

O fortalecimento da gestão estadual do SUS está sendo proposto a partir do desenvolvimento de um planejamento estratégico para a Secretaria de Estado de Saúde. Este planejamento está sendo desenvolvido com apoio do Hospital Alemão, CONASS e Ministério da Saúde. Esta ação mobilizou e integrou as diferentes áreas da Secretaria de Estado e também do COSEMS, Conselho Estadual de Saúde e do Núcleo do Ministério da Saúde no Estado. Este processo está sendo desenvolvido em 2019 e reviu desde a missão, a visão e os valores até as ações a serem desenvolvidas para melhoria dos processos identificados como necessários no diagnóstico situacional. Esta ação está sendo integrada a construção do Plano Estadual de Saúde, da Programação Anual de Saúde e do Planejamento Regional Integrado.

### **PLANEJAMENTO REGIONAL INTEGRADO**

Iniciou-se em 2018 e continua sendo desenvolvido junto as regiões de saúde do Estado o planejamento regional integrado para subsidiar a implementação das políticas públicas de acordo com as necessidades da população. Este é um processo de construção coletiva regionalizado, que embasará o Plano Estadual de Saúde e também a discussão das necessidades e a pactuação do acesso aos serviços de saúde regionalizados.

### **FORTALECIMENTO DAS ESCOLAS DE SAÚDE PÚBLICA**

Fortalecer os processos de educação permanente em saúde é essencial para a qualificação tanto da gestão como da atenção à saúde no Estado. Duas escolas fazem parte hoje da Diretoria de Educação Permanente em Saúde na SES. Entre as estratégias previstas para o fortalecimento, especificamente da escola de nível superior, estão a parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública, com o desenvolvimento de Curso de Especialização em Saúde Pública e posterior possibilidade de desenvolvimento de processo de acreditação da Escola de Saúde Pública de Santa Catarina. A partir de 2019 as duas escolas estaduais compartilham espaço físico construído para esta finalidade. Persiste a necessidade de qualificar as estruturas de biblioteca e laboratórios de práticas e também a captação de recursos para o desenvolvimento de maior número de cursos de formação tanto para profissionais de formação de nível superior quanto de nível médio.

### **CUIDADO FARMACÊUTICO**

Os custos com a assistência farmacêutica têm crescido vertiginosamente, em especial no atendimento de demandas judicializadas nesta área. Compete ao Estado implementar a política de assistência farmacêutica, em conjunto com os demais entes e fornecer parte dos insumos, em especial no componente especializado. No âmbito da assistência farmacêutica estão em desenvolvimento duas ações estratégicas, uma voltada ao fortalecimento da assistência farmacêutica na atenção primária à saúde e outra na organização do âmbito regional. No âmbito dos medicamentos judiciais está sendo iniciada ação conjunta no sentido de fornecer os medicamentos pelos trâmites já estabelecidos administrativamente para os medicamentos que constam na Relação Nacional de Medicamentos, retirando-os do componente judicial. No componente especializado está previsto para 2019 o início do projeto Cuidado Farmacêutico, com apoio do CONASS, para uma unidade piloto junto a Farmácia Escola do município de Florianópolis, que servirá de laboratório para qualificar as demais unidades estaduais na assistência farmacêutica.

### **QUALIFICAÇÃO DAS UNIDADES HOSPITALARES DA SES**

A implementação das comissões de qualificação hospitalar e dos escritórios de qualidade junto aos hospitais da rede estadual objetiva ampliar a cultura de qualidade, contribuindo para a construção de diretrizes que garantam a primazia da assistência à saúde nestas unidades. Estas equipes iniciaram atuação em 2019 e vão orientar a execução dos trabalhos e a organização dos processos internos, na perspectiva de obtenção da certificação de qualidade para estas unidades de saúde.

### **INTEGRAÇÃO SAMU/BOMBEIROS**

A integração das equipes e serviços do SAMU e dos Bombeiros no Estado para desenvolver o atendimento móvel de urgência é uma das estratégias para ampliar e qualificar as ações já desenvolvidas nesta área. O Estado está propondo para o Ministério da Saúde ser projeto piloto nesta integração. As ações estão sendo coordenadas pela Superintendência de Urgência e Emergência.

### 3.1.3 Segurança Pública

## Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP



A Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, segundo a Constituição da República. Atualmente a sensação de insegurança, decorrente do aumento da criminalidade e da violência tornou-se uma das maiores preocupações da sociedade. A segurança pública é imprescindível para a vida das pessoas e por isso requer uma atuação com extremo profissionalismo em sua gestão. É necessário que esteja apoiada em um planejamento adequado às diversas realidades e cenários, aproveitando-se as melhores ferramentas de tecnologia, de racionalidade no desenvolvimento das atividades e de qualificação profissional.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** prestar serviços de segurança pública de forma integrada, de modo a proporcionar segurança a todas as pessoas, com o devido respeito aos direitos fundamentais, visando a garantia da paz social no Estado de Santa Catarina.

**VISÃO:** que a Segurança Pública do Estado seja reconhecida pela sociedade catarinense pela excelência no desenvolvimento de ações integradas, com o respeito aos direitos fundamentais e a garantia da paz social em Santa Catarina.

**VALORES:** Legalidade, transparência, ética, efetividade, respeito aos direitos fundamentais, profissionalismo, integração, proximidade, inteligência, inovação e tecnologia.

### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Desenvolvimento Social	Segurança Pública	Proteção à vida - Reduzir as Mortes violentas: homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte (PNSP PDSC)	Taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes	10,5 por 100 mil hab
		Proteção à vida - Reduzir a vitimização de agentes da segurança pública e a letalidade em intervenções policiais (PNSP PDSC)	Número de agentes da segurança pública vítimas de homicídio em razão da atividade por 100 mil habitantes	Reduzir para zero
		Proteção à vida - Reduzir a violência contra a infância e a juventude (PNSP PDSC)	Taxa de homicídios por 100 mil jovens na faixa etária de 15 – 29 anos de idade	21,6 por 100 mil jovens
		Proteção à vida - Reduzir a violência contra a mulher (PNSP PDSC)	Taxa de homicídios por 100 mil mulheres	0,51 por 100 mil hab
		Proteção à vida - Reduzir os crimes motivados pelo preconceito (PNSP PDSC)	Quantidade de crimes motivados por preconceito	Reduzir em 10% (2,5% ao ano)
		Proteção ao patrimônio - Reduzir os crimes contra o patrimônio (PNSP PDSC)	Taxa de roubos a cada 100 mil habitantes Taxa de furtos de veículos a cada 100 mil habitantes	196,92 por 100 mil hab 137,64 por 100 mil hab
		Enfrentamento ao crime organizado e combate ao tráfico de drogas e de armas - Reduzir as atividades do crime organizado por meio do combate às facções criminosas e da redução do tráfico de drogas e de armas (PNSP PDSC)	Quantidade de drogas apreendidas Quantidade de armas e munições apreendidas	Aumentar em 10% (2,5% ao ano)
		Fronteiras e divisas - Reduzir a atividade criminal nas fronteiras e nas divisas (PNSP PDSC)	Número de armas apreendidas na região fronteiriça Quantidade de drogas apreendidas na região fronteiriça	Aumentar em 10% (2,5% ao ano)



DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Desenvolvimento Social	Segurança Pública	Operações integradas de grande porte - Coordenar as operações integradas de grande porte (PNSP PDSC)	Número de operações integradas realizadas	Criar o Centro Integra do de Comando e Controle (CICC) Aumentar em 10% (2,5% ao ano)
		Segurança no trânsito -Promover a segurança e o enfrentamento à violência no trânsito (PNSP PDSC)	Taxa de mortalidade em acidente de trânsito por 100 mil habitantes	19,9 por 100 mil habitantes
		Meio Ambiente – Proteger o meio ambiente (PNSP PDSC)	Número de autos de infração ambiental lavrados	Aumentar em 10% (2,5% ao ano)
		Sinistros, salvamentos e outras atividades de bombeiros - Promover ações de fiscalização e de segurança nas áreas de atuação do Corpo de Bombeiros Militar (PNSP PDSC)	Número de vistorias realizadas e alvarás concedidos Total de valores de bens salvados Número de pessoas socorridas	Aumentar em 10% (2,5% ao ano)
		Articulação interinstitucional - Promover a articulação interinstitucional com vistas à solução dos problemas de segurança pública (PNSP)	Número de convênios celebrados	Aumentar em 10% (2,5% ao ano)
		Interação com a sociedade - Promover a interação com a sociedade em prol da solução dos problemas de segurança pública (PNSP) (PDSC)	Número de policiais e membros da comunidade formados na filosofia de polícia comunitária	Aumentar em 10% (2,5% ao ano)
		Capital humano - Promover a Adequação do efetivo às necessidades da segurança pública (PNSP) (PDSC)	Inclusão de efetivo dos órgãos da segurança pública	Realizar a inclusão de pessoal nos órgãos da SSP na ordem de 4% - 700 profissionais por ano
		Capital humano - Promover a saúde física, mental e psicossocial dos agentes da segurança pública (PNSP) (PDSC)	Percentual de afastamentos por questões de saúde	Reduzir em 10% (2,5% ao ano)
		Capital humano - Promover capacitação profissional dos agentes da segurança pública (PNSP) (PDSC)	Número de profissionais treinados e capacitados	Realizar a inclusão de pessoal nos órgãos da SSP na ordem de 4% - 700 profissionais por ano
		Logística e inovação tecnológica - Realizar os investimentos logísticos e estruturais necessários às atividades da segurança pública (PNSP) (PDSC)	Número de equipamentos de EPI adquiridos Número de armamentos adquiridos Número de veículos	Aumentar em 10% (2,5% ao ano)
		Logística e inovação tecnológica - Promover o Desenvolvimento tecnológico das atividades da segurança pública (PNSP) (PDSC)	Número de equipamentos e novas tecnologias desenvolvidos e implementados	Aumentar em 10% (2,5% ao ano)
		Atividade de inteligência - Promover o aperfeiçoamento da atividade de inteligência na área da segurança pública (PNSP) (PDSC)	Quantidade de profissionais empregados exclusivamente nas atividades de inteligência	Aumentar em 10% (2,5% ao ano)
		Atividade correcional e de ouvidora - Promover o aperfeiçoamento da atividade correcional e de ouvidoria na área da segurança pública (PNSP)	Quantidade de profissionais empregados exclusivamente nas atividades correcionais	Aumentar em 10% (2,5% ao ano)





## QUADRO DE PESSOAL

SSP	PMSC	PCSC	CBMSC	IGP	Total
165	10.284	3.448	2.651	639	17.187

## DIAGNÓSTICO SETORIAL

Para administrar as questões relativas à segurança pública de Santa Catarina no ano de 1935, na gestão do então Governador Nereu Ramos, por meio da Lei Estadual nº 12, de 12 de novembro daquele mesmo ano, foi criada a Secretaria de Estado da Segurança Pública, que possui dentre os seus objetivos precípuos a redução dos índices de criminalidade e a melhoria da qualidade dos serviços prestados na área da segurança pública à sociedade catarinense.

Atualmente, quanto aos indicadores da segurança pública, destaca-se que, conforme apresenta o 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017, Santa Catarina atingiu uma taxa anual de 14,1 homicídios por 100 mil habitantes e, segundo dados da própria SSP/SC, em 2017 o esclarecimento dos homicídios chegou a 51,4 %, sendo que em 70,8%, 209 municípios do Estado não ocorreram homicídios. Por sua vez, o Estado de São Paulo possui o melhor indicador nesse sentido, com uma taxa de 8,2 por 100 mil habitantes, conforme dados do mesmo Anuário.

Conforme dados do Atlas da Violência 2018, Santa Catarina atingiu uma taxa anual de 27,1 homicídios por 100 mil jovens relativo à faixa etária de 15 a 29 anos, enquanto que São Paulo, melhor Estado nesse indicador, atingiu 19,0. Quanto a taxa de homicídios de mulheres, conforme dados do 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017, Santa Catarina possui uma taxa 0,70 homicídios a cada 100 mil habitantes, enquanto que o Estado do Rio de Janeiro, que é o menos pior nesse ranking, possui uma taxa de 0,10 homicídios a cada 100 mil habitantes. Conforme o mesmo Anuário Brasileiro, Santa Catarina possui uma taxa 1,10 em relação às mortes decorrentes de confrontos policiais, sendo que o Distrito Federal possui o melhor indicador nesse sentido, com uma taxa de 0,23 por 100 mil habitantes.

As taxas de roubos e de roubos de veículos em Santa Catarina alcançaram, respectivamente, um índice de 238,1 roubos por 100 mil habitantes e de 42,9 de roubos de veículos por 100 mil habitantes, ambos indicadores do 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017. O melhor Estado no índice de roubos é Roraima, com 177,7 roubos por 100 mil habitantes e o melhor Estado no índice de roubo de veículos é Amapá, com 26,46.

Quanto às mortes por acidentes de trânsito, conforme dados do Plano Estadual de Desenvolvimento Santa Catarina 2030, o Estado atingiu uma taxa de 23,46 mortes por 100 mil habitantes. Nesse sentido, o plano estabeleceu uma meta de redução de 20% desse índice para o prazo relativo a 5 anos.

Para fazer frente a esses e a todos os demais desafios diários da segurança pública do Estado, a Secretaria de Segurança conta com uma estrutura composta por 5 órgãos, aproximadamente 17 mil profissionais efetivos, sendo: Polícia Militar – PM com 10.700; Polícia Civil – PC com 3.300; Corpo de Bombeiros Militar – CBM com 2.700; Instituto Geral de Perícias – IGP com 600 e a própria Secretaria – SSP com 20. A Secretaria possui 13 aeronaves e 6.150 viaturas distribuídas pelo Estado, sendo a PM com 3.000, a PC com 1.600, o CBM com 1.200, a SSP com 200, o IGP com 150 e o Detran com 30.

Quanto aos atendimentos atualmente prestados pelos seus órgãos, registra-se mais de 10 milhões de atendimentos prestados. A PM atende 930 mil ocorrências por ano, realizando também 75.000 boletins de acidentes de trânsito e conduzindo 33.000 pessoas presas. A PC registra 830 mil boletins de ocorrências por ano, além de 45.000 inquéritos policiais e 18.000 autos de prisão em flagrante. O CBM atende cerca de 800 mil ocorrências, sendo 181.305 emergências e 504.669 atendimentos técnicos, 39.446 processos de poder de polícia administrativa, 1.148 investigações em incêndio e 71.210 salvamentos na Operação Veraneio, além de 4.467.576 prevenções. O IGP realiza 774 mil procedimentos, sendo 123.000 exames periciais, expede 113.000 laudos e 538.000 carteiras de identidade emitidas. O CBM, por sua vez, expede cerca de 1.200 documentos anualmente, a SSP 200 e o IGP 150.



### 3.1.4 Administração Prisional e Sistema Socioeducativo

#### Secretaria de Estado de Administração Prisional e Socioeducativa - SAP

Responsável por planejar, formular, normatizar e executar as políticas públicas para os Sistemas Prisional e Socioeducativo. A Unidade Orçamentária 54001 - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa tem sua gestão orçamentária e financeira totalmente executada pela Unidade Orçamentária 54096 – Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina. Cabe destacar que também estão vinculados a Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa os Fundos Rotativos geridos por cada uma das Penitenciárias do Estado.

#### FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – FUPESC

Proporcionar a realização de ações voltadas à melhoria do Sistema Penitenciário Estadual e ao Atendimento dos Adolescentes Autores de Ato Infracional, sendo administrado pelo Secretário de Estado da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa. Os recursos do Fundo podem ser utilizados em custeio, manutenção e pagamento das despesas conexas aos objetivos do Fundo, inclusive com servidores ativos e inativos e respectivos encargos sociais.



#### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** garantir o efetivo cumprimento da execução penal, das medidas Socioeducativas e promover o pleno exercício da cidadania, com fundamento no princípio da dignidade da pessoa humana através da ação integrada entre Estado e Sociedade.

**VISÃO:** ser reconhecida como referência Nacional em Gestão Prisional e Socioeducativa na promoção plena da cidadania.

**VALORES:** Segurança; Ética; Responsabilidade Social; Cooperação; Qualidade.

#### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Aperfeiçoar a gestão dos sistemas prisional e socioeducativo, com ênfase nas condições de segurança e de ressocialização de presos e adolescentes em conflito com a Lei;
- Mitigar o déficit de vagas dos sistemas prisional e socioeducativo com a construção, ampliação e reforma de unidades prisionais e socioeducativas;
- Fortalecer a estrutura de recursos humanos;
- Fomentar as políticas laborais;
- Desenvolver parcerias nas áreas da educação e da saúde.



## OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META (até 2023)
Desenvolvimento Social	Administração Prisional e Socioeducativa	Promover o desenvolvimento da gestão prisional e socioeducativo assegurando condições dignas aos internos do sistema prisional e socioeducativo com segurança à comunidade	Custo do preso (R\$/ano)	R\$ 31.600,00
		Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional e socioeducativo, reduzindo custos e aumentando investimentos		
		Prover as unidades prisionais e socioeducativas de condições físicas e estruturais adequadas ao seu funcionamento	Unidades reaparelhadas (unidade)	80
		Renovação da Frota	Viaturas (unidade)	160
		Ampliar a capacidade de vagas do sistema prisional e socioeducativo	Número de vagas geradas (unidade)	6000
		Desenvolver ações de educação, profissionalização, trabalho, saúde e assistência social que possibilitem a reintegração do apenado à sociedade	Postos de trabalho criados (unidade)	8500
			Percentual de presos trabalhando (%)	34,37%

## QUADRO DE PESSOAL

Carreira - Efetivo	Ocupadas
OCUPACAO DE NIVEL SUPERIOR - ADMINISTRADOR	0
OCUPACAO DE NIVEL SUPERIOR - ANALISTA TECNICO ADMINISTRATIVO II	3
OCUPACAO DE NIVEL SUPERIOR - ASSISTENTE SOCIAL	24
OCUPACAO DE NIVEL SUPERIOR - CIRURGIAO DENTISTA	6
OCUPACAO DE NIVEL SUPERIOR - ENFERMEIRO	3
OCUPACAO DE NIVEL SUPERIOR - NUTRICIONISTA	2
OCUPACAO DE NIVEL SUPERIOR - PSICOLOGO	18
OCUPACAO DE NIVEL SUPERIOR - MÉDICO	7
OCUPACAO DE SERVICO GERAL - AGENTE DE SERVICOS GERAIS	8
OCUPACOES AUXILIAR E OPERACIONAL - AGENTE EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	6
OCUPACOES AUXILIAR E OPERACIONAL I - AGENTE EM ATIVIDADES DE ENGENHARIA	1
OCUPACOES AUXILIAR E OPERACIONAL I - ARTIFICE I	0
OCUPACOES NIVEL ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL II - INSTRUTOR	3
OCUPACOES NIVEL ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL II - MOTORISTA	14
OCUPACOES NIVEL ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL II - OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	1
OCUPACOES NIVEL ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL II - TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	48
OCUPACOES NIVEL ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL II - TECNICO EM ATIVIDADES DE SAUDE	16
OCUPACOES NIVEL ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL II - TECNICO EM CONTABILIDADE	1
GRUPO JUSTICA E CIDADANIA - SISTEMA PRISIONAL DA SJCA - AGENTE PENITENCIARIO	2.355
GRUPO JUSTICA E CIDADANIA - SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DA SJCA - AGENTE DE SEGURANCA SOCIOEDUCATIVO	491

Temporários	Ocupadas
ACT - ONSI ASSISTENTE SOCIAL	39
ACT - ONSI CIRURGIAO DENTISTA	12
ACT - ONSI ENFERMEIRO	28
ACT - ONSI FARMACEUTICO	6
ACT - ONSI NUTRICIONISTA	24
ACT - ONSI PEDAGOGO	14
ACT - ONSI PSICOLOGO	49
ACT - ONSI TERAPEUTA OCUPACIONAL	1
ACT - ONO II INSTRUTOR	17
ACT - ONO II MOTORISTA	5
ACT - ONO III TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	204
ACT - ONO III TECNICO EM ATIVIDADES DE SAUDE	3
ACT - ONO III TECNICO EM ENFERMAGEM	9
ACT - ONS III MEDICO	9
ACT - AGENTE DE SEGURANCA SOCIOEDUCATIVO	360
ACT - AGENTE PENITENCIARIO	720
<b>TOTAL</b>	<b>1.941</b>



## DIAGNÓSTICO SETORIAL

### Sistema Penitenciário - DEAP

Departamento de Administração Prisional – DEAP é o órgão responsável pela administração de 51 Unidades Prisionais no Estado, dentre Penitenciárias, Presídios, Unidades Prisionais Avançadas – UPAs, uma Casa do Albergado, uma Colônia Penal Agrícola, uma Central de Triagem e um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

O Estado conta hoje com mais de 18.098 mil vagas prisionais. Desde 2011 foram construídas mais de 8.000 vagas. No total, são 22.921 mil presos recolhidos nas Unidades Prisionais. Aproximadamente 8.500 mil presos estão envolvidos em alguma atividade educacional, sendo: 3.490 estudando na modalidade de educação de jovens e adultos/EJA, ensino fundamental e ensino médio. Já no programa Despertar pela Leitura (Recomendação nº 44, de 26/11/2013) estão em atividade complementar 4.760 presos.

Em 2018 Santa Catarina teve 2.468 inscritos na última edição do ENEM. No Exame Nacional para a Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA o número de inscritos passou de 102 em 2011, para 6.034 inscritos em 2018.

Um dos aspectos que conferem ao Sistema Prisional de Santa Catarina destaque nacional são as políticas laborais. Nosso Estado alcançou em 2018 mais de 6.326 presos trabalhando dentro das Unidades Prisionais, aprendendo mão-de-obra qualificada e sendo remunerados com pelo menos um salário mínimo, através da parceria com empresas privadas e públicas. SC possui 40 Bibliotecas, distribuídas em 39 unidades, sendo que 39 ergástulos possuem biblioteca vinculadas ao projeto de remição pela leitura. O acervo conta com mais de 48.877 títulos.

### Sistema Socioeducativo - DEASE

Atualmente o Departamento de Administração Socioeducativa – DEASE possui 27 (vinte e sete) unidades sob sua administração, divididas entre Centros de Atenção Socioeducativo – CASE, Centros de Atenção Socioeducativos Provisórios – CASEP e Casas de Semiliberdade, totalizando 581 vagas. Total de internos (em 14/06/2019): 471 – dados do SIPIA/Sinase. Ainda estão previstas mais 60 vagas em Lages.

### Academia Prisional e Socioeducativa – ACAP

Setor responsável pela formação e capacitação dos Agentes Penitenciários, Agentes Socioeducativos e demais servidores da SAP. Os cursos ministrados pela ACAP vão desde a formação inicial, formação continuada, capacitação e aperfeiçoamento profissional, até a pós-graduação em gestão penitenciária.

Desde a sua fundação foram oferecidas mais de 5.000 capacitações aos servidores da SAP. Em 2015 foram mais de 55 cursos oferecidos aos servidores da Secretaria de Estado.

### Central de Penas e Medidas Alternativas

A Central de Penas e Medidas Alternativas é um órgão subordinado à Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa e atua em parceria com o Tribunal de Justiça e o Ministério Público de Santa Catarina. O importante trabalho da CPMA consiste em coordenar e fiscalizar a aplicação de penas e medidas alternativas à prisão, que são empregadas pelo Poder Judiciário nos julgados dos crimes de menor potencial ofensivo.

Desde 2011, quando da sua instituição, já foram encerrados quase 12 mil processos. Atualmente estão em andamento mais de 3.500 processos nas oito comarcas onde existem CPMA. Durante os cinco anos de trabalho, a Central de Penas e Medidas Alternativas já realizou mais de 80.500 atendimentos, prestando um trabalho social e reintegrador de absoluta importância para sociedade Catarinense.

### 3.1.5 Defesa Civil

#### Defesa Civil - DC



A Defesa Civil Catarinense busca aumentar a consciência e o compromisso em torno de ações que reduzam o risco de desastres. Através dos Decretos Estaduais nº 728/2011, nº 1.879/2013 e nº 653/2016 instituiu 20 Coordenadorias Regionais de Defesa Civil.

#### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** coordenar e articular as ações de prevenção e preparação para desastres, fomentar a elaboração de planos de contingência, elaborar estudos e pesquisas sobre risco e desastres, com o propósito de proteger a vida e o patrimônio do cidadão.

**VISÃO:** buscar ser uma instituição de referência e excelência na emissão de alertas, articulação e coordenação de ações de proteção e Defesa Civil.

**VALORES:** Assertividade, Eficiência, Eficácia, Confiabilidade, Comprometimento, Cooperação, Coordenação, Disponibilidade, Ética, Impessoalidade, Inovação e Proatividade.

#### OBJETIVOS E INDICADORES

RÓTULO DO OBJETIVO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	RÓTULO DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR
Resiliência Municipal	Firmar que os Municípios através de seus meios e recursos consigam gerir dentro de sua área de jurisdição os eventos climáticos	Estrutura de Defesa Civil municipal	% de Municípios com estrutura de defesa civil (Lei municipal, sala, computador, internet e veículo)
		Planos municipais	% de Municípios com planos municipais em execução (plano diretor, plano de ajuda mútua e pmrr)
		Recursos federais (Municípios)	% de execução de valores federais empenhados em favor de SC
Educação em Defesa Civil	Garantir capacitação de defesa civil a população catarinense	Pessoas capacitadas	% de profissionais (bm, pm, samu, etc), professores e alunos da rede pública de educação, bem como a sociedade civil capacitados na cultura de proteção e defesa civil
		Instituições de ensino	% de escolas da rede pública de educação inseridas na cultura de proteção e defesa civil
		Horas de capacitação	Total de horas de capacitação, na área de proteção e defesa civil, dos agentes de defesa civil municipais e estaduais, colaboradores e demais instituições envolvidas nas ações de defesa civil
Riscos e Desastres	1. Aumentar a abrangência dos alertas da defesa civil a população catarinense. 2. Verificar e monitorar a população atingida por desastres - atendidas pela dc 3. Monitorar os pae das barragens em sc	População alertada por sms	% da população que recebe sms - alertas
		Afetados por desastres	% de afetados por desastres por 100.000 habitantes/ano sc
		Pae - barragens	% de barragens com o pae (plano de ação de emergência)

## DIAGNÓSTICO SETORIAL

A Defesa Civil do Estado de Santa Catarina está estruturada para funcionar e agir em conformidade com o ciclo de defesa civil, de acordo com cada fase de atuação do órgão e por intermédio de ações planejadas.

Quando comparado aos outros 25 Estados da federação e Distrito Federal, observa-se que o órgão catarinense se destaca principalmente pelos investimentos realizados nos últimos anos, tais como a construção dos Centros Integrados de Gerenciamento de Riscos e de Desastres – CIGERDs, radares, instrumentações de monitoramento e aprimoramento do sistema de emissão de alertas, os quais retratam o empenho do Estado em sua atuação na fase de preparação.

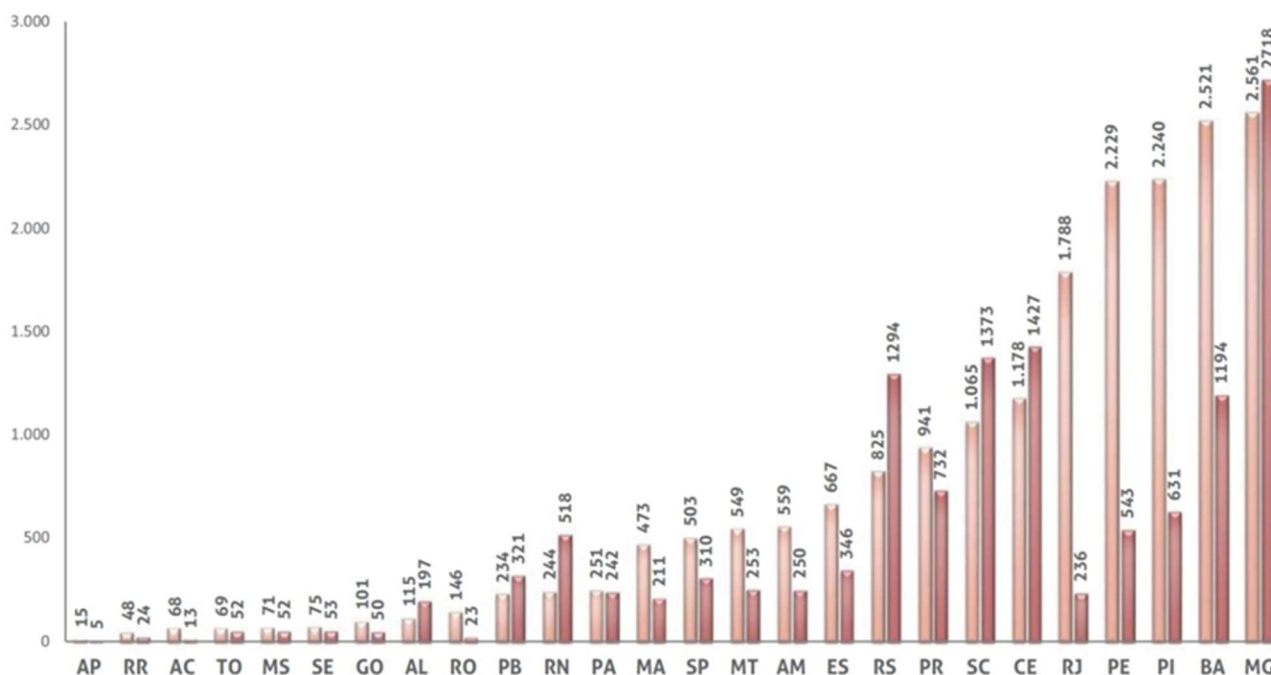
Complementarmente aos investimentos em infraestrutura e serviços, outro ponto de destaque do órgão se deve ao fato da Defesa Civil de SC apresentar um corpo operacional técnico multidisciplinar e dividido em áreas de gestão, o que garante o atendimento dedicado e especializado por tipo de ação. Somam-se ainda outros investimentos, como os projetos de Kit de Transposição de Obstáculos e Kits Casas Modulares, atendendo as necessidades do pós desastre e de prevenção/mitigação.



Ciclo de Defesa Civil -SEDEC, 2017

De forma elucidativa, o Relatório de danos materiais e prejuízos decorrentes de desastres naturais no Brasil, referente ao período de 1995 – 2014, mostra que entre os Estados da região Sul, Santa Catarina se destaca pelos altos índices de danos e prejuízos (CEPED/UFSC, 2016), conforme segue:

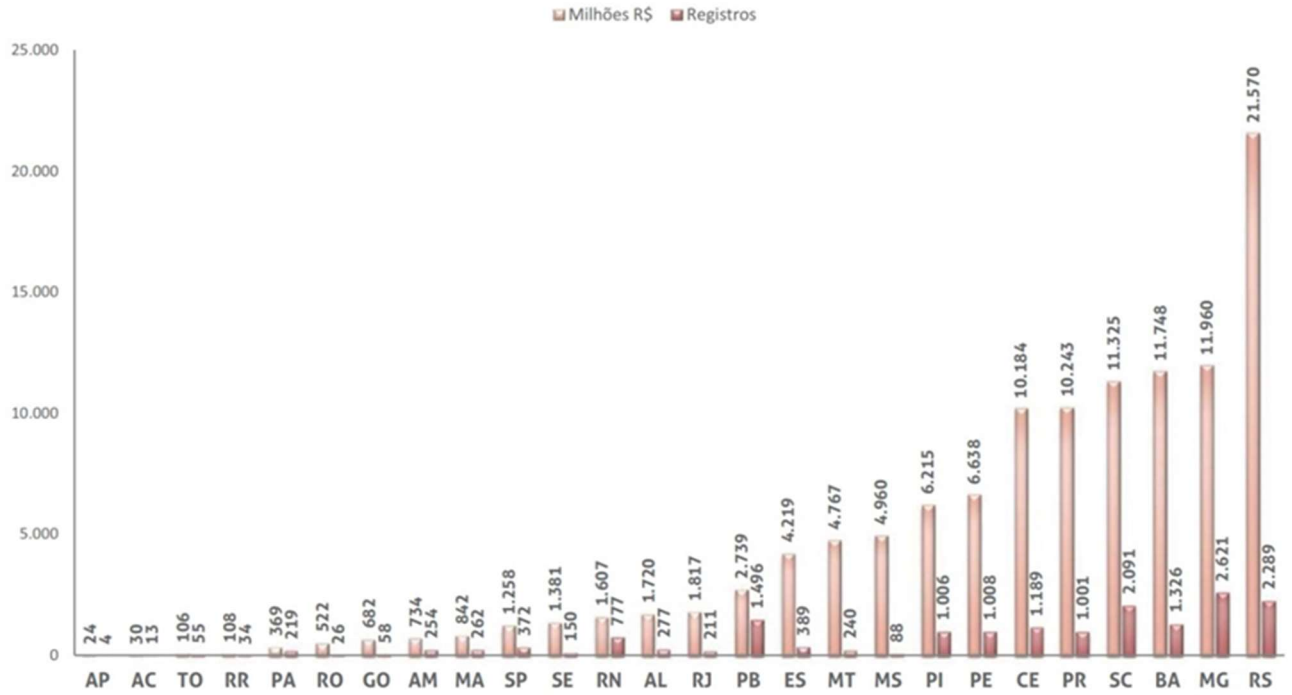
Prejuízos Públicos - Distribuição por UF



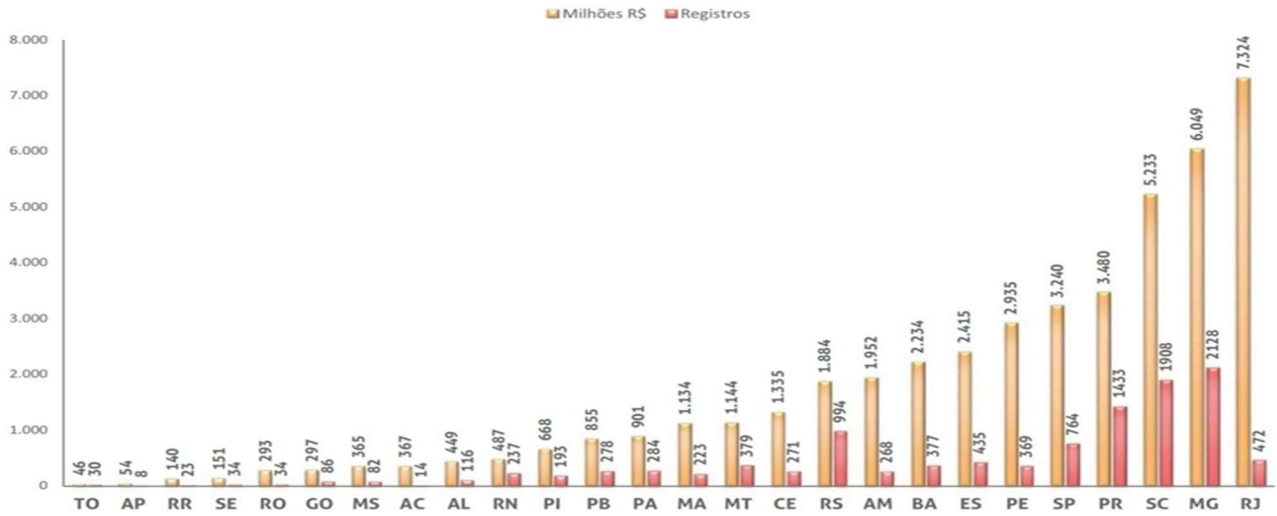
Fonte: CEPED, UFSC, 2019



### Prejuízos Privados - Distribuição por UF



### Danos Materiais - Distribuição por UF



### 3.1.6 Direitos Humanos

## Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SDS



Tem como objetivo principal garantir e efetivar o direito à proteção social para a população em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio da oferta de serviços e benefícios que contribuam para o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais, com o desenvolvimento de potencialidades, da autonomia, do empoderamento das famílias e da ampliação de sua capacidade protetiva.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** assegurar os direitos sociais às pessoas em situação de vulnerabilidade, risco e de violação de direitos em Santa Catarina.

**VISÃO:** tornar-se modelo nacional em gestão de políticas que garantam os direitos sociais das pessoas em situação de vulnerabilidade, risco e violação de direitos.

**VALORES:** Ética; Abertura para mudanças; Compromisso com as pessoas; Atuação integrada e cooperativa interna e externamente; Respeito aos direitos e liberdades humanas; Foco em soluções criativas; Valorização da capacidade dos profissionais; Visibilidade das ações.

### OBJETIVOS E INDICADORES







## QUADRO DE PESSOAL

<b>Função</b>	<b>Quantitativo</b>
Administrador	5
Agente de segurança socioeducativo	2
Agente de serviços gerais	3
Agente em atividades administrativas	1
Analista de informática	1
Analista técnico administrativo II	1
Assistente social	19
Assistente social - ACT	1
Bibliotecário	1
Contador	3
Economista	1
Enfermeiro	1
Instrutor	1
Jornalista	1
Motorista	8
Nutricionista	1
Pedagogo	7
Psicólogo	4
Sociólogo - ACT	1
Técnico em atividades administrativas	12
Técnico em atividades de saúde - ACT	2
Técnico em enfermagem	11
Técnico em informática	2
<b>Total</b>	<b>89</b>



## Defensoria Pública do Estado - DPE

A Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe fundamentalmente, como expressão e instrumento do regime democrático, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma do inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, nos termos da Lei Complementar Federal nº 80/1994, e da Lei Complementar Estadual nº 575/2012.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** promover com determinação e qualidade, o alcance da plena cidadania aos necessitados através da assistência jurídica e integral no Estado de Santa Catarina.

**VISÃO:** ser reconhecida pela sociedade por sua atuação autônoma, abrangente e de excelência.

**VALORES:** Determinação; Respeito à dignidade do ser humano; Credibilidade; Legalidade, impessoalidade e moralidade; Eficiência e Eficácia; Transparência e Publicidade; Cooperação; Ética.

### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Desenvolvimento Social	Segurança, Cidadania e Defesa Civil	Ampliar o acesso da população à justiça e aos direitos e garantias fundamentais	1. Índice de reconhecimento da imagem	80% <sup>6</sup>
			2. Índice de comarcas atingidas	100% <sup>7</sup>
			3. Índice de municípios abrangidos pela DPE	100% <sup>8</sup>
			4. Número de atendimentos	1.700.000
Gestão Pública	Gestão Pública	Gestão Orçamentária	Equilíbrio orçamentário (%)	100%

<sup>6</sup> Índice aferido por pesquisas

<sup>7</sup> Informação retirada do TJ/SC de que, atualmente, existem 115 comarcas. Disponível em: <<<https://www.tjsc.jus.br/numero-das-comarcas-sajpq>>>. Acessado em: 30.05.2019

<sup>8</sup> Informação retirada da ALESC de que, atualmente, SC possui 295 municípios. Disponível em: <<<http://www.alesc.sc.gov.br/municipios-catarinenes>>>. Acessado em: 30.05.2019



## QUADRO DE PESSOAL

Carreiras	Ativos <sup>9</sup>	Inativos	ACT	Outro (cedido)	Total
Defensor Público	110 <sup>10</sup>				110 <sup>11</sup>
Defensor Público-Geral	01				01
Subdefensor Público-Geral	01				01
Corregedor-Geral	01				01
Subcorregedor Geral	01				01
Defensor Público Assessor Jurídico Legislativo	01				01
Analista Jurídico	85				85
Técnico Administrativo	65	01			66
Diretor Administrativo	01				01
Diretor de Controle Interno	01				01
Diretor de Credenciamento	00				00
Ouvidor	00				00
Gerente de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas	01				01
Gerente Finanças e Contabilidade	01				01
Gerente de Apoio Judiciário	01				01
Gerente de Tecnologia e Informação	01				01
Gerente de Contratos				01	01
Assessores	02 <sup>12</sup>				02
Estagiários	158 <sup>13</sup>				158
CTISP	33				33
<b>TOTAL</b>	<b>464</b>	<b>1</b>		<b>1</b>	<b>466</b>

## DIAGNÓSTICO SETORIAL

Para análise setorial deve-se ter como mote que a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina é instituição permanente e que deveria alcançar todo cidadão catarinense hipossuficiente. Apesar do avanço da legislação constitucional que culminou com a Emenda Constitucional nº 80/2014, na qual restou estabelecido que até 2022 todas as unidades jurisdicionais deverão contar com um Defensor Público, na prática, teve ceivada sua ampliação estrutural pela ausência de investimentos, motivo pelo qual seu reconhecimento como instituição essencial à população de Santa Catarina, nesse primeiro quinquídio, deu-se em razão da ampliação de áreas jurídicas de atuação, onde já instalada. No ano de 2018 os atos produzidos alcançaram o número de 364.577, o que representa um aumento aproximado de 286% comparado aos atendimentos em 2014.

<sup>9</sup> Nota Explicativa: Os cargos descritos na coluna são os ocupados, não sendo contabilizados os cargos vagos

<sup>10</sup> A Lei Regente, LCE 575/2012, com suas atualizações, prevê como órgãos de execução os Defensores Públicos e os Defensores Públicos Substitutos (art. 8º, III), sendo que os primeiros são divididos em três categorias de Defensores Públicos

<sup>11</sup> Art. 98. O número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 80/2014)

§ 1º No prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, observado o disposto no caput deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 80/2014)

§ 2º Durante o decurso do prazo previsto no § 1º deste artigo, a lotação dos defensores públicos ocorrerá, prioritariamente, atendendo as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 80/2014)

<sup>12</sup> São ao todo 22 cargos de assessores

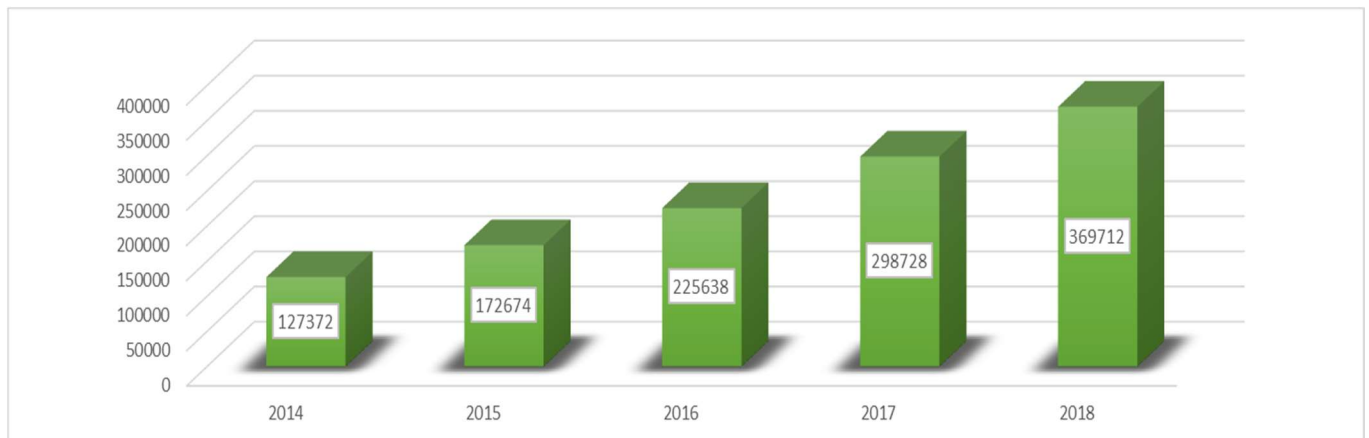
<sup>13</sup> Nota Explicativa: Há um total de 161 vagas de estagiário, contudo, até a presente data, 30/05/2019, são preenchidos 158



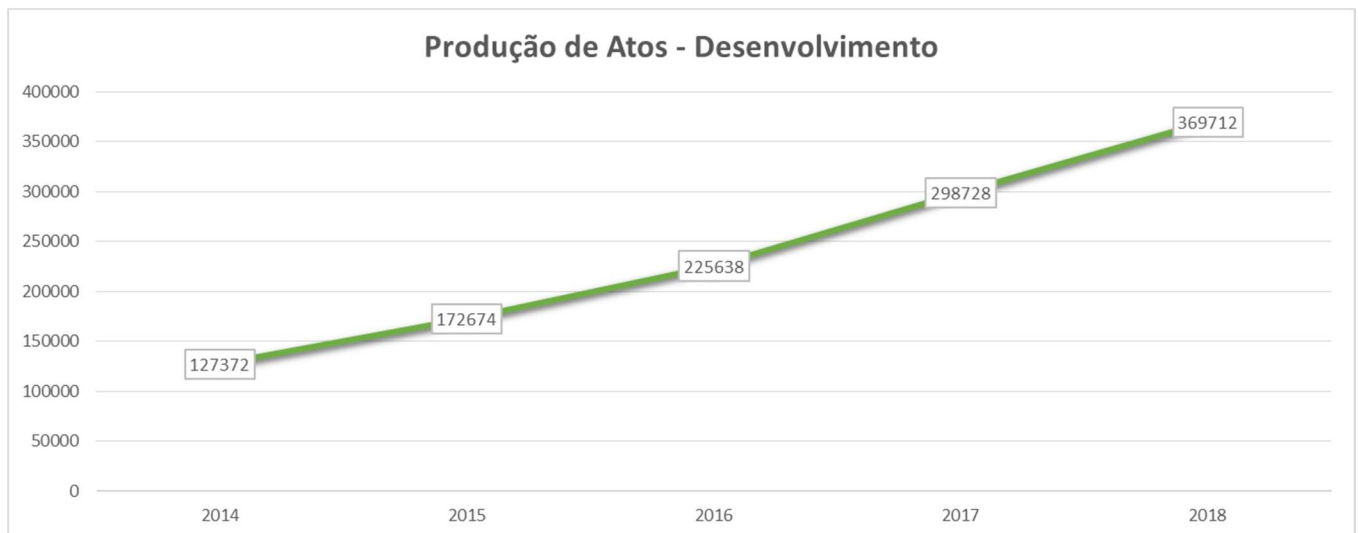
ANO	ATOS	CRESCIMENTO COMPARADO A 2014
2018	364.577	286%
2017	298.733	134%
2016	225.638	77%
2015	172.674	35%
2014	127.372	-

Fonte: DPE, 2019

O alcance dos serviços prestados no Estado pela Defensoria ocorreu independente do aumento do quadro funcional, em decorrência de uma necessária gestão organizacional que primou pelo alcance do maior número de serviços jurídicos ofertados, devido sua estrutura organizacional enxuta.



Fonte: DPE, 2018



Fonte: DPE, 2018

### 3.1.7 Cultura

#### Fundação Catarinense de Cultura - FCC



A Fundação Catarinense de Cultura foi criada em 24 de abril de 1979 pelo Decreto Estadual nº 7.439/79, comemorando em 2019 40 (quarenta) anos de atividades. Tem como propósito valorizar a cultura e a arte por meio de ações que estimulem, promovam e preservem a memória e a produção artística catarinense. Seu compromisso é, portanto, ser uma instituição reconhecida pela excelência na valorização da memória e estímulo à produção e difusão artística e cultural.

Seus objetivos são: executar políticas de apoio à cultura; formular, coordenar e realizar programas de incentivo às manifestações artístico-culturais; estimular a pesquisa da arte e da cultura, incluindo aí as patrimoniais; apoiar instituições culturais públicas e privadas; incentivar a produção e a divulgação de eventos culturais e integrar a comunidade às atividades culturais.

A Fundação Catarinense de Cultura tem sua sede no Centro Integrado de Cultura – CIC, sendo responsável pelos seguintes espaços culturais: Casa da Alfândega (Florianópolis); Biblioteca Pública Estadual de Santa Catarina (Florianópolis); Museu Histórico de Santa Catarina (Florianópolis); Museu Etnográfico Casa dos Açores (Biguaçu); Museu Casa de Campo do Governador Hercílio Luz (Rancho Queimado); Museu Nacional do Mar – Grandes Embarcações (São Francisco do Sul); e Casa José Boiteux (Florianópolis).

#### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**Missão:** valorizar a cultura através de ações que estimulem, promovam e preservem a memória e a produção artística catarinense.

**Visão:** ser uma instituição reconhecida pela excelência na valorização da memória e estímulo a produção e difusão cultural, com autonomia para realizar suas ações, de modo a democratizar o acesso à cultura no Estado de Santa Catarina.

**Valores:** Responsabilidade, Comprometimento, Assiduidade/Pontualidade, Honestidade, Espírito de Equipe, Disponibilidade.

#### QUADRO DE PESSOAL

Carreiras	Ativos	Inativos	Total
Administrador	07		07
Agente de Serviços Gerais	03		03
Analista Cultural	17		17
Analista Técnico Administrativo II	06		06
Arquiteto	07		07
Artífice I	02		02
Bibliotecário	14		14
Designer Gráfico/ Web Designer	01		01
Jornalista	01		01
Motorista	03		03
Professor	16		16
Químico	01		01
Técnico em Atividades Culturais (nível Superior)	03		03
Técnico em Atividades Administrativas	31		31
Técnico em Atividades Culturais (Nível Médio)	10		10
Técnico em Contabilidade	01		01
Técnico em Informática	02		02
<b>TOTAL</b>	<b>125</b>	<b>115</b>	<b>240</b>



## OBJETIVOS E INDICADORES

ÁREA DE NEGÓCIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	DESEMPENHO ATUAL	META
Patrimônio Cultural	Preservação	Tombamentos - tempo	% de Processos aprovados no prazo de 90 dias	0	20%
		Tombamentos - interesse do Estado	% de prédios tombados/ total de prédios passíveis de tombamento	10%	50%
		Conservação de Bens Públicos	% dos equipamentos culturais do Estado (9) classificados no nível ótimo/bom	30%	30%
		Museus	% de museus cadastrados na rede (217) que receberam alguma visita técnica – acumulado 12 meses	10%	14%
	Capacitação	Monitoramento	% de equipamentos culturais (museus – 6) com monitoramento tecnológico	16%	60%
		Professores Rede Estadual – Grande Florianópolis	% de professores das disciplinas de artes, língua portuguesa, geografia e história da rede estadual capacitados – Grande Florianópolis	42%	67%
	Acesso	Visitas de Escolas – Grande Florianópolis	% dos estabelecimentos de ensino da rede estadual (5º ao 9º ano) que visitaram equipamentos culturais nos últimos 12 meses – Grande Florianópolis	60%	80%
Artes	Oficinas	Oficinas – Público Atendido	Quantidade de público atendido	1100	1500
		OFICINAS – Interiorização	% de Municípios atingidos pelas oficinas fora do litoral	15%	20%
	Projetos	Projetos Aptos	% de projetos aptos dentro dos projetos culturais apresentados	40%	55%
		Interiorização	% de projetos cadastrados nos Municípios do interior do Estado	35%	45%
		Cobertura de Oferta	% de Municípios atingidos pela difusão dos espetáculos ou ações culturais decorrentes dos editais	55%	70%
Gestão Financeira	Captação de Recursos	Captação de Recursos Privados	% das despesas pagas com recursos privados	0%	3%

### 3.1.8 Esporte

#### Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE



A Fundação Catarinense de Esporte – FESPORTE foi instituída através da Lei Estadual nº 9.131/1993 e está voltada para o fomento e promoção de eventos esportivos amadores e de base. Está localizada em uma área de 5 mil metros quadrados no Bairro Capoeiras, na área continental de Florianópolis, onde se situa a Casa do Esporte, complexo formado pela sede da entidade, além de federações desportivas, Conselho Estadual de Esporte – CED e Tribunal de Justiça Desportiva – TJD. No período de 2003 a 2019 a Fundação foi vinculada à então Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, extinta com o advento da Reforma Administrativa de 2019. Atualmente a FESPORTE encontra-se vinculada ao Gabinete do Governador do Estado, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 741/2019.

A FESPORTE tem por objetivos:

- I - Executar os programas, projetos e ações da política estadual de esporte;
- II - Incentivar o desenvolvimento de práticas esportivas por pessoas com deficiências; e
- III - Exercer outras atividades relacionadas com o desporto e a educação física, compatíveis com suas finalidades.

A atuação do Governo do Estado na área do Esporte inclui desde a promoção da iniciação esportiva até o apoio de atividades de alto rendimento nas mais diversas modalidades esportivas destinadas à população em geral, bem como em áreas voltadas à população idosa e portadora de necessidades especiais. Nas dimensões esportivas: esporte de rendimento, de participação e esporte educacional, todos eles envolvidos pela proposta do esporte social, que se baseia no princípio do acesso como direito constitucional.

Desde a sua criação, aproximadamente 10 milhões de atletas passaram por seus eventos esportivos, cujo calendário é composto por 10 programas que, somados em todas as suas fases, correspondem a 259 eventos esportivos que envolvem anualmente cerca de 300 mil atletas com idade a partir de oito anos. São desenvolvidos eventos nos segmentos de esportes de Rendimento, Educacional e de Participação.

Principais atividades da FESPORTE:

- Organização e realização dos eventos esportivos oficiais do Estado (calendário anual com 10 grandes eventos – 357 no total, entre microrregionais, seletivas e estaduais);
- Desenvolvimento de programas/projetos esportivos (estudantes, terceira idade, pessoas com deficiência, comunidade em geral);
- Organização e acompanhamento das delegações catarinenses em eventos oficiais (nacionais e internacionais).

#### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** planejar e executar as políticas públicas do esporte catarinense, por meio de programas e projetos esportivos, buscando a excelência na gestão esportiva e o bem-estar da população de Santa Catarina.

**VISÃO:** ser referência na gestão do esporte no Brasil, associado à saúde, à cultura e à educação, contribuindo para o desenvolvimento do Estado e melhoria da qualidade de vida da sua população.

**VALORES:** Ética: ser honesto e tratar a coisa pública com respeito; Comprometimento: fazer a diferença na administração pública, otimizando resultados nas áreas de atuação; Transparência: dar transparência e publicidade nas ações; Sustentabilidade: adotar práticas e decisões que considerem o equilíbrio entre fatores ambientais, culturais, econômicos e sociais. Integridade e respeito: ser íntegro e tratar os outros com respeito.



## OBJETIVOS E INDICADORES

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO
Social	Esporte	Aumentar o nº de municípios participantes dos eventos do Desporto de Rendimento e Participação	nº de eventos
		Aumentar o nº de escolas participantes dos eventos do Desporto Escolar	nº de escolas participantes
		Apoiar a carreira de alunos/atletas escolares por meio do Bolsa Atleta Escolar	nº de atletas apoiados
		Aumentar o nº de municípios com Conselho Municipal de Esportes formado.	nº de CME formados

## QUADRO DE PESSOAL

Órgão: 2006 - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE Posição do quadro:16/07/2019					
Carreira	Órgão	Previstas	Ocupadas	Disponíveis	Reservadas
GESTOR PÚBLICO\ADVOGADO FUNDACIONAL	FESPORTE	3	0	3	0
GESTOR PÚBLICO\ANALISTA TÉCNICO EM GESTAO DE ESPORTE\GRUPO CLASSE IV	FESPORTE	45	0	45	0
QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO\GRUPO OCUPACIONAL ANA - ATIVIDADES DE NÍVEL AUXILIAR\AGENTE DE SERVICOS GERAIS	FESPORTE	1	1	0	0
QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO\GRUPO OCUPACIONAL ANS - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR\ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO II	FESPORTE	1	1	0	0
QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO\GRUPO OCUPACIONAL ANT - ATIVIDADES DE NÍVEL TÉCNICO\MOTORISTA	FESPORTE	2	2	0	0
QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO\GRUPO OCUPACIONAL ANT - ATIVIDADES DE NÍVEL TÉCNICO\PROFESSOR	FESPORTE	0	0	0	0
QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO\GRUPO OCUPACIONAL ANT - ATIVIDADES DE NÍVEL TÉCNICO\TÉCNICO EM CONTABILIDADE	FESPORTE	1	1	0	0
QUADRO DE PESSOAL DOS SERVIÇOS JURÍDICOS\ADVOGADO FUNDACIONAL	FESPORTE	3	0	3	0



## 3.2 Dimensão: Desenvolvimento Econômico

### 3.2.1 Crescimento Econômico

#### Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDE

##### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** promover o desenvolvimento econômico sustentável em Santa Catarina por meio da definição, coordenação e implementação de políticas públicas alinhadas ao contexto do microempreendedor, ciência e tecnologia e meio ambiente.

**VISÃO:** ser referência na elaboração de políticas públicas estaduais com ênfase no desenvolvimento econômico sustentável, compreendendo: recursos hídricos, meio ambiente, mudanças climáticas, pagamento de serviços ambientais e saneamento.

**VALORES:** Compromisso; Servir a Sociedade; Inovação; Transformação; Responsabilidade Socioambiental; Transparência e Publicidade; Credibilidade; Efetividade; Excelência; Imparcialidade; Comprometimento das pessoas.

##### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Aumentar a eficiência dos órgãos reguladores ambientais e fortalecer os instrumentos de planejamento e da gestão ambiental;
- Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
- Desenvolver metodologias e instrumentalização para o gerenciamento dos recursos hídricos e controle da poluição industrial;
- Desenvolver instrumentos de planejamento e gestão ambiental em apoio ao desenvolvimento sustentável;
- Aperfeiçoar o sistema de licenciamento ambiental;
- Promover a defesa dos direitos do consumidor;
- Coordenar a implementação e a execução do Programa Estadual de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais;
- Facilitar o acesso ao mercado de trabalho e a geração de renda.

##### ÁREAS DE ATUAÇÃO

###### **Desenvolvimento Econômico, Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Empreendedor Individual**

Planejar, formular e normatizar, de forma descentralizada e desconcentrada, as políticas estaduais de desenvolvimento econômico sustentável, recursos hídricos, meio ambiente, mudanças climáticas, pagamentos de serviços ambientais e saneamento; formular programas, projetos e ações destinados ao desenvolvimento e fortalecimento dos empreendimentos de micro e pequeno portes; formular as políticas e diretrizes para a atuação das Agências e dos Bancos de Desenvolvimento, implementar e coordenar o Programa de Parcerias Público-Privadas no Estado.

###### **Gestão de Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Saneamento**

Coordenar programas, projetos e ações relativos à educação ambiental e mudanças climáticas; fomentar ações de curto, médio e longo prazos, no sentido de aumentar a cobertura dos serviços nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana; propor diretrizes básicas de mineração e ocupação territorial; realizar estudos geológicos, inclusive serviços de prospecção, mapeamento e cadastramento dos recursos minerais, com o objetivo de formar um banco de dados; coordenar e normatizar, no âmbito de sua competência, a outorga do direito de uso da água e fiscalizar as concessões emitidas; articular a implantação da rede de medição hidrológica dos principais rios e mananciais de Santa Catarina; gerenciar e negociar as reduções de emissão de gases de efeito estufa convertidas em créditos de carbono no âmbito de acordos e parcerias nacionais e internacionais; definir estratégias integradas de mitigação e adaptação adequadas aos efeitos causados pelas mudanças climáticas.



### **Ciência, Tecnologia e Inovação**

Fomentar a implantação de condomínios de empresas, polos tecnológicos e aglomerados produtivos locais; normatizar, padronizar, integrar e acompanhar as ações de fomento à ciência, tecnologia e inovação das entidades da Administração Pública Estadual e seus resultados; sugerir, observando as necessidades de cada órgão da Administração Pública Estadual, diretrizes, planos, programas e orçamentos de apoio e fomento à ciência, tecnologia e inovação de interesse desses órgãos, a fim de aperfeiçoar e racionalizar a aplicação dos recursos públicos; realizar estudos para subsidiar a formulação de planos e programas de desenvolvimento científico e tecnológico no Estado de Santa Catarina; estimular a articulação entre as instituições de pesquisa, as universidades e os setores produtivos e o seu intercâmbio com instituições de pesquisa de outros Estados brasileiros e do exterior.

### **Defesa do Consumidor - PROCON**

Principais destaques relacionados com o PROCON:

- Aumento no número de PROCONs em Santa Catarina: em 2011 (30 PROCONs Municipais); em 2016 (91 PROCONs Municipais);
- Desde 2011 o PROCON SC já atendeu mais de 100 mil consumidores com resolutividade de 97% dos casos;
- A Escola Estadual de Defesa do Consumidor, pioneira no Brasil, percorre o Estado de Santa Catarina levando educação para o consumo aos alunos do ensino fundamental e médio, comerciantes e empresários. Desde sua instituição já foram mais de 22 mil pessoas atendidas pelas palestras;
- 87 dos PROCONs Municipais catarinenses estão vinculados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC, que já registra mais de 500 mil consumidores cadastrados, colocando Santa Catarina em primeiro lugar no ranking nacional, por ter o maior número de PROCONs com SINDEC;
- Cadastro de Reclamações Fundamentadas: cumprindo o que determina o Código de Defesa do Consumidor – CDC, o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor de Santa Catarina divulga anualmente a relação das 20 primeiras empresas que tiveram reclamações fundamentadas não atendidas.

### **Desenvolvimento Regional e das Cidades**

Promover a política de desenvolvimento urbano e territorial dos municípios e regiões do Estado, bem como coordenar e monitorar atividades relacionadas ao ordenamento e ocupação territorial, com vistas ao desenvolvimento sustentável de Santa Catarina, observando equilíbrio entre o uso e a ocupação do solo. Por meio de estudos, diagnósticos, programas, projetos e atividades, compete à Diretoria elaborar e implementar a política de desenvolvimento urbano do Estado.

### **Estatística e Cartografia**

É responsável por normatizar, acompanhar e avaliar a coleta, o armazenamento e o tratamento de informações de natureza estatística, geográfica e cartográfica necessárias ao conhecimento da realidade social, econômica e física do Estado, visando às atividades de planejamento e gestão.

### **Trabalho, Emprego e Renda**

Trata das políticas públicas na geração de trabalho, emprego e renda, o que inclui a qualificação profissional e social através do oferecimento de cursos gratuitos; a intermediação de mão de obra ou busca de vagas de emprego; encaminhamento de seguro-desemprego e da informação e análise sobre o mercado de trabalho.



## Agência de Fomento de Santa Catarina – BADESC

Ao BADESC compete a execução da política estadual de desenvolvimento econômico e o fomento das atividades produtivas através de operações de crédito com recursos próprios e dos fundos institucionais, bem como por aqueles oriundos de repasses de agências financeiras nacionais e internacionais, através das seguintes ações:

- A realização dos estudos setoriais e regionais necessários ao estabelecimento de ações que visem o desenvolvimento integrado do Estado de Santa Catarina;
- O desenvolvimento de programas de investimentos destinados à captação de recursos de agências nacionais e internacionais de desenvolvimento;
- A realização de projetos especiais destinados à atração de investimentos ao Estado;
- Desenvolvimento de diagnósticos específicos para oferecer a investidores potenciais;
- Financiamento de projetos de implantação e/ou melhoria de atividades agropecuárias, industriais e de serviços;
- Agenciamento do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense – PRODEC;
- Financiamento de obras e serviços de infraestrutura urbana e de apoio ao meio rural, de responsabilidade do Estado e prefeituras municipais;
- Financiamento de estudos e diagnósticos para implantação de complexos industriais;
- Financiamento de estudos, projetos e diagnósticos para execução de obras e serviços de responsabilidade do setor público;
- Financiamento de planos diretores físico-territoriais municipais e regionais;
- Financiamento de reformas administrativas e cadastros imobiliário-fiscais aos municípios;
- Formação de fundos específicos para atender setores priorizados pelo governo, em especial micro e pequenas empresas; e
- Gerenciamento de fundos estaduais.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** fomentar o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina de forma sustentável, através de financiamentos de médio e longo prazo.

**VISÃO:** ser instrumento financeiro de referência em Santa Catarina na promoção do desenvolvimento econômico, social e sustentável.

**VALORES:** agilidade na concessão de crédito; Atitude proativa, criativa e empreendedora; Ética nos negócios; Governança e transparência; Qualidade no atendimento ao cliente; Sustentabilidade; Valorização do conhecimento.

### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META 2023
Sociedade e Meio Ambiente	Apoiar Obras de Infraestrutura Social	Aplicação de recursos em projetos de Infraestrutura Social	46%
Econômico-Financeira	Buscar Sustentabilidade Operacional	Margem Operacional	20%
	Aumentar a Lucratividade	Evolução do Resultado	10%
Mercado/Cliente	Fortalecer Parcerias Estratégicas	Quantidade de Parceiros Atuantes	45
	Aumentar Negócios com Clientes Atuais e Novos	Renovações	40%
		Número de Novos Clientes	313
Processos	Ter Processos Efetivos de Serviço ao Cliente	Prazo Médio de Concessão de Crédito para Setor Privado (Linhas Não On-Line)	70 dias
		Prazo Médio de Concessão Linhas On-Line	12 dias
	Gerenciar Custos	Índice de Cumprimento Orçamentário	98%
	Ser Mais Eficiente na Prospecção de Clientes	Índice de Conversão em Operações de Crédito	18%
	Desenvolver Serviços Inovadores	Receita Gerada por Novos Produtos	8,5%
Recursos Humanos, Tecnológicos e Financeiros	Buscar a Satisfação dos Colaboradores	Pesquisa de clima organizacional - Índice de favorabilidade	70%
	Desenvolver Competências e Habilidades	Índice de Capacitação	45%
	Disponer de Recursos Financeiros (Funding)	Evolução do limite operacional junto às Fontes de Recursos	5%
	Disponer de Estrutura Tecnológica Adequada	Investimento em Tecnologia (Índice "G")	5,52%



## Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC



A Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC é uma Autarquia Estadual, outorgada pela Lei Estadual nº 7.165/87 e vinculada no âmbito estadual à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. Subordinada tecnicamente ao Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, que por sua vez é subordinado à Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, de acordo com a

Lei Federal nº 8.934/94.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** executar e registrar no âmbito de Santa Catarina os serviços de registro público de empresas mercantis, seus agentes auxiliares e atividades afins com qualidade e simplificação estabelecidas pelas diretrizes de desenvolvimento social e econômico do Estado.

**VISÃO:** ser reconhecida pela sociedade como uma referência no atendimento ao cidadão, moderna, eficiente, democrática e parceira para o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina.

**VALORES:** Ética, Transparência, Comprometimento, Simplificação, Qualidade e Satisfação.

### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Construir um ambiente de negócios favorável à inovação e atrativo aos investimentos produtivos;
- Simplificar as relações entre o Estado e as pequenas e médias empresas, tendo em vista a construção de um ambiente institucional adequado ao desenvolvimento dos negócios;
- Favorecer o micro e pequeno empreendedor, combatendo a informalidade com a implementação de políticas de geração de emprego e renda para os setores tradicionais e de maior vulnerabilidade, aumentando a oferta de microcrédito.

### QUADRO DE PESSOAL

Carreiras	Ativos
Advogado Autárquico	3
Analista de Informática	3
Analista Técnico Administrativo II	14
Disposição – Ônus da Origem	1
Disposição – Ônus da Origem com Ressarcimento	1
Professor	1
Técnico em Atividades Administrativa	53
<b>TOTAL</b>	<b>76</b>

### DIAGNÓSTICO SETORIAL

A JUCESC é o órgão integrador com todas as outras instituições que fiscalizam, validam e liberam os empreendimentos no Estado, incluindo o Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração – DREI. No ano de 2019 recebeu e analisou um total de 95.297 processos, com uma média mensal de 19.059. Foi responsável também no ano de 2019 pela constituição de 58.201 novas empresas e atende majoritariamente um público-alvo de Contadores e empresários. O Estado de Santa Catarina possui em torno de 23.000 Contadores, que significam mais de 80% dos usuários da JUCESC. Com a implantação da JUCESC Digital, 97% dos atos e procedimentos da Junta Comercial já estão no formato digital. Isto gera agilidade, segurança, maior produtividade, acompanhamento em tempo real dos fluxos dos processos, além de estimular a abertura de novas empresas. A JUCESC foi a segunda Junta Comercial do Brasil a receber a nova certificação A1. Por ter um custo mais baixo e o prazo de validade de um ano, há uma grande migração para este tipo de assinatura, o que gera muito mais facilidade na hora do registro mercantil. A partir da implantação do programa SC Bem+Simple, a meta é a abertura de empresas em até 5 dias úteis.

### 3.2.2 Ciência, Tecnologia e Inovação

#### Fundação de Amparo e Pesquisa e Inovação do Estado de SC – FAPESC



A FAPESC é o órgão do governo estadual responsável pela política catarinense de ciência, tecnologia e inovação, com vistas ao direcionamento estratégico de governo, de instituições de ensino, pesquisa e extensão e de agentes econômicos e sociais, para o avanço do conhecimento, desenvolvimento de novas tecnologias, concepção, desenvolvimento e incorporação de inovações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida de todos os habitantes de Santa Catarina, de forma sustentável. Seu objetivo fomentar, desenvolver e executar a política de incentivo à pesquisa científica e tecnológica, obedecidas às normas constitucionais e a legislação específica. A obtenção de resultados que contribuam na formulação de políticas públicas, em ganhos socioeconômicos, na melhor condição de vida da população e no avanço do conhecimento é o objetivo maior da FAPESC ao apoiar financeiramente e articular atividades relacionadas à ciência, tecnologia e inovação – CTI em Santa Catarina.

A Fundação realiza programas e projetos concentrados em quatro macro áreas de ação correspondentes a: 1 – Pesquisa; 2 – Inovação; 3 – Difusão de CTI; e 4 – Aprimoramento de Pesquisadores. Para concorrer ao recebimento de apoio, em geral os pesquisadores, instituições ou empresas submetem projetos a Chamadas Públicas, lançadas periodicamente. Com os recursos recebidos do Governo do Estado, a FAPESC oferece contrapartida para obtenção de verbas federais de órgãos como CNPq, CAPES, MCTIC, FINEP, Ministério da Saúde, além de verbas de entidades internacionais (por exemplo Fundo Newton, do Reino Unido), aplicados nos programas de pesquisa e inovação em Santa Catarina.

Atuando há quase 30 anos, inicialmente como Fundo (criado em 1990), depois transformado em Fundação, a FAPESC é o órgão executor da Política Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação. As ações abrangem todas as regiões do Estado, beneficiando pesquisadores, sociedade em geral, segmentos específicos, instituições de ensino, meio acadêmico, empresarial e setores de governo.

#### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** executar a Política Catarinense de ciência, tecnologia e inovação para o avanço de todas as áreas do conhecimento, o equilíbrio regional e o desenvolvimento sustentável no Estado.

**VISÃO:** ser referência brasileira no fomento de CTI, com reconhecimento da sociedade.

**VALORES:** Ética; Responsabilidade; Probidade; Comprometimento; Racionalidade; Transparência.

#### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Desenvolvimento Econômico	Indústria, Serviços, Ciência e Tecnologia	Promover o avanço do conhecimento científico, tecnológico e de inovações no ambiente produtivo, nas instituições de ensino, pesquisa e extensão, nos agentes econômicos e sociais e nos órgãos de governo, visando à qualidade de vida dos habitantes e o desenvolvimento social e econômico do Estado de Santa Catarina, com sustentabilidade socioambiental e equilíbrio regional	Projeto de Pesquisa	146
			Projeto de Inovação	176
			Eventos	117
			Bolsas	416



## QUADRO DE PESSOAL

<b>Composição do Quadro de Servidores Ativos e Inativos – FAPESC</b>	
TIPOLOGIA DOS CARGOS	QUANTITATIVO
1. Servidores em Cargos Efetivos	16
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	03
1.2. Servidores de carreira vinculados a outro órgão	07
1.3. Comissionados Puros	06
2. Servidores Inativos	02
3. Servidores com Contratos Temporários	33
3.1. Coordenadores de Projetos - Bolsistas	25
3.2. Estagiários	03
3.3. Terceirizados	05
<b>Total</b>	<b>51</b>

## DIAGNÓSTICO SETORIAL

Para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação são necessários investimentos contínuos no aprimoramento das instituições e atores envolvidos com estas ações, assim se faz necessário que os investimentos previstos na Constituição Estadual sejam aplicados em ciência, tecnologia e inovação conforme estabelecido na Lei de Inovação, e nas Políticas Nacional e Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, que vem permitindo a inclusão social, a redução das desigualdades sociais, o crescimento com geração de trabalho, emprego e renda ambientalmente sustentável, a redução das desigualdades regionais, a promoção e expansão da cidadania, o fortalecimento da democracia.

Como concebido atualmente o desenvolvimento está baseado em conhecimento, que precisa ser continuamente ampliado e transformado em tecnologias que possam contribuir para manter países e regiões em posição competitiva privilegiada, diante do intenso processo de globalização existente. Partindo-se dessa motivação econômica, que repercute direta e intensamente em aspectos sociais e ambientais, constata-se a necessidade de investimentos contínuos em ciência, tecnologia e inovação no aprimoramento das instituições e dos atores envolvidos.

Na economia de rede, de forma cada vez mais intensa e rápida, o principal desafio para a inovação tecnológica consiste em integrar todos os agentes do sistema de ciência, tecnologia e inovação, públicos e privados, num pacto convergente de ações que promovam a valorização das potencialidades do País e a melhoria da qualidade de vida da população e de todos os seus envolvidos.

## Centro de Informática de Santa Catarina – CIASC



O Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S/A – CIASC tem por objetivos executar políticas de tecnologia de informação, comunicação e governança eletrônica, tratamento de dados e informações, bem como assessorar tecnicamente os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual.

Ao CIASC, como entidade executora e de assessoramento técnico da política de tecnologia da informação, comunicação e governança eletrônica do Estado, compete desempenhar as seguintes atribuições:

- Apoiar a integração dos sistemas informatizados dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual e das respectivas bases de dados em uma rede de governo;
- Apoiar a gestão dos processos informatizados dos serviços públicos;
- Prestar consultoria em tecnologia da informação, comunicação e governança eletrônica na área pública;
- Administrar os ambientes informatizados do serviço público estadual;
- Desenvolver e gerenciar sistemas aplicativos estratégicos na área pública;
- Desenvolver tratamento de imagens e páginas de internet públicas;
- Gerenciar, dar suporte e manutenção à infraestrutura da rede de governo em operação;
- Executar serviços de tecnologia da informação, comunicação e governança eletrônica para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual;
- Executar, mediante convênios ou contratos, serviços de tecnologia da informação, comunicação e governança eletrônica para órgãos e entidades da União e dos Municípios;
- Prestar serviços de certificação digital para os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual;
- Assessorar tecnicamente o órgão central do Sistema Administrativo de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação na gestão de suas ações.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** prover soluções inovadoras em tecnologia, visando a melhoria da administração pública em Santa Catarina e dos serviços prestados ao cidadão.

**VISÃO:** ser reconhecido como a melhor opção em soluções de tecnologia para a administração pública em Santa Catarina e dos serviços prestados ao cidadão.

**VALORES:** Evolução; Compartilhamento do conhecimento; Competência; Responsabilidade; Confiabilidade.

### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META 2023
Governo	Ser reconhecido como melhor opção	IE001 - GO - Satisfação do cliente gestor/secretário (NPS)	9
		IE002 - GO - Satisfação do cliente gerente do contrato (NPS)	9,4
		IE023 – GO – Novas oportunidades de receita para o Estado com base nos dados de governo	10
	Diversificar a receita	IE018 - GO - Crescimento da receita extra Estado	7,25%
	Proteger o core business (negócio principal)	IE003 - GO - Incremento de receita global	25%
		IE022 – GO – Número de pontos de rede por município	20



DIMENSÃO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META 2023
Governo	Proteger o core business (negócio principal)	IE006 - GO – Número de pontos por quilometro de rede	1,2 pontos/km
		IE007 - GO - Crescimento da capacidade de armazenamento do Data Center	350 TB
		IE008 - GO - Crescimento dos servidores virtualizados	50%
		IE16 - GO – Taxa de disponibilidade do Data Center	99,99%
	Aumentar eficiência corporativa	IE009 - GO - Eficiência corporativa	>0
		IE020 - GO - Índice de liquidez corrente	>1
Processos Internos	Melhoria na gestão de produtos e serviços	IE011 - PI – Satisfação dos clientes nas melhorias de Produtos e Serviços	9
	Melhoria dos processos internos	IE012 - PI – Taxa de processos aperfeiçoados	15%
		IE015 - PI – Número de reuniões de avaliação estratégica por ano	4
		IE019 - GO – Taxa média anual de economia nos processos licitatórios	25%
		IE021 - PI - Tempo médio de tramitação por compras diretas	5 dias
Aprendizado e Crescimento	Recrutar e desenvolver equipe diferenciada	IE013 - AC - Desenvolvimento da equipe	32 horas por empregado
	Gestão do conhecimento	IE014 - AC – Taxa de processos digitais no SGP-e	80%

## DIAGNÓSTICO SETORIAL

### Setor de Tecnologia da Informação no Estado de Santa Catarina

O setor de tecnologia da informação representa 5,6% do PIB Estadual e tem faturamento de R\$ 15,5 bilhões de reais. Além disso, Santa Catarina possui 3 (três) cidades com um dos melhores faturamentos médio por empresa no ranking nacional, estando Florianópolis em 4º lugar, Blumenau em 5º e Joinville em 7º. O setor de tecnologia da informação no Estado de Santa Catarina é composto por mais de 12.000 empresas, empregando aproximadamente 47.000 pessoas.

O número crescente de empresas do setor de tecnologia da informação torna o ambiente ainda mais competitivo, aumentando a oferta de soluções inovadoras em tecnologia da informação. Aliado a isto, o advento da Lei Federal nº 13.303/2016 permite que as empresas públicas estabeleçam parcerias estratégicas para atender as oportunidades de negócios ou problemas identificados no mercado. As Parcerias Estratégicas são acordos celebrados entre a Estatal e uma entidade privada, com o objetivo de atuar de forma integrada e desenvolver ações conjuntas no desenvolvimento de novas soluções, visando a realização de novos serviços, processos e produtos que contribuirão para o aperfeiçoamento e difusão de soluções tecnológicas e na sua disponibilização à sociedade e ao governo. Logo, o CIASC estando próximo de um dos principais polos tecnológicos do Brasil se torna uma grande vantagem competitiva para o desenvolvimento de soluções inovadoras para atender o Governo do Estado.

Além disso, por possuir o objetivo de executar políticas de tecnologia de informação, comunicação e governança eletrônica, bem como de tratamento de dados e informações, e assessorar tecnicamente os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual, o CIASC exercerá papel fundamental na operacionalização da Lei Geral de Proteção de Dados.





## Instituto de Metrologia de Santa Catarina – IMETRO / SC



Instituto de Metrologia de Santa Catarina – IMETRO/SC é uma autarquia estadual que atua em todos os municípios do Estado, por delegação de competência do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO. Com sede no município de São José, escritórios regionais em Tubarão, Itajaí, Joinville e Chapecó, o IMETRO/SC é responsável pelo controle metrológico legal de instrumentos de medição e de produtos, e pela fiscalização da segurança de bens e serviços no comércio e na indústria catarinense.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** proporcionar à sociedade catarinense a confiabilidade nas medições e a qualidade de produtos, por meio da metrologia e da avaliação da conformidade.

**VISÃO:** ser referência nacional na prestação de seus serviços, alcançando níveis de excelência na justeza, nas relações de consumo e no crescimento socioeconômico de Santa Catarina.

**VALORES:** Integridade; Comprometimento; Valorização Humana; Melhoria Continua; Inovação.

### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Desenvolvimento Econômico Sustentável	Indústria, Serviços, Ciência e Tecnologia	Ampliar a confiabilidade das medições utilizadas nas transações comerciais em Santa Catarina	Número de verificações periódicas em instrumentos de medição no comércio e na indústria	Aumentar em 15% até 2023
		Ampliar a confiabilidade das medidas de produtos pré-embalados nas fábricas de Santa Catarina	Número de ensaios em produtos pré-embalados nas fábricas	Aumentar em 20% até 2023
		Ampliar a segurança de produtos com conformidade avaliada, fabricados e comercializados em Santa Catarina	Número de ações fiscais em produtos regulamentados nas fábricas e no comércio	Aumentar em 20% até 2023
Desenvolvimento Social	Saúde	Ampliar a confiabilidade das medições de massa corporal e pressão arterial na área da saúde em Santa Catarina	Número de verificações periódicas em balanças clínicas e esfigmomanômetros	Triplicar o número de verificações periódicas até 2023
Gestão Pública	Gestão Pública	Recuperar a integralidade do repasse financeiro mensal do INMETRO ao IMETRO/SC	Percentual de recuperação em relação ao convênio	Recuperar 100%
		Aprovar Plano de Cargos e Salários para o Instituto	Plano Aprovado	Aprovado
		Aprovar vagas para concurso público	Vagas Aprovadas	Aprovado



## QUADRO DE PESSOAL

Carreiras	Servidores
Administrador	04
Analista da Receita Estadual	01
Auxiliar de Serviços Gerais	01
Auxiliar em Metrologia	07
Assessor Administrativo	01
Assessor Jurídico	01
Assistente de Contabilidade	01
Engenheiro – área mecânica	01
Estagiário	11
Fiscal de Tributo	01
Metrologista	18
Motoristas	05
Oficial Administrativo	09
Pesquisador em Metrologia e Qualidade	02
Técnico de Informática	04
Servidores Ocupantes Cargos em Comissão com vínculo	11
Servidores Ocupantes Cargos em Comissão sem vínculo	01
Técnicos em Atividades Administrativas	27
Técnicos em Atividades de Fiscalização	56
<b>TOTAL</b>	<b>162</b>

## DIAGNÓSTICO SETORIAL

O IMETRO/SC é o único Órgão Delegado pelo Inmetro para atuar em Santa Catarina no controle metrológico legal de instrumentos de medição e produtos pré-embalados, na fiscalização da segurança de produtos regulamentados e na avaliação de empresas prestadoras de serviços regulamentados. O IMETRO/SC atua diretamente em diversos setores da indústria, do comércio atacadista e varejista e dos prestadores de serviços com o objetivo de assegurar maior confiança nas medições utilizadas nas relações de consumo, maior segurança e desempenho de bens e serviços e maior justiça na concorrência. Nos últimos 5 anos o IMETRO/SC vem apresentando bom resultado quando comparado aos seus congêneres de outros Estados da federação se posicionando acima da média dos Órgãos que compõem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade do Inmetro – RBMLQ-I.

Em 2018 o IMETRO/SC alcançou os seguintes resultados:

<b>Visitas realizadas no comércio e na indústria</b>	<b>44.252</b>
<b>Verificação de instrumentos de medição</b> <i>(balanças, bombas medidoras de combustíveis, radares de velocidade, medidores de pressão arterial...)</i>	<b>158.733</b>
<b>Ações fiscais nas medidas de produtos</b> <i>(massa, volume, dimensões e unidades)</i>	<b>49.340</b>
<b>Ações fiscais na segurança de produtos</b> <i>(materiais elétricos, brinquedos, capacetes, eletrodomésticos, produtos têxteis, peças automotivas...)</i>	<b>32.385</b>
<b>Irregularidades encontradas</b>	<b>2.898</b>
<b>Receita para União (R\$)</b>	<b>36.856.873,10</b>
<b>Despesas (R\$)</b>	<b>19.114.699,56</b>
<b>Repasse do Inmetro (R\$)</b>	<b>18.120.000,92</b>
<b>Saldo em 31/12/2018 (R\$)</b>	<b>3.825.080,42</b>

Fonte: IMETRO, 2019

### 3.2.3 Turismo

#### Agência de Desenvolvimento do Turismo - SANTUR



No ano de 2019 a SANTUR passou por uma grande transformação, a antiga empresa de economia mista foi extinta e através da Lei Complementar Estadual nº 741/2019, dentro da nova estrutura do governo, a Santa Catarina Turismo S/A – SANTUR torna-se uma autarquia em forma de Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina, que além de manter o papel da divulgação e promoção do turismo de Santa Catarina, passa também a desenvolver as políticas do segmento, papel que era realizado pela extinta Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte – SOL. Na nova fase a parte de dados e estudos turísticos será aprimorada, visando um Sistema de Inteligência Turística para o desenvolvimento de ambientes de negócios de inovação das atividades turísticas.

#### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** promover e fomentar as indústrias do lazer e do entretenimento com qualidade, visando o desenvolvimento socioeconômico gerado pelo turismo.

**VISÃO:** ser uma empresa dinâmica e inovadora, autossuficiente, formada por uma equipe qualificada e eficaz, gerando produtos e serviços competitivos e atraentes, consolidando uma imagem de excelência junto ao mercado turístico.

**VALORES:** Agilidade; Eficiência; Inovação; Integridade; Qualidade; Simplicidade; Transparência.

#### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO
Desenvolvimento Econômico	Turismo	Ampliar e fortalecer o ambiente de negócios do turismo – Empresas no CADASTUR	Nº empresas da atividade turística que estão no CADASTUR e possuem registro ativo na RAS (Ministério da Economia) e JUCESC
		Ampliar e fortalecer o ambiente de negócios do turismo – Eventos	Quantidade de eventos turísticos realizados anualmente no Estado
		Ampliar e fortalecer o ambiente de negócios do turismo – Perenidades das Empresas	% De empresas (turismo) sobreviventes por 5 anos ou mais/ano
		Que os municípios sejam incentivados a se estruturar para o turismo - Municípios com Política, Fundos e Conselhos – CPF	% Municípios catarinenses que possuem plano, fundo e conselho de turismo
		Que a atividade turística possa evoluir economicamente gerando riqueza para o Estado - Arrecadação ICMS	Valor arrecadado nos últimos 12 meses
		Que a atividade turística possa evoluir economicamente gerando riqueza para o Estado - Arrecadação ISS	Valor arrecadado nos últimos 12 meses
		Mensurar os resultados dos recursos investidos na divulgação do Turismo em SC - Promoção de Santa Catarina	% de turistas em SC (fontes: Infraero, Deter)
			% de aumento de arrecadação (fontes: ISS e ICMS)
			Índice ROI (Fonte: Valor aplicado pela SANTUR/Valor Arrecadado nos últimos 12 meses).
			Índice CAC (Fonte: Soma do valor B2B, que foi investido para obter novos leads divididos pela quantidade de leads)
% de ociosidade hoteleira em SC (fonte: ABIH, Sindicatos AirBnB)			
Ampliar a captação de turistas através da divulgação do Estado - Capacitações	% de profissionais capacitados.		



## QUADRO DE PESSOAL

	<b>QUANTIDADE</b>
SERVIDORES EFETIVOS ATIVOS	ANS = 24
	ANT = 12
SERVIDORES EM PROCESSO DE APOSENTADORIA	4
SERVIDORES INATIVOS	7
COMISSIONADOS	12
FUNÇÃO GRATIFICADA	12*
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>

(\*) Preenchidos por próprios servidores efetivos

## DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL

Segundo o Ministério do Turismo, os indicadores da atividade turística no mundo não deixam dúvidas sobre a importância deste setor para as economias dos países. No Brasil, o setor de viagens e turismo é responsável pela geração de mais de 7,3 milhões de empregos e representa 3,7% do Produto Interno Bruto. É uma atividade que tem impacto em mais de 52 segmentos da economia, gerando demandas para o setor de serviços e também para a indústria.

Na Região Sul o cenário não é diferente, a atividade ganha cada vez mais espaço. Pesquisa do Ministério do Turismo mostra que os Estados do Sul foram escolhidos por 18,5% dos brasileiros que pretendem viajar nos próximos meses. Pela primeira vez em 11 meses o Sul superou o Sudeste como destino de preferência dos entrevistados nas sete maiores capitais do País.

Neste contexto, o segmento do turismo é muito importante para a economia de Santa Catarina. Segundo relatório realizado no ano de 2009 pela empresa World Travel & Tourism Council – WTTC, o setor de Viagens & Turismo gera 12,5% do PIB do Estado, ou R\$14,8 bilhões (US\$6,4 bilhões) e quase 510.000 empregos (11,9% do número total de postos de trabalho) em toda a economia do turismo.

A demanda é crescente e a oferta também. Cada vez mais municípios querem agregar o turismo às suas atividades econômicas. Tanto que a participação de Santa Catarina no novo Mapa do Turismo Brasileiro – ferramenta que orienta a formulação de políticas de turismo – foi ampliada em 36% em relação a 2016, incorporando destinos que apostam no turismo como estratégia de desenvolvimento. O Estado passou de 184 para 251 municípios com vocação turística.

De acordo com o relatório Santa Catarina é um dos Estados brasileiros que conservam mais sinais da imigração europeia dos séculos XIX e XX, sendo que a vasta maioria de sua população é descendente de europeus. O extenso litoral (561 quilômetros), juntamente com os demais atrativos naturais são os principais pontos fortes turísticos do Estado. Outros atrativos citados no relatório são: o Morro da Boa Vista, em Rancho Queimado; o Morro da Igreja, em Urubici; a cidade de São Joaquim durante o inverno; e a Oktoberfest, em Blumenau. O relatório aponta para uma questão interessante, intitulada "Imenso Potencial Inexplorado", onde esclarece que "Santa Catarina possui riquíssimas atrações naturais, além de um patrimônio cultural diversificado – muito importante em termos de seu apelo turístico".

Contudo, boa parte dessa diversidade permanece quase totalmente inexplorada. O turismo de lazer domina largamente a procura e, dentro deste setor, a grande massa dos turistas chega à procura de sol & praia. Além disso, existe uma sazonalidade acentuada nas chegadas e nos gastos, notadamente no que diz respeito ao visitante doméstico.

Mas, grandes destinos turísticos não nascem naturalmente. É preciso envolver toda a comunidade, garantir infraestrutura e qualificar o atendimento, como exemplos, podemos citar os destinos catarinenses que hoje são referência de verão (é o caso de Florianópolis, Balneário Camboriú e Bombinhas) e inverno (como Urubici e São Joaquim) em todo o País. É um processo longo e continuado, mas que pode transformar a história de uma cidade e de seus moradores.



## Principais Problemas no Setor de Turismo

Dificuldade para obter informações e estabelecer uma abordagem consistente e abrangente de dados sobre o turismo desenvolvido no Estado. Falta de periodicidade na execução das pesquisas turísticas. As informações existentes estão dispersas. Forte concorrência dos produtos turísticos consolidados em outros destinos turísticos. Melhoria da qualidade dos produtos turísticos catarinenses.

Falta fortalecer o processo de segmentação de produtos levando-se em consideração a diversidade turística catarinense, ou seja, evitar a segmentação geográfica do turismo e focar na segmentação de produtos. É por estes últimos que geralmente os turistas procuram, e não pelo fator geográfico, como a denominação de regiões que sequer estes sabem onde se situam.

Falta melhorar o monitoramento das atividades características do turismo, como hospedagens/alojamentos, meios de transporte (transportadoras), locadoras, agências de viagens e outras. Neste sentido, ficará mais fácil saber o número real de turistas que nos visitam, calcular o verdadeiro PIB do turismo catarinense, ter informações estratégicas para a elaboração dos planos estratégicos do turismo, entre outros benefícios, que servirão igualmente não só para o observatório estatístico como também para a tomada de diversas decisões para os gestores do turismo.

Falta realizar investimentos públicos e incentivar os privados em infraestrutura de apoio ao turismo. Isto é de fundamental importância para o desenvolvimento do turismo de todas as regiões do Estado, desde que sejam priorizadas as políticas públicas que favoreçam este desenvolvimento.

Há pouca capacitação dos atores locais das regiões turísticas. Este é outro fator muito importante para o desenvolvimento turístico do Estado. Sem capacitação, não há aperfeiçoamento das habilidades e conhecimentos. Logo, a atitude dos atores é prejudicada, fazendo com que a concorrência de outras regiões do País seja uma ameaça.

Existe pouca estrutura nos circuitos, rotas e atrativos turísticos do Estado. Sem a estruturação destes atrativos, que atualmente são muito procurados principalmente por estrangeiros, não haverá desenvolvimento do turismo destes segmentos. Os segmentos geralmente são ligados à natureza, história e cultura de SC, teriam a demanda atendida por outras regiões mais bem estruturadas. A sinalização, os pontos de apoio, a segurança, a estrutura de hotéis e restaurantes compatíveis com a demanda em qualidade e preço, entre outros, são exemplos de como poder-se-á melhor estruturar as regiões do Estado que possuem ou façam parte destes circuitos e rotas.

E não há mecanismos de incentivo ao empreendedorismo e à inovação no turismo. Dessa maneira, além de não estarmos estimulando o investimento em turismo, também não estamos nos preparando para a indústria 4.0, onde a internet das coisas deixará as cidades muito mais inteligentes e, provavelmente, mais atrativas. Assim, o Estado necessita incentivar a inovação e o empreendedorismo no turismo, uma vez que este é fator de desenvolvimento social e econômico. Além disso, o turismo deve ser entendido como uma das atividades prioritárias para o desenvolvimento de SC, haja vista que se trata de uma vocação do Estado e igualmente porque movimenta boa parcela do PIB de SC. Sabe-se também que o turismo é apontado no mundo inteiro como uma indústria de alto crescimento e baixo impacto ambiental.

Para mitigar as deficiências apontadas anteriormente, sugere-se uma série de ações estratégicas, como as abaixo descritas.

## Ações Estratégicas

- Fortalecer o processo de segmentação de produtos, levando em consideração a diversidade turística catarinense;
- Monitorar as atividades características do turismo em todas as regiões turísticas do Estado, como meios de hospedagem/alojamentos, meios de transporte, locadoras, agências de viagens e outras;
- Realizar investimentos públicos e incentivar os privados em infraestrutura de apoio ao turismo, priorizando projetos estruturantes e ações descentralizadas que contribuam com a interiorização do turismo no Estado;
- Capacitar os atores locais das regiões turísticas, por meio da realização de encontros, oficinas e workshops, sendo eles públicos, privados e sociedade civil organizada;
- Estruturar circuitos, rotas e atrativos turísticos;
- Criar mecanismos de incentivo ao empreendedorismo e à inovação no turismo.



### 3.2.4 Agricultura, Pesca e Maricultura

#### Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca - SAR

A Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca – SAR e suas empresas vinculadas trabalham em função da Lei Agrícola (Lei Estadual nº 8.676/1992), que tem nos seus artigos 2º e 3º o detalhamento de suas funções e objetivos. Em relação à política de desenvolvimento rural há interação direta sobre as atividades agropecuárias, agroindustriais, pesqueiras e florestais. Envolve ações e instrumentos de políticas agrícolas relacionadas com a infraestrutura econômica e social, sempre buscando melhorar a competitividade dos produtos do Estado e com isso o aumento da produção.

A SAR trabalha com objetivos da política de desenvolvimento rural para proporcionar condições dignas de vida às famílias de trabalhadores e produtores rurais e pescadores artesanais. Busca aumentar a capacidade técnica e gerencial de trabalhadores e produtores, de forma a elevar o nível de eficiência econômica das atividades desenvolvidas. Também visa:

- Estimular o desenvolvimento das unidades familiares de produção e a diversificação das pequenas e médias agroindústrias;
- Adotar uma política agrária que busque a democratização e a otimização da estrutura fundiária estadual;
- Incentivar e apoiar a organização, tanto da produção quanto dos diversos segmentos que compõem a população rural e pesqueira; e
- Proteger o meio ambiente, garantindo o uso racional dos recursos naturais.

Para cumprir as ações e instrumentos previstos na Lei Agrícola, a SAR tem grandes eixos principais para o direcionamento de suas metas:

- Melhoria da infraestrutura do meio rural e pesqueiro;
- Segurança sanitária da produção agropecuária e pesqueira;
- Inovação tecnológica e estímulo às cadeias produtivas; e
- Aprimoramento da competitividade dos produtos e serviços dos agricultores e pescadores.

#### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** fomentar o desenvolvimento sustentável agropecuário e pesqueiro de Santa Catarina.

**VISÃO:** ser referência em práticas agropecuárias e pesqueiras inovadoras e sustentáveis, com incremento em rentabilidade, fomentando a produção de alimentos saudáveis e a qualidade de vida.

**VALORES:** Comprometimento, Cooperação, Ética, Responsabilidade Socioambiental, Excelência e Transparência.

#### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Desenvolvimento Econômico Sustentável	Agricultura e Pesca	Melhorar a infraestrutura do meio rural e pesqueiro e a regularização de áreas produtivas	Propriedades com documentação para regularização encaminhada	97.000
			Financiamento de terras aos agricultores – FTE	100
			Apoio a rede de sinal digital no meio rural	40
			Nº de máquinas e equipamentos adquiridos	500
			Nº de propriedades rurais em conformidade com as regras do Plano de Recuperação ambiental – PRA	25.000
			Número de piscicultores regularizados	3.000
			Barcos de pesca vistoriados e certificados	36



DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Desenvolvimento Econômico Sustentável	Agricultura e Pesca	Apoiar a diversificação e a inovação tecnológica e estimular a produção de cadeias produtivas	Número de famílias rurais apoiadas em Unidades de Referência Tecnológica	400
		Incentivar à segurança alimentar, produção e melhoria da rentabilidade	Número de famílias para melhoria de sistemas produtivos	3.000
			Número de famílias para pequenas agroindústrias	400
			Famílias apoiadas a projetos não agrícolas/ turismo/ artesanato – FDR	80
			Número de projetos de fortalecimento do associativismo (Redes de comercialização, casas coloniais) – FDR	400
			Concessão de subvenção aos juros de financiamentos para investimentos nas propriedades rurais – Menos juros, cobertura de pomares, armazenagem, pecuária de corte e leite	20.000
			Contratos de subvenção para fornecimento de sementes de milho, calcário e kit - Terra Boa, kit forrageira, apicultura, e solo saudável	280.000
			Número de projetos de jovens	1.500
			Nº de famílias com tecnologias limpas (agroecológica, orgânica e SPDH)	750
		Indenizar criadores que tenham seus animais contaminados por doenças infectocontagiosas contempladas em programas de controle do Estado	Animal sacrificado e indenizado (unidade)	14.700



## QUADRO DE PESSOAL

Cargos	Ativos	Inativos	Total
Secretário de Estado	1	0	1
Secretário Adjunto	1	0	1
Diretor	4	0	4
Gerente	14	0	14
Assistente	3	0	3
Consultor técnico	2	0	2
Advogado	2	0	2
Veterinário	4	0	4
Jornalista	2	0	2
Contador	2	0	2
Engenheiro agrônomo	3	0	3
Agente técnicos de formação superior	11	0	11
Agente operacional administrativo	18	0	18
Agente de tecnologia da informação	1	0	1
Agente de serviço geral	12	0	12
Agente operacional técnico	3	0	3
Assistente administrativo	24	0	24
Vigilante	8	0	8
Aposentado	0	364	364
<b>Total</b>	<b>115</b>	<b>364</b>	<b>479</b>

## DIAGNÓSTICO SETORIAL

As atividades agropecuárias compreendem a agricultura, pecuária e aquicultura, são responsáveis pela produção dos alimentos consumidos pela população e de uma grande diversidade de matérias-primas básicas para a produção de uma vasta gama de produtos de consumo. Santa Catarina, apesar de seu pequeno território, está entre os dez Estados mais importantes na produção da agropecuária brasileira. A agricultura catarinense é atividade importante para um grande número de famílias que vivem no meio rural e para o desenvolvimento estadual.

O Estado historicamente se caracteriza pela força da agricultura familiar e pelo predomínio de pequenas propriedades rurais. São 183.065 estabelecimentos agropecuários, com área total de 6,45 milhões de hectares, onde a produção de alimentos e matérias-primas para o autoconsumo, para alimentação de animais e para a comercialização gera cerca de 500 mil postos de trabalho diretos e R\$ 30 bilhões/ano em valor de produção, composto por mais de setenta produtos agropecuários.

A diversidade produtiva do setor primário catarinense é acompanhada de posição de destaque nacional em várias cadeias produtivas: suínos, frangos, leite, mel, maçã, cebola, tabaco, erva-mate, arroz, alho e palmito. O maior polo de produção de pescado e a liderança nacional no cultivo de ostras e mexilhões também é catarinense.

### Mudanças dos Últimos 40 anos

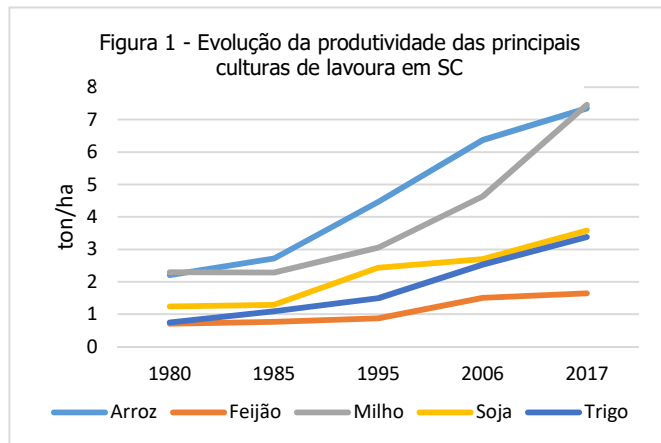
Nas últimas décadas ocorreram profundas transformações na agricultura e no meio rural catarinense, com destaque:

- Envelhecimento, "masculinização" dos produtores rurais e uma consistente diminuição da mão de obra ocupada nos estabelecimentos agropecuários. Identifica-se lento processo de melhoria da formação educacional, mas ainda permanece alto o número de produtores que estudaram somente até a 4ª série do ensino fundamental;
- Redução gradativa dos estabelecimentos agropecuários, bem como da área ocupada pelos mesmos. O ápice foi em 1985, com 235 mil propriedades rurais. Em 2017 totalizaram 183 mil propriedades rurais, que ocuparam 6,446 milhões de hectares de terra no Estado, com uma área média de 35,2 hectares por estabelecimento;
- A utilização das terras nos estabelecimentos agropecuários mostra uma tendência de substituição de culturas e de redução da área com lavouras anuais, bem como das pastagens nativas. A área de fruticultura encontra-se

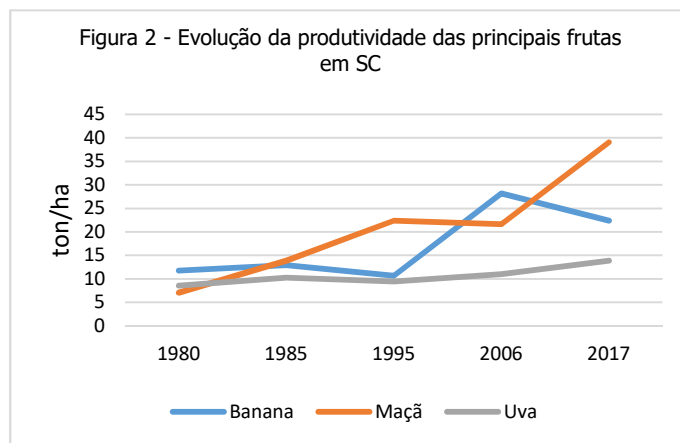


estável. Em contraposição, verifica-se um aumento das pastagens cultivadas bem como das matas nativas e plantadas;

- Tem se observado uma tendência de diminuição de atividades com menor densidade econômica e aumento de atividades com alta densidade econômica, especialmente nas pequenas propriedades;
- A modernização tecnológica continua em ritmo acelerado tanto nas principais culturas vegetais quanto na produção de animais e de produtos derivados, o que tem levado a expressivo crescimento dos níveis de produtividade ao longo dos anos para as principais culturas de Santa Catarina, conforme Figuras 1 e 2 a seguir:



Fonte: SAR, 2019



Fonte: SAR, 2019

- O Estado tem se notabilizado por liderar ou se posicionar bem no ranking nacional de diversos produtos agropecuários, especialmente suínos, frangos, ostras, mexilhões, leite, mel, maçã, cebola, arroz, fumo, alho, erva-mate, banana, uva e produtos da silvicultura;
- A comercialização continua sendo a principal finalidade da produção, contudo um grande número de estabelecimentos agropecuários cada vez mais tem se voltado a produzir para o consumo familiar, evidenciando a mudança no perfil dos estabelecimentos agropecuários associada à diversificação das fontes de renda. Para 145.799 estabelecimentos agropecuários a comercialização é a principal finalidade da produção, mas, para 37.247 estabelecimentos, sua principal finalidade é a produção para o consumo familiar;
- Observa-se um padrão de mudança na composição das fontes de rendas dos estabelecimentos agropecuários, reduzindo a participação das rendas provenientes de atividades econômicas realizadas nos próprios estabelecimentos e ampliando a importância de rendas externas, seja de atividades não agrícolas, seja daquelas provenientes de aposentadorias e pensões dos produtores, processo que se alinha ao envelhecimento da população rural;
- A atividade de processamento de alimentos e matérias-primas, presente em 96 mil estabelecimentos agropecuários, evidencia que a mesma continua estratégica para a segurança alimentar de parcela considerável das famílias rurais catarinenses.

O governo do Estado executa o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, através de financiamento para aquisição da terra pelo Fundo Nacional e Fundo Estadual de Terras, onde foram financiados 14.666 agricultores sem-terra ou com pouca terra, adquirindo mais de 180 mil hectares financiados. Projetando um acréscimo na produção de R\$ 1,5 bilhão/ano, que representa 5,27% do Valor Bruto de Produção Agropecuária do Estado de Santa Catarina. Esse aumento de renda dos beneficiários com o PNCF partiu de R\$22.059,00 média no ano, antes da compra da terra, para R\$105.517,00 de renda média/família no final de 2017, portanto aumento de 378%, desta forma produzindo riqueza para as famílias e para os Municípios do interior.

A meta 2019-2023 é financiar mais 3.750 novos agricultores familiares sem-terra ou com pouca terra priorizando a continuidade das propriedades familiares já existentes (sucessões rurais), com valores de financiamento para cada um de R\$ 140.000,00, somando mais de 500 milhões de reais nos próximos 4 anos, com isto incluindo novos empreendimentos produtivos no setor.

Evidencia-se uma reconfiguração do espaço rural, no qual a produção agrícola, a pecuária e a aquícola passam a dividir espaço com atividades econômicas não ligadas à agricultura (indústria, construção civil, prestação de serviços, etc.), bem como, se torna lugar de moradia e de provisão de outros serviços e funções ambientais e sociais. Esta complexidade imprime a necessidade de se pensar em novas políticas públicas de apoio para a agricultura e o espaço rural que, a um só tempo contemplem as dimensões produtivas agrícolas, não agrícolas, ambientais e sociais.



## Produção Agropecuária: dinâmica recente das principais atividades produtivas

Os dados dos censos agropecuários mostraram redução da área de algumas lavouras anuais, principalmente de feijão e de milho-grão, e de pastagens nativas, acompanhada do crescimento da área de outras lavouras, das pastagens cultivadas bem como das matas nativas e plantadas. Entre os anos 2014-2018 continuou o decréscimo na área plantada com milho e feijão, mas estabilidade na área dos quatro principais grãos de verão. O que se deu pela importante expansão da área plantada com soja, parte da qual em substituição à área tradicionalmente plantada com milho-grão.

Com a expansão da área plantada com milho-silagem, parte da qual também em substituição à área cultivada com milho-grão, houve crescimento na área de plantio dos principais produtos de verão. No caso dos grãos de inverno, os dados de longo prazo também mostram redução na área plantada no Estado, principalmente de trigo, cuja área de plantio já foi muito maior que os patamares alcançados nos últimos anos, que oscilam sensivelmente ano a ano, circunstancialmente para cima (Tabela 1).

**Tabela 1 - Santa Catarina - Evolução da Área Plantada de Grãos**

Produto	Hectares		
	2014	2018	Var. %
Arroz	146.396	146.939	0,4
Feijão	84.636	70.511	-16,7
Milho-Grão	437.170	322.750	-26,2
Soja	553.989	684.045	23,5
Total grãos de verão	1.222.191	1.224.245	0,2
Milho Silagem	120.600	227.174	88,4
Total grãos de verão e milho silagem	1.342.791	1.451.419	8,1
Aveia-Grão (1)	15.990	16.981	6,2
Cevada-Grão	1.320	695	-47,3
Trigo	92.094	53.929	-41,4
Triticale-Grão (1)	850	1.100	29,4
Total grãos de inverno	110.254	72.705	-34,1

(1) Dados relativos às safras de 2013 e 2017

Fonte: EPAGRI/Cepa e IBGE (Produção Agrícola Municipal)

Em outros cultivos também são observadas mudanças importantes em termos de área plantada no Estado (Tabela 2).

**Tabela 2 - Santa Catarina - Evolução da Área Plantada das Principais Lavouras**

Produto	Hectares		
	2014	2018	Var. %
Alho	2.247	2.406	7,1
Batata-inglesa	3.748	4.525	20,7
Cebola	20.231	18.960	-6,3
Erva-mate- folha verde (1)	9.417	11.523	22,4
Tabaco	127.296	114.355	-10,2
Mandioca (1)	28.564	21.459	-24,9
Palmito (1)	3.267	3.380	3,5
Tomate	2.694	2.471	-8,3

(1) Dados relativos às safras de 2013 e 2017

Fonte: EPAGRI/Cepa e IBGE (Produção Agrícola Municipal)



Em Santa Catarina vem ocorrendo uma mudança importante no espaço dedicado ao cultivo de mandioca e tabaco. No caso da mandioca, Santa Catarina já teve tradição bem mais forte na produção de derivados deste produto, e perdeu espaço para outros Estados, o que implicou na redução da área plantada. No caso do tabaco, a área também é bem menor e são as indústrias que determinaram essa redução. Como o cultivo do tabaco envolvia/envolve muitas famílias e Municípios e gera muito valor adicionado, as alternativas à sua substituição são sempre mais complexas que as observadas para maioria de atividades produtivas da agricultura estadual.

A fruticultura catarinense também passa por mudanças importantes em termos de ocupação de área e famílias envolvidas, mas em geral as mudanças neste segmento são mais lentas e graduais. Neste processo algumas áreas se expandiram e outras decresceram (Tabela 3). Neste caso, um destaque especial é o caso da maçã, que além da redução de área ficou mais concentrada na região de São Joaquim. Na região de Fraiburgo a maçã cedeu espaço para outras atividades, particularmente para a soja.

**Tabela 3 - Santa Catarina - Evolução da Área Plantada das Principais Lavouras**

Produto	Hectares		
	2014	2018	Var. %
Ameixa	1.040	1.056	1,5
Banana	28.474	28.024	-1,6
Laranja	1.573	968	-38,5
Maçã	16.405	15.495	-5,5
Maracujá	1.260	1.948	54,6
Melancia (1)	1.990	2.545	27,9
Pêssego	1.347	1.218	-9,6
Uva	3.697	3.287	-11,1

(1) Dados relativos às safras de 2013 e 2017

Fonte: EPAGRI/Cepa e IBGE (Produção Agrícola Municipal)

Na produção animal Santa Catarina ocupa papel de destaque, principalmente na produção de carne suína (1º produtor nacional), de carne de frango (2º produtor nacional), e de leite (4º produtor nacional). No caso das carnes de suínos e de frangos, contudo, por razões ambientais, de logística, de menor disponibilidade de milho para alimentação dos animais, e de outras decisões estratégicas das agroindústrias, a produção estadual vem crescendo menos do que em outros Estados. No caso do frango houve inclusive redução da produção nos anos recentes (Tabela 4).

**Tabela 4 - Santa Catarina – Abate de Animais (1) com Inspeção - 2014 e 2018**

Tipo de animal	Mil cabeças		
	2014	2018	Var. %
Frangos	913.664	788.209	-13,7
Suínos	10.871	13.010	19,7
Bovinos	638	717	12,2
Perus	7.580	8.327	9,9
Patos e Marrecos	2.010	2.901	44,3

(1) inclui animais criados em SC e abatidos em outras UF's. Bovinos inclui a produção para autoconsumo

Fonte: Dados da CIDASC, sistematizados pela EPAGRI/Cepa

No caso do leite é o inverso. Muito embora não tenha crescido de forma significativa nos últimos anos, a produção estadual aumentou em 103% entre 2006 e 2017, contra 46% na média nacional do período. A produção estadual de ovos de galinha também cresceu sensivelmente ao longo dos anos recentes (Tabela 5). No caso do mel, embora a produção tenha diminuído nos últimos anos, é sensivelmente maior do que foi no passado mais distante. Além disso, como o mel catarinense tem sua qualidade reconhecida internacionalmente, a maior parte da produção é destinada à exportação.

**Tabela 5 - Santa Catarina – Produção de Outros Produtos de Origem Animal - 2013 e 2017**

Produto	2013	2017	Var. %
Leite (mil litros)	2.918.320	2.979.863	2,1
Ovos (mil dúzias)	243.193	260.784	7,2
Mel (mil kg)	4.887	4.250	-13,0

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal

Na maricultura, particularmente na produção de moluscos (mexilhões, ostras e vieiras), o Estado é o principal produtor nacional. Embora a produção estadual tenha decrescido nos últimos anos, apenas a comercialização primária dos cerca de 13,5 milhões de kg destes três produtos movimentou cerca de R\$66 milhões em 2017. Na piscicultura de águas interiores, somente os piscicultores comerciais/profissionais geraram mais de R\$ 133 milhões, com a comercialização de 29,5 milhões de kg produzidos em 2017, com destaque para a produção de tilápias (30,8 mil toneladas).

### Comércio Exterior e Desempenho Exportador

O agronegócio de Santa Catarina vem se mostrando competitivo no mercado internacional. Com várias produções voltadas ao mercado externo, as exportações do agro em 2018 somaram US\$ 6,0 bilhões, 10,1% superior às de 2017. Com mais de 500 itens exportados o setor participou em 2018 com 67,1% de todo o valor exportado pelo Estado e com 6,0% das exportações do agronegócio brasileiro. As exportações da agricultura e do agronegócio catarinense vem contribuindo, há muitos anos, com mais de 60% das exportações catarinenses (Figura 6).

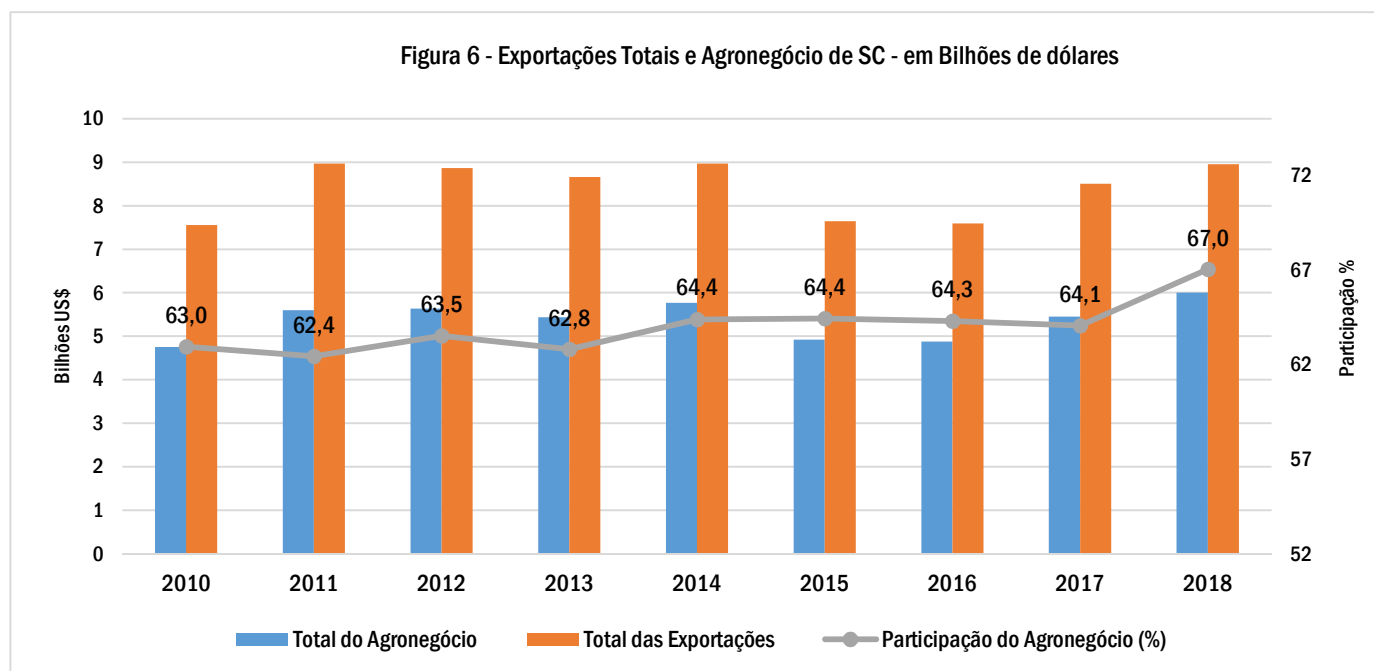


Figura 6 - Valor das exportações totais e do agronegócio de SC (bilhões de dólares) e participação do agronegócio. Fonte: SAR, 2019

### Desafios para o Agronegócio de Santa Catarina

Em que pese o expressivo desempenho da agricultura e do agronegócio catarinense nos últimos anos, permanecem vários desafios em relação ao setor, tais como: inclusão social das populações e regiões mais fragilizadas socioeconomicamente, redução dos problemas ambientais decorrentes das atividades produtivas, ampliação/melhoria da infraestrutura no meio rural (eletricidade, comunicação, saneamento, estradas), elevação da produtividade/qualidade dos produtos agropecuários, ampliação da diversificação produtiva e de renda no meio rural, agregação de valor aos produtos/serviços do meio rural, segurança alimentar no meio rural e pesqueiro, entre outros. Esses desafios e a certeza de que o desempenho do setor primário e do agronegócio catarinenses dependem também de ações positivas do setor público estadual, principalmente daquelas desenvolvidas através da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca – SAR e das suas empresas vinculadas (EPAGRI, CIDASC e CEASA), orienta as ações prevista nesse Plano Plurianual – PPA. Por meio dele estão explicitadas as ações/políticas públicas da SAR e das suas empresas vinculadas para o período 2020-2023.

## Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC



A CIDASC é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, constituída conforme a Lei Estadual nº 5.516/1979. Em 2019 a CIDASC completa 40 anos de trabalho em busca da excelência em Sanidade Agropecuária para o Estado de Santa Catarina. Grande parte das exportações catarinenses são provenientes de carnes de aves, soja e carne suína, o que evidencia a importância da expansão de mercados externos, que só é possível com a atuação da CIDASC na manutenção do status sanitário diferenciado.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** executar ações de Sanidade Animal e Vegetal, Preservar a Saúde Pública, Promover o Agronegócio e o Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina.

**VISÃO:** ser reconhecida como referência e excelência em Sanidade Agropecuária.

**VALORES:** Excelência; Legalidade; Transparência; Credibilidade.

### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META (2023)
Produção	Agricultura	Garantir ao meio rural uma produção sustentável e agregação de valor à produção	% das análises de produtos de origem vegetal que estão fora do padrão legal (inconformes) – periodicidade semestral	16% (Fonte: Ministério Público – Alimento sem risco)
Sanidade Animal e Vegetal		Promover um ambiente de segurança no meio rural	% de estabelecimentos abatedouros de bovinos com sistema de vigilância ativa para brucelose e tuberculose implementado – periodicidade mensal	30% (Fonte: Sigen+/CIDASC) Cálculo: nº de abatedouros com sistema de vigilância / nº total de abatedouros de SC (SIM, SIE e SIF)
			Nº de animais testados para Brucelose e Tuberculose (rebanho bovino) – periodicidade mensal	25.000 (Fonte: Sigen+/CIDASC/ Atestado Brucelose e Tuberculose)
		% de propriedades cadastradas no E-origem (rastreadabilidade) – periodicidade mensal	60% (Fonte: Sigen+/CIDASC)	



## Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI



A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI é uma empresa pública criada em 1991 a partir da fusão de outras empresas do Estado e vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. Desde então uniu os trabalhos de pesquisa e extensão rural e pesqueira, somando décadas de experiência em diferentes áreas e fortalecendo ainda mais o setor. Com uma força de trabalho constituída por 1.738 empregados, a EPAGRI conta com uma estrutura composta por uma sede administrativa, 13 unidades de pesquisa, 13 centros de treinamento, 16 gerências regionais de extensão rural e 293 escritórios municipais.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** conhecimento, tecnologia e extensão para o desenvolvimento sustentável do meio rural, em benefício da sociedade.

**VISÃO:** ser reconhecida nos cenários estadual e nacional como modelo de excelência em pesquisa agropecuária, extensão rural e gestão.

**VALORES:** Autodeterminação; Entusiasmo; integridade; Conhecimento; Responsabilidade; Solidariedade; Cidadania.

### COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Objeto Social, conforme Art. 4º do Estatuto Social:

I – Planejar, coordenar, orientar, controlar e executar ou promover a execução de forma descentralizada da política estadual de educação profissional e tecnológica, pesquisa, transferência e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão rural do Estado de Santa Catarina;

II – Apoiar, técnica e administrativamente, os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual na formulação, orientação e coordenação da política de ciência e tecnologia relativa ao setor agropecuário e pesqueiro de Santa Catarina;

III – Estimular e promover a descentralização operativa das atividades de pesquisa agropecuária e extensão rural e pesqueira de interesse estadual, regional e municipal, mediante integração com organismos de objetivos afins aos da empresa, atuantes naquelas áreas, em relação aos quais exercerá ação de cooperação técnico-científica;

IV – Promover o desenvolvimento autossustentado da agropecuária catarinense, por meio da integração dos serviços de geração, transferência e difusão de tecnologia agropecuária, florestal e pesqueira;

V – Executar as atividades de planejamento e informações agropecuárias do Estado, previstas na Lei Estadual nº 8.676/1992, que dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento rural; e

VI – Executar o monitoramento de safras e mercados e produtos agropecuários, florestais e pesqueiros e gerar informações socioeconômicas do setor rural catarinense.



## QUADRO DE PESSOAL

GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	SERVIDORES
Serviços	Motorista II	12
	Operário de Campo I	1
	Agente Operacional de Serviços II	1
	Operário de Campo II	222
	Serviços de Apoio I (em extinção)	57
Técnico	Técnico de Apoio II (em extinção)	16
	Agente Operacional Técnico III	3
	Técnico de Nível Médio II	310
	Auxiliar Técnico I (em extinção)	15
Administrativo	Administrativo I	121
	Administrativo II	192
	Agente Operacional Administrativo I	1
Superior	Agente de apoio à Pesquisa e Extensão Rural I	1
	Agente de apoio à Pesquisa e Extensão Rural III	6
	Agente de apoio à Pesquisa e Extensão Rural IV	4
	Agente de Comunicação I	3
	Agente de Comunicação II	3
	Agente de Extensão Rural I	329
	Agente de Extensão Rural II	69
	Agente de Extensão Rural III	35
	Agente de Extensão Rural IV	3
	Agente de Extensão Social I	25
	Agente de Extensão Social II	23
	Agente de Extensão Social III	3
	Agente de Extensão Social IV	1
	Agente de Pesquisa I	5
	Agente de Pesquisa II	4
	Agente de Pesquisa III	49
	Agente de Pesquisa IV	139
	Agente de Tecnologia da Informação e Comunicação I	5
	Agente de Tecnologia da Informação e Comunicação II	11
	Agente de Tecnologia da Informação e Comunicação III	8
	Agente de Tecnologia da Informação e Comunicação IV	2
	Agente Jurídico II	9
	Agente Operacional I	14
	Agente Operacional II	22
	Agente Operacional III	2
	Agente Social I	2
	Agente Social II	1
	Agente Técnico de Formação Superior I	3
	Agente Técnico de Formação Superior II	2
	Agente Técnico de Formação Superior III	2
	Agente Técnico de Formação Superior IV	2

### 3.2.5 Meio Ambiente

#### Instituto do Meio Ambiente – IMA



O Instituto do Meio Ambiente – IMA, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável - SDE, foi criado em dezembro de 2017 em substituição a extinta Fundação do Meio Ambiente – FATMA. A missão maior do instituto é a proteção do meio ambiente, de modo a garantir a preservação dos recursos naturais do Estado.

O IMA atua com uma sede administrativa em Florianópolis e 16 gerências regionais (CODAM) distribuídas por todo Estado. Com o objetivo de alcançar sua missão de forma eficiente e eficaz, atua de forma sistematizada por meio:

- Da gestão de 10 Unidades de Conservação Estaduais, onde a natureza original é preservada e pesquisada;
- Da Fiscalização, que atua para evitar que recursos naturais como florestas, animais selvagens, rios e todo tipo de mananciais de água, dunas, areia e argila, entre outros, sejam degradados ou explorados até a extinção;
- Do Licenciamento Ambiental, que garante a conformidade de obras, como rodovias, usinas hidrelétricas, redes de transmissão de energia, gasodutos e oleodutos, estações de tratamento de água, esgoto e efluentes industriais, condomínios, loteamentos e empreendimentos turístico-imobiliários, com as legislações ambientais federal, estadual e municipal;
- Do programa de Prevenção e Atendimento a Acidentes com Produtos Perigosos que, em conjunto com a Defesa Civil de Santa Catarina, fiscaliza o transporte de produtos perigosos pelo Estado, atende com equipe técnica especializada os acidentes com este tipo de carga, evitando danos maiores ao meio ambiente e às comunidades envolvidas, e ainda habilita os motoristas destes veículos a agir com segurança no transporte e nos casos de acidentes;
- Do Geoprocessamento que permite conhecer as características e monitorar o meio ambiente por meio de levantamento e processamento de informações sobre o território catarinense (tipos de rocha, solos, relevo, recursos hídricos e cobertura vegetal) obtidas através de imagens de satélite. Isso inclui o acompanhamento de invasões de áreas de preservação, desmatamentos e derramamentos de óleo no mar;
- De Estudos e Pesquisas Ambientais, em que biólogos, geólogos, geógrafos e outros especialistas desenvolvem pesquisas sobre as condições originais e atuais da flora e fauna catarinenses, tornando-as de conhecimento público por meio de publicações técnicas distribuídas a cientistas da área, instituições ambientais de todo País, bibliotecas, prefeituras, escolas e Organizações Não Governamentais – ONGs;
- Da pesquisa de Balneabilidade, monitoramento da qualidade das águas do mar para o banho humano que o Instituto realiza desde 1976 em todo litoral catarinense, semanalmente durante a temporada de Verão e mensalmente durante o resto do ano. Seguindo critérios da Resolução do Conselho Nacional do Meio ambiente – CONAMA, os técnicos avaliam os pontos que são mais suscetíveis a poluição, disponibiliza boletins com os resultados à imprensa, prefeituras do litoral, população e turistas.

#### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** implementar políticas públicas para proteger o meio ambiente, assegurar o uso adequado dos recursos naturais, a conservação e a recuperação dos ecossistemas, contribuindo para a sustentabilidade e qualidade ambiental.

**VISÃO:** ser reconhecido como um órgão de excelência pela contribuição para o desenvolvimento ambiental, social e econômico do Estado.

**VALORES:** Ética, Transparência, Eficiência, Celeridade, Inovação, Responsabilidade e Justiça Socioambiental, Governança e *Compliance*.





## DIAGNÓSTICO SETORIAL

SETOR/ ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Compensação por Supressão de Vegetação em Unidades de Conservação	Cadastrar Imóveis para regularização fundiária - Portaria IMA nº 136/2018	Termos de Quitação firmados	40 (quarenta) termos de quitação firmados
CTCA – Câmara Técnica de Compensação Ambiental	Revisar da Portaria nº 174 (Rito de Compensação Ambiental)	Portaria atualizada	1 (uma) Portaria atualizada
	Operacionalizar o Sistema de Gestão de Compensação Ambiental - SISCOM	Sistema em operação	SISCOM 100% operacionalizado
Pesquisa Científica em Unidades de Conservação (de espécies ameaçadas de extinção e de exóticas invasoras)	Realizar adequações na IN 67	IN 67 revisada	1 (uma) IN revisada
	Disponibilizar no site do IMA as pesquisas prioritárias conforme os Planos de Manejo	Disponibilização de informações no site do IMA	1 (um) site atualizado
	Implantar mecanismo eficiente de acompanhamento	Elaboração do Manual do pesquisador	1 (um) manual atualizado
Criação de Unidades de Conservação	Apoiar à adequação de Categorias de UCs Municipais	Municípios contatados	100% dos municípios contatados
	Revisar IN 51 – Reserva Particular do Patrimônio Natural Estadual – RPPN Estadual	Instrução Normativa 51 revisada	1 (uma) IN revisada
	Priorizar áreas para conservação da biodiversidade	Áreas priorizadas	1 (um) levantamento pronto
Monitoramento da Biodiversidade em UCs	Executar projeto de monitoramento de fauna (aves e mamíferos) em UCs	Relatórios elaborados e resultados divulgados	4 (quatro) UCs de Proteção Integral em monitoramento
Programa de Apoio a Criação de Corredores Ecológicos	Acompanhar a Implementação do Corredor Ecológico Timbó	Elaboração de relatório de acompanhamento	1 (um) relatório anual elaborado
	Acompanhar a Implementação do Corredor Ecológico Chapecó	Elaboração de relatório de acompanhamento	1 (um) relatório anual elaborado
	Iniciar tratativas para criação do III Corredor Ecológico de Santa Catarina	Projeto de Lei elaborado	1 (um) Projeto de Lei elaborado
Estratégias Econômicas para Conservação	Valoração econômica UC	Firmar Termo de Parceria com instituições para implementação da metodologia de valoração	1 (um) Termo de Parceria firmado
Programa Estadual de Controle de Espécies Exóticas Invasoras – EEIs	Implementar planos de ação para controle de EEIs nas unidades de conservação estaduais	Implementação parcial de três planos de controle de EEIs	3 (três) planos em implementação
	Elaborar plano de divulgação sobre EEIs	Plano elaborado	1 plano de ação elaborado



SETOR/ ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Uso Público em Unidades de Conservação	Elaborar Estudos de Viabilidade Econômica e Investimentos em áreas prioritárias	Estudo realizado	4 (quatro) UCs contempladas
	Normatizar concessões em Unidades de Conservação	Normatização elaborada	1 (uma) norma publicada
	Elaborar normativa para reger o uso comercial de imagens	Normativa finalizada	Publicação do instrumento legal de cobrança
Mapa Interativo – GEOSEUC	Atualizar módulo UC	Novas ferramentas de geoprocessamento implementadas	1 (módulo) atualizado
Gestão de Fauna Silvestre	Elaborar normativa para gestão de fauna silvestre em cativeiro	Normativa publicada e em implementação	1 (uma) normativa publicada
	Capacitar equipe de CODAMs para descentralização da gestão do Sistema de Gestão de Passeriformes Silvestres Nativos – SISPAS	Equipes CODAMs capacitadas	50% das CODAMs capacitadas
	Viabilizar junto ao IBAMA para acesso (consulta) ao SISPAS pela Polícia Militar Ambiental – PMA	Fiscalização do cumprimento do cadastro do SISPAS melhorada	100% dos comandos da PMA com acesso e em fiscalização
	Iniciar os trabalhos para revisão da Lista de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção e Elaboração do Livro Vermelho	Lista em revisão	Consultoria contratada e trabalhos iniciados
	Realizar Chamamento público para a gestão do Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS	Organização da Sociedade Civil - OSC contratada	1 (um) contrato em execução
Programa Estadual de Educação Ambiental	Adquirir Eco-ônibus	Eco-ônibus adquirido	1 (um) Eco-ônibus em operação
	Adquirir veículo para apoiar para as atividades de Educação Ambiental	Atividades de educação ambiental melhoradas	1 (um) veículo adquirido
	Revitalizar peça educativa "Surpresas da Natureza"	Peça revitalizada e em uso pela equipe de educação ambiental	100% da peça revitalizada
	Atualizar multimídias (palestras para diferentes públicos-alvo)	Multimídias desenvolvidas e em utilização	100% das multimídias desenvolvidas
	Elaborar e reimprimir cartilhas e outros produtos para informação e divulgação	Cartilhas e outros produtos elaborados e prontos para distribuição	4 (quatro) cartilhas elaboradas, 12 cartilhas revisadas e 11 mil cartilhas impressas
Ações de Regularização Fundiária	Estabelecer procedimentos técnicos e administrativos para indenização de benfeitorias e desapropriação de imóveis rurais nas UCs	Revisão das Instruções Normativas e Portarias	100% das INs e Portarias revisadas
	Formar equipe para regularização fundiária	Equipe formada	1 (uma) equipe formada
	Executar a Regularização Fundiária do PE Fritz Plaumann	Retificação da área do Parque e incorporação de nova propriedade com 57hac	Regularização Fundiária plena do Parque
	Iniciar processo de regularização fundiária no Reserva Biológica Estadual do Sassafrás	Processo licitatório finalizado	1 (un) processo licitatório finalizado



SETOR/ ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Parque Estadual Fritz Plaumann	Atuar com Cogestão	Manter Acordo de Cooperação de Cogestão	1 cogestora definida
	Controle de Espécies Arbóreas Exóticas Invasoras	Controlar a invasão biológica	Implantar o projeto em 12 hectares
	Realização das ações do Plano para Controle, Monitoramento e Prevenção da invasão do javali no Parque e seu entorno	Controlar a invasão do Javali no interior da UC	30% da população estimada controlada
Parque Estadual das Araucárias	Regularizar situação fundiária	Publicação de Decreto corrigindo os limites da Unidade	1 Decreto publicado
	Implementação de novas trilhas	Abertura de novo atrativo à visitação pública	Implementar 1 nova trilha
	Melhorias na infraestrutura do Centro de Visitantes	Melhorar a segurança dos visitantes e as estruturas administrativas	Melhoria em pelo menos 3 aspectos do Centro de Visitantes
	Melhorias estruturais nas trilhas abertas	Melhorar a acessibilidade e apresentação dos atrativos das trilhas	Melhoria na estrutura de 3 trilhas
	Cogestão	Manter Termo de Parceria de Cogestão	1 cogestora definida
Parque Estadual do Acaraí	Início do processo de regularização fundiária	Áreas prioritárias definidas e início do pagamento	10% das áreas prioritárias regularizadas
	Viabilizar área para a Construção do Centro de Visitantes	Definir local, indenizar e finalizar processo de regularização fundiária	1 imóvel apto à construção da sede no nome do IMA
Parque Estadual Rio Canoas	Regularização Fundiária	Envio de Escritura Pública e registro para patrimônio	1 imóvel registrado junto ao patrimônio do Estado
	Implantação de infraestrutura para Uso Público	Implantação de pelo menos 2 atrativos	2 atrativos implementados
	Viabilização de Cogestora	Atendimento ao Uso Público	1 cogestora definida
Parque Estadual do Rio Vermelho	Implementação de sistema de monitoramento por câmeras	Sistema de monitoramento da UC	1 sistema de monitoramento instalado
	Elaboração do Plano de manejo	Plano de manejo elaborado	1 Plano de manejo publicado
	Confecção de placas de sinalização na UC e seu entorno	UC sinalizada, indicando os devidos núcleos e limites	3 placas instaladas



SETOR/ ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Parque Estadual da Serra Furada	Normatização da atividade de condução de visitantes	Organização do Uso Público na UC	Portaria Publicada
	Sinalização dos limites em pontos sensíveis	Diminuição na entrada sem autorização na UC e coibição na caça	no mínimo 2 placas instaladas
	Confecção de placas de sinalização na UC e seu entorno	Aumentar a área conservada	1 imóvel no nome do IMA
	Elaboração de termo de reciprocidade com o ICMBio para gestão da área sobreposta	Atribuições de cada instituição devidamente esclarecida	1 de termo de reciprocidade elaborado
	Programa de Desenvolvimento de Alternativas para o Entorno	Integração e incentivo aos moradores do entorno da UC para alternativas amigáveis aos objetivos do parque	Mínimo de 10 pessoas envolvidas
	Reforma da casa na Serra Furada	Organização do Uso Público na UC	1 casa reformada
	Implementação da Trilha do CAPEA	Organização do Uso Público na UC	Implementação de 1 trilha
Reserva Biológica Estadual do Aguai	Inauguração da Sede Administrativa	Dar Conhecimento Formal às Instituições Públicas e Privadas	1 Evento realizado
	Transferência de Imóveis para o IMA	Escriturar e registrar terreno em Bom Jardim da Serra e da Madeplac em Nova Veneza para o IMA	Transferência 2 dos imóveis para o IMA
	Trilha Tropeiros	Limpeza para Fácil Acesso à Usuários	Limpeza de 10 km
	Implementação de ponto de pouso para auxílio à prevenção de incêndios florestais	Instalação de 1 ponto de pouso	1 ponto de pouso instalado
Reserva Biológica Estadual da Canela Preta	Cadastramento dos extremantes da REBECF	80% dos extremantes cadastrados	Pelo menos 80% dos extremantes
	Formação do Conselho Consultivo	Formação do Conselho Consultivo	Conselho 100% constituído
Reserva Biológica Estadual do Sassafrás	Projeto para sede administrativa	Projeto elaborado	1 projeto elaborado
	Construção da sede administrativa	Construção da Sede	1 sede construída
Parque Estadual da Serra do Tabuleiro	Definir áreas prioritárias para regularização fundiária	Plano de áreas prioritárias elaborado	1 Plano elaborado
	Cadastramento dos imóveis dentro da UC	Início do cadastramento dos imóveis	No mínimo 30 imóveis cadastrados
	Desenvolver sistema para emissão de autorizações de uso público	Emissão de autorização para o uso público	1 projeto do sistema elaborado
	Sinalização de trilhas	Iniciar sinalização dos 50 Km de trilha do parque	Pelo menos 10% da trilha sinalizada
	Implementação do Plano de Manejo	Publicação do Plano de Manejo	1 Plano de manejo publicado
	Viabilização de Cogestora	Atendimento ao Uso Público	1 cogestora definida



## QUADRO DE PESSOAL

Composição do quadro de servidores ativos	
TIPOLOGIA DOS CARGOS	QUANTITATIVO
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	320
1.1. Servidores de carreira vinculados ao órgão	305
1.2. Servidores de carreira vinculados a outro órgão	15

## DIAGNÓSTICO SETORIAL

Segundo o Art. 2º da Lei Estadual nº 17.354/2017, compete ao IMA:

I – Implantar e coordenar o sistema de controle ambiental, inclusive o decorrente do licenciamento ambiental de empreendimentos de impacto ambiental, das autuações ambientais transacionadas e dos usos legais de áreas de preservação permanente;

II – Elaborar manuais e instruções normativas relativos às atividades de licenciamento e autorização ambiental, com vistas à padronização dos procedimentos administrativos e técnicos;

III – Licenciamento, autorizar e auditar as atividades públicas ou privadas potencialmente causadoras de degradação ambiental;

IV – Fiscalizar e acompanhar o cumprimento das condicionantes determinadas no procedimento de licenciamento ambiental;

V – Elaborar, executar e controlar ações, projetos, programas e pesquisas relacionados à proteção de ecossistemas e ao uso sustentável dos recursos naturais de abrangência inter-regional ou estadual;

VI – Desenvolver programas preventivos relativos a transporte de produtos perigosos em parceria com outras instituições governamentais;

VII – Propor convênios com órgãos das Administrações Públicas Federal e Municipais com vistas à maior eficiência de licenciamento e autorização ambientais;

VIII – Supervisionar e orientar as atividades florestais previstas em convênios públicos;

IX – Elaborar e executar ou coexecutar projetos de acordos internacionais relacionados à proteção de ecossistemas e de abrangência inter-regional ou estadual;

X – Implantar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC, em conformidade com a legislação específica em vigor; e

XI – Executar a fiscalização ambiental no Estado de forma articulada com os órgãos e as entidades envolvidos nessa atividade.

## Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A. - CASAN



Constituída em 2 de julho de 1971, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN é uma empresa de economia mista de capital aberto e regulamentada pela Lei das Sociedades Anônimas, atua como concessionária do setor de saneamento, desenvolve atividades que compreendem os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, compreendendo desde as atividades de planejamento e elaboração de projetos até sua execução, ampliação, distribuição e exploração dos serviços de saneamento.

Com a força do trabalho dos seus 2,5 mil colaboradores, atua na gestão, operação e manutenção de Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento Sanitário, presta serviços diretamente a uma população residente de mais de 2,7 milhões de pessoas (39% da população do Estado de Santa Catarina), distribuídos nos 195 municípios atendidos, sendo 194 catarinenses (66% dos municípios do Estado) e 1 paranaense, além de fornecer água no atacado para outros 4 municípios clientes, que juntos tem uma população superior a 200 mil pessoas, com sistemas operados por outros prestadores de serviços.

Em 2018 a CASAN obteve recorde de receita operacional, que atingiu o montante de R\$ 1,2 bilhão, sendo ranqueada como a 12ª maior empresa de Santa Catarina, de acordo com o último ranking promovido pela revista Amanhã e a PricewaterhouseCoopers.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.

**VISÃO:** ser reconhecida como empresa de excelência na prestação de serviços de saneamento, de forma sustentável, competitiva e inovadora, com foco no cliente e em saúde pública.

**VALORES:** Sustentabilidade, Integridade e Ética, Profissionalismo e Competência, Transparência, Impessoalidade e Inovação.

### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Saneamento Básico	Ampliar a cobertura dos serviços e área de atuação	Cobertura Urbana de Esgoto	38% até 2023
	Reduzir perdas de água e de faturamento	Índice de Perdas na Distribuição	35% até 2023
	Maximizar a satisfação dos usuários e titulares dos serviços	Índice de Qualidade de Água	Acima de 98%

### QUADRO DE PESSOAL

Cargo	Qtd 2018	% do total
Administrador	39	1,53
Advogado	26	1,02
Agente Administrativo Operacional	902	35,3
Analista de Sistemas	20	0,78
Arquiteto	2	0,08
Assistente Administrativo	343	13,42
Assistente de Administração II	1	0,04
Assistente Social	6	0,23
Auditor	4	0,16



Cargo	Qtd 2018	% do total
Auxiliar de Enfermagem do Trabalho	2	0,08
Auxiliar de Laboratório	12	0,47
Auxiliar de Processamento de Dados	4	0,16
Auxiliar de Serviços Administrativos	5	0,2
Auxiliar Técnico	9	0,35
Biólogo	5	0,2
Bioquímico	7	0,27
Contador	12	0,47
Desenhista	8	0,31
Desenhista Projetista	6	0,23
Economista	7	0,27
Eletricista	1	0,04
Eletrotécnico	38	1,49
Engenheiro Civil	44	1,72
Engenheiro Controle e Automação	1	0,04
Engenheiro de Agrimensura	0	0
Engenheiro de Segurança do Trabalho	1	0,04
Engenheiro Eletricista	11	0,43
Engenheiro Mecânico	11	0,43
Engenheiro Químico	6	0,23
Engenheiro Sanitarista	59	2,31
Geólogo	3	0,12
Instalador Hidráulico/Sanitário	350	13,7
Jornalista	1	0,04
Mecânico de Hidrômetro	3	0,12
Médico do Trabalho	2	0,08
Motorista	8	0,31
Operador de Computador	4	0,16
Operador de Equipamento Pesado	57	2,23
Operador de ETA/ETE	216	8,45
Operador de Máquina Copiadora	1	0,04
Programador de Computador	1	0,04
Psicólogo	3	0,12
Químico	11	0,43
Secretária	7	0,27
Técnico de Laboratório	36	1,41
Técnico de Segurança do Trabalho	12	0,47
Técnico em Agrimensura	8	0,31
Técnico em Contabilidade	47	1,84
Técnico em Edificações	11	0,43
Técnico em Eletrônica	5	0,2
Técnico em Mecânica	55	2,15
Técnico em Saneamento	115	4,5
Técnico Especializado	1	0,04
Telefonista	6	0,23
<b>Total</b>	<b>2.555</b>	<b>100</b>



## DIAGNÓSTICO SETORIAL

Com base nos dados mais recentes divulgados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS (ano 2017) os Municípios brasileiros possuem mais de 640 mil quilômetros de redes de água (34 mil em SC), às quais estão conectadas a 56,0 milhões de ligações de água (1,7 milhões em SC). Em termos de esgotamento sanitário, são mais 312 mil quilômetros de redes (5 mil em SC), às quais se conectam a 31,2 milhões de ligações de esgotos (300 mil em SC).

O crescimento dos sistemas brasileiros de saneamento corresponde a aumentos próximos a 2% ao ano, sendo um pouco maior o crescimento nos serviços de esgotamento sanitário, em razão do maior déficit de atendimento. Quanto ao índice de atendimento, observam-se valores bastante elevados nas áreas urbanas das cidades brasileiras, com uma média nacional de 93%, sendo destaque SC com índice de aproximadamente 98%. Com relação ao atendimento por redes e tratamento de esgotos, o índice médio de atendimento é de 46% nas áreas urbanas das cidades brasileiras, enquanto em SC esse índice ainda é abaixo de 30%, demonstrando grande necessidade de investimentos para ampliar a cobertura.

Nesse cenário a CASAN atua dando prosseguimento a sua política de expansão de atendimento, realizando investimentos para ampliar a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, visando o objetivo do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB no que diz respeito a universalização dos serviços, buscando compatibilizar as metas estabelecidas nos planos de saneamento dos municípios atendidos e a capacidade de investimento da Companhia. A responsabilidade é grande já que a universalização do atendimento de esgotamento sanitário trará significativos ganhos em termos de qualidade de vida para a população catarinense.

O Plano de Investimentos da CASAN prevê até 2023 a realização de investimentos com a aplicação de recursos próprios, de agentes financiadores nacionais e estrangeiros e da União. O volume financeiro de investimentos planejados para o período é direcionado principalmente às obras para implantação e ampliação dos serviços de esgotamento sanitário, sendo o restante direcionado principalmente às obras programadas para melhoria e ampliação do abastecimento de água.

As ações para universalização dos serviços de saneamento em Santa Catarina estão focadas em medidas para garantir a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços prestados e também a qualidade e ampliação da disponibilidade dos mesmos. Para aumentar sua capacidade de investimento e assegurar sua solidez operacional, a CASAN continuará trabalhando para obter ganhos de eficiência e produtividade que o setor demanda.

### Principais Resultados Atingidos

- Quase 200 Municípios atendidos com prestação de serviços de saneamento básico;
- Fornecimento de água para 1.127.043 economias;
- Coleta e tratamento de esgoto para 257.915 economias;
- Faturamento de R\$ 1,2 bilhão em 2018;
- Média de mais de R\$ 250 milhões de investimentos por ano;
- Produção de mais de 260 milhões de m<sup>3</sup> de água tratada por ano;
- Operação e manutenção de:
  - +300 estações de tratamento de água;
  - +13,7 mil quilômetros de rede de água;
  - 835 reservatórios de água;
  - 28 estações de tratamento de esgoto;
  - 1,5 mil quilômetros de rede de esgoto.



## 3.3 Dimensão: Infraestrutura e Mobilidade

### 3.3.1 Infraestrutura de Transportes, Mobilidade e Obras Civas

#### Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade - SIE



A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SIE atua na implementação da política estadual de infraestrutura de transportes nos modais rodoviário, ferroviário, hidroviário e aeroviário, realiza ações no âmbito do sistema portuário do Estado e coordena o Conselho Estadual de Transporte de Passageiros. A Lei Complementar Estadual nº 741/2019 promoveu a incorporação pela SIE das atribuições do Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA e do Departamento de Transporte e Terminais – DETER.

À SIE compete implementar a política formulada pelo Governo do Estado para a infraestrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas, compreendendo as atividades de administração, planejamento, projeto, construção, operação, manutenção, restauração, reposição, adequação de capacidade e ampliação de bens, obras e serviços, bem como o planejamento, fiscalização e controle do Serviço Público de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros e de qualquer tipo de transporte de massa a nível estadual, zelando pela segurança e bem estar dos usuários de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros. A infraestrutura de transportes afeta à SIE compreende os sistemas viários, rodovias, ferrovias, vias navegáveis, instalações portuárias e aeroviárias.

#### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**Missão:** promover o bem-estar do cidadão e ser agente da modernização e transformação do Estado, pela atuação na área da infraestrutura de transportes e mobilidade e das obras hidráulicas e civis.

**Visão:** ser reconhecido por assegurar uma infraestrutura de transportes e mobilidade suficiente, adequada e de qualidade às necessidades da sociedade.

**Valores:** Ética, Comprometimento, Excelência, Cooperação.

#### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Infraestrutura e Meio Ambiente	Infraestrutura	Aumentar o conforto e segurança dos usuários das rodovias estaduais pela pavimentação de rodovias	Km de rodovias estaduais pavimentadas (acumulado histórico)	5.300 km
		Maximizar a densidade da rede de rodovias federais e estaduais pavimentadas em SC	Densidade da malha rodoviária pavimentada / 1000 habitantes SC	1,06 km/1000 hab
		Maximizar a densidade da rede de rodovias federais e estaduais pavimentadas em SC	Densidade da malha rodoviária pavimentada / Área de SC em km <sup>2</sup>	0,08 km/km <sup>2</sup>
		Aumentar a capacidade das rodovias estaduais, melhorando a sua fluidez e segurança	Rodovias estaduais duplicadas	100 km
		Manter o tráfego perene e seguro nas rodovias estaduais sob quaisquer condições climáticas	Extensão conservada de rodovias estaduais em km	6.200 km
		Reduzir do nº de acidentes de trânsito nas rodovias estaduais	Nº de acidentes / ano	7.000
		Reduzir do nº de mortes em acidentes de trânsito nas rodovias estaduais	Nº de mortes / ano	200



Área de negócio	Rótulo do objetivo	Descrição do objetivo	Rótulo do indicador	Descrição do indicador
Infraestrutura de Transportes	Evolução das obras	Todas as obras de infraestrutura e mobilidade sejam concluídas dentro do prazo estipulado	Índice de evolução das obras	% de obras concluídas no prazo estipulado % de aditivos de prazos nos contratos
	Programa recuperar	Que todos os serviços aprovados nos planos de trabalho sejam concluídos	Recurso destinado/executado	% serviços concluídos % recurso destinado/executado
	Trafegabilidade das rodovias	Melhorar a trafegabilidade de todas as rodovias estaduais	Índice de trafegabilidade das rodovias	% das rodovias estaduais pavimentadas que estão no índice bom e ótimo de conservação
	Pavimentação de rodovias	Que as rodovias possam ser pavimentadas	Índice de pavimentação das rodovias	% km de rodovias estaduais pavimentadas
	Política ferroviária do Estado	Política ferroviária definida para Santa Catarina com projeto concluído	Índice de participação do modal ferroviário	% de participação do modal ferroviário no Estado de Santa Catarina % de projetos de intermodalidade que abrangem o sistema ferroviário
	Política de transporte de cargas	Política de transporte de cargas definida e em implementação	Índice da política de transporte de cargas	% de carga transportada por cada modal
	Controle de peso nas rodovias	Adotar medidas que auxiliem no controle de peso nas rodovias	Rodovias estaduais monitoradas com pesagem de carga	% de rodovias estaduais estratégicas com monitoramento efetivo
	Arrecadação em áreas de domínio	Ter um melhor aproveitamento das oportunidades de arrecadação nas áreas de faixa domínio	Arrecadação em áreas de domínio	Volume de recursos arrecadados em área de domínio
	Aeroportos	Ampliar a participação do modal aeroviário regional		Capacidade de passageiros nos aeroportos regionais frente a demanda
	Mobilidade	Estruturar programa estadual de mobilidade	Rodovias estaduais com ciclovias	Km de rodovias com ciclovias e ciclofaixas em áreas urbanas
	Projetos de infraestrutura	Que todos os projetos sejam elaborados e executados considerando o desenvolvimento socioeconômico	Projetos com interligações modais	Quantidade de interligações modais que o projeto apresenta
Acidentes de trânsito	Melhorar a trafegabilidade das rodovias estaduais para reduzir os acidentes de trânsito	Redução dos acidentes de trânsito	Total de acidentes acumulados em 12 meses	
Soluções Tecnológicas	Inserção de tecnologia nos projetos	Que todos os projetos sejam contratados considerando modelagem da informação	Projetos contratados com modelagem da informação	% de projetos e contratados com modelagem da informação
Obras Cívicas	Sustentabilidade em obras cívicas	Que todos os projetos sejam modelados e contratados considerando o selo de obra verde	Obras com selo de obra verde	% de execuções com selo de obra verde



## QUADRO DE PESSOAL

### QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

abr/19

Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA)						
Escolaridade	Ativos	Inativos	ACT	Terceirizados(Triângulo)	Comissionados	TOTAL
Analfabeto						
Alfabetizado	20					
Fundamental	111					
Médio	91					
Superior	81					
Especialização	41					
Mestrado	7					
Doutorado	1					
Não Informado		1.444	0	77		
<b>TOTAL</b>	<b>352</b>	<b>1.444</b>		<b>77</b>		<b>1873</b>

Departamento de Transportes e Terminais (DETER)						
Escolaridade	Ativos	Inativos	ACT		Outros	TOTAL
Analfabeto						
Alfabetizado	2					
Fundamental	15					
Médio	39					
Superior	52					
Especialização	-					
Mestrado	-					
Doutorado	-					
Não Informado		123		74		
<b>TOTAL</b>	<b>108</b>	<b>123</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>231</b>

Secretaria de Estado de Infraestrutura (SIE) *						
Escolaridade	Ativos	Inativos	ACT		Outros	TOTAL
Analfabeto	-					
Alfabetizado	-					
Fundamental	20			1		
Médio	116			17		
Superior	51			2		
Especialização	13			1		
Mestrado	-					
Doutorado	-					
Não Informado						
<b>TOTAL</b>	<b>200</b>	<b>34</b>	<b>-</b>	<b>21</b>	<b>-</b>	<b>255</b>

Nota \*: No quadro acima estão incluídos 185 servidores cedidos à SCPAr Porto de São Francisco do Sul + 1 à UDESC e 1 ao IPREV

<b>TOTAL GERAL</b>	<b>660</b>	<b>1601</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2359</b>
--------------------	------------	-------------	----------	----------	----------	-------------

## DIAGNÓSTICO SETORIAL

### Sistema de Mobilidade Rodoviária

A malha rodoviária do Estado de Santa Catarina é composta por rodovias federais, estaduais e municipais, cabendo a administração e gestão destas rodovias aos respectivos Entes da Federação. As rodovias federais integram o Plano Rodoviário Federal e estão sob a responsabilidade da União, sob a jurisdição do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, vinculado ao Ministério dos Transportes. Ao DNIT cabe executar, as políticas de transporte rodoviário formuladas pelo Ministério. No caso das rodovias federais concedidas à iniciativa privada a jurisdição é exercida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, autarquia também vinculada ao Ministério dos Transportes. As rodovias estaduais, integrantes do Plano Rodoviário Estadual, são administradas pela SIE e as rodovias municipais estão sob a jurisdição dos Municípios.

Os primeiros investimentos na infraestrutura rodoviária do Estado começaram a ocorrer com a construção e pavimentação dos eixos rodoviários federais, compostos principalmente pelas rodovias BR-116, BR-470, BR-101, BR-153, BR-280 e BR-282. Nesta configuração de malha rodoviária do Estado, as rodovias federais constituíram os grandes eixos troncais que ligam as diferentes regiões do Estado entre si e com outras regiões do País. Até meados dos anos 1970 a rede de rodovias sob responsabilidade do Estado era praticamente toda constituída por rodovias em revestimento primário. Nas décadas de 70 e 80 iniciou-se uma fase de intenso desenvolvimento da infraestrutura deste setor, promovendo uma significativa expansão da rede de rodovias estaduais pavimentadas, partindo de cerca de 116 km de rodovias em 1974, alcançando atuais 4.880 km da rede rodoviária estadual pavimentada.



## Quadro Resumo da Rede Rodoviária de Santa Catarina

Extensão em km

Jurisdição	Planejada	Não Pavimentada	Pav. Pista Simples	Duplicada	Total Pavimentada	Pav. + Não Pavimentada	Total
Estadual	2.252,3	1.210,2	4.823,8	56,6	4.880,4	6.090,6	8.342,9
Federal	1.213,1	28,1	1.874,0	458,1	2.332,1	2.360,2	3.573,3
Sub-total	3.465,4	1.238,3	6.697,8	514,7	7.212,5	8.450,8	11.916,2
Municipal	37.617,2	51.675,6	1.863,9	-	1.863,9	53.539,5	91.156,7
Total (km)	41.082,6	52.913,9	8.291,7	514,7	9.076,4	61.990,3	103.072,9

Fonte: Sistema Rodoviário Estado de SC – Nov/2018

A malha rodoviária do Estado de Santa Catarina é constituída por um conjunto de rodovias de vários tipos, sob várias jurisdições, de diferentes categorias e com volumes de circulação diferentes, cobre todo o território do Estado e fornece razoável acessibilidade a todos os aglomerados populacionais e Municípios. Ainda compõem a malha rodoviária mais alguns milhares de quilômetros de rodovias municipais de baixo tráfego ou caminhos vicinais que objetivam permitir acesso a pequenos aglomerados, zonas de produção com reduzida dimensão e fazendas ou propriedades isoladas. Para entendermos melhor a necessidade de preservação e de investimentos realizados ao longo dos anos, é essencial informar o valor da malha rodoviária catarinense. O valor patrimonial estimado da malha é de R\$ 30 bilhões, separando por jurisdição exercida teríamos cerca de R\$ 12 bilhões para as rodovias sob a jurisdição da União e R\$ 18 bilhões para as rodovias de responsabilidade do Estado.

Entre as principais rotas da malha rodoviária destacam-se:

BR-101: Norte/Sul Litoral; BR-116: Norte/Sul Planalto; BR-153: Norte/Sul Central; BR-158/ BR-163/SC-163: Norte/Sul Extremo Oeste; BR-280: Leste/Oeste Norte; BR-282: Leste/Oeste Central; BR-470: Litoral/ Interior do Estado/Divisa RS; SC-108/SC-486: Norte/Sul Litoral Centro; SC-155/SC-480: Norte/Sul Meio Oeste; SC-285: Litoral Sul/Divisa RS.

Nos últimos anos para adequar a sua infraestrutura rodoviária à demanda por transportes o Estado passou a contar com o apoio financeiro, por meio de programas de financiamento, das seguintes entidades de fomento: BID, BIRD, CAF, BNDES e Banco do Brasil. A obtenção de recursos por meio destas operações de crédito possibilitou o desenvolvimento de programas destinados à expansão da malha rodoviária pavimentada, à reabilitação de rodovias importantes, à eliminação de pontos críticos nas rodovias e ao aumento da segurança rodoviária, além do apoio institucional para uma melhor administração rodoviária. Importante destacar o aspecto da acessibilidade, meta alcançada no ano 2014 de pelo menos 1 (um) acesso pavimentado a cada um dos 295 Municípios catarinenses.

No âmbito da mobilidade do transporte rodoviário os investimentos nesta infraestrutura permitirão ao Estado maiores condições para o desenvolvimento econômico e social, mediante os seguintes objetivos:

- Melhorias nas condições de acessibilidade para a população;
- Melhorias das condições de segurança ambiental e segurança ao tráfego de pessoas e cargas;
- Diminuição dos custos de transporte nas rodovias estaduais, com a redução dos custos de operação e tempo de viagem;
- Melhoria das condições físicas e operacionais da infraestrutura rodoviária catarinense.

A malha rodoviária é constituída por um conjunto de rodovias de vários tipos, devendo haver uma hierarquia entre elas, de forma a permitir a melhor funcionalidade da malha. No Plano Diretor Rodoviário do Estado as rodovias foram divididas em três classes:

- Rodovias Primárias: são as que permitem maior mobilidade, permitindo a circulação de maiores volumes de tráfego, com velocidades altas;
- Rodovias Secundárias: são denominadas também rodovias coletoras, dão acesso as cidades de médio porte, apresentando uma boa mobilidade, com razoáveis volumes de tráfego e permitem uma velocidade relativamente aceitável;
- Rodovias Terciárias: são as rodovias de acesso a localidades de menor dimensão, escoam pequenos volumes de tráfego e só permitem velocidades baixas.

Neste sentido, constitui-se um aspecto de importante intervenção as travessias urbanas de rodovias primárias ou secundárias, algumas delas sem período de transição ou sinalização física, em que o tráfego de longa distância, ou tráfego de passagem, é obrigado a entrar em Cidades. Assim, mistura-se ao tráfego urbano da própria cidade, sem que os condutores estejam preparados para isso e, por vezes, sem que tenha a sua disposição sinalização auxiliar adequada para a identificação da rota desejada. As facilidades urbanas existentes, como rede de abastecimento de água, tratamento de esgoto e o próprio pavimento das vias urbanas são frequentemente comprometidas pelo tráfego de veículos de passagem, principalmente os veículos de carga mais pesados. Este aspecto constitui um alerta para os projetos e construção dos contornos em Cidades de maior dimensão e com estrutura viária urbana mais complicada. As informações de tráfego permitem termos uma ideia nítida da carga de tráfego nos principais segmentos da malha rodoviária do Estado.

A demanda de tráfego em 2019 foi identificada por meio dos sistemas gerenciais em operação no antigo DEINFRA atual SIE e o resultado, obtido em Volume Total de Veículos na Malha – VMDA. Os maiores VMDAs na malha rodoviária catarinense em 2019 verificaram-se em algumas rodovias em Florianópolis, na BR-101, BR-470, BR-282, BR-280 e em algumas rodovias estaduais, como a SC-108, principalmente nos trechos urbanos de acesso às maiores Cidades. Os valores estimados para 2019 superam os 50 mil veículos/dia em vários segmentos da BR-101, BR-282 (Via Expressa), 64 mil veículos/dia na SC-401, 35 mil veículos/dia na SC-404, 18 mil veículos/dia na BR-280, 16 mil veículos/dia nos acessos a Blumenau e Gaspar e 20 mil veículos/dia no acesso a Criciúma. Segmentos da BR-282 nas proximidades entre Xanxerê e Chapecó também registram volumes de tráfego elevados, que indicam a necessidade de ampliação de capacidade das rodovias.

Verifica-se um percentual elevado de veículos pesados em muitos segmentos da malha rodoviária de Santa Catarina. Este percentual elevado é bem característico do Brasil e diverge muito daqueles observados em países mais desenvolvidos. Por exemplo, na Europa esses indicadores raramente ultrapassam 18%, enquanto na malha rodoviária de Santa Catarina são observados percentuais em torno de 60% na BR-153 e valores acima de 40% em vários outros trechos. Trechos de 1 km ou mais de extensão que possuem elevados percentuais de participação de veículos pesados apontam a necessidade de realização de estudos mais detalhados, visando à construção de segmentos com terceiras faixas. Observa-se ainda várias rodovias em revestimento primário, que possuem alta demanda de tráfego.

Um aspecto importante de uma malha rodoviária é sua capacidade de resposta à demanda de tráfego. Para avaliar esta capacidade são utilizados níveis de serviços que vão de A a F, que são definidos com base nos fluxos de tráfego de cada trecho. O nível A é aquele em que o fluxo circula de forma livre no trecho e o nível F é aquele em que o trecho se encontra saturado, com congestionamentos frequentes e graves. Com a aplicação de modelos de gerenciamento em operação no antigo DEINFRA (atual SIE) verifica-se que em geral a malha responde bem à demanda, com a maioria dos trechos nos níveis A e B. Níveis de D a F encontrados na BR-101 foram ou estão em vias de serem amenizados com a duplicação e com a construção de vias marginais nos segmentos mais críticos. Os níveis D a F apresentados na BR-470, principalmente nas regiões de Itajaí e Blumenau serão resolvidos com o aumento da capacidade da BR-470, atualmente em obras. Os níveis E e F que são verificados em trechos da SC-401 e outros na Ilha de Santa Catarina precisarão ser analisados para verificar-se a melhor forma de resolvê-los.

Indica-se que quando os níveis de serviços forem iguais ou mais críticos que C devam ser iniciados estudos e, se confirmada necessidade, a elaboração de projetos de engenharia para posterior pavimentação e/ou ampliação de capacidade dos trechos. Para termos uma ideia da situação da malha rodoviária do Estado de Santa Catarina em relação a outros Estados e a outros países, calculam-se os principais indicadores utilizados para definir o *benchmarking* de malhas rodoviárias. Esses indicadores são densidades expressas no número de quilômetros de uma malha rodoviária por quilômetro quadrado e o número de quilômetros por mil habitantes.

Observa-se que, em relação aos Estados vizinhos e aos países da América do Sul, os indicadores de Santa Catarina apresentam valores semelhantes, com exceção da densidade por mil habitantes observada no Uruguai, já que este País tem uma baixa população. Quando comparados aos países do continente Europeu os valores são mais díspares, uma vez que as extensões de suas malhas rodoviárias são mais elevadas.

Na tabela a seguir apresentam-se os indicadores de densidades atuais da malha rodoviária pavimentada do Estado em comparação aos Estados vizinhos e alguns países com nível de desenvolvimento similar.

**Tabela 1 – Densidade de Malha Rodoviária**

Estado/País	Área (km <sup>2</sup> )	População (Hab. 10 <sup>3</sup> )	Malha Pavimentada (km)	Densidade (km/km <sup>2</sup> )	Densidade (km/1000 Hab)
Santa Catarina	95.738	7.075	7.212	0,075	1,019
Rio Grande Sul	281.700	11.330	13.555	0,048	1,196
Paraná	199.314	11.349	14.139	0,071	1,246
Argentina	2.791.810	45.018	73.575	0,026	1,634
Paraguai	406.752	7.153	6.768	0,017	0,946
Uruguai	176.200	3.460	8.698	0,049	2,514
Chile	756.626	18.056	20.319	0,027	1,125
Equador	256.370	16.783	6.472	0,025	0,386
Hungria	93.030	9.788	76.164	0,819	7,781
Romênia	238.391	19.584	71.154	0,298	3,633

Fonte: IBGE, DNIT (SNV), DEINFRA, Banco Mundial

### Sistema de Mobilidade Ferroviária

As ferrovias estão sob a jurisdição da União exercida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura – DNIT, vinculado ao Ministério da Infraestrutura, a quem compete implementar a política de infraestrutura do sistema ferroviário nacional, compreendendo sua operação, manutenção, restauração, adequação de capacidade e ampliação mediante construção de novas vias e terminais. Atualmente as ferrovias outorgadas em concessão à iniciativa privada estão sob a jurisdição da União exercida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, autarquia também vinculada ao Ministério da Infraestrutura. No Estado compete à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade desenvolver as atividades relacionadas com o planejamento, a formulação e a normatização de políticas, programas e projetos do sistema ferroviário, bem como sua execução.

O Estado de Santa Catarina possui 1.349 km de ferrovias implantadas, entretanto, apenas 747 km estão em atividade. As ferrovias no Estado são geridas por duas concessionárias, a América Latina Logística S.A. – ALL, atualmente operada pela Rumo Logística Operadora Multimodal S.A., pertencente ao grupo Cosan S.A., que é responsável por 1.201 km, dos quais somente 583 km estão em operação, sub-trechos: Mafra/ São Francisco do Sul (porto) e Mafra/Divisa com Rio Grande do Sul (via Lages), e a Ferrovia Tereza Cristina – FTC, operando 164 km que ligam a região carbonífera e cerâmicas do sul do Estado ao Porto de Imbituba. Mesmo considerando o crescimento que ocorre na malha rodoviária que atende o Estado de Santa Catarina, sua complementariedade a outros modais de transporte, no caso do ferroviário, ainda é muito incipiente, fato este que reforça a necessidade de realização de investimentos na ampliação dos ramais existentes e na abertura de outros.

Nos últimos anos o Estado por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura articula-se com o Governo Federal com o objetivo de viabilizar os investimentos necessários à otimização deste sistema de transportes. Para isto foram realizados estudos que apresentaram viabilidade para implantação de dois importantes ramais, sendo a Ferrovia Litorânea e a Ferrovia do Frango ou Corredor Ferroviário de Santa Catarina (Ferrovia Leste/Oeste). A Ferrovia Litorânea – EF-451, que está em fase de elaboração do projeto de engenharia, possui traçado que interligará os portos catarinenses, com início em Imbituba até sua conexão à ferrovia EF-485, em Araquari, trecho que abrangerá uma extensão de 235 km. Sua implantação interligará os portos de Santa Catarina e integrará a rede FTC com a rede ferroviária nacional. Sua linha diretriz projetada para atender à região mais povoada e de maior densidade de cargas de SC constitui parte do corredor de transporte Norte-Sul/Sul-Norte estadual. Esta ferrovia garantirá a eficácia da logística para o transporte catarinense quando exercer a função de alimentadora intermodal e completar o elo da cadeia logística (rodovia, ferrovia, porto). Também possibilitará o deslocamento de grandes quantidades de cargas, pela conexão entre portos e a malha ferroviária nacional, por meio da ferrovia São Francisco do Sul – Mafra (EF-485) e ferrovia de Integração (Corredor Ferroviário de SC, EF-280). Já a Ferrovia do Frango – EF-487 interligará o Porto de Itajaí ao Município de Dionísio Cerqueira, passando por Chapecó, cuja extensão atingirá 622 km, está em



andamento a elaboração do projeto de engenharia da mesma e foi lançado, pelo Governo Federal, através da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. o edital para contratação de empresa especializada para elaboração do estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental. Será também o corredor de alimentação da indústria do agronegócio, localizada no Oeste Catarinense e deverá cruzar as ferrovias EF-116 no Planalto Serrano e EF-153 no Meio Oeste Catarinense.

Relevante também destacar que se encontra em fase de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental dos segmentos de Estrela d' Oeste/SP a Chapecó/SC e de Chapecó/SC a Rio Grande/RS trechos integrantes do prolongamento da Ferrovia Norte-Sul. Outra importante integração seria a implantação da interligação dos sub-trechos: Mafra/ São Francisco do Sul (porto) e Curitiba/ Paranaguá, aumentando em muito a capacidade de transporte pelo funcionamento como binário na travessia da Serra, e conseqüentemente potencializando os portos Catarinenses. É essencial a articulação do Estado junto ao Governo Federal para viabilizar os investimentos necessários à expansão e melhorias do sistema ferroviário em Santa Catarina, bem como a inclusão de ações com objetivo de promover estudos para a elaboração, e organização do Plano Diretor Ferroviário Estadual.

### **Sistema de Mobilidade Aeroviário**

Compete à União, por meio do Ministério da Infraestrutura a formulação, coordenação e supervisão das ações voltadas para o desenvolvimento estratégico do setor da aviação civil e da infraestrutura aeroportuária Brasileira. No Estado de Santa Catarina compete à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade desenvolver as atividades relacionadas com o planejamento, a formulação e a normatização de políticas, programas e projetos do sistema aeroviário e a execução física destas políticas.

O sistema aeroviário do Estado de Santa Catarina está composto por 43 aeródromos, sendo 20 aeródromos privados e 23 aeroportos públicos. O aeroporto de Florianópolis (aeroporto Hercílio Luz) já está concedido à iniciativa privada (Floripa Airport) e 3 (três) estão sob a responsabilidade da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO: Navegantes, Joinville e Regional do Planalto Serrano (em fase de homologação), sendo que o planejamento, a expansão e o investimento nestes aeroportos competem àquelas empresas. Outros 17 aeródromos públicos são administrados pelos municípios, por meio de convênios. Os aeroportos de Jaguaruna e Forquilha são administrados por empresas contratadas pelo Governo do Estado. Nos últimos anos a Secretaria de Estado de Infraestrutura vem realizando ações para o desenvolvimento dos aeroportos catarinenses, como a homologação do novo aeroporto Regional do Planalto Serrano em Correia Pinto e melhorias no aeroporto de Caçador.

Na última década o setor de aviação vivencia um grande crescimento em sua escala de utilização. Nos últimos três anos foram realizados, em média, 94 mil voos de/para o Estado de Santa Catarina, alcançando 6,8 milhões de passageiros transportados em 2018 nos voos domésticos e internacionais, representando um incremento de 14,08% quando comparado ao ano de 2016. O transporte de cargas movimentou aproximadamente 13,2 milhões de toneladas no mesmo exercício, representando crescimento de mais de 60%, quando comparado ao mesmo ano de 2016. Com o aumento da demanda pelos serviços de transporte aeroviário no Brasil, cresce a necessidade de realizar novos investimentos para assegurar a qualidade do atendimento aos usuários. Para fazer frente a essa necessidade de investimentos o Governo Federal optou por firmar parcerias com a iniciativa privada, por meio de concessões, para viabilizar a ampliação e aperfeiçoamento da infraestrutura aeroportuária brasileira, promovendo melhorias no atendimento e nos níveis de qualidade dos serviços prestados aos usuários do transporte aéreo. Atualmente o transporte aéreo regional exerce um papel de destaque no transporte aéreo nacional, pois promove a ligação entre diversas localidades e a integração entre as diversas regiões, o que contribui como fator de desenvolvimento para as Cidades do interior do Estado.

A importância da localização dos aeroportos do Estado e das configurações de suas vias de acesso para a economia regional pode ser melhor entendida quantificando-se parâmetros socioeconômicos, como valores do PIB e número de habitantes, dos Municípios compreendidos na região de influência de onde o aeroporto está instalado. Levando em conta estes parâmetros, constata-se que os principais aeroportos catarinenses estão localizados nas regiões que compreendem a maior concentração regional de produção e consumo de riquezas, e também nas regiões com maiores concentrações populacionais no Estado. A evolução do sistema aeroviário regional tem sofrido restrições em virtude da inexistência de infraestrutura aeroportuária e aeronáutica adequada. Ainda existem aeródromos que não oferecem condições para operação segura e econômica das aeronaves.



A capacidade de instalações aeroportuárias é avaliada em função de 3 dos principais sistemas operacionais que compõem um aeroporto, que são: sistemas de pista de pouso-pátio, terminais de passageiros e terminais de cargas. Na tabela a seguir é apresentada a avaliação destes sistemas nos principais aeroportos do Estado de Santa Catarina:

**Tabela 2 – Capacidade das Instalações Aeroportuárias**

AEROPORTO	ACESSOS RODOVIÁRIOS AO AEROPORTO	CAPACIDADE		
		SISTEMA PISTA/PÁTIO (ACN)	TERMINAL DE PASSAGEIROS	TERMINAL DE CARGAS
Caçador	Adequado p/ o tráfego local	25	Adequada p/ tráfego local	-
Chapecó	Capacidade insuficiente	45	Capacidade insuficiente	-
Concórdia	Adequado p/ o tráfego local	12	Adequada p/ tráfego local	-
Florianópolis	Capacidade insuficiente (novo acesso em obras de duplicação)	48	Capacidade insuficiente (em ampliação pela Floripa Airport)	Adequada p/ Exportação e Importação
Forquilha	Adequado p/ o tráfego local	22	Adequada p/ tráfego local	-
Jaguaruna	Adequado	57	Adequado	-
Joaçaba	Adequado p/ o tráfego local	10	Adequada p/ tráfego local	-
Joinville	Capacidade insuficiente	33	Capacidade insuficiente	Adequada p/ Exportação e Importação
Lages/Correia Pinto	Adequado p/ o tráfego local	17	Adequada p/ tráfego local	-
Navegantes	Capacidade insuficiente	33	Capacidade insuficiente	Adequada p/ Exportação e Importação
São Miguel do Oeste	Adequado p/ o tráfego local	11	Adequada p/ tráfego local	-
Três Barras	Adequado p/ o tráfego local	-	Adequada p/ tráfego local	-
Videira	Adequado p/ o tráfego local	8	Adequada p/ tráfego local	-

Fonte: elaboração APPE

Verifica-se a necessidade de aportes de investimentos no setor aeroviário visando intervenções para melhoria e ampliação do transporte aéreo no Estado, além da necessidade de manutenção das instalações aeroportuárias existentes. Outra característica importante para a aceitação do aeroporto por seus usuários é o tempo de viagem por eles gasto entre os seus pontos de origem ou destino e o acesso ao aeroporto. É desejável que os acessos aos aeroportos permitam aos usuários realizar deslocamentos com tempos de viagem aceitáveis, velocidades operacionais desejadas, economicamente aceitáveis, ambientalmente corretas e seguras desde a sua origem até o aeroporto e do aeroporto até seu destino final. Todos os acessos aos aeroportos públicos de Santa Catarina encontram-se pavimentados, porém vários tem acessos rodoviários que são verdadeiras travessias urbanas, situação está que eleva a insegurança e os custos de transporte de cargas e pessoas. As soluções nestes acessos passam pela ampliação da capacidade de transporte por meio de binários (parcial ou total), ampliação do número de faixas de tráfego ou solução de maior porte com a construção de novos acessos rodoviários às instalações aeroportuárias, como é o caso da construção do acesso por via duplicada ao novo terminal de passageiros do aeroporto Hercílio Luz em Florianópolis, cujas obras tanto do novo terminal como do novo acesso prevê-se serem concluídas ainda em 2019.



## Sistema de Mobilidade Hidroviária e Sistema Portuário

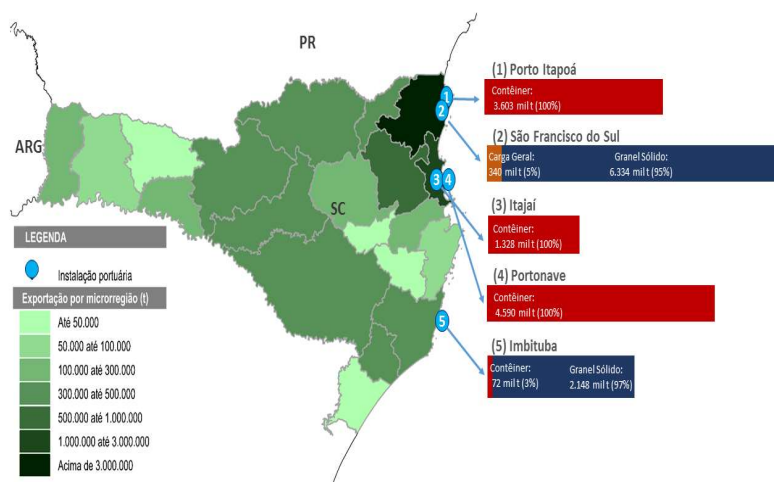
Em relação à infraestrutura do transporte aquaviário, destacar-se a diversidade geográfica e vocacional dos portos catarinenses: Itajaí, Navegantes (Portonave) e Itapoá são predominantemente de contêineres; São Francisco do Sul é principalmente movimentador de grânéis; Imbituba é multiproduto e Laguna, pesqueiro. Esses portos, cada um com características físicas e geográficas exclusivas e com gestão operacional diferenciadas, estão estrategicamente distribuídos pelos 561,4 quilômetros da costa catarinense. A tabela a seguir apresenta a movimentação dos principais portos de Santa Catarina, em toneladas, nos últimos anos.

**Tabela - Movimentação Total dos Portos de Santa Catarina (em ton) – 2011 a 2017**

PORTO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
São Francisco do Sul	17.813	19.457	23.229	23.144	23.731	17.881	20.810
Portonave – Terminais Portuários de Navegantes	11.452	11.841	15.139	15.699	15.171	19.301	17.561
Porto Itapoá Terminais Portuários	881	6.264	11.291	11.044	12.589	12.593	13.754
Imbituba	4.493	3.974	4.880	6.618	6.582	9.501	8.924
Itajaí	8.708	7.826	8.222	7.625	6.174	3.658	4.156

Fonte: PDSC 2030 a partir dos dados da ANTAQ (2017)

Considerando a movimentação total dos portos de Santa Catarina, a liderança ainda é de São Francisco do Sul (32 % do total do Estado em 2017) – dados os expressivos carregamentos de soja, milho e fertilizantes – registrando-se o rápido crescimento dos portos de Navegantes (26,9% do total) e Itapoá (21,1% do total).



O mapa ilustra a localização dos 5 principais portos catarinenses, destacando a especialização dos portos e a movimentação (em ton) de cargas de exportação. Fica evidente a grande relevância das microrregiões do nordeste do Estado (Joinville, Itajaí e Blumenau) – devido principalmente às exportações de bens manufaturados (em contêineres) – e também da zona central do Estado (microrregiões de São Bento do Sul, Canoinhas, Joaçaba, Curitibaanos, Campos de Lages, Tubarão e Criciúma), em que as exportações têm uma maior participação de grânéis.

Exportações de Santa Catarina por microrregião (em ton.) – 2017. Fonte: PDSC - 2030

Os portos nada mais são do que instrumentos de comércio exterior, na movimentação de cargas e mercadorias na interface terra/mar/terra, nas operações de exportação e importação e ainda no atendimento aos navios, com oferta de infraestrutura compatível com as necessidades do mercado mundial. Os padrões de qualidade, segurança, eficiência, eficácia, e modicidade de preços, exigem da atividade portuária uma contínua melhoria e adequação a este mercado concorrente e globalizado.

Dentro desse cenário é que as ferramentas do planejamento e controle, empregada de forma científica e metodológica poderão fortalecer o presente na busca de um futuro promissor para os portos e as regiões e comunidades onde se inserem, contribuindo para a geração de postos de trabalho, impostos e renda para todos aqueles que de forma direta ou indireta, se utilizam dos portos no seu cotidiano de atuação.

## Sistema de Transporte Intermunicipal

O sistema de transporte intermunicipal operado através da SIE é responsável direto pela movimentação de 79 milhões de passageiros em 2018, atendidos por 1.085 linhas regulares de transporte intermunicipal, onde operam 1.388 empresas registradas, cuja frota abrange cerca de 6.500 veículos cadastrados (ônibus, micro-ônibus e vans). Do rol de empresas registradas, 82 operam mediante a concessão de linhas e serviços regulares, enquanto que as demais exercem serviços do caráter de fretamentos e de viagens especiais. Um dos mais importantes instrumentos de apoio a movimentação de passageiros é o Terminal Rodoviário Rita Maria, localizado em Florianópolis. Sob a responsabilidade deste terminal encontram-se: gestão da permissão de operação de 21 agências de passagens; concessão de 24 espaços comerciais, 5 salas VIP e 6 salas ocupadas por órgãos públicos; operações envolvendo o embarque e desembarque de mais de 2,05 milhões de passageiros em 2018 e; acesso de 240 mil veículos a estacionamentos integrantes do seu aparato físico.

Ainda fazendo parte do rol de serviços oferecidos à população catarinense no âmbito das operações deste sistema, cita-se àquele relacionado à movimentação de passageiros e de veículos por via hidroviária, abrangendo 9 serviços de travessias de navegação, destacando-se as travessias Vigoreli a Gibraltar, situadas na região entre Joinville e São Francisco do Sul, a travessia entre as cidades de Itajaí e Navegantes, operada por equipamento tipo Ferry Boat e a travessia entre Itajaí e Machados. No que tange às travessias do município de Itajaí, o Estado subsidia a transposição efetuada por pedestres, motocicletas e bicicletas mediante a distribuição de passes no âmbito do Programa intitulado "Passe Livre nas Travessias".

## Obras Civas e Hidráulicas

As obras civis e hidráulicas, desde o planejamento até a execução e entrega para a sociedade catarinense tem sido um desafio ao gestor público, com prazos sendo dilatados e valores de contratos sendo aditivados. A proposta da SIE é modernizar os processos de planejamento, execução e manutenção das obras futuras e aquelas em uso, buscando atingir efetivamente a meta definida no prazo estipulado e custo orçado. Com as manutenções ocorrendo efetivamente, os custos de reforma serão diminuídos. As obras hidráulicas, especificamente as barragens de contenção de cheias do Vale do Rio Itajaí, terão como objetivo estarem em condições ótimas de segurança e operacionalidade. As barragens remanescentes, juntamente com a estrutura de controle do Rio Itajaí Mirim, previstas no Plano de Controle de Cheias do Vale do Itajaí (elaborado pela JICA) serão implantadas. Serão mantidas as condições de segurança e operacionalidade, bem como implantada a gestão das barragens do Rio Leão e Rio Bonito, que objetivam o armazenamento de água para a agricultura no sul do Estado. Ainda fazendo parte das obras hidráulicas a serem desenvolvidas, pode-se destacar:

- A construção de estruturas de controle da intrusão salina em rios cuja água é utilizada para irrigação de lavouras;
- Promover estudos e projetos de estruturas hidráulicas de uso múltiplo, como controle de cheias, abastecimento e geração de energia;
- Proteger margens de rios e canais;
- Dessassorear leito de rios e canais;
- Estabilizar a foz de rios junto ao mar;
- Promover estudos de engordamento de praias.

As ações elencadas têm como público alvo toda a sociedade catarinense e buscam a melhoria da economia dos Municípios e do Estado.

## SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SUDERF



Compete à SUDERF promover, elaborar, fazer cumprir e controlar o planejamento integrado do desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis – RMF; promover, coordenar e elaborar estudos, projetos, programas e ações, harmonizados com os objetivos da RMF, sendo: I – o planejamento regional voltado para o desenvolvimento sustentável, equilibrado e integrado da região, buscando a constante melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população nela compreendida; II – a cooperação entre diferentes níveis de governo, mediante descentralização de recursos, bem como a articulação e integração dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta com atuação na RMF, com vistas ao aproveitamento máximo dos recursos públicos a ela destinados; III – a utilização racional do

território e dos recursos naturais e culturais, com respeito ao meio ambiente, à sua sustentabilidade e às suas peculiaridades; IV – a integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum dos entes políticos que constituem a RMF; e V – a redução das desigualdades regionais e a melhoria das condições de habitação.

Nesse sentido, são consideradas funções públicas de interesse comum: I – o planejamento integrado para o desenvolvimento regional, de acordo com a política urbana e as diretrizes estabelecidas no Estatuto das Cidades; II – a prestação integrada dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros, mobilidade urbana e saneamento básico, compreendidos neste o abastecimento de água, a coleta e o tratamento de esgoto sanitário, o manejo de resíduos sólidos e a drenagem de águas pluviais, observadas as políticas nacionais previstas em Lei; III – o exercício do poder de polícia administrativa para: a) a preservação ambiental; b) o controle do uso e da ocupação do solo; e c) a definição e a execução do sistema viário intrarregional; e IV – a utilização de incentivos técnicos, financeiros e fiscais para o estímulo da atividade econômica.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** promover o desenvolvimento sustentável da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, coordenando o planejamento e a execução de forma integradas dos serviços de interesse comum da região.

**VISÃO:** ser um órgão de referência em planejamento e execução integrada de funções públicas na Região Metropolitana.

**VALORES:** respeito ao Meio Ambiente, Melhoria da qualidade de vida da população, eficiência e racionalização das ações entre diferentes níveis de governo e Mobilidade Sustentável.

### OBJETIVOS E INDICADORES

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Infraestrutura e Mobilidade	Mobilidade Urbana	Integrar os sistemas municipais e aprimorar o serviço de transporte público metropolitano	Municípios integrados ao sistema metropolitano de transporte	8 Municípios
		Integrar os sistemas municipais e aprimorar o serviço de transporte público metropolitano.	Concessão da operação do sistema integrado	100% da operação do sistema
		Fornecer diretrizes para o desenvolvimento sustentável, equilibrado e integrado da região, buscando a constante melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população nela compreendida	Municípios integrados ao planejamento metropolitano	9 Municípios
	Infraestrutura	Promover a melhoria das condições de infraestrutura do transporte público metropolitano	Número de terminais e infraestruturas de integração	4 terminais de integração

## DIAGNÓSTICO SETORIAL

O Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015) estabelece como função pública de interesse comum a atividade ou o serviço cuja realização por parte de um Município isoladamente seja inviável ou cause impacto nos outros Municípios integrantes de uma região metropolitana. À luz deste estatuto, a Lei Complementar Estadual nº 636/2014 instituiu a Região Metropolitana da Grande Florianópolis – RMF e criou a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis – SUDERF, órgão responsável pela gestão compartilhada entre o Estado e os Municípios na integração, planejamento e execução de serviços públicos de interesse comum nas áreas de Gestão do Transporte, Meio Ambiente, Saneamento e Planejamento Territorial. Nesse sentido, foi desenvolvido o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis – PLAMUS, que definiu como ação prioritária a reestruturação integrada do transporte coletivo da RMF, para torná-lo o eixo estruturador da mobilidade urbana regional e indutor do desenvolvimento urbano integrado às políticas setoriais de saneamento básico, habitação, planejamento e gestão do uso do solo.

MUNICÍPIOS DA RMF	POPULAÇÃO (2017)	PIB PER CAPITA (2015)
Florianópolis	485.838	39.678,10
São José	239.718	43.282,99
Palhoça	164.926	32.162,85
Biguaçu	66.558	22.532,31
Águas Mornas	6.298	22.355,80
Antônio Carlos	8.3276	9.775,77
Governador Celso Ramos	14.229	17.326,39
Santo Amaro da Imperatriz	22.609	29.873,90
São Pedro de Alcântara	5.602	12.710,09

População RMF (2017): 1.014.105 habitantes

## SC Participações e Parceiras S.A. - SCPAR



A SC Participações e Parcerias S. A., constituída em 2005 sob forma de Sociedade Anônima de Economia Mista, na forma de capital fechado e vinculada ao gabinete do Governador do Estado, tem capital social autorizado no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), tem por objeto principal: promover a geração de investimentos no Território Catarinense; comprar e vender participações acionárias, podendo constituir empresas com ou sem propósito específico, firmar parcerias e participar do capital de empresas públicas ou privadas; desenvolver e gerenciar programas e projetos estratégicos de Governo.

## IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** prover soluções para a excelência da gestão de ativos públicos no território catarinense por meio de desestatizações, gestão portuária e desenvolvimento de negócios.

**VISÃO:** transformar Santa Catarina em um Estado modelo na gestão de ativos públicos.

**VALORES:** Excelência nos serviços; Zelo pelos ativos públicos; Foco em resultados; Valorização dos colaboradores; Gestão transparente.



## DIAGNÓSTICO SETORIAL

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
Desenvolvimento Econômico Sustentável	Serviços	Tornar a empresa superavitária
		Reduzir o ciclo financeiro das operações
		Dar publicidade e fortalecer a marca SCPAR
		Atuar em novos nichos de mercado
		Consolidar a atuação nas áreas de negócio
		Aumentar a capacidade operacional
		Estruturar controle e acompanhamento dos ativos e subsidiárias da empresa
		Aperfeiçoar e padronizar processos internos
		Expandir o uso de soluções de TI nos processos
		Desenvolver e ampliar competências
		Promover a satisfação dos colaboradores e ambiente de trabalho favorável
Institucionalizar a cultura de governança corporativa e gestão de riscos		

## QUADRO DE PESSOAL

Carreiras	Ativos
Agente Jurídico	4
Agente de Negócios	3
Agente Técnico	1
Agente Administrativo	3
Analista Técnico Financeiro	1
Administrativo	2
TOTAL	14

Cargos Comissionados	Ativos
Diretor	5
Assessor	4
Secretário Executivo de Assuntos Portuários	1
Secretário Executivo de Participações	1
Secretário Executivo de Assuntos Institucionais	1
Secretária Executiva do Gabinete da Presidência	1
TOTAL	13

## DIAGNÓSTICO SETORIAL

A SCPar possui um mercado de atuação diversificado, podendo ser dividido em dois grandes grupos: a) Infraestrutura e Logística; b) Mercado financeiro.

No mercado de infraestrutura e logística a SCPar atuou nos últimos quatro anos gerenciando a sua subsidiária integral denominada SCPar Porto de Imbituba S.A. e a partir de 2018 o Porto de São Francisco do Sul, por meio de outra subsidiária integral, sendo essa denominada SCPar Porto de São Francisco do Sul S/A. A atuação da SCPar neste setor visa agregar valor na área de Logística Portuária para o Estado de Santa Catarina, especialmente da Região Sul. Ainda no mercado de infraestrutura e logística a SCPar atuou apoiando e estruturando projetos estratégicos de interesse do Estado de Santa Catarina, fornecendo suporte técnico à Secretaria de Estado de Planejamento no programa estadual de concessões e Parcerias Público-Privadas – PPPs. Este mercado é sazonal e depende da demanda do Estado, através das suas secretarias, autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista. Há demandas latentes para estruturação de projetos de concessões de rodovias, hospitais, sistemas prisionais e equipamentos turísticos/eventos.

No Mercado Financeiro a SCPar atua capitalizando empreendimentos públicos ou privados, seja através de participação acionária direta, fundos de investimento, ou ainda outras modalidades de capitalização que não sejam financiamentos regulados pelo Banco Central. Neste mercado a SCPar fornece opção alternativa ao financiamento bancário, como forma de capitalizar empreendimentos públicos ou privados. Os atores competidores deste mercado incluem o sistema bancário, agências de fomento, fundos públicos e privados nacionais e internacionais, que podem ser tratados também como parceiros, dependendo da estratégia adotada pela companhia.

## SCPar Porto de Imbituba



SCPar Porto de Imbituba – Empresa Pública do Estado de Santa Catarina – integralmente controlada pela SC Participações e Parcerias. O Porto de Imbituba está localizado no Sul do Estado de Santa Catarina, a 90 km de Florianópolis. É o porto com maior profundidade entre os portos públicos da Região Sul do Brasil e oferece também uma das melhores condições navegáveis do País. Situa-se em uma enseada de mar aberto e é protegido por um molhe de 850 m. O Porto de Imbituba proporciona manobras de atracação e desatracação rápidas e seguras. É capaz de atender embarcações com até 14,5 metros de calado e possui capacidade de transportar até 9.600 TEU ou 80 mil toneladas de granéis. Além das condições marítimas diferenciadas, os demais modais de acesso logístico também são fatores de destaque.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** ser um porto multipropósito ambientalmente sustentável, reconhecido pela qualidade no atendimento aos usuários e eficiência na administração.

**VISÃO:** ser o porto mais ágil e competitivo do sul do Brasil.

**VALORES:** Confiabilidade e eficiência operacional; Integração com a sociedade e comunidade portuária; Indutor de desenvolvimento regional; Transparência na gestão; Foco no cliente; Responsabilidade ambiental; Valorização do capital humano.

### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta
Promover o Desenvolvimento de Competências	Nº colaboradores capacitados	60%
	Índice de avaliação de desempenho	70%
Desenvolver um ambiente de Trabalho Favorável	Índice de satisfação do colaborador	70%
	% de rotatividade	3%
	Nº de afastamentos por licença médica	0
Consolidar Relacionamento com a Comunidade	Nº de visitas institucionais	30
	% de atendimentos via ouvidoria	100%
	Nº de campanhas realizadas	6
Garantir o Cumprimento das Normas Internacionais de Segurança Portuária (ISPS - Code)	Nº de ocorrências solucionadas	100%
	Nº de não conformidades graves com o ISPS-CODE	0
	Nº Ocorrência de ilícitos penais tipificados no ISPS-CODE	0
Prover Soluções em Tecnologia da Informação	% de chamados de nível I atendidos no prazo de 48 horas	80%
	% de chamados de nível II atendidos no prazo de 8 horas	90%
	% de chamados de nível III atendidos no prazo de 4 horas	100%
	% de sistemas de T.I. integrados	80%
	% de estrutura física (hardware) e lógica (software) de TI qualificada/melhorada em relação ao previsto	80%
Realizar Operações de Forma Contínua	Índice de ocupações dos berços	70%
	Índice de ocupação do berço 1	70%
	Índice de ocupação do berço 2	70%
	Índice de ocupação do berço 3	70%
	% do cumprimento mínimo das pranchas	100%



<b>Objetivo Estratégico</b>	<b>Indicador</b>	<b>Meta</b>
Realizar Arrendamentos	Nº de novas áreas arrendadas	3
Desenvolver Estrutura de Retroárea	Nº de áreas incorporadas	3
Alcançar Excelência na Gestão	% Implantação do PE	90%
	% do total geral de metas atingidas	80%
	% de melhorias de gestão implementadas em relação ao previsto	90%
	% de melhorias voltadas à qualidade total implementadas em relação ao previsto	90%
	% de processos mapeados	100%
Reduzir Custos e Despesas	% Fopag em relação ao faturamento anual	20%
	% de custos e despesas em relação ao Faturamento Operacional	83%
	Valor de gastos totais por tonelada movimentada	R\$ 5,90
	Nº de acidentes com afastamento	0
	Nº de acidentes sem afastamento	0
	Taxa de gravidade de acidentes	0%
	Taxa de frequência de acidentes	0%
	Nº de acidentes com terceiros – com afastamento	0
Promover a Melhoria da Qualidade Ambiental	% Adequação aos níveis exigidos de material particulado	100%
	% Adequação aos níveis exigidos de qualidade da água superficial	100%
	% Adequação aos níveis exigidos de qualidade da água oceânica	100%
	% Adequação aos níveis exigidos de qualidade da água subterrânea	100%
	% Adequação aos níveis exigidos de qualidade do sedimento	100%
	Índice de Desempenho Ambiental – IDA	100%
Modernizar as Instalações Portuárias	% realizado em relação ao previsto - Reforma prédios administrativos	70%
	% realizado em relação ao previsto - Recuperação de área útil	70%
	% realizado em relação ao previsto - Infraestrutura portuária operacional	70%
	% realizado em relação ao previsto - Construção de edificações/estruturas de propósito específico	70%
	% realizado em relação ao previsto - Estrutura dos cais e atracação	70%
	% de chamados atendidos	100%
	DMIE (Duração máxima de interrupção de energia) partes vitais e ADM	4
	% Redução DMIE	20% ao ano
Adequar a Infraestrutura para Atender as Demandas das Operações	Tempo médio de pesagem	1min10seg
Adequar a Infraestrutura para Atender as Demandas das Operações	Tempo médio total de permanência dos caminhões no Porto	1h20min
	Tempo médio de navegação no acesso aquaviário	1h20min
	Nº de navios impedidos de atracar devido a profundidade	0
	% da participação do modal ferroviário na movimentação de contêineres	70%
	Tempo médio de permanência do trem no Porto	2h30min
Atrair Linhas de Longo Curso	Nº de Linhas de Longo Curso	4



## QUADRO DE PESSOAL

Cargo	Quantidade	%
Administrativo Portuário	20	24
Técnico Portuário - Operação de Pátio	7	8,4
Técnico Portuário - Operação Logística	4	4,8
Técnico Portuário - Elétrica	2	2,4
Técnico Portuário - Edificações	2	2,4
Técnico Portuário - Suporte T.I.	3	3,6
Técnico Portuário - Segurança do Trabalho	2	2,4
Técnico Portuário - Meio Ambiente	1	1,2
Agente Administrativo Portuário - Gestão	3	3,6
Agente Administrativo Portuário - Contabilidade	1	1,2
Agente Administrativo Portuário - Financeiro	1	1,2
Agente Administrativo Portuário - Comunicação Social	1	1,2
Agente Operacional Portuário - Operação Aduaneira	2	2,4
Agente Operacional Portuário - Segurança do Trabalho	1	1,2
Agente Operacional Portuário - Meio Ambiente	1	1,2
Agente Operacional Portuário - Oceanografia	1	1,2
Agente de Obras e Infraestrutura Port. - Engenharia Civil	3	3,6
Agente de Obras e Infraestrutura Port.– Eng. Elétrica	1	1,2
Agente de Obras e Infraestrutura Port.– Eng. Mecânica	1	1,2
Agente de Obras e Infraestrutura Port. – Arquit. e Urbanismo	1	1,2
Analista Portuário - Jurídico	2	2,4
Gerente Comercial	1	1,2
Gerente de Saúde, Segurança e Meio Ambiente	1	1,2
Gerente de Obras	1	1,2
Gerente de Operações	1	1,2
Gerente Jurídico	1	1,2
Gerente T.I	1	1,2
Coordenador de Operações	1	1,2
Coordenador Aduaneiro	1	1,2
Coordenador de Controle de Acesso	1	1,2
Coordenador de Serviços de Dragagem	1	1,2
Coordenador de Manutenção Elétrica	1	1,2
Assessor de Diretoria	4	4,8
Diretor Presidente	1	1,2
Diretor	2	4,8
Aprendiz	3	3,6
Cedido	1	1,2
<b>TOTAL</b>	<b>82</b>	<b>100</b>

## DIAGNÓSTICO SETORIAL

As políticas gerais para a gestão do transporte aquaviário são de jurisdição da União, sob a responsabilidade do Ministério da Infraestrutura, Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA. O Estado acompanha a formulação das respectivas políticas pelo Governo Federal e apoia técnica e financeiramente a execução dos empreendimentos na infraestrutura pública, por intermédio da Secretaria de Estado da Infraestrutura.



O sistema portuário em Santa Catarina é constituído por 6 portos - de São Francisco do Sul, Itapoá, Navegantes, Itajaí, Imbituba e Laguna. Esses portos, cada um com características físicas, geográficas e de gestão exclusivas, estão estrategicamente distribuídos pelos 561,4 quilômetros da costa catarinense e estão assim contextualizados. Com a nova Lei dos Portos (Lei Federal nº 12.815/2013) se permitiu o aumento dos investimentos em terminais privados sem a exigência de cargas próprias. Também foram estabelecidas as diretrizes para a licitação de novos arrendamentos e a renovação dos arrendamentos existentes. A ampliação dos investimentos privados no setor portuário do Estado já é realidade e sem dúvida são avanços significativos para melhoria do sistema portuário estadual. Mas ainda existem problemas de desperdício nas operações portuárias, principalmente em decorrência das condições de navegação nos acessos marítimos até os portos e terminais. Os acessos rodoviários e ferroviários também apresentam déficits para o transporte que necessitam ser solucionados. De acordo com Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, a movimentação dos portos públicos e terminais privados brasileiro cresceu 2,7% em 2018 (em comparação a 2017), totalizando 1.117 bilhão de toneladas. Neste mesmo comparativo, SC aumentou sua tonelagem movimentada em 2,99%, passando de 43.575 milhões, para 44.880 milhões em 2018.

A participação do Estado é importante, alocando esforços para que o sistema portuário possa operar com toda a sua capacidade. Neste sentido, é essencial que os canais de navegação e as bacias de evolução dos acessos aos portos possam funcionar com o potencial desejado, assim como os acessos aos outros modais de transporte, rodoviário e ferroviário sejam adequados, possibilitando transporte em grande escala com redução de custos, diminuindo o número de acidentes e o custo social nos acessos aos portos.

## SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL



A SCPAR Porto de São Francisco do Sul é uma Sociedade de Propósito Específico instituída pela Lei Complementar Estadual nº 707/2017. Em sua nova conjuntura a instituição faz parte do Plano Plurianual que registra os investimentos das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. Os atos de gestão estão voltados para atender às necessidades de navegação e de movimentação e armazenagem de

mercadorias, seguindo os preceitos previstos na Lei Federal nº 12.815/2013, elencados como competências e atribuições da instituição.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** facilitar o acesso de mercadorias aos mercados regionais, nacionais e internacionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

**VISÃO:** ser reconhecido como porto de excelência, até 2025.

**VALORES:** Honestidade; Respeito; Integridade.

### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	2020	2021	2022	2023
Infraestrutura e Mobilidade	Melhorar a estrutura do Porto	Cargas movimentadas (quantidade de cargas movimentadas em toneladas mil)	14.789	15.262	15.735	16.209
Desenvolvimento Econômico Sustentável	Aumentar a lucratividade e rentabilidade	Retorno sobre o capital (EBITDA do exercício corrente / (PL+empréstimo+financiamento))	6,57%	6,88%	7,15%	7,40%
	Promover a melhoria da qualidade ambiental	Índice de Desempenho ambiental (IDA1xmov. Portuária em ton./mov. Total em ton.)	87,45	89,19	90,98	92,80
Gestão Pública	Promover a gestão de recursos humanos	Índice de eficiência operacional (despesas totais com pessoal próprio/receita operacional líquida)	38,92%	38,59%	38,28%	37,99%
	Promover a melhoria na gestão	Eficiência na gestão (percentual de ações executadas)	100%	100%	100%	100%



## QUADRO DE PESSOAL

Carreiras	Efetivos	Comissionados	Estagiários	Total
Advogado Autárquico	01			01
Agente de Guarda Portuária	46			46
Agente de serviços Gerais	08			08
Agente em Atividade Administrativa	26			26
Agente em Atividade de Fiscalização	02			02
Artífice I	09			09
Artífice II	05			05
Assessor de Apoio Marítimo		01		01
Assessor de Direção		03		03
Assessor Jurídico		01		01
Assessor de Planejamento e Gestão		01		01
Assessor de Tecnologia		01		01
Diretor de Administração e Finanças		01		01
Diretor de Operações e Logística		01		01
Diretor Presidente		01		01
Engenheiro	01			01
Gerência Administrativa		01		01
Gerência de Apoio Marítimo		01		01
Gerência de Contabilidade		01		01
Gerência de Infraestrutura		01		01
Gerência de Meio Ambiente		01		01
Gerência de Operações		01		01
Gerência de Segurança Portuária		01		01
Gerência de Tecnologia da Informação		01		01
Gerência Financeira		01		01
Jornalista	01			01
Motorista	02			02
Operador Portuário II	57			57
Psicólogo	01			01
Téc. em Ativ. Administrativa	17			17
Téc. em Enfermagem	01			01
Téc. em Informática	02			02
Estagiários			23	23
<b>TOTAL</b>	<b>179</b>	<b>19</b>	<b>23</b>	<b>221</b>

## DIAGNÓSTICO SETORIAL

Dos 175 portos brasileiros, 141 possuem características de terminais de uso privado – TUP e 34 possuem gestão pública. São portos marítimos, fluviais e lacustres que atuam como instrumentos logísticos de movimentação de cargas, mercadorias e passageiros para o mercado interno e externo, na navegação de longo curso e cabotagem. Pelos portos e terminais são movimentadas uma gama de cargas e mercadorias, sólidos, líquidos, gasosos, produtos agrícolas, industrializados e minerais, sendo os mais representativos os segmentos de petróleo e seus derivados, granéis agrícolas, minérios, fertilizantes, siderúrgicos, madeira e seus derivados, frutas, carnes e cargas em geral. Ainda, dentre os 175 portos e terminais nacionais que movimentaram 1,1 bilhão de tonelada de cargas em 2018, o Porto de São Francisco do Sul ocupa a 18ª colocação, com 11,4 milhões de toneladas movimentadas (1% da movimentação de todos os portos nacionais).

Portos Brasileiros (2018)	Quantidade	Movimentação (t)	%
<b>Privados</b>	141	745.467.817	66,50
<b>Públicos</b>	34	375.224.526	33,50
<b>Total</b>	<b>175</b>	<b>1.120.692.343</b>	<b>100,00</b>



## Brasil – Portos Públicos

Os portos brasileiros sob gestão pública movimentaram 375 milhões de toneladas de cargas em 2018. O Porto de São Francisco do Sul figurou na 7ª colocação dentre os portos brasileiros mais representativos, com 11,4 milhões de toneladas (3,04% de toda a movimentação dos portos públicos do País). Suas cargas mais representativas estão concentradas no segmento de grãos vegetais de exportação, siderúrgicos, adubos, cereais, produtos químicos, madeira e derivados.

PORTOS PÚBLICOS BRASILEIROS		
RANKING	PORTOS	MOVIMENTAÇÃO (T)
1	Santos	107.467.617
2	Itaguaí	56.635.105
3	Paranaguá	48.524.954
4	Rio Grande	27.165.863
5	Suape	23.435.961
6	Itaqui	22.403.221
7	São Francisco do Sul	11.412.896
8	Vila do Conde	11.254.489
9	Santarém	9.270.374
10	Vitoria	6.704.367
11	Aratu	6.489.893
12	Rio de Janeiro	5.945.573
13	Imbituba	5.222.993
14	Fortaleza	4.937.124
15	Salvador	4.905.564
16	Areia Branca	4.873.365
17	Itajaí	3.993.370
18	Demais Portos Públicos	14.581.797
	<b>Total dos Portos Públicos</b>	<b>375.224.526</b>

## Região Sul – Portos Públicos

Dos 34 portos públicos do País, que movimentaram 375 milhões de toneladas de cargas em 2018, 5 estão localizados na Região Sul e juntos movimentaram 96 milhões de toneladas de carga (25,6% do total de cargas movimentadas no Brasil). São portos que possuem forte vocação na movimentação do segmento agrícola, notadamente na exportação de soja e milho, mas que possuem referência nacional na movimentação de contêineres, siderúrgicos, fertilizantes e carga geral.

Portos Públicos - Sul do País		
Ranking	Portos	Movimentação (t)
1	Paranaguá	48.524.954
2	Rio Grande	27.165.863
3	São Francisco do Sul	11.412.896
4	Imbituba	5.222.993
5	Itajaí	3.993.370
	<b>TOTAL DOS PORTOS</b>	<b>96.320.076</b>

Fonte: ANTAQ, 2019



## Portos Catarinenses

Santa Catarina em 2018 movimentou 36,5 milhões de toneladas de cargas. Os 3 portos públicos movimentaram juntos 21 milhões de toneladas, 57,5% do total movimentado, enquanto os terminais privados movimentaram 15,6 milhões de toneladas, 42,5%. O Porto de São Francisco do Sul movimentou 11,4 milhões de toneladas, 31% do total movimentado pelos portos e terminais de SC.

PORTOS PÚBLICOS E TERMINAIS PRIVADOS - SANTA CATARINA - 2018						
Porto Público / Privado	Navios	Movimentação	TEUs	Gestão Público/Privado	Movimentação	Ranking
		(t)			%	
Porto de São Francisco do Sul	444	11.412.896	0	Público	31,19	1
Porto de Itajaí	707	3.993.270	397.113	Público	12,03	5
Porto de Imbituba	282	5.222.993	84.885	Público	14,28	4
Itapoá	517	7.138.567	634.197	Privado	19,5	3
Portonave	526	8.171.416	752.761	Privado	22,33	2
Braskarne	26	126.285	0	Privado	0,34	6
Teporti	30	94.763	52	Privado	0,26	7
Polyterminais	7	28.443	0	Privado	0,07	8
Barra do Rio	0	0	0	Privado	0	
Trocadero	0	0	0	Privado	0	
<b>Total</b>	2539	36.596.726	1.869.008		100	

Fonte: ANTAQ, 2019

## Porto de São Francisco do Sul

O Porto de São Francisco do Sul é o maior porto catarinense em movimentação de cargas, com 31,19% do volume movimentado pelos 3 portos públicos e 7 terminais privados. Com o advento de Lei Federal nº 12.815/2013, viu migrar para os terminais privados todo o segmento de cargas movimentadas via contêiner. Paralelamente, o impacto da crise econômica se fez sentir nos resultados dos últimos anos, impactando de forma significativa a movimentação do porto francisquense, que se refletiu nas estatísticas de movimentação de cargas, conforme pode ser observado na tabela a seguir:

ANO	ATRACAÇÕES (UNID.)	QUANTIDADE DE CONTÊINER (U)	QUANTIDADE (TEU)	PESO BRUTO CONTÊINER (T)	CARGA GERAL SOLTA (T)	GRANEL SÓLIDO (T)	GRANEL LÍQUIDO (T)	SOMATÓRIO DA CARGA BRUTA (T)	CRESCIMENTO %
2014	609	56.466	93.139	1.006.506	3.392.909	8.868.919	0	13.268.335	
2015	566	41.627	66.802	750.717	2.497.619	9.851.530	14.561	13.114.426	<b>-1,16</b>
2016	439	4.346	7.228	78.232	2.284.579	7.719.928	0	10.082.740	<b>-23,12</b>
2017	472	0	0	0	2.732.891	7.197.616	0	11.771.331	16,7
2018	444	0	0	0	2.748.346	8.651.544	13.006	11.412.896	<b>-3,03</b>

Fonte: ANTAQ, 2019



## Porto de São Francisco do Sul – Projeção de Movimentação

Para realinhar a atuação do Porto de São Francisco do Sul na busca de resgatar a continuidade de seu crescimento, estão em desenvolvimento ou previstos investimentos em obras e ações que possam impactar positivamente as operações com cargas e navios. Para tanto, com foco no curto prazo, obras de recuperação do Corredor de Exportação, bem como obras de retirada de rocha no berço 101, ampliação de pátios internos e construção de gate de acesso estarão a permitir que os navios operem com maior calado econômico e eliminação de frete morto, o que estará estimulando o aumento dos volumes de cargas do segmento granel sólido vegetal de exportação.

Paralelamente, estudos ambientais e de engenharia focam obras de grande porte, como dragagem de aprofundamento, construção de berços e aquisição de shiploaders mais potentes, estarão a permitir que o porto francisquense volte a se impor como um porto de referência nacional. Tal ação está alicerçada no crescimento da agricultura de exportação, que tem no segmento soja o principal produto primário de exportação do País e o principal produto de pauta de movimentação do Porto de São Francisco do Sul. Paralelamente, com a agricultura de exportação aquecida, natural a necessidade de maior volume de fertilizantes, segmento este que já está consolidado neste porto e tende a crescer nos próximos anos.

Segmentos como madeira, celulose e produtos siderúrgicos estão ampliando sua movimentação pelo Porto de São Francisco do Sul, a exemplo das operações do parque industrial da região de influência do porto, como a Acelor Mittal, que já opera cerca de 2 milhões de toneladas ano pelo porto e está ampliando sua planta industrial.

A leitura desse mercado da região de influência do Porto de São Francisco do Sul, somado às obras, projetos e ações em desenvolvimento, permite antever um potencial crescimento nas operações dos vários segmentos de cargas, já consolidadas e outras cargas que o porto busca atrair, buscando para tanto, oferecer tarifas competitivas e qualidade nos produtos e serviços que oferece.

<b>PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PROJEÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO</b>						
<b>Ano</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Movimentação	11.412	12.883	14.789	15.262	15.735	16.209
Crescimento (%)	-	12,89	14,79	3,19%	3,09	3,01

Fonte: ANTAQ, 2019

### 3.3.2 Energia

#### CELESC Holding S.A.



A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC foi estruturada como holding no ano de 2006, a partir da desverticalização das atividades de geração e distribuição de energia elétrica, em atendimento ao marco regulatório do Setor Elétrico Nacional, possuindo duas subsidiárias integrais: a CELESC Geração S.A. e a CELESC Distribuição S.A. Além disso, detém o controle acionário da Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS e é sócia das empresas Dona Francisca Energética S.A. – DFESA, Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, Companhia Catarinense de Água e Saneamento – CASAN e do projeto da Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.

#### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** atuar de forma diversificada no mercado de energia, com rentabilidade, eficiência, qualidade e responsabilidade socioambiental.

**VISÃO:** cumprir a sua função pública com rentabilidade, eficiência e reconhecimento da sociedade, com atuação de abrangência nacional e internacional.

**VALORES:** Resultados; Inovação; Valorização das pessoas; Comprometimento; Responsabilidade socioambiental; Ética e Segurança.

#### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Perspectiva Financeira	CELESC	Crescer o volume de negócios de forma sustentável; Maximizar criação de valor; Assegurar rentabilidade definida; Garantir uma estrutura financeira sustentável com gestão de riscos ativa	EBITDA D+G+H (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)	Anual
Perspectiva de Clientes	CELESC	Aumentar a participação dos negócios extra distribuição em energia nos resultados do grupo; Capturar as oportunidades regulatórias existentes; Consolidar a sua posição em Distribuição no Estado de SC; Procurar oportunidades trans-estaduais; Ser percebida como uma referência de excelência em distribuição; Fortalecer a gestão de stakeholders chave	Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor - IASC	Anual
Perspectiva de Processos Internos	CELESC	Focar o portfólio em Energia; Promover o aumento de contribuição das participadas nos resultados da holding; Assegurar a eficiência e o controle de custos; Cumprir as projeções de negócio; Cumprir os níveis de qualidade de serviço prestado	DEC, FEC, Disponibilidade do parque gerador	Anual
Perspectiva de Aprendizagem e Crescimento	CELESC	Identificar, desenvolver e gerar talento dentro do grupo – Meritocracia; Promover a motivação e satisfação dos empregados; Assegurar a implementação de uma governança corporativa com controle internos de referência; Assegurar e manter a implementação no dia-a-dia dos valores estabelecidos; Buscar tecnologias que permitam a melhoria de eficiência e/ou satisfação dos clientes.	Gestão Estratégica de Pessoas	Anual



## QUADRO DE PESSOAL

### CELESC HOLDING S/A

<b>FUNCIONÁRIOS POR CARGO (Referência MAIO/19)</b>	<b>ATIVOS</b>	<b>INATIVOS</b>	<b>OUTROS</b>	<b>TOTAL</b>
AUDITOR ESTATUTÁRIO	0	0	4	4
CARGO EM COMISSÃO	0	0	4	4
CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	0	0	10	10
CONSELHEIRO FISCAL	0	0	5	5
CONTADOR	2	0	0	2
DIRETOR	0	0	6	6
DIRETOR PRESIDENTE	0	0	1	1
ECONOMISTA	3	0	0	3
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>35</b>

### CELESC GERAÇÃO S/A

<b>FUNCIONÁRIOS POR CARGO (Referência MAIO/19)</b>	<b>ATIVOS</b>	<b>INATIVOS</b>	<b>OUTROS</b>	<b>TOTAL</b>
ADMINISTRADOR	1	0	0	1
ADVOGADO	1	0	0	1
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1	0	0	1
CONTADOR	2	0	0	2
ECONOMISTA	1	0	0	1
ELETRICISTA	4	0	0	4
ENGENHEIRO AMBIENTAL	1	0	0	1
ENGENHEIRO CIVIL	3	0	0	3
ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES	1	0	0	1
ENGENHEIRO ELETRICISTA	5	0	0	5
ENGENHEIRO EM MECÂNICA	2	0	0	2
ENGENHEIRO FLORESTAL	1	0	0	1
TÉCNICO INDUSTRIAL EM EDIFICAÇÕES	1	0	0	1
TÉCNICO INDUSTRIAL EM ELETROTÉCNICA	11	0	0	11
TÉCNICO INDUSTRIAL EM MECÂNICA	5	0	0	5
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>40</b>

### CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A

<b>FUNCIONÁRIOS POR CARGO (Referência MAIO/19)</b>	<b>ATIVOS</b>	<b>INATIVOS</b>	<b>OUTROS</b>	<b>TOTAL</b>
ADMINISTRADOR	101	0	0	101
ADVOGADO	52	0	0	52
AGENTE SERVIÇO (QE)	14	0	0	14
AJUDANTE TÉCNICO (QE)	3	0	0	3
ANALISTA DE NÍVEL SUPERIOR - BIBLIOTECO	1	0	0	1
ANALISTA DE NÍVEL SUPERIOR - LETRAS PORT	1	0	0	1
ANALISTA DE NÍVEL SUPERIOR - PEDAGOGIA	1	0	0	1
ANALISTA DE NÍVEL SUPERIOR - PSICOLOGIA	2	0	0	2
ANALISTA DE NÍVEL SUPERIOR - QUÍMICO	2	0	0	2
ANALISTA DE NÍVEL SUPERIOR	5	0	0	5
ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS (QE)	2	0	0	2
ANALISTA DE SISTEMAS	33	0	0	33



<b>FUNCIÓNÁRIOS POR CARGO (Referência MAIO/19)</b>	<b>ATIVOS</b>	<b>INATIVOS</b>	<b>OUTROS</b>	<b>TOTAL</b>
ARTÍFICE (QE)	4	0	0	4
ASSESSOR ADMINISTRAÇÃO (QE)	3	0	0	3
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	540	0	0	540
ASSISTENTE SOCIAL	11	0	0	11
ATENDENTE COMERCIAL	363	0	0	363
AUDITOR (QE)	1	0	0	1
AUXILIAR TÉCNICO (QE)	58	0	0	58
CONTADOR	59	0	0	59
DESPACHANTE (QE)	15	0	0	15
DIGITADOR (QE)	3	0	0	3
ECONOMISTA	36	0	0	36
ELETRICISTA	1165	0	0	1165
ENGENHEIRO AMBIENTAL	4	0	0	4
ENGENHEIRO CIVIL	9	0	0	9
ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO ELÉTRICA	11	0	0	11
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA NO TRABALHO	4	0	0	4
ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES	10	0	0	10
ENGENHEIRO ELETRICISTA	143	0	0	143
ENGENHEIRO EM AGRIMENSURA	4	0	0	4
ENGENHEIRO EM ELETRÔNICA	3	0	0	3
ENGENHEIRO EM MECÂNICA	8	0	0	8
ENGENHEIRO FLORESTAL	3	0	0	3
ESCRITURÁRIO (QE)	24	0	0	24
GUARDA (QE)	1	0	0	1
INSTRUTOR (QE)	5	0	0	5
LEITURISTA (QE)	6	0	0	6
MECÂNICO VEÍCULOS (QE)	1	0	0	1
MÉDICO DO TRABALHO	2	0	0	2
MOTORISTA (QE)	6	0	0	6
OPERADOR COMPUTADOR (QE)	6	0	0	6
PROGRAMADOR (QE)	6	0	0	6
TÉCNICO CONTABILIDADE	35	0	0	35
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO - ENFERMAGEM	1	0	0	1
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO - QUÍMICA	2	0	0	2
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	26	0	0	26
TÉCNICO INDUSTRIAL	2	0	0	2
TÉCNICO INDUSTRIAL EM AGRIMENSURA	6	0	0	6
TÉCNICO INDUSTRIAL EM EDIFICAÇÕES	6	0	0	6
TÉCNICO INDUSTRIAL EM ELETRÔNICA	6	0	0	6
TÉCNICO INDUSTRIAL EM ELETROTÉCNICA	509	0	0	509
TÉCNICO INDUSTRIAL EM MECÂNICA	11	0	0	11
TÉCNICO INDUSTRIAL EM TELECOMUNICAÇÕES	17	0	0	17
TELEFONISTA (QE)	2	0	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>3.354</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.354</b>



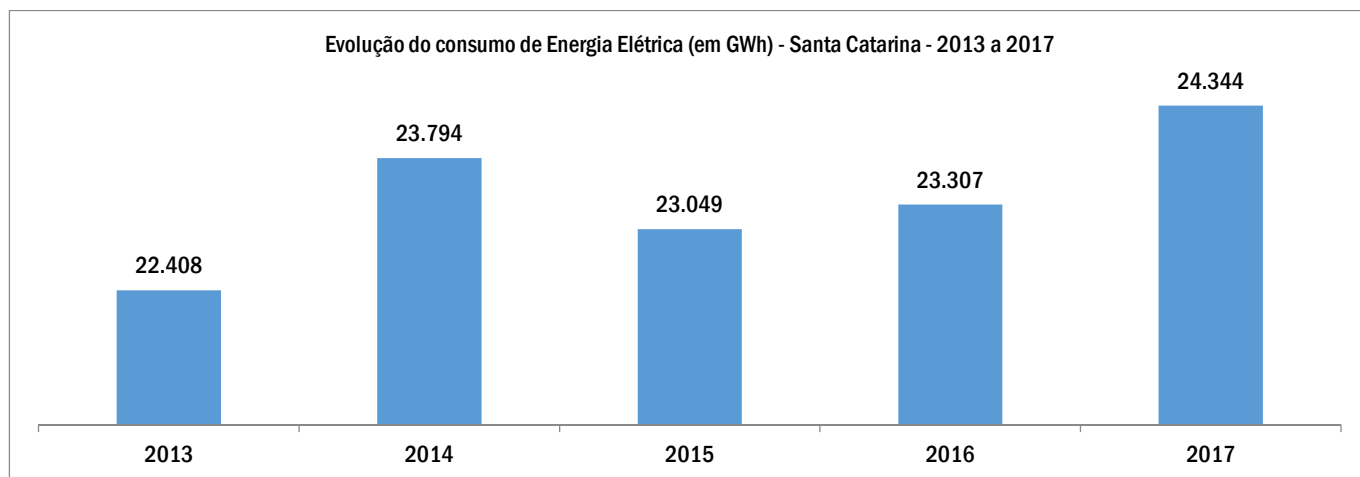
## DIAGNÓSTICO SETORIAL

### CELESC Distribuição S.A.

A CELESC Distribuição foi criada em outubro de 2006, a partir da desverticalização das atividades de geração e distribuição de energia elétrica exercidas pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC, em atendimento ao marco regulatório do Setor Elétrico Nacional. A empresa leva energia para mais de 3 milhões de unidades consumidoras localizadas em 258 Municípios catarinenses (92% do território do Estado) e em Rio Negro, no Paraná. A empresa ainda é responsável pelo suprimento de energia elétrica para o atendimento de 4 concessionárias e 16 permissionárias, que atuam nos demais Municípios catarinenses.

### DISTRIBUIÇÃO

O consumo total de energia elétrica em Santa Catarina em 2017 foi de 24.344 GWh. No gráfico a seguir tem-se o comportamento do consumo de 2013 a 2017 em SC:



Fonte: EPE

- O crescimento médio no consumo de energia elétrica em Santa Catarina de 2013 a 2017 foi de 2,16%, enquanto que no Brasil este índice foi 0,23%;
- De 2013 a 2017 a participação média do consumo de Santa Catarina no total Brasileiro foi de 5,01%;
- Santa Catarina possuía 2.945.836 consumidores em 2017, representando 3,55% do total Brasileiro;
- No ano de 2017 o Estado apresentou um consumo per capita de 3.455 (kWh/hab), sendo este o maior consumo dentre todos os Estados e DF. A média brasileira para este ano foi 2.525 (kWh/hab.).

### PRINCIPAIS DESAFIOS

- Atender aos padrões de qualidade operacional;
- Buscar e manter as metas dos padrões de fornecimento de energia estabelecidos pelo órgão regulador;
- Satisfação do consumidor;
- Manter e buscar a elevação dos níveis de satisfação do consumidor em relação à qualidade dos serviços prestados;
- Cumprir plano de investimentos;
- Atender ao plano de investimentos e assegurar a rentabilidade definida;
- Gestão de custos;
- Assegurar a eficiência e o controle de custos e rentabilidade definida.

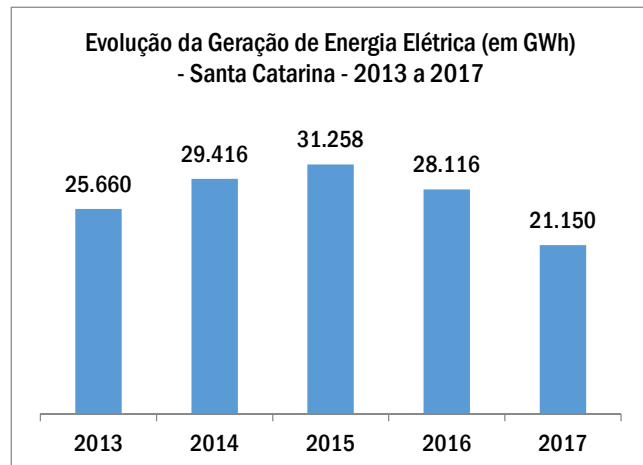
## CELESC Geração S.A.

A CELESC Geração S.A. é subsidiária do Grupo CELESC que atua no segmento de geração de energia elétrica, através da operação, manutenção e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração de energia em parcerias com investidores privados.

## GERAÇÃO

A principal fonte energética de Santa Catarina é oriunda da energia elétrica, embora a energia termelétrica tenha uma participação importante.

- O Brasil possui um total 7.439 empreendimentos em operação, totalizando 164.830.554 kW de Potência instalada;
- A capacidade de geração de energia elétrica em Santa Catarina em 2019 é de 7.748.735,70 KW;
- 4,7% é a participação de Santa Catarina na produção de energia elétrica do Brasil;
- 21.150 GWh foi a produção de energia elétrica em Santa Catarina em 2017;
- No período de 2013 a 2017 Santa Catarina produziu 135.600 GWh e consumiu 116.901 GWh, 86,0% da produção, sendo autossuficiente em energia.



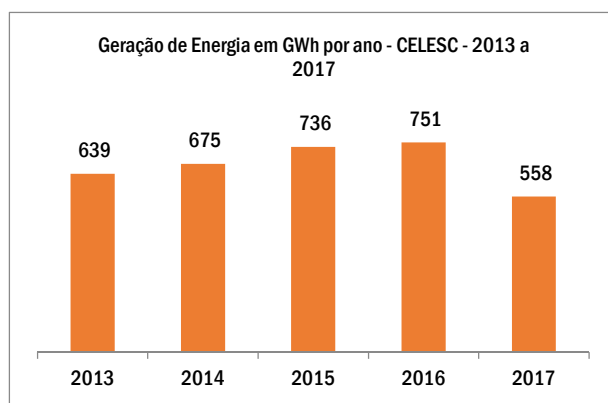
Fonte: EPE

A seguir os empreendimentos de geração de energia elétrica de Santa Catarina em 30/05/2019:

GERAÇÃO DE ENERGIA POR FONTE (KW)	EM OPERAÇÃO		EM CONSTRUÇÃO		COM CONSTRUÇÃO NÃO INICIADA	
	Quant.	Potência (kW)	Quant.	Potência (kW)	Quant.	Potência (kW)
Central Geradora Hidrelétrica	189	226.756	1	1.000	-	-
Central Geradora Eólica	16	245.500	9	72.140	-	-
Pequena Central Hidrelétrica	50	514.246	-	-	20	227.816
Central Geradora Solar Fotovoltaica	3	4.000	-	-	-	-
Usina Hidrelétrica	14	5.621.742	1	141.900	1	292.000
Usina Termelétrica	117	1.136.492	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>389</b>	<b>7.748.736</b>	<b>11</b>	<b>215.040</b>	<b>21</b>	<b>519.816</b>

Fonte: ANEEL

Vale destacar também o comportamento da geração de energia da CELESC Geração entre 2013 a 2017:



Fonte: DPOM/CELESC

## PRINCIPAIS DESAFIOS

- Atender aos padrões de qualidade operacional;
- Buscar e manter as metas dos padrões de fornecimento de energia estabelecidos pelo órgão regulador;
- Satisfação do consumidor;
- Manter e buscar a elevação dos níveis de satisfação do consumidor em relação à qualidade dos serviços prestados;
- Cumprir o plano de investimentos;
- Atender ao plano de investimentos e assegurar a rentabilidade definida;
- Gestão de custos;
- Assegurar a eficiência e o controle de custos e rentabilidade.



## Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS



A Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS é uma Empresa de Economia Mista, com capital formado pelas empresas: CELESC, GASPETRO, MITSUI GÁS e INFRAGÁS e está sediada em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. Foi criada em 25 de fevereiro de 1994, tendo como sócios na época o Estado de Santa Catarina, PETROBRÁS Distribuidora, Gás Participações Ltda – GASPART e Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – INFRAGÁS.

Atualmente a SCGÁS é a 4ª maior concessionária de gás natural em extensão de rede de distribuição de gás natural do País. Visando atender uma nova parte da sua área de concessão, com um padrão de excelência sob a ótica do cliente, a empresa elaborou seu plano de plurianual de negócios para os próximos 5 anos (2019 - 2023), destinando investimentos da ordem de R\$ 269 milhões para implantação de 364 Km de rede, atendendo aproximadamente 11,6 mil novos clientes, dos quais 114 indústrias, 188 comércios, 11.291 unidades residenciais (condomínios) e 21 postos de Gás Natural Veicular – GNV, agregando um volume adicional de 289.085 m<sup>3</sup>/dia para o mercado.

Para garantir continuidade das atividades de distribuição de gás natural para o Estado, no tocante à manutenção do suprimento para o mercado atual e mudanças de cenário de oferta e demanda, a partir de 2018 a Companhia vem trabalhando o processo de chamamento público integrado com outras distribuidoras da Região Sul.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** contribuir com o desenvolvimento econômico e social do Estado e o bem-estar dos catarinenses, desenvolvendo infraestrutura para distribuição de gás canalizado e fomentando o seu uso através de soluções inovadoras.

**VISÃO:** ser reconhecida como a melhor concessionária de serviços públicos no Estado, atendendo os catarinenses em todas as regiões, criando valor para os clientes, sociedade e acionistas.

**VALORES:** Pessoas: Atuamos com ética, responsabilidade, eficiência e liberdade de expressão, acreditando nas pessoas, promovendo o desenvolvimento contínuo individual e da organização; Segurança: Trabalhamos na prevenção e redução dos riscos inerentes aos processos para salvaguarda das pessoas e do seu patrimônio no desenvolvimento de nossas atividades; Cliente: Valorizamos clientes internos e externos, priorizando o atendimento de suas necessidades; Inovação: Buscamos fazer melhor, de forma diferente, todas as atividades da empresa; Transparência: Atuamos com transparência, visando conquistar confiança e credibilidade; Sustentabilidade: Visamos ao bem-estar da coletividade com respeito socioambiental, equilíbrio econômico e financeiro e contínua geração de valor.

### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

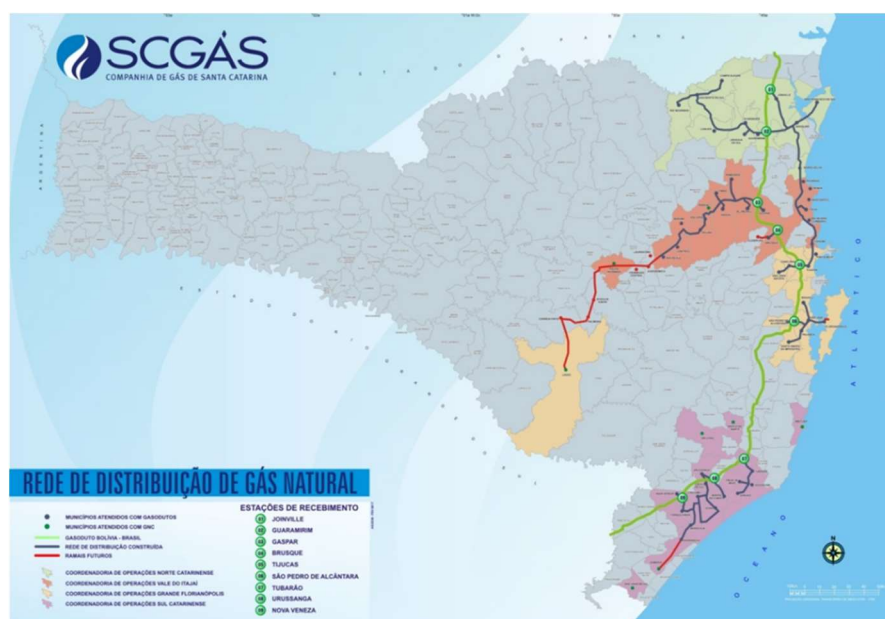
	OBJETIVO	META 2030
FINANCEIRO	Expandir infraestrutura de distribuição	+ de 2000 KM RDGN + de 30.000 usuários + de 100 cidades atendidas (38%)
	Buscar a aplicação dos mecanismos tarifários do Contrato de Concessão	Realizar 100% da margem concedida
MERCADO	Desenvolver o mercado	2,6 MM m <sup>3</sup> /dia
	Otimizar relação oferta e demanda de gás	Consumir 95% do suprimento contratado
PROCESSOS	Aumentar a eficiência dos investimentos	Desdobramento nas áreas
	Aumentar a eficiência e a segurança nos processos	Desdobramento nas áreas. Obter nível de avaliação de serviço acima das demais concessionárias de SC.
	Fortalecer a marca e a imagem	Nível de aceitação > 90% Nível de conhecimento > 50%
APRENDIZADO	Desenvolver cultura orientada para resultados	Desdobramento nas áreas
	Desenvolver competências essenciais para atingir a estratégia	Desdobramento nas áreas
	Incorporar cultura de inovação	Desdobramento nas áreas

## QUADRO DE PESSOAL

Quantificação do Quadro de Pessoal Segundo o Cargo		
Cargos	Quantidade	%
Advogado	4	2,99%
Analista Organizacional	24	17,91%
Assistente Administrativo	6	4,48%
Analista de Sistemas de Informação	3	2,24%
Contador	7	5,22%
Engenheiro	38	28,36%
Técnico de gás natural	13	9,70%
Analista de Tecnologia da Informação	3	2,24%
Coordenador	18	13,43%
Auditor Interno	1	0,75%
Assessor	7	5,22%
Gerente	9	6,72%
Secretário Geral	1	0,75%
<b>Total</b>	<b>134</b>	<b>100%</b>

## DIAGNÓSTICO SETORIAL

A concessão para os serviços de distribuição de gás canalizado abrange o Estado de Santa Catarina em toda vertente atlântica (Figura 1), com 09 "city-gates" ou pontos de transferência do gás do gasoduto de transporte (Gasoduto Bolívia Brasil) às estações de recebimento e distribuição da SCGÁS. Dentre as distribuidoras de gás do País, a SCGÁS é a segunda maior em número de municípios atendidos (62), a quarta maior em extensão de rede (1.170 Km), atendendo principalmente o setor industrial, que demanda acima de 84% de todo o consumo de gás natural no Estado. Atualmente o volume médio diário disponibilizado para o mercado é de 2 milhões de metros cúbicos. Os clientes de maior expressividade na indústria catarinense concentram-se nos segmentos cerâmico, metal mecânico e têxtil.



Área de atuação da SCGÁS em Santa Catarina

## 3.4 Dimensão: Gestão Pública

### 3.4.1 Comunicação, Interação com Municípios e Assuntos Internacionais

#### Casa Civil - CC

Compete a Casa Civil o assessoramento técnico-institucional ao Governador do Estado no desempenho de suas atribuições constitucionais e legais para o desenvolvimento das ações de governo, na articulação com os demais entes federados, no relacionamento com os demais poderes e para a promoção da integração das ações de Governo desenvolvidas pelas secretarias setoriais e demais órgãos estatais com a sociedade. Com a reforma administrativa, a Casa Civil também assume o papel de atendimento e interlocução com as prefeituras das 295 cidades do Estado, por meio da Central de Atendimento aos Municípios.

Integram a estrutura da Casa Civil:

- Secretaria Executiva de Articulação Nacional – SAN;
- Secretaria Executiva da Casa Militar – SCM e
- Secretaria Executiva de Comunicação – SEC.

Pertencem a Unidade Orçamentária Casa Civil (tem apoio Jurídico e Operacional):

- Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais – SAI;
- Secretaria Executiva de Integridade e Governança – SIG;
- Escritório de Gestão de Projetos – EPROJ;
- Gabinete do Vice-Governador;
- Gabinete do Governador.

#### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** promover assessoramento técnico-institucional ao Governador no desempenho de suas atribuições constitucionais e legais para o desenvolvimento das ações de governo, na articulação com os demais entes federados, no relacionamento com os demais poderes e para a promoção da integração das ações de Governo desenvolvidas pelas secretarias setoriais e demais órgãos estatais com a sociedade.

**VISÃO:** tornar o Governo do Estado de Santa Catarina referência em organização e relacionamento institucional e garantir ao Governador excelência técnico-institucional para o desempenho de suas ações.

**VALORES:** Transparência; Integridade; Agilidade; Qualidade; Inovação; Eficiência; Simplicidade.

#### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO
Gestão Pública	Gestão Pública	Redução das disparidades regionais do Estado - Municípios com convênios celebrados	% de municípios que tiveram convênio celebrado com o Estado através da CAM
Gestão Pública	Gestão Pública	Redução das disparidades regionais do Estado - Municípios de IDH médio atendidos	% de recursos repassados aos municípios com o IDH médio
Gestão Pública	Gestão Pública	Redução do passivo de convênios originados em gestões anteriores	% de convênios assinados em gestões anteriores que tiveram recurso repassado pela atual gestão



## QUADRO DE PESSOAL

Cargo/Função	Ativos	Inativos	Total
Chefe	1		1
Subchefe	1		1
Assessor de Gabinete	8		8
Assistente de Gabinete	4		4
Assistente Técnico	3		3
Assessor de Comunicação	1		1
Assessor Especial	6		6
Consultor Jurídico	1		1
Assessor Técnico	13		13
Consultor Executivo	1		1
Diretor	1		1
Gerente	5	1	6
Coordenador	3		3
Assessor Técnico Legislativo	6		6
Agente de Serviços Gerais	2	17	19
Agente Atividades Administrativas	4	1	5
Técnico em Ativ. Administrativas	17	18	35
Administrador	17	1	18
Analista Técnico Administrativo II	5		5
Analista Tec. Administrativo Letras	4		4
Analista de Informática	3		3
Técnico em Informática	1		1
Motorista	9	3	12
Professor	4	1	5
Analista Técnico Pedagógico	1		1
Especialista em Ass. Educacionais	1		1
Nutricionista	1		1
Artífice I		2	2
Artífice II		1	1
Analista Tec. Administrativo II		3	3
Assistente de Serviço		2	2
Assistente Social		2	2
<b>Total</b>	<b>123</b>	<b>52</b>	<b>175</b>



## Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais – SAI

A Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais é responsável por: promover, orientar e coordenar as atividades que representam os interesses administrativos do Estado e, quando solicitada, as dos Municípios e da sociedade catarinense perante as representações diplomáticas; promover, orientar e coordenar as ações internacionais dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual, especialmente no que tange à celebração de protocolos, convênios e contratos internacionais; desenvolver atividades de relacionamento com o Corpo Consular; as ações de governo relativas à integração internacional, especialmente com o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL; acompanhar as políticas e diretrizes da União para assuntos de comércio exterior, bem como as atividades dos demais Estados e do Distrito Federal quanto às políticas de incentivo ao investimento estrangeiro; executar atividades no âmbito da economia internacional visando à atração de investimentos estrangeiros, à implantação de novas sociedades empresárias e à promoção de negócios; planejar e executar atividades de inteligência competitiva e comercial, na busca de dados, informações e conhecimentos indispensáveis à promoção das exportações do Estado e à atração de investimentos estrangeiros; organizar e coordenar, em articulação com a Secretaria Executiva da Casa Militar, a agenda de missões, recepções e eventos internacionais; e desenvolver atividades de integração política e administrativa em sua área de competência, com apoio jurídico e operacional da Secretaria de Estado da Casa Civil.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** atrair investimentos estratégicos, abrir novos mercados e fomentar o incremento das exportações.

**VISÃO:** tornar Santa Catarina o principal Estado receptor de investimentos estrangeiros do Brasil.

**VALORES:** Foco na Estratégia; Prospectar investimentos em áreas de interesse por região do Estado;

Colaboração; Atuar em parceria com outras secretarias, InvesteSC e as entidades representativas de cada segmento.

### OBJETIVOS E INDICADORES

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO
Desenvolvimento Econômico	Indústria, Serviços, Ciência e Tecnologia	Ampliar Exportações para novos Países	% de Países para onde SC exportou produtos
		Ampliar Exportações para novos Países	Taxa de Exportação Acumulada em 12 meses
		Ampliar as Parcerias Internacionais em todas as áreas de Governo	% de órgãos do Governo que tem acordos firmados com organismos internacionais

### QUADRO DE PESSOAL

Cargo/Função	Ativos
Secretário Executivo	1
Assessor de Comunicação	1
Gerente	3
Coordenador	4
<b>Total</b>	<b>9</b>

### DIAGNÓSTICO SETORIAL

Dentre os “patrimônios” que o Estado de Santa Catarina oferece aos investimentos estrangeiros, destacam-se:

- 3ª maior média de crescimento do País;
- 2º no ranking nacional de competitividade;
- 3º com maior IDH do País;
- 1º em segurança pública;
- 2º Estado do Brasil em Qualidade de Vida;
- 3º no ranking de Educação Nacional;
- 1º em exportação de Carne Suína (livre da Febre Aftosa);
- 2º em exportação de Carne de Aves;
- 2º Estado com o maior número de Startups do País.



## Secretaria Executiva de Articulação Nacional -SAN

As atividades desenvolvidas no âmbito da Secretaria Executiva de Articulação Nacional – SAN são estruturadas, organizadas e coordenadas de modo a atender os interesses do Estado de Santa Catarina, dentro dos parâmetros da descentralização, linha mestra das diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, pela eficácia e transparência.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** disponibilizar informações atualizadas a partir da articulação com organismos federais, de forma a orientar autoridades estaduais, municipais e a sociedade civil organizada na tomada de decisões e representar as atividades de interesse do Governo do Estado de Santa Catarina em Brasília, contribuindo para o fortalecimento do processo político-administrativo.

**VISÃO:** ser referência como órgão de representação do Governo do Estado de Santa Catarina em Brasília perante aos órgãos da administração pública estadual, pela prestação de serviços a sociedade, com credibilidade, eficiência e qualidade.

**VALORES:** Ética; Profissionalismo; Lealdade; Autodeterminação; Transparência; Credibilidade.

### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO
Gestão Pública	Gestão Pública	Aperfeiçoar o apoio ao Governo Estadual em Brasília	Analisar as necessidades e estimular o aumento da demanda de projetos e atendimentos para SC. Nº de projetos de SC
		Divulgar as competências e objetivos da SAN	Ampliar o conhecimento do público externo sobre a SAN e suas atribuições. Nº de atendimentos da SAN
		Capacitar os servidores da SAN	Realizar um programa de capacitação continuada, estimulando a busca por conhecimento e aperfeiçoamento na execução das atividades. Nº de capacitações
		Parcerias e integração com os Parlamentares	Buscar parcerias e trabalho em conjunto com os parlamentares, trazendo mais oportunidades para o Estado de Santa Catarina. Nº de parcerias firmadas

### QUADRO DE PESSOAL

Cargo/Função	Ativos
Secretário Executivo	1
Assessor de Gabinete	3
Assistente de Gabinete	5
Gerente	2
Professor	3
Especialista em Ass. Educacionais	1
Total	15





## Secretaria Executiva da Casa Militar

A Secretaria Executiva da Casa Militar, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 741/2019, regida pelo Decreto Estadual nº 1.048/2012, tem por objetivo assistir o Governador do Estado e o Vice-Governador do Estado no desempenho de suas atribuições constitucionais e legais e coordenar as ações referentes a segurança orgânica e institucional, audiências, comunicações, viagens, eventos e cerimônias civis e militares das quais participem. As atribuições da Secretaria Executiva da Casa Militar são executadas por intermédio das coordenadorias de administração, cerimonial, segurança, viagens, transportes e coordenação militar do Gabinete do Vice-Governador.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** assistir o Governador e o Vice-Governador do Estado no desempenho de suas atribuições constitucionais e legais, através do planejamento, coordenação, controle, gestão e execução da segurança orgânica e institucional, das atividades de inteligência institucional, da Agenda Governamental, do transporte e Cerimonial.

**VISÃO:** ser referência nacional de excelência nas atividades desenvolvidas para assessoramento ao Governador e ao Vice-Governador do Estado.

**VALORES:** São valores cultuados pela Secretaria Executiva da Casa Militar: ética, lealdade, compromisso, disciplina, transparência, imparcialidade e economicidade.

### QUADRO DE PESSOAL

Cargo/Função	Ativos
Chefe	1
Subchefe	1
Assessor	13
Assistente	4
Ajudante de Ordens	4
Coordenador	6
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>

### DIAGNÓSTICO SETORIAL

A Secretaria Executiva da Casa Militar tem seus objetos de execução voltados para o atendimento às atividades de assistência ao Governador e Vice-Governador no desempenho de suas atribuições constitucionais e legais. Em nível nacional a Casa Militar do Governo de Santa Catarina não encontra paralelo para um diagnóstico comparativo, uma vez que, com exceção da segurança, as demais ações desenvolvidas pelas coordenadorias que compõe a Casa Militar catarinense, via de regra, não são executadas pelas Casas Militares de outros Entes Federativos, que poderiam servir de referência. Por outro lado, as Casas Militares de outros entes federativos dentro da peculiaridade, congregam outros objetos de execução, sendo comum a responsabilidade pela Defesa Civil de seus Estados.

De forma introspectiva a atual estrutura tem espaço para evoluir em termos de inovação tecnológica em seus objetos de execução, visando dentro da gestão pública e plano de governo, aumentar a eficiência institucional para assistir o Governador e Vice-Governador.



## Secretaria Executiva de Comunicação

A Secretaria Executiva de Comunicação – SEC é um órgão vinculado a Casa Civil e é responsável pelas políticas públicas de comunicação de Santa Catarina. A principal função da SEC é garantir que as informações oficiais das atividades governamentais e os serviços públicos cheguem ao conhecimento do cidadão, seja por meio da imprensa, de campanhas publicitárias, anúncios oficiais ou pelos novos meios de comunicação (redes sociais e aplicativos).

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** atuar em permanente sinergia com os órgãos públicos estaduais da administração direta e indireta, a fim de comunicar com transparência, agilidade e qualidade à população seja para o público interno ou externo através do jornalismo tradicional, da propaganda e mídias digitais, as ações de relevância para a sociedade.

**VISÃO:** manter seu papel estratégico na administração estadual, destacando-se pela agilidade e confiabilidade na transmissão clara e objetiva das informações relevantes para toda a população.

**VALORES:** Transparência Inovação; Conhecimento; Ética; Publicidade.

### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO
Gestão Pública	Gestão Pública	Ações de governo divulgadas	% de veículos que divulgam as ações de governo dentro de uma ação gerada pela SEC
		Notícias positivas que envolvam o governo	% de notícias positivas divulgadas pelos veículos de comunicação
		Comunicação digital alinhada à política de utilização das mídias sociais	% de secretarias adequadas ao modelo de padronização das mídias sociais
		Crescimento do alcance das mídias sociais sob gestão da SEC	% de alcance do número de pessoas nas mídias sociais do governo
		Aumento das adesões no Whatsapp do governo	% de pessoas cadastradas que recebem notícias do governo por meio do Whatsapp

### QUADRO DE PESSOAL

Carreiras	Ativos	Inativos	Total
Secretário Executivo	1	-	1
Assessor de Gabinete	5	-	5
Assessor Técnico	1	-	1
Assessor de Comunicação	18	-	18
Coordenador	2	-	2
Artífice II	3	-	3
Técnico em Ativ. Administrativas	3	2	5
Analista Tec. Administrativo II	1	3	4
Artífice I	-	1	1
Agente de Serviços Gerais	-	1	1
Agente em Ativ. Administrativas	-	2	2
Motorista	-	1	1
Gerente	-	1	1
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>11</b>	<b>45</b>

### DIAGNÓSTICO SETORIAL

É premissa da área de comunicação zelar pela boa imagem do Governo de Santa Catarina e dos agentes públicos e atuar de forma transparente na prestação de informações úteis à sociedade. Um trabalho pautado pela unificação do discurso das diferentes áreas, qualificação dos profissionais envolvidos e clareza das informações prestadas em diferentes plataformas. A SEC busca: promover de maneira eficaz os atos, programas e investimentos do governo de Santa Catarina por meio de ações integradas de publicidade e da assessoria de imprensa; dar transparência às informações relativas à implementação dos investimentos do governo do Estado; integrar as ações de comunicação, para que os atos governamentais e investimentos tenham destaque nos diferentes meios para alcançar o maior número de pessoas possível; ampliar canais nas novas mídias, visando facilitar o acesso à informação, bem como o relacionamento com o cidadão, dentro desta nova tendência da comunicação.



## Escritório de Gestão de Projetos – EPROJ



Ao Escritório de Gestão de Projetos – EPROJ compete: planejar, acompanhar, analisar, orientar, monitorar e avaliar a execução de portfólios e projetos estruturantes; promover a aplicação da metodologia de projetos na Administração Pública Estadual e administrar ferramentas para seu gerenciamento; oferecer suporte à implantação de Núcleos de Gestão de Projetos nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual; manter atualizados a base histórica, o banco de projetos e os ativos organizacionais de projetos, de modo a dar visibilidade e transparência às informações relativas aos projetos e portfólios desenvolvidos pelo EPROJ; e alinhar os programas e projetos estruturantes com o plano de governo e com o planejamento estratégico estadual.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** promover o ambiente voltado à gestão de projetos, compartilhando as melhores práticas, difundindo a Cultura e contribuindo para a qualificação da estratégia governamental.

**VISÃO:** ser referência em Gestão de Projetos na área Pública.

**VALORES:** Integração; Visão estratégica; Orientação para resultados; Inovação; Informação qualificada; Transparência; *Compliance*.

### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO
Gestão Pública	Gestão Pública	Gerenciar projetos Estruturantes do Governo do Estado	Nº de Projetos Estruturantes
		Capacitar gestores públicos do Estado na área de gerenciamento de projetos	Nº Gestores Capacitados
		Fomentar a cultura de gestão de projetos	Nº de projetos cadastrados
		Disponibilizar ao Governador, Secretários e demais gestores públicos, uma ferramenta para tomada de decisão relativas à priorização de projetos	Nº de Projetos Homologados/nº de Projetos cadastrados no BP
		Desenvolver um Ranking de Projetos	Ter o Ranking de Projetos Implementados
		Rede de Projetos	Nº de pessoas e Entidades cadastradas na Rede de Projetos
		Possibilitar à sociedade o acompanhamento de todos os projetos dos órgãos do governo estadual	Nº de acessos ao portal PAINELSC
		Criar Banco de Projetos	

### QUADRO DE PESSOAL

Cargo/Função	Ativos
Coordenador do Escritório de Gestão de Projetos	1
Gerente de Projetos	6
Assessor Técnico	1
Coordenador de Projetos Especiais	3
Total	11

### DIAGNÓSTICO SETORIAL

O Escritório de Projetos focou inicialmente no assessoramento e suporte aos órgãos finalísticos do Estado em assuntos como engenharia (análise de quantitativos, serviços e orçamentos), questões ambientais (realização de estudos ambientais e apoio na obtenção das licenças), licitações e editais, contratos, orçamento (PPA e LOA), financeiro e prestação de contas. Surge o desafio de implementar, difundir e institucionalizar a cultura de Gerenciamento de Projetos e Gestão por Resultados no Estado. Neste sentido estamos criando o programa PROJETASC, que tem como grande diretriz fomentar a cultura de gestão por projetos no Estado de SC. Para tal, diversos projetos estão sendo elaborados e implementados, como capacitação de servidores, ranking de projetos, rede de projetos, núcleos de gestão de projetos, entre outros. Atualmente o EPROJ gerencia R\$ 10 bilhões de reais, entre 542 projetos em mais de 10 áreas do governo.



## Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** contribuir para a preservação da vida, promovendo ações que garantam a segurança no trânsito.

**VISÃO:** ser reconhecido pela sociedade como órgão de excelência na gestão do sistema de trânsito.

**VALORES:** Ética; Comprometimento; Comunicação/Transparência; Cooperação; Excelência; Gestão Responsável; Pró-atividade; Integração; Responsabilidade Social e Ambiental.

### QUADRO DE PESSOAL

SERVIDORES	
Delegados	08
Escrivão de Polícia	05
Agente de Polícia	17
Comissionados	02
Técnicos em Atividades Administrativas	47
Policiais Militares	03
<b>Total</b>	<b>82</b>

### DIAGNÓSTICO SETORIAL

O Brasil no ano de 2018 totalizou 44,8 milhões de veículos automotores em circulação (automóveis, caminhões e ônibus), um crescimento de 1,9% em relação ao ano de 2017, e 13,12 milhões de motocicletas em vias públicas. As projeções de veículos em circulação indicam crescimento 2,3% em 2019 e de 2,6% em 2020, portanto, um acréscimo de 1,03 milhão de carros a mais em 2019 e 1,19 milhão de carros a mais em 2020, conforme consta no quadro a seguir:

SEGMENTO	2017	2018	2019	2020
<b>Veículos Automotores</b>	43.951.145	44.801.691	45.849.292	47.057.409
<b>Motos</b>	13.286.420	13.121.015	13.047.862	13.007.290
<b>Total</b>	57.239.582	57.924.724	58.899.173	60.066.719

A meta principal desse Departamento de Trânsito é a melhoria da gestão e a modernização da sua infraestrutura, disponibilizando ao cidadão catarinense acesso rápido, seguro e eficaz aos serviços disponibilizados, utilizando para isso modernas ferramentas de informática, aprimoramento do seu quadro funcional e transparência nas suas ações.

### 3.4.2 Esforço Legal

#### Procuradoria Geral do Estado – PGE



A Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina – PGE/SC, instituição jurídica de advocacia pública do Estado, foi criada através da Emenda Constitucional nº 16/1982. O Regimento Interno, aprovado através do Decreto Estadual nº 3.663/2010, estabelece em seu art 2º que a Procuradoria Geral do Estado – PGE é a instituição que representa o Estado judicial e

extrajudicialmente, cabendo-lhe, na condição de órgão central do Sistema Administrativo de Serviços Jurídicos da Administração Direta e Indireta, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico.

#### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** exercer com excelência a defesa dos direitos e interesses do Estado de Santa Catarina e a orientação jurídica dos administradores de todos os poderes, para adequar as práticas administrativas e as políticas públicas a Constituição e as leis.

**VISÃO:** ser reconhecida como instituição pública que, com exclusividade e excelência, oferece orientação e defesa jurídicas ao Estado de Santa Catarina.

**VALORES:** Atuação eficiente: fazer mais e muito melhor; Ética republicana: compromisso com os valores constitucionais; Qualificação profissional: uma equipe capacitada; Autonomia técnica: o direito em primeiro lugar; Espírito de colaboração: um por todos e todos por um; Unidade Institucional: uma só PGE.

#### DIAGNÓSTICO SETORIAL

DIMENSÃO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO
Institucional e Orçamentário	Garantir o exercício pleno das funções constitucionais de representação e consultoria jurídica	% de consultorias jurídicas exercidas por Procurador do Estado (Peso 0,5) Diretor Legislativo (Casa Civil) ser Procurador de carreira (Peso 0,1) Procurador-Geral de carreira (Peso 0,4)
	Fortalecer a imagem institucional	FATOR (%) público externo (Peso 0,7) FATOR (%) público interno (Peso 0,3)
	Gerir de forma eficiente os recursos orçamentários	% de pagamentos efetuados por fontes diversas
Estado e Sociedade	Otimizar a gestão e cobrança da dívida ativa	% do valor arrecadado
	Fomentar ações para prevenção e redução da litigiosidade	% de ações repetitivas em relação ao volume total de processos
Processos e Estrutura	Aperfeiçoar processos finalísticos	% de processos finalísticos aperfeiçoados
	Aperfeiçoar processos de suporte	% de processos de suporte aperfeiçoados
	Disponibilizar estrutura física e tecnológica adequadas	NPS sobre Infraestrutura - mobiliário, mesas, cadeiras (Peso 0,3) NPS sobre equipamentos - computadores (Peso 0,3) NPS sobre sistemas informatizados (Peso 0,4)
Aprendizado e Crescimento	Aperfeiçoar gestão de pessoas	Resultado do NPS
	Aprimorar política de qualificação	Nº de horas per capita de treinamento (servidor) - Peso 0,5 % de Procuradores e servidores envolvidos em capacitações/treinamentos - Peso 0,5
	Assegurar a motivação e bem-estar do quadro funcional	% de ausências, faltas apuradas
	Fomentar a gestão do conhecimento	Número de consultas à intranet (Peso 0,5) Número de consultas a base de pareceres/biblioteca (Peso 0,5)



## QUADRO DE PESSOAL

CARREIRAS	ATIVOS	INATIVOS	TOTAL
SISTENTE JURIDICO	107	0	107
PROCURADOR DO ESTADO	106	67	173
TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	19	40	59
CONTADOR	18	0	18
ANALISTA TECNICO ADMINISTRATIVO II	13	19	32
AGENTE EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	9	8	17
ADVOGADO	7	47	54
PROFESSOR	5	8	13
ESCRIVAO DE POLICIA CIVIL	3	0	3
AGENTE DE SEGURANCA SOCIOEDUCATIVO	3	2	5
ANALISTA TECNICO EM GESTAO E PROMOCAO DE SAUDE	3	0	3
BIBLIOTECARIO	3	0	3
ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	2	0	2
MOTORISTA	2	6	8
CONSULTOR EDUCACIONAL	2	2	4
TECNICO EM CONTABILIDADE	2	1	3
AGENTE DE POLICIA CIVIL	2	1	3
ADMINISTRADOR	1	9	10
OUTROS	32	28	60
<b>TOTAL</b>	<b>339</b>	<b>238</b>	<b>577</b>

## DIAGNÓSTICO SETORIAL

A complexa demanda de questões administrativas, a exigência constitucional de supervisão dos setores jurídicos de Autarquias, Fundações e Empresas Estatais e o crescente volume de ações, principalmente após a vigência da nova ordem constitucional em nosso País em 1988, exigiram a ampliação da carreira, contando hoje com 106 Procuradores do Estado e 233 servidores em atividade. Atualmente, além do prédio sede, a PGE conta com 2 prédios anexos e 13 regionais: São Miguel do Oeste, Chapecó, Caçador, Lages, Joinville, Mafra, Jaraguá do Sul, Rio do Sul, Blumenau, Itajaí, Tubarão, Criciúma e Curitiba, além da Procuradoria Especial de Brasília.

São atribuições da PGE:

- Cobrar judicialmente os créditos da Fazenda Pública do Estado;
- Defender o patrimônio do Estado;
- Zelar pela legalidade, moralidade e eficiência dos atos da administração pública estadual;
- Examinar e aprovar as minutas dos editais de licitação, de contratos, de acordos, de convênios e de ajustes celebrados por órgãos da administração pública estadual;
- Prestar assessoramento jurídico ao Governador do Estado na elaboração de ações diretas de inconstitucionalidade, vetos e atos normativos em geral;
- Assessorar o Governador do Estado na elaboração de pareceres e de estudos destinados ao estabelecimento de normas, medidas e diretrizes.

No âmbito da defesa judicial do Estado, a PGE atuou fortemente e obteve vitórias expressivas nos últimos 5 anos, entre elas estão:



## **Energia Elétrica**

Em 2017 o Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJ/SC deu andamento ao Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR nº 0323339-12.2014.8.24.0023, defendido pela PGE, que diz respeito à inclusão das Tarifas de Uso dos Sistemas de Transmissão – TUST e de Uso de Distribuição – TUSD, que remuneram as atividades de disponibilização do uso das redes de transmissão e distribuição de energia elétrica na base de cálculo do ICMS. A decisão suspendeu o andamento de todos os processos pendentes em Santa Catarina, individuais ou coletivos, que tramitavam para discutir o assunto. Se as demandas fossem atendidas poderia haver um impacto negativo de cerca de R\$ 600 milhões ao ano na arrecadação do Estado.

## **Debêntures**

No mesmo ano o Superior Tribunal de Justiça – STJ acolheu recurso da Procuradoria e anulou acórdão do Tribunal de Justiça – TJ que autoriza a rede de supermercados Angeloni a pagar ICMS utilizando debêntures emitidas pela estatal INVESC. A decisão do STJ determina que o TJ local aprecie a arguição incidental de inconstitucionalidade suscitada pela PGE. A causa envolve uma disputa em torno de R\$ 400 milhões, mas um precedente negativo pode significar para o Estado de Santa Catarina uma perda de aproximadamente R\$ 7 bilhões em recolhimento de ICMS, o equivalente a um terço do orçamento anual do poder público estadual.

## **Dívida Pública**

Em 2016 a PGE ajuizou mandado de segurança no STF questionando o método utilizado pelo Ministério da Fazenda no recálculo da dívida pública de Santa Catarina com a União. SC obteve liminar para o recálculo da dívida e, nos dias seguintes, outras 15 unidades da Federação também conseguiram provimentos similares no Supremo, o que obrigou o governo federal a buscar o acordo com os Estados. Depois de meses de negociação, em dezembro de 2016 o Congresso Nacional aprovou a renegociação das dívidas dos Estados, com substancial redução dos débitos.

## **Multa da Repatriação**

Santa Catarina garantiu em 2016 o repasse de R\$ 60 milhões referentes a parte dos recursos arrecadados pelo governo federal com a multa paga pelos contribuintes para regularizar os recursos não declarados no exterior. Em outubro Santa Catarina, junto com outros Estados, entrou com ação no STF buscando garantir essas verbas, cujo repasse estava sendo negado pela União. Em novembro a ministra Rosa Weber concedeu liminares favoráveis aos entes federativos.

## **Ação contra SCGÁS**

Em 2015 a Justiça restabeleceu o formato original de composição acionária da SCGás, assegurando ao Estado de Santa Catarina, através da CELESC, a retomada do controle da companhia. Pela decisão, as acionistas Mitsui Gás e Gaspetro terão que restituir os lucros indevidos percebidos nos últimos anos em razão de um acordo de acionistas e de alterações estatutárias que foram consideradas ilegais.

## **Terras Indígenas**

Em 2015 o Tribunal Regional Federal da 4ª Região anulou Portaria da União que criou em 2007 a reserva indígena Araçá'i, de 2,7 mil hectares, entre os Municípios de Saudades e Cunha Porã, no Oeste do Estado. O unânime acórdão do TRF, que atendeu aos argumentos da PGE, levou em consideração o fato de que as terras em discussão não eram ocupadas por índios desde 1963 e também que em 1988 a área não era objeto de litígio, nem estava judicializada. A demarcação implicaria na saída do local de 417 pequenos agricultores, que trabalham em regime de subsistência. Em junho do mesmo ano o mesmo Tribunal acolheu pedido da PGE e também anulou Portaria do Ministério da Justiça que ampliou de 893 para 4.846 hectares a reserva indígena Toldo Pinhal, situada nos Municípios de Seara, Paial e Arvoredo, no Oeste catarinense. A entrada em vigor da Portaria Nº 795/2007 implicaria a saída da área de 1,5 mil agricultores que possuem títulos de propriedade datados a partir de 1893.

## **Penhora de Cartões de Crédito**

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina considerou legítima, em 2014 a penhora do total dos pagamentos recebidos através do cartão de crédito por empresas devedoras de tributos. A iniciativa da PGE encontrou respaldo em decisão da 3ª Câmara de Direito Público do TJ que, por unanimidade, negou recurso de uma rede de postos de combustíveis que devia R\$ 5 milhões ao fisco catarinense. A empresa buscava reverter decisão de primeiro grau, que tinha autorizado a penhora de 100% dos recebíveis por cartão, com o objetivo de saldar a dívida. Os desembargadores



deixaram clara a diferença entre penhora de faturamento, que não pode ultrapassar 10% do total, e penhora de pagamentos de cartão de crédito, sem limite percentual.

### Câmara de Precatórios

No ano de 2018 a Câmara de Conciliação de Precatórios, órgão da PGE responsável por fazer os acordos para o pagamento de precatórios da administração direta e indireta, publicou três editais de convocação dos interessados para apresentação de propostas de acordo direto para pagamento de precatórios da administração pública direta e indireta, momento em que foram homologados 985 acordos, perfazendo ao Estado uma economia de aproximadamente R\$ 41 milhões.

### Dívida Ativa

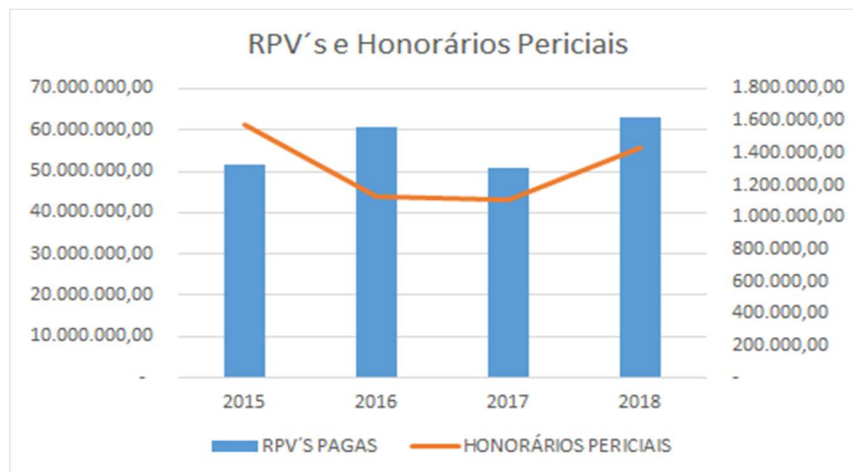
Em relação à cobrança de dívida ativa foi implantado o sistema de protesto em cartório das certidões de dívida ativa. Iniciativa efetivada através do Decreto Estadual nº 2.429/14, que autoriza a Procuradoria Geral do Estado – PGE a “efetuar o protesto extrajudicial dos créditos inscritos em dívida ativa, de natureza tributária e não tributária bem como de títulos executivos judiciais com trânsito em julgado”. Desde de 2015 cerca de R\$ 500 milhões foram recuperados, somando pagamento à vista e parcelamento das dívidas.

Enfatiza-se que a cobrança da dívida ativa referida na legislação específica em vigor é permanente e ininterrupta e necessita de prévio, continuado e competente assessoramento técnico e jurídico, seja administrativa ou judicialmente, já que o crédito tributário, nos termos da CRFB/88 (art. 150, § 6º), do CTN (arts. 3º, 141, 142 e 172), e do ordenamento jurídico, é bem público indisponível, pois “é por meio das receitas tributárias que o Estado exerce seu mister constitucional de assegurar o bem-estar da sociedade”.

A dívida ativa arrecadada pela PGE no ano de 2017 foi de R\$ 339 milhões e 2018 de R\$ 276 milhões.

### RPV - Requisições de Pequeno Valor e Honorários Periciais

Quanto ao cumprimento das obrigações judiciais, a PGE quitou no período de 2015-2018 mais de R\$ 231 milhões em Requisições de Pequeno Valor e Honorários Periciais.



Fonte: PGE, 2019



### 3.4.3 Integridade e Controle

#### Controladoria-Geral do Estado – CGE



A Controladoria-Geral do Estado – CGE se constitui no órgão central do sistema de controle interno e ouvidoria do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina. A exigência do controle interno se encontra prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Constituição do Estado de Santa Catarina. Para melhor cumprir o disposto nos textos constitucionais foi criada por meio da Lei Complementar Estadual nº 741/2019 a CGE, que se subordina diretamente ao Governador do Estado. Além de outras competências, a CGE é a responsável pelas providências necessárias à defesa do patrimônio público e à prevenção e combate à corrupção.

#### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** contribuir para a melhoria da gestão pública por meio do controle e da avaliação dos gastos e das políticas públicas, promover a correição, o combate à corrupção e fomentar a transparência e o controle social.

**VISÃO:** ser referência na defesa do patrimônio público, no controle interno, na auditoria interna governamental, na correição, na prevenção e no combate à corrupção, nas atividades de ouvidoria e transparência da gestão fiscal no âmbito da administração pública estadual, com vistas à promoção do bem-estar social.

**VALORES:** Autonomia; Ética; Comprometimento; Imparcialidade; Impessoalidade; Competência; Transparência; Foco em resultados para o cidadão.

#### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Gestão Pública	Gestão Pública	Contribuir para a melhoria da gestão pública por meio da transparência e o controle social	Ranking escala Brasil Transparente	Entre os 5 primeiros Estados da Federação
			Percentual de ouvidores capacitados	100%
			Implementação do novo sistema de ouvidoria e acesso à informação nos órgãos e entidades	100%
			Índice de tratamento das manifestações da sociedade	100%
		Contribuir para a melhoria do desempenho da Administração Pública e da qualidade da entrega das políticas públicas	Percentual de Atendimento às recomendações médias e graves	30%
			Percentual de monitoramento dos Programas de Governo das áreas fins	80%
		Aprimorar os controles internos dos órgãos e entidades integrando a gestão de riscos	Avaliação da efetividade de atuação das UCIs	40%
			Quantidade de consultorias prestadas para implementação da gestão de riscos nos órgãos/entidades	6
		Zelar pela conformidade da aplicação dos recursos públicos das empresas	Quantidade de empresas fiscalizadas em relação à aplicação da Lei Federal nº 13.303/16	100%
		Combater a corrupção e a fraude	Índice de denúncias apuradas	75%
Índice de tomada de costas especial concluídas no prazo	100%			



## QUADRO DE PESSOAL

<b>Categorias/Formação</b>	<b>Ativos</b>	<b>Inativos</b>	<b>Outro</b>	<b>Total</b>
<b>Carreira de Auditor Interno do Poder Executivo</b>	<b>51</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>54</b>
Administração	9	2	-	11
Administração/Contabilidade	3	-	-	3
Administração/Direito	1	-	-	1
Contabilidade	18	1	-	19
Contabilidade/Direito	2	-	-	2
Contabilidade/Economia/Direito	1	-	-	1
Direito	13	-	-	13
Economia	4	-	-	4
<b>Servidores à Disposição da CGE e Comissionados</b>	<b>23</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23</b>
Administração	7	-	-	7
Analista de Sistemas	1	-	-	1
Contabilidade	1	-	-	1
Contabilidade/Direito	2	-	-	2
Contador	1	-	-	1
Direito	5	-	-	5
Economia	1	-	-	1
Ensino Médio	1	-	-	1
Gestão de TI	1	-	-	1
Pedagogia	1	-	-	1
Psicologia	1	-	-	1
Sistemas de Informação	1	-	-	1
<b>Terceirizados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>6</b>
<b>TOTAL</b>	<b>74</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>83</b>

## DIAGNÓSTICO SETORIAL

### AUDITORIA

A Auditoria-Geral do Estado – AGE, um dos núcleos técnicos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, vinculada à Controladoria-Geral do Estado – CGE/SC, é responsável pelo planejamento e implementação das atividades de fortalecimento do controle interno, auditoria, prevenção e orientação aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual. Compete a AGE cuidar do controle interno de pessoal, recursos financeiros, licitações, contratos e despesas de custeio. Também prestar atividades de consultoria, orientação e assessoramento em diversas áreas da gestão governamental, tais como na gestão de riscos, na elaboração de propostas de atos normativos, gestão das transferências governamentais, elaboração de editais de licitação e consultas diversas.

O contexto mundial das auditorias governamentais tem enfatizado o relacionamento com os gestores das unidades auditadas como fundamental à promoção da melhoria dos trabalhos, pela análise dos processos, com geração de resultados à sociedade.

A Auditoria-Geral atuará nas funções de:

- Planejar e implementar auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial, de recursos humanos e de gestão;



- Planejar, coordenar e orientar atividades relacionadas ao controle interno nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual;
- Fiscalizar a execução dos programas do Governo do Estado, da execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos;
- Avaliar resultados alcançados por dirigentes de todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual;
- Propor normas para a padronização e racionalização das ações de controle interno do Poder Executivo Estadual.

Com base nas competências atribuídas à Auditoria-Geral e ao seu plano de negócios, verifica-se a necessidade de aprimoramento do uso da tecnologia, juntamente com um corpo funcional alinhado em habilidades e competências, coeso e com bom relacionamento interno. Entende-se que estes elementos propiciam o aperfeiçoamento dos processos de trabalho, a geração de informações estratégicas e o aperfeiçoamento da própria gestão estratégica das atividades de auditoria, a fim de alcançar os objetivos de contribuir para a melhoria do desempenho da Administração Pública, o aprimoramento dos controles internos dos órgãos, zelar pela conformidade, combater a corrupção, estimular o controle social e a transparência pública.

## **CORREGEDORIA**

A Corregedoria-Geral do Estado de Santa Catarina, unidade integrante da Controladoria-Geral do Estado, exerce a função de orientar e supervisionar a atividade correicional dos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

A Corregedoria-Geral atuará nas funções de fiscalização, coordenação, supervisão e execução de instauração de procedimentos administrativos relacionados à Correição (prevenção e apuração de irregularidades praticadas por agentes públicos na esfera administrativa) e ao Combate à Corrupção (apuração e responsabilização dos entes privados que venham a cometer algum tipo de ilícito com a Administração Pública). Poderá ainda, agir de ofício, a partir de notícias divulgadas na imprensa (contanto que haja indícios de autoria ou materialidade da prática de ilícitos administrativos), ou do recebimento de denúncias, inclusive anônimas (desde que preenchidos os requisitos mínimos de admissibilidade), e representações que lhes serão encaminhadas por órgãos públicos, cidadãos, agentes públicos ou autoridades em geral.

Salienta-se que a Corregedoria-Geral do Estado trabalhará com aproximadamente 41 (quarenta e um) órgãos e entidades, atuando de forma concomitante, preventiva ou repressivamente, de modo a fomentar a conduta íntegra do agente público no desenvolvimento de suas atribuições, a fiscalizar e a aprimorar a gestão dos processos administrativos disciplinares e de responsabilização de entes privados, bem como adotar ações que previnam e combatam a fraude e a corrupção.

Compreendem os processos disciplinares: as Investigações Preliminares, as Sindicâncias (investigativa ou apuratória; patrimonial; punitiva ou acusatória), o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC; e o Processo Administrativo Disciplinar – PAD. Compreendem os processos de responsabilização de entes privados: a Investigação Preliminar e o Processo Administrativo Responsabilização – PAR.

Principais problemas públicos enfrentados pela área:

- Implantação de cultura disciplinar (preventiva e sancionadora) efetiva, eficaz e eficiente;
- Ausência de sistemas correicionais;
- Falta de pessoal nas unidades correicionais.

## **OUIDORIA E TRANSPARÊNCIA**

A Ouvidoria-Geral do Estado de Santa Catarina - OGE é a instância de controle e participação social responsável pelo tratamento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios relativos às políticas e aos serviços públicos, prestados sob qualquer forma ou regime, com vistas ao aprimoramento da gestão pública.

O processo de institucionalização garante fundamento jurídico à Ouvidoria. No Estado Decreto Estadual nº 1.027/2008 regulamentou a estruturação, organização e administração do Sistema Administrativo de Ouvidoria no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional. Em 2012 foi publicado o Decreto Estadual nº 1.048/2012, que regulamenta no âmbito do Poder Executivo os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso.

Por sua vez o Decreto Estadual nº 1.917/2013 alterou e acrescentou dispositivos ao Decreto Estadual nº 1.027/2008, estabelecendo entre outros dispositivos o prazo de até 20 (vinte) dias corridos a contar do seu recebimento para que os órgãos setoriais e seccionais encaminhem ao órgão normativo do Sistema Administrativo de Ouvidoria as respostas aos atendimentos.

A Ouvidoria-Geral registrou todos os seus dados em Sistema Informatizado próprio, o Sistema Integrado de Ouvidoria – OUV - <http://www.ouvidoria.sc.gov.br/cidadao/>. Conforme estabelece o Decreto Estadual nº 1.027/2008, alterado pelo Decreto Estadual nº 1.917/2013, todas as comunicações com a Ouvidoria, independentemente dos meios previstos no artigo 6º (pessoalmente, por correspondência remetida por via postal, por via telefônica, por via eletrônica, por mensagem eletrônica) deverão ser registradas no referido sistema.

Foram registrados no período 2011 – 2018 175.788 manifestações de Ouvidoria. A média mensal de recebimentos foi de 1.831 manifestações.

O Gráfico 1 a seguir demonstra as manifestações registradas no período. Do total, 77,34% manifestações foram concluídas e 515 (0,29%) manifestações permaneceram em tratamento ao final do período. Como pode ser observado, o tempo médio de conclusão dos atendimentos foi de aproximadamente 38 dias.

Gráfico 1 – Total de manifestações no período de 2011-2018 – Ouvidoria

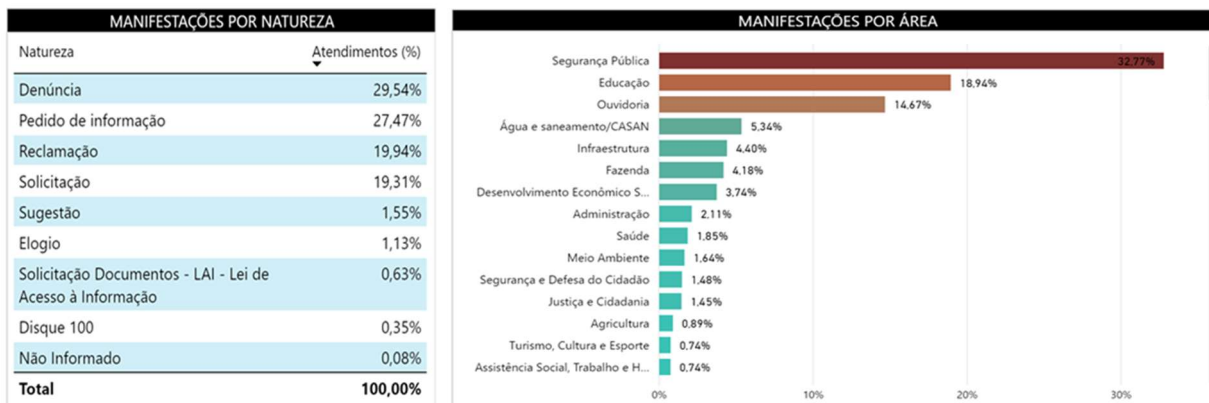


Fonte: Sistema Integrado de Ouvidoria - OUV

Com base no Decreto Federal nº 9.492/2018, que regulamenta a Lei Federal nº 13.460/2017 para a Administração Pública Federal, conceituam-se cinco tipos de manifestação de Ouvidoria: reclamação, denúncia, elogio, sugestão e solicitação de providências. A Ouvidoria-Geral classifica os acionamentos recebidos conforme os conceitos explicitados a seguir:

- Reclamação: demonstração de insatisfação relativa à prestação de serviço público e à conduta de agentes públicos na prestação e na fiscalização desse serviço;
- Denúncia: ato que indica a prática de irregularidade ou de ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos apuratórios competentes;
- Elogio: demonstração de reconhecimento ou satisfação sobre o serviço público oferecido ou o atendimento recebido;
- Sugestão: apresentação de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento de serviços públicos prestados por órgãos e entidades da administração pública;
- Solicitação: demanda que apresenta um requerimento de ações ou procedimentos, aos quais não teve acesso, ou de melhoria nos que lhe foram ofertados.

Tabela 1 – Total de Manifestações por Natureza e Área – 2011-2018



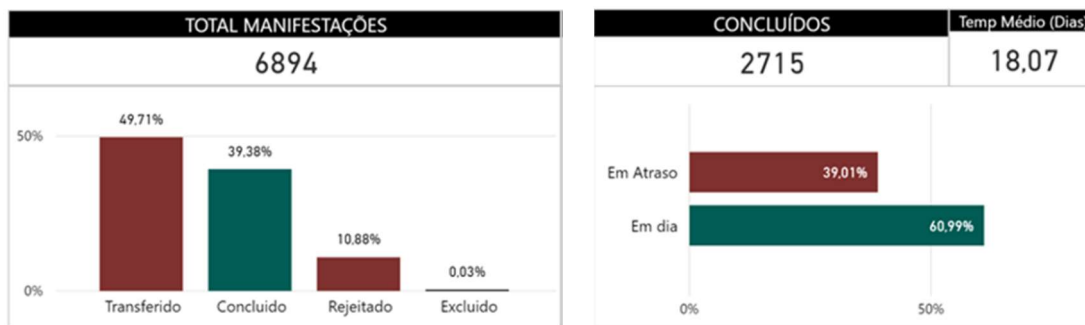
Fonte: Sistema Integrado de Ouvidoria – OUV

De acordo com a Tabela 1 observa-se que a maioria das manifestações foram classificadas como denúncia (51.957), totalizando 29,54% dos registros. Os pedidos de Informação perfizeram 27,47%, seguido das reclamações (19,94%) e solicitações (19,31%). As sugestões, elogios, solicitações de documentos (Lei de Acesso à Informação – LAI), disque 100 e registros não informados perfizeram os 3,74% restantes. Vale ressaltar que a classificação do tipo de reivindicação é feita pelo cidadão no momento do registro do atendimento. A distribuição das demandas por área é feita de acordo com a análise do conteúdo das manifestações. Cada órgão ou entidade da Administração Pública Estadual possui especificidades e características próprias, definidas pelos serviços prestados à população. No intuito de atuar como ferramenta de gestão, na tabela 1 visualiza-se as principais áreas demandadas. Do total das demandas registradas no período, destacaram-se as seguintes áreas: Segurança Pública (32,77%), Educação (18,94%) e Ouvidoria – Pronto Atendimento (14,67%).

A Ouvidoria-Geral do Estado dispõe ainda da ferramenta de Serviços de Informação ao Cidadão – E-SIC, por meio da qual recebe manifestações referentes a Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei Federal nº 12.527/2011). A Lei de Acesso à Informação é uma Lei Nacional, ou seja, deve ser observada por todos os Entes da Federação Brasileira - União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Isso significa que os órgãos públicos integrantes da Administração direta e indireta dos Poderes Executivo, Legislativo - incluindo os Tribunais de Contas - e Judiciário, além do Ministério Público e Defensoria Pública, devem obedecer à LAI e estabelecer sua regulamentação observando o disposto na legislação. Foram registrados no período de 2012 a 2018 6.894 pedidos de acesso a informação. A média mensal de recebimentos foi de 82 pedidos.

O Gráfico 2 a seguir demonstra as manifestações registradas no período. Do total, 49,71% pedidos foram transferidos para o sistema de Ouvidoria, pois não configuravam pedido de acesso a dado ou informação sob a posse da Administração. Por sua vez, foram concluídos 2.715 pedidos (39,38%) com tempo médio de conclusão de aproximadamente 18 dias.

**Gráfico 2 – Total de manifestações no período de 2012-2018 – E-SIC**



Fonte: Sistema Integrado de Ouvidoria – OUV

Diante dos números apresentados, reconhecemos a importância estratégica da Ouvidoria-Geral do Estado, como um dos pilares fundamentais na busca da transparência para o alcance da gestão participativa na Administração Pública, para a construção da consciência democrática e para a inclusão efetiva do cidadão na vida social. A Ouvidoria surge como importante instrumento para estreitar a relação entre a sociedade e o Estado, e permitir que o cidadão participe da gestão, exercendo controle social sobre as políticas e prestação de serviços públicos.

Por fim, reconhecemos que algumas ações não evoluíram na velocidade desejada e, desta forma, algumas questões e desafios importantes devem ser enfrentadas:

- Cobrar os Órgãos quanto aos atendimentos atrasados e promover a maior celeridade na resolução das demandas encaminhadas à OGE;
- Readequação organizacional da área de Ouvidoria nos Órgãos do Estado além da formação da equipe na OGE para o recebimento, registro, acompanhamento e resposta da demanda ao cidadão;
- Sensibilização e capacitação contínua dos responsáveis pela Ouvidoria nos Órgãos do Estado;
- Promover a divulgação de informações e dados estatísticos quantificados e qualificados ao cidadão; e
- Solidificar a cultura de acesso ao site e registro das demandas por meio de link disponibilizado na página da Ouvidoria.



Transparência é tema recorrente no âmbito da Administração Pública, porém, a partir da publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, em 2000, o Brasil passou a regulamentar essa questão. O art. 48 desta Lei regulamenta os instrumentos de transparência da gestão fiscal. Em 2009, com a publicação da Lei Complementar Federal nº 131/2009, conhecida como Lei da Transparência, são estabelecidas as regras para a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A partir dessa Lei, vários outros dispositivos legais foram estabelecidos em nível federal e estadual, o que levou o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda, a criar e manter o Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual. Em 2019, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 741/2019, a CGE, por meio da gerência de transparência e dados abertos – GEDAD, passa a ser responsável pela gestão da transparência no Estado.

Tais legislações estabelecem a necessidade de sustentação do Portal de Transparência e justificam o estabelecimento de uma plataforma de dados em formato aberto no âmbito do Poder Executivo de Santa Catarina. O processo de avaliação realizado pela Controladoria Geral da União, denominado Escala Brasil Transparente, evidenciou em sua avaliação de 2018 oportunidade de melhoria no âmbito de Santa Catarina, uma vez que o Estado foi penalizado na escala de avaliação por não manter tal instrumento de transparência. Além dessas prerrogativas legais, O Tribunal de Contas da União (2015) lista outros quatro motivos para a abertura de dados na Administração Pública: (i) porque a sociedade exige mais transparência na gestão pública; (ii) porque a própria sociedade pode contribuir com serviços inovadores ao cidadão; (iii) porque ajuda a aprimorar a qualidade dos dados governamentais; e, (iv) para viabilizar novos negócios.

Nesse sentido, a GEDAD tem por atribuições: (i) promover a articulação com órgãos e entidades da administração pública estadual com vistas à implementação de políticas de transparência e dados abertos, considerando os princípios de governo aberto; (ii) implementar a política de dados abertos no âmbito do Poder Executivo Estadual; (iii) coordenar a implementação de planos de dados abertos no âmbito do Poder Executivo Estadual; (iv) promover capacitação e treinamento para os órgãos e entidades da administração pública estadual no que tange às questões de sua competência; (v) articular-se com as Gerências de Promoção do Controle Social, Acesso à Informação e Ouvidoria com vistas à melhoria contínua das ferramentas de transparência ativa e dados abertos; (vi) desenvolver estudos e pesquisas atinentes à transparência e dados abertos; (vii) estabelecer parcerias com entes públicos e privados com vistas a desenvolver projetos voltados à transparência e dados abertos; (viii) promover a manutenção e atualização do portal da transparência do Governo do Estado, com vistas a assegurar a transparência dos atos e gastos governamentais, em cumprimento à legislação pertinente; (ix) promover a manutenção e atualização da plataforma de dados abertos do Governo do Estado, com vistas a disponibilizar dados relativos às diversas temáticas da administração pública, em cumprimento à legislação pertinente; (x) dar suporte à CGU no processo de avaliação da Escala Brasil Transparente no que tange à transparência ativa e dados abertos; (xi) desenvolver redes de interação entre municípios e demais poderes com vistas a fortalecer a transparência e dados abertos; e, (xii) exercer outras atividades no âmbito de sua competência.

Como principais problemas enfrentados, citam-se:

PROBLEMA	DESCRIÇÃO
Relacionamento com CIASC	Como órgão central de infraestrutura tecnológica do Estado é preciso manter as aplicações junto a esse órgão, o que demanda gastos de sustentação. Além disso, pode ocorrer demora na entrega de funcionalidades / manutenção de aplicações devido à número de servidores disponibilizado pelo CIASC para atendimento às necessidades da gerência
Relacionamento com demais órgãos de controle	Pode ser que ocorram problemas relativos à definição de atribuições e responsabilidades devido ao fato de que algumas atribuições da CGE, SIG e SEA serem similares
Falta de mecanismos de incentivo e coerção junto aos órgãos	Apesar de exigir grande esforço em termos de definição do que será disponibilizado, bem como na extração, validação e publicação de dados e informações para consumo da sociedade, a área de transparência e dados abertos não é estruturada como um sistema administrativo, sendo assim, não existe “na ponta” setor específico para tratar das questões relacionadas à área, o que pode acarretar em atraso em entregas e não disponibilização de informações importantes



## Secretaria Executiva de Integridade e Governança - SIG

Como órgão gestor do Programa de *Compliance* previsto na Lei Estadual nº 17.715/2019 foi criada pela reforma administrativa a Secretaria Executiva de Integridade e Governança. Sua principal finalidade é garantir a aplicação dos ditames legais no que se refere ao comportamento ético, assim como firmar os pilares de governança, promovendo o fomento da cultura de integridade e a prevenção e o combate à corrupção no âmbito da administração pública estadual.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** promover condições favoráveis para potencializar o valor público das ações governamentais por meio de políticas de orientação, consulta e monitoramento.

**VISÃO:** obter certificação técnica internacional em *Compliance* e colaborar para o alcance dos objetivos estratégicos do Governo Estadual.

**VALORES:** Respeito, Prudência, Compromisso Ético e Lealdade ao Interesse Público.

### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Gestão Pública	Gestão Pública	Que as ações de governo sejam íntegras – Código de Ética	% de órgãos que possuem Código de Ética nos termos da Lei Estadual nº 17.715/2019	100% até 31/12/2020
		Que as ações de governo sejam íntegras – Matriz de Responsabilidade	% de órgãos que possuem Matriz de Responsabilidade	100% até 31/12/2020
		Que as ações de governo sejam íntegras – Plano de Integridade	% de órgãos que possuem Plano de Integridade homologado pela SIG	100% até 31/12/2020
		Que as ações de governo sejam íntegras – Plano de Comunicação	% de servidores capacitados nos termos da Lei Estadual nº 17.715/2019	100% até 31/12/2020
		Que as ações de governo sejam íntegras – Gestão de Riscos	% de órgãos que implantaram a gestão de risco	100% até 31/12/2020
		Que as ações de governo sejam íntegras – Inconformidades	% recomendações feitas ao Estado que vieram a se tornar uma inconformidade	100% até 31/12/2020
		Que as ações de governo sejam íntegras – Critérios de Preenchimento de Cargos	% de cargos que atendem aos critérios estabelecidos	100% até 31/12/2020

### QUADRO DE PESSOAL

Cargos/Funções	Ativos
Secretário Executivo	1
Assistente de Gabinete	2
Assistente Técnico	2
Assessor de Comunicação	1
Coordenador	2
Gerente	2
Diretor	1
<b>Total</b>	<b>11</b>

### DIAGNÓSTICO SETORIAL

O Brasil se encontra na 105ª Posição no Ranking da Transparência Internacional. Em uma classificação onde 100 são países livres da corrupção e 0 altamente corruptos, o score do Brasil é de 35. Ou seja, muito próximo de ser qualificado como altamente corrupto. Desde o início da pesquisa o Brasil continua retrocedendo no combate à corrupção, o que ficou mais evidente com grandes escândalos envolvendo órgãos públicos e corporações, com reflexos na Operação Lava Jato. O cenário não é diferente no âmbito catarinense. Por este motivo e visando a uma administração mais transparente, íntegra e responsável, foi criada a Secretaria Executiva de Integridade e Governança.

## Ministério Público de Contas - MPC



O Ministério Público de Contas de Santa Catarina, regido pelos princípios institucionais da unidade, indivisibilidade e independência funcional e administrativa, é uma instituição componente do sistema de controle externo brasileiro, competindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, a guarda da Lei e a fiscalização de sua execução no âmbito da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado de Santa Catarina, requerendo as medidas

de interesse da justiça, da administração e do erário, consoante as atribuições previstas, especialmente, no art. 129, inciso VI, c/c o art. 130, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 102 da Constituição Estadual de Santa Catarina; arts. 108 e 109 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000; e art. 3º do Regimento Interno deste órgão ministerial (Portaria MPC nº 48/2018, de 04/09/2018). Trata-se de ramo especializado do Ministério Público Brasileiro, com quadro próprio de Procuradores de Contas e de servidores, cujo propósito é o combate à má gestão e à corrupção, visando ao aprimoramento da Administração Pública, ao uso eficiente dos recursos públicos e à concretização dos direitos do cidadão.

De acordo com o Regimento Interno do Ministério Público de Contas (Portaria MPC nº 48/2018, de 04/09/2018), sua estrutura organizacional compreende:

- Órgãos da Administração Superior do Ministério Público de Contas: Procuradoria-Geral, Conselho Superior e Colégio de Procuradores;
- Órgãos de Execução: Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Procurador-Geral Adjunto do Ministério Público de Contas e Procuradores do Ministério Público de Contas;
- Órgãos de Administração: Diretoria-Geral de Administração e Planejamento (Gerência Administrativa e Financeira, Gerência de Recursos Humanos e Gerência de Informática) e Diretoria-Geral de Contas Públicas (Gerência de Distribuição de Processos e Gerência de Controle de Processos);
- Órgãos Auxiliares: Controle Interno, Ouvidoria (Serviço de Informação ao Cidadão), Comissão de Licitações e Assessoria de Comunicação.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** ser um ramo especializado do Ministério Público Brasileiro com plena autonomia, reconhecido como órgão de excelência na garantia da responsabilidade fiscal e da boa gestão dos recursos públicos, em defesa da sociedade.

**VISÃO:** ser referência no combate à má gestão pública em defesa da sociedade catarinense, no âmbito do controle externo.

**VALORES:** Ética; Gestão Responsável; Qualidade; Reconhecimento dos Servidores; Comprometimento; Comunicação e Transparência; Gestão Sustentável; Independência.

### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
Gestão Pública	Gestão Pública	Promover a aproximação do MPC/SC com a sociedade, divulgando suas ações e competências, a fim de se consolidar perante a sociedade como um canal de combate à corrupção e de aprimoramento da gestão de recursos públicos
		Fomentar a participação da sociedade nas atividades desenvolvidas pelo MPC/SC
		Buscar a autonomia plena do MPC/SC
		Reforçar a identidade institucional
		Ampliar e melhorar as relações com os stakeholders
		Buscar recursos para investimento nas áreas do MPC/SC
		Promover a valorização e o desenvolvimento profissional e pessoal do quadro funcional
		Adequar o quadro de pessoal





DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
Gestão Pública	Gestão Pública	Estruturar o Núcleo de Inteligência
		Promover a gestão do conhecimento nos diversos setores do MPC/SC
		Fomentar as ações proativas do MPC/SC
		Atualizar recursos de Tecnologia da Informação e comunicação
		Aprimorar a gestão planejada do MPC/SC

## QUADRO DE PESSOAL

Cargos	Quantidade
Procurador	3
Advogado	1
Analista de Contas públicas	16
Assessor Especial do Procurador-Geral	2
Assessor Especial do Procurador-Geral Adjunto	1
Assessor Técnico	8
Assistente	1
Assistente de Procurador	5
Assistente do Procurador-Geral	1
Assistente do Procurador-Geral Adjunto	1
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral	1
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral Adjunto	1
Chefe de Serviço de Administração de Pessoal	1
Chefe de Serviço de Administração de Processos	1
Chefe de Serviço de Processamento de Dados	1
Diretor Geral de Administração e Planejamento	1
Diretor Geral de Contas Públicas	1
Gerente Administrativo e Financeiro	1
Gerente de Controle de Processos	1
Gerente de Distribuição de Processos	1
Gerente de Informática	1
Gerente de Recursos Humanos	1
Motorista	1
Professor	1
Técnico em Atividades Administrativas	1
Técnico em Contas Públicas	4
<b>Total</b>	<b>58</b>



## Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina – ARES



A Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina – ARES foi criada pela Lei Estadual nº 16.673/2015 como resultado da fusão entre a Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina – AGESC e a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina – AGESAN. A ARES é uma autarquia especial vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável e como tal é caracterizada pela autonomia administrativa, financeira, técnica, patrimonial e de estabilidade dos mandatos de seus dirigentes. A premissa básica da Agência é fiscalizar a prestação dos serviços públicos concedidos e ou delegados, bem como editar normas técnicas, econômicas e sociais para a sua regulação. Tem como ramos de atuação: serviços públicos de saneamento básico; recursos hídricos; recursos minerais; exploração e/ou distribuição de gás natural canalizado; geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; transporte; e outros serviços delegados pela União, pelos Estados e pelos Municípios.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** assegurar a adequada prestação dos serviços de energia elétrica, gás canalizado, recursos minerais, transporte intermunicipal, e saneamento básico no Estado de Santa Catarina, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos setores e garantindo o equilíbrio nas relações entre usuários, prestadores de serviços e Poder Público.

**VISÃO:** ser reconhecida pela excelência de sua atuação nos setores de energia elétrica, gás canalizado, recursos minerais, transporte intermunicipal e saneamento básico, pela qualidade dos seus produtos de regulação e fiscalização, competência de seus recursos humanos e transparência de suas ações.

**VALORES:** Compromisso; servir à sociedade; inovação; responsabilidade social; transparência e publicidade; credibilidade; efetividade; comprometimento das pessoas; unidade e coesão institucional; respeito às pessoas; qualificação profissional.

### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Desenvolvimento social	Saneamento básico	Ampliar a fiscalização para verificar a qualidade da água tratada fornecida e se o esgotamento sanitário atua dentro das normas técnicas	Número de fiscalizações executadas	100 fiscalizações anuais
Desenvolvimento social	Saneamento básico	Ampliar a fiscalização para verificar a segurança do descarte da coleta de resíduos sólidos	Número de fiscalizações executadas	20 fiscalizações anuais
Desenvolvimento social	Energia	Ampliar a fiscalização para verificar o cumprimento das normas de segurança para o fornecimento de gás canalizado	Número de fiscalizações executadas	20 fiscalizações anuais
Desenvolvimento social	Logística de transportes	Ampliar a fiscalização para apurar a qualidade dos serviços de transportes coletivos intermunicipais	Número de fiscalizações executadas	120 fiscalizações anuais
Gestão Pública	Gestão de pessoas	Disponibilizar oportunidades de capacitação continuada aos servidores;	Número de servidores participantes de cursos de aperfeiçoamento;	30 participantes anuais

### QUADRO DE PESSOAL

Cargos	Efetivos lotados	Comissionados puros	Servidor efetivo ocupando cargo comissionado	Terceirizados	Cedidos à ARES por outras UG	Cedidos à ARES por outros poderes	Cedidos pela ARES a outras UG	Total em exercício na agência
Administrador	2	0	0	0	0	0	0	2
Advogado	1	0	0	0	0	0	0	1
Analista Técnico Administrativo	6	0	0	0	0	0	3	3
Biólogo	1	0	0	0	1	1	0	3
Engenheiro sanitaria	1	0	0	0	0	0	0	1
Engenheiro	5	0	0	0	0	0	0	5
Geógrafo	1	0	0	0	0	0	0	1
Geólogo	1	0	0	0	0	0	0	1
Técnico em atividades de engenharia	2	0	0	0	0	0	0	2
Motorista	1	0	0	5	0	0	0	6
Conselheiro	0	9	0	0	0	0	0	9
Presidente	0	1	0	0	0	0	0	1
Diretor	0	3	0	0	0	0	0	3
Gerente	1	7	1	0	0	0	0	9
Ouvidor	0	1	0	0	0	0	0	1
Procurador	0	1	0	0	0	0	0	1
Controle interno	1	0	1	0	0	0	0	2
Assessor de comunicação	0	1	0	0	0	0	0	1
Auxiliar administrativo	0	0	0	1	0	0	0	1
Servente	0	0	0	2	0	0	0	2
Copelira	0	0	0	2	0	0	0	2
Instrutor de informática	0	0	0	9	0	0	0	9
Digitador	0	0	0	3	0	0	0	3
Recepcionista	0	0	0	4	0	0	0	4
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>23</b>	<b>2</b>	<b>26</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>69</b>



## DIAGNÓSTICO SETORIAL

O Estado de Santa Catarina possui boa cobertura dos serviços essenciais, exceto quanto à cobertura domiciliar da rede de coleta de esgoto. Por outro lado, 86% dos Municípios catarinenses possuem Plano de Saneamento Básico. O Estado desenvolveu o Plano Estadual de Resíduos Sólidos no qual estão indicadas as diretrizes.

### Cobertura domiciliar

Descrição	Percentual
Água encanada	91,91%
Energia elétrica	99,97%
Rede de esgoto	23,55%
Coleta de lixo	93,58%

### Aterros Sanitários

Operadores	Nº Aterros	Percentual
Empresas privadas	27	79,41%
Município/ Consórcios intermunicipais	6	17,64%
Associação de catadores	1	2,95%

### Disponibilidade de Gás Natural para uso

Setor	Nº Municípios	Percentual
Residencial	8	2,71%
Comercial/Industrial	16	5,42%



### 3.4.4 Gestão Administrativa e Folha de Pessoal

## Secretaria de Estado da Administração – SEA



A Secretaria da Administração – SEA, criada pela Lei Estadual nº 4.547/1970, ao longo dos anos passou por substanciais transformações que moldaram seu escopo de atuação e suas atribuições. A reforma administrativa decorrente a Lei Complementar

Estadual nº 741/2019 manteve a SEA como responsável por cinco sistemas administrativos no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional, a saber:

- Gestão de Materiais e Serviços;
- Gestão de Pessoas;
- Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Gestão Documental e Publicação Oficial; e
- Gestão Patrimonial.

Além dos sistemas administrativos, a SEA também é responsável pelas seguintes atividades:

- Saúde do Servidor;
- Administração das áreas comuns do Centro Administrativo;
- Gestão do Plano SC Saúde; e
- Coordenar e gerenciar os Centros de Serviços Compartilhados da Administração Pública Estadual.

De acordo com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 741/2019, para efeitos de supervisão, coordenação, orientação e fiscalização, vinculam-se à SEA:

- A Autarquia Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV;
- A Fundação Escola de Governo – ENA; e
- A Empresa Pública Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. – CIASC.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** definir e gerir as políticas administrativas de gestão de pessoas, saúde e segurança do servidor, patrimônio, documentação, materiais e serviços, ouvidoria e tecnologia da informação e comunicação, para dar suporte aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, objetivando a excelência dos serviços prestados à sociedade.

**VISÃO:** ser referência nacional de excelência em políticas administrativas.

**VALORES:** Ética; Respeito; Integridade; Honestidade; Solidariedade.

### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Gestão Pública	Administração e Finanças	Implantar o Centro de Serviços Compartilhados	Nº de órgãos integrados/órgãos a integrar	100%
	Compras Governamentais	Implantar o Banco de Preços	Nº de processos de aquisição que utilizam o banco para formação do preço referência/nº de processos	80%
		Implantar o sistema integrado de compras, contratos, materiais e patrimônio	Módulo Implantado/4 módulos	100%
		Aperfeiçoar do e-LIC para realização de pregão eletrônico	Nº de órgãos que utilizam o sistema e-Lic/nº total de órgãos	100%
		Implantar a gestão de fiscalização dos contratos (CadPen)	Nº de fiscais de contratos capacitados/nº de fiscais	100%
		Implantar o Cadastro Digital de Fornecedores	Nº de processos de cadastro digitais/nº de fornecedores	100%
	Gestão de Pessoas	Instituir a Política Estadual de Desenvolvimento do Servidor em parceria com a ENA	Horas de capacitação/Total de horas previstas na Política	100%



DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Gestão Pública	Gestão de Pessoas	Instituir a Gestão por Competências	Número de competências mapeadas/Nº de competências	100%
		Instituir em parceria com a ENA o novo modelo de cursos de formação	Número de cursos de formação/Cursos Previstos na Política	100%
		Instituir certificação para o exercício de cargos de provimento em comissão e função gratificada	Nº de certificações/ nº de cargos passíveis de certificações	100%
		Evoluir o SIGRH viabilizando os serviços digitais ao servidor	Nº de serviços digitais implantados/nº de serviços digitais	100%
		Mapear a força de trabalho, as competências e remuneração	Nº de órgãos mapeados/nº de órgãos	100%
	Gestão Estratégica	Implantar o sistema de gestão por indicadores do Governo do Estado	Nº de secretarias de Estado com sistema implantado	100%
		Atualizar e institucionalizar o Plano de Desenvolvimento SC 2030	% de objetivos estabelecidos no PDSC 2030 atingidos	75%
		Implantar a gestão por processos	Nº de macroprocessos mapeados/200 macroprocessos	100%
	Infraestrutura	Promover a adequação e acessibilidade dos prédios públicos do Centro Administrativo – Bloco I, II, III	Nº de órgãos com acessibilidade adequada/nº de órgãos sem acessibilidade	100%
		Promover a adequação e acessibilidade dos prédios públicos que atendem as Perícias Médicas	Nº de órgãos com acessibilidade adequada/nº de órgãos sem acessibilidade	100%
		Promover a adequação e acessibilidade dos prédios públicos que atendem os Centros de Atendimento ao Segurado	Nº de órgãos com acessibilidade adequada/nº de órgãos sem acessibilidade	100%
		Promover a regularização do esgotamento sanitário do Centro Administrativo	Órgão com esgotamento sanitário implantado /nº de órgãos sem esgotamento	100%
	Gestão Patrimonial	Inventariar e regularizar os registros dos imóveis públicos	Nº de imóveis regularizados/total de imóveis	100%
		Dar destino adequado aos imóveis públicos	Nº de imóveis ocupados/total de imóveis	100%
	Tecnologia e Inovação	Disponibilizar, analisar e compartilhar dados para gestão	Nº de bases de dados disponibilizadas no Boa Vista/nº bases existentes	100%
		Implantar redes de inovação	Nº de órgãos com Adesão Rede de Inovação Governo/nº de órgãos	100%
		Adquirir e regularizar licenças de softwares utilizados	Nº de Softwares Licenciados/N. softwares instalados	100%
		Renovar a estrutura tecnológica	Nº de estações de trabalho renovadas/total de estações de trabalho	100%
		Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia e Informação	Não se aplica	100%
		Elaborar o Projeto de Digitalização Documental	Não se aplica	100%
		Evoluir o Sistema de Processo Eletrônico	Não se aplica	NA
		Implantar os serviços digitais ao cidadão	Nº de serviços digitais implantados/total de serviços prestados	100%
		Evoluir o sistema de publicações do DOESC	Não se aplica	NA
	Saúde do Servidor (Perícia Médica)	Criar as Comissões de Saúde do Servidor nos órgãos e entidades do Governo com mais de 250 servidores – Lei Estadual nº 14.609/2009	Nº de Comissões de Saúde do Servidor Implementadas/nº de órgãos com mais de 250 servidores	100%
		Diminuir o gasto com unidades periciais	Total gasto em 2020/total gasto em 2019	30%
	Saúde do Servidor (SC Saúde)	Melhorar a satisfação dos segurados	Nº de Segurados satisfeitos / Amostra	94%
		Ampliar a área de cobertura das auditorias externas para as regiões do Oeste, Meio-Oeste e Extremo Oeste	Nº de regiões atendidas/ nº total de regiões do Estado de SC	100%
		Eliminar o uso do cartão físico	Número de cartões impressos/ nº de Segurados	100%
		Aumentar o nº de inclusões de segurados no plano SC Saúde	Nº de inclusões / total de não segurados	10%
		Reduzir os Custos do SC Saúde com aquisição de OPME(órgãos, próteses e materiais especiais) através da aquisição direta junto aos fabricantes	Total gasto em 2020/ total gasto em 2019	30%
		Ampliar e aperfeiçoar a utilização da ferramenta email-marketing, atingindo o público alvo através dos e-mails cadastrados na base de dados dos segurados do SC Saúde	Nº de e-mails de segurados titulares cadastrados/ nº de segurados titulares	100%



## QUADRO DE PESSOAL

Orgão Mês Referência Carreiras	SEA-1501		Total
	06/2019		
	Ativo	Inativo	
ADMINISTRADOR	49	18	67
ADMINISTRADOR ESCOLAR	1	2	3
ADVOGADO	1		1
AGENTE AUXILIAR DE SAUDE PUBLICA	1		1
AGENTE DE SEGURANCA SOCIOEDUCATIVO	1	2	3
AGENTE DE SERVICOS GERAIS	14	35	49
AGENTE EM ATIV ADMINISTRATIVAS	1		1
AGENTE EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	17	31	48
AGENTE EM ATIVIDADES DE SAUDE II	4	4	8
AGENTE PENITENCIARIO	1		1
ANALISTA DE ESPORTE	1		1
ANALISTA DE INFORMATICA	6		6
ANALISTA TECNICO ADMINISTRATIVO II	62	33	95
ARTIFICE I	7	22	29
ARTIFICE II	2	6	8
ASSESSOR		1	1
ASSESSOR DE COMUNICACAO (LC 741/2019)	1		1
ASSESSOR DE GABINETE (LC 741/2019)	2		2
ASSESSOR ESPECIAL (LC 741/2019)	2		2
ASSESSOR TECNICO (LC 741/2019)	12		12
ASSISTENTE DE GABINETE (LC 741/2019)	6		6
ASSISTENTE DE SERVICIO		2	2
ASSISTENTE DO SECRETARIO	1		1
ASSISTENTE JURIDICO	6		6
ASSISTENTE SOCIAL	15	18	33
ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO	14		14
ATENDENTE DE SAUDE PUBLICA	1	1	2
BIBLIOTECARIO	2	4	6
CONSULTOR EDUCACIONAL	9	8	17
Orgão Mês Referência Carreiras	SEA-1501		Total
06/2019			
Ativo	Inativo		
CONTADOR		1	1
COORDENADOR DE ADMINISTRACAO (LC 741/2019)	1		1
COORDENADOR DE APOIO OPERACIONAL (LC 741/2019)	1		1
COORDENADOR DE ATIVIDADES DE ENGENHARIA (LC 741/2019)	1		1
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA (LC 741/2019)	1		1
COORDENADOR DE CONTROLE PATRIMONIAL (LC 741/2019)	1		1
COORDENADOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE (LC 741/2019)	1		1
COORDENADOR DE GRUPO (LC 741/2019)	1		1
COORDENADOR DE PADRONIZACAO E GESTAO DA INFORMACAO DE PESSOAL (LC 741/2019)	1		1
COORDENADOR DE PROCESSOS ELETRONICOS (LC 741/2019)	1		1
DIRETOR DA IMPRENSA OFICIAL E EDITORA DE SANTA CATARINA	1		1
DIRETOR DE GESTAO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	1		1
DIRETOR DE GESTAO PATRIMONIAL	1		1
DIRETOR DE SAUDE DO SERVIDOR (LC 741/2019)	1		1
DISPOSICAO - ONUS DA ORIGEM	4		4
DISPOSICAO - RECEBIDOS DE OUTRO AGRUPAMENTO\DISPOSICAO - ONUS DA ORIGEM	3		3
DISPOSICAO - RECEBIDOS DE OUTRO AGRUPAMENTO\DISPOSICAO ONUS DA ORIGEM COM RESSARCIMENTO	1		1
ECONOMISTA	1	3	4
ELETRICISTA	1		1
ENCARREGADO DE SETOR		1	1
ENFERMEIRO	17	1	18
ENGENHEIRO	5	3	8
ESTÁGIO	19		19
FARMACEUTICO	1	1	2
FISIOTERAPEUTA	2		2
GERENTE DA ENA VIRTUAL (LC 741/2019)	1		1
GERENTE DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS (LC 741/2019)	1		1
GERENTE DE APOIO OPERACIONAL DA CC (LC 741/2019)	1		1
GERENTE DE APOIO OPERACIONAL DA SEF (LC 741/2019)	1		1
GERENTE DE BENEFICIOS FUNCIONAIS	1		1
GERENTE DE BENS IMOVEIS (LC 741/2019)	1		1
GERENTE DE BENS INTANGIVEIS (LC 741/2019)	1		1



Orgão	SEA-1501		Total
	06/2019		
	Ativo	Inativo	
MOTORISTA	7	7	14
OPERADOR GRAFICO	4	32	36
ORIENTADOR EDUCACIONAL	4	1	5
PEDAGOGO	1	1	2
PEDIATRIA	1		1
PRESIDENTE (LC 741/2019)	1		1
PROCURADOR ADMINISTRATIVO		1	1
PROCURADOR DO ESTADO		1	1
PROCURADOR JURIDICO		1	1
PROFESSOR	23	14	37
PSICOLOGO	18	1	19
SANITARISTA		1	1
SECRETARIO ADJUNTO	1		1
SECRETARIO DE ESTADO	1		1
SUPERVISOR ESCOLAR	1		1
TECNICO EM ASSUNTOS CULTURAIS		1	1
TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	121	197	318
TECNICO EM ATIVIDADES DE CRECHE	1		1
TECNICO EM ATIVIDADES DE ENGENHARIA	5	6	11
TECNICO EM ATIVIDADES DE SAUDE	2	1	3
TECNICO EM CONTABILIDADE	12	7	19
TECNICO EM DESENHO		3	3
TECNICO EM ENFERMAGEM	3		3
TECNICO EM ENFERMAGEM DO TRABALHO	1		1
TECNICO EM INFORMÁTICA	1		1
TECNICO EM SEGURANCA DO TRABALHO	6	1	7
TECNICO UNIVERSITARIO DESENVOLVIMENTO - CLASSE D	1		1
TECNICO UNIVERSITARIO SUPORTE - CLASSE A	1		1
TECNICO UNIVERSITARIO SUPORTE - CLASSE C	1		1
<b>Total</b>	<b>598</b>	<b>512</b>	<b>1110</b>

## DIAGNÓSTICO SETORIAL

### GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

À Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas compete: normatizar, supervisionar, controlar, orientar e formular políticas de gestão de pessoas de todos os órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo estadual e, como responsável pelo gerenciamento e coordenação do desenvolvimento e manutenção evolutiva do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, atender órgãos e entidades da Administração Indireta em conjunto com o Centro de Informática e Automação do Estado – CIASC. O SIGRH teve seu início em 2010 e atualmente conta com mais de 80 órgãos implantados, gerenciando cerca de 160 mil vínculos e processando folha de pagamento de quase R\$ 1 bilhão/mês.

### GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO SERVIDOR

Na Gestão de Saúde e Segurança do Servidor há de se destacar a Gerência de Saúde do Servidor, a Gerência de Perícia Médica e a Gerência de Controle e Benefícios de Saúde.

A Gerência de Saúde do Servidor instituiu o Programa Estadual de Saúde Ocupacional do Servidor Público, conforme a Lei Estadual nº 14.609/2009, que tem por objetivo estabelecer diretrizes e normas para o sistema de gestão da segurança no trabalho e da promoção da saúde dos servidores públicos estaduais. Atua com atividades de normatização, coordenação, regulação, controle e supervisão relacionados à saúde do servidor público dos órgãos e entidades do poder executivo estadual, bem como na elaboração de laudos periciais de insalubridade, periculosidade e aposentadoria especial. No período compreendido entre 2016 e 2019 houve uma crescente demanda em relação à elaboração dos laudos periciais, em especial os laudos de Análise de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT: 2016 (emissão de 274 LTCAT); 2017 (emissão de 505 LTCAT); 2018 (emissão de 913 LTCAT); e Jan-Jun/2019 (emissão de 250 LTCAT);

A Gerência de Perícia Médica realiza processos de avaliação pericial relativos a concessão de licenças para tratamento de saúde do servidor e familiar, processos de readaptação, remoção e aposentadoria por invalidez, além de isenção de IR e contribuição previdenciária, entre outros benefícios periciais. No ano de 2018 foram concedidos 40.659 benefícios de Saúde no Estado.



A Gerência de Controle e Benefícios de Saúde executa ações de acompanhamento e controle de benefícios periciais, elaborando relatórios estatísticos que subsidiam a tomada de decisão, além de promover a atualização da legislação, manuais e formulários e cursos de capacitação na área, visando a otimização dos processos periciais de saúde no Estado.

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO

Compete à Diretoria de Gestão Patrimonial: normatização, supervisão, orientação e formulação de políticas de gestão patrimonial do Estado. A Diretoria promove a organização, integração e eficácia dos processos que envolvem os ativos pertencentes ao Estado de Santa Catarina, visando o melhor aproveitamento dos bens móveis e imóveis pelo Poder Público. Por meio dos sistemas de controle de patrimônio, SISPAT e SIGEP, respectivamente o sistema de controle dos bens móveis e o sistema de controle de bens imóveis, a Diretoria de Gestão Patrimonial registra a movimentação dos bens do Estado, zelando pela legalidade dos atos e seu uso eficiente.

Foi constituída a comissão de levantamento e reavaliação dos bens imóveis por meio do Decreto Estadual nº 11/2019, uma vez que estudos preliminares apontam para necessidade de regularização de aproximadamente 26% dos imóveis, com pendências diversas, tais como estrutura física, pendências judiciais e cartorárias, ocupação, contratos administrativos, doações, reavaliação, registro no sistema de controle, entre outros. Estes sistemas demandam atualizações tecnológicas que permitam maior eficiência nos controles. O SISPAT foi desenvolvido em 1991 e o SIGEP em 2009. Ambos sistemas são limitados e não atendem a necessidade de informações para a gestão dos bens.

A Secretaria de Estado da Administração realizou em 2018 dois leilões de bens móveis inservíveis, que arrecadaram um total de R\$ 2.258.410,00. Também foi efetivado leilão de bens imóveis adjudicados, com o ingresso de R\$ 21.380.500,00 para o Fundo de Gestão Patrimonial. Ainda foram tramitados processos para a alienação de bens nos anos não eleitorais, correções de cadastro patrimonial, controle de locações de imóveis, transferência e afetação de imóveis do Governo do Estado.

Em 2018 os dados relativos a frota do Estado para o atendimento dos serviços públicos são:

DESCRIÇÃO	2018
Veículos e equipamentos (Qt)	11.829
Valor estimado (milhões R\$)	290 milhões de Reais
Quilometragem percorrida (milhões Km)	114 milhões de Km
Abastecimentos (Qt)	369.916
Consumo de combustíveis (milhões litros)	15
Custo com combustíveis (milhões R\$)	49
Postos Contratados (Qt)	344

Fonte: SEA, 2019

São prioridades estratégicas da Diretoria de Gestão Patrimonial, quanto a gestão dos bens imóveis: coordenar os esforços para a ocupação dos imóveis do Estado por órgãos e entidades da administração pública estadual, reduzindo o custo com alugueis; promover a regularização das estruturas físicas dos imóveis afetados aos órgãos e entidades; eliminar pendências judiciais, cartorárias e de ocupação dos imóveis; fiscalizar os contratos administrativos correlatos à diretoria; revisar e regularizar as alienações (doações, cessões, concessões) e desenvolver um sistema que permita o georeferenciamento dos bens estaduais.

Quanto aos avanços na gestão da frota, será priorizada a realização de certame para a contratação única de manutenções dos veículos, com redução dos custos atuais decorrentes de múltiplas contratações. Ainda, encontra-se em fase final de preparação a licitação de aplicativo para deslocamento administrativo de servidores na Grande Florianópolis, outra medida que visa reduzir custos das atividades meio de todo o Estado.

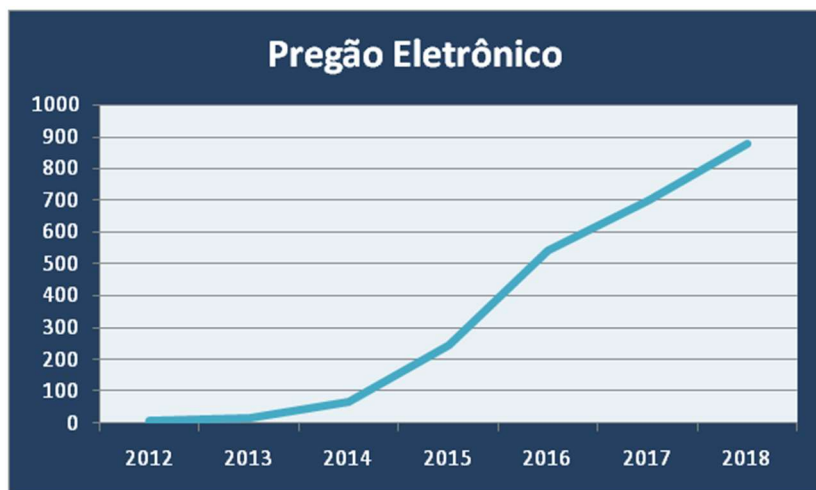
Para melhoria da gestão de bens móveis serão priorizadas: revisão da legislação para atualização dos registros e compatibilização com as normas contábeis e o desenvolvimento de um sistema de controle mais eficiente.



## GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

Os últimos anos foram marcados pela intensificação do uso do pregão eletrônico que, em 2018 passou a responder por 44% do volume total de pregões realizados. Na figura a seguir fica demonstrada a evolução dos pregões eletrônicos no período de 2012 a 2018:

A intensificação do uso de pregão eletrônico resultou no aumento do número de participantes, ampliando a competitividade dos certames e, dessa forma, reduzindo os valores ofertados e gerando uma economia média de 20% para os cofres públicos.



Fonte: SEA, 2019

No que se refere à gestão de contratos a DGLC passou a adotar o Módulo de Contratos, vinculado ao Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF para registro das informações dos contratos de todos os órgãos. A utilização do Módulo permite o acompanhamento em tempo real da execução dos contratos firmados pelo Executivo estadual. Além disso, configura-se como uma importante ferramenta de transparência e *accountability*.

## GESTÃO DO PLANO DE SAÚDE DO SERVIDOR

O SC Saúde é público, sem fins lucrativos e é facultado a todos os servidores do Estado de Santa Catarina, com mais de 200.000 segurados beneficiados pela nossa cobertura. Atualmente o Plano SC Saúde mantém convênio para prestação de serviços com as prefeituras de Florianópolis e Palhoça.

Houve um acréscimo entre 2014 e 2019 de 18,3% no número de segurados e de 21,3% de atendimentos nos CAS entre 2015 e 2018.

EVOLUÇÃO – NÚMERO DE SEGURADOS, ATENDIMENTOS E REDE CREDENCIADA						
TIPO	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Prestadores	2.734	3.324	2.406	2.239	2.273	2.152
Profissionais	3655	4.098	5.747	5.823	6.611	13.476
Segurados	171.304	173.186	190.452	193.491	200.918	202.756
Atendimentos CAS	21.277	91.616	107.199	112.623	111.199	34.730

Fonte: SEA, 2019



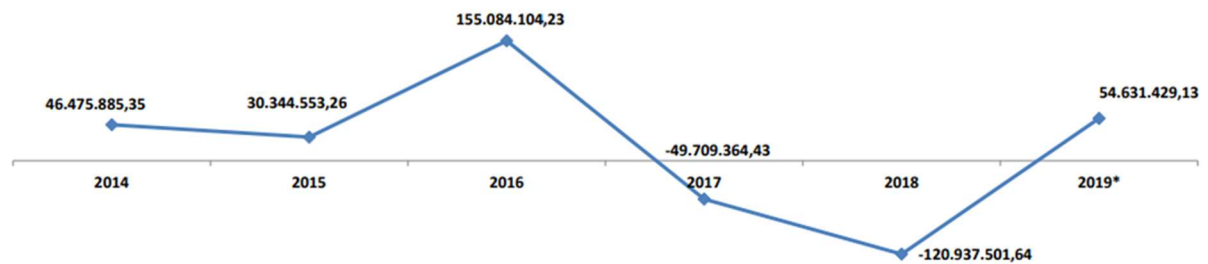
O Fundo do Plano de Saúde é mantido pelas contribuições dos segurados titulares, cujos valores são percentual da remuneração dos servidores com a contrapartida do Estado. Houve resultado negativo entre 2017 e 2018, devido à redução da contribuição patronal de 4,5% pra 0,5% no período. O equilíbrio atuarial e saúde financeira são os maiores desafios da gestão do SC Saúde, devido à ausência de data base de reajuste de salários, o que impossibilita as projeções de crescimento na arrecadação do Fundo.

RECEITAS E DESPESAS (FUNDO DO PLANO DE SAÚDE DOS SERV. PÚB. ESTADUAIS) - 2014 A 2019

RECEITAS/DESPESAS	2014	2015	2016	2017	2018	2019*	TOTAL
RECEITA ORÇAM. ARRECADADA	465.447.458,82	478.839.234,47	695.836.368,14	560.946.838,51	586.341.180,18	277.678.925,90	3.065.090.006,02
DESPESAS PAGAS	369.027.426,10	420.352.573,88	481.999.350,01	559.931.825,03	627.816.015,57	212.411.248,41	2.671.538.439,00
SUPERAVIT/DEFICIT	96.420.032,72	58.486.660,59	213.837.018,13	1.015.013,48	(41.474.835,39)	65.267.677,49	393.551.567,02
RESTOS A PAGAR	49.944.147,37	28.142.107,33	58.752.913,90	50.724.377,91	79.462.666,25	10.636.248,36	277.662.461,12
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>46.475.885,35</b>	<b>30.344.553,26</b>	<b>155.084.104,23</b>	<b>(49.709.364,43)</b>	<b>(120.937.501,64)</b>	<b>54.631.429,13</b>	<b>115.889.105,90</b>

\* até maio/2019

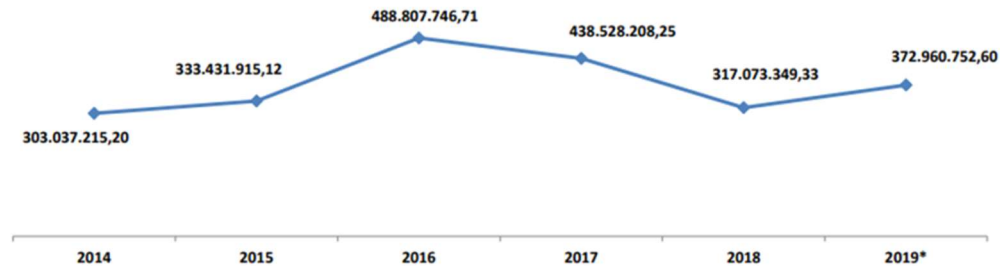
**RESULTADO FINANCEIRO**



CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2014	2015	2016	2017	2018	2019*
INICIAL	263.455.171,87	303.037.215,20	333.431.915,12	488.807.746,71	438.528.208,25	317.073.349,33
FINAL	303.037.215,20	333.431.915,12	488.807.746,71	438.528.208,25	317.073.349,33	372.960.752,60

\* até maio/2019

**Caixa e Equivalentes de Caixa**



FONTE: SIGEF

## FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO – ENA



A Fundação Escola de Governo – ENA no cumprimento de seu objetivo central de capacitar, desenvolver e aperfeiçoar integrantes do quadro funcional e administrativo estadual transcende a fronteira da mera transmissão de conhecimentos, pois atua no aperfeiçoamento técnico, cognitivo e no desenvolvimento das práticas relativas ao exercício das funções públicas, alinhadas com o compromisso de modernização do Estado, com a governança voltada à sustentabilidade e com a excelência dos serviços prestados à sociedade.

A ENA, instituída em atendimento à previsão constitucional de criação e manutenção de Escolas de Governo nos Estados da Federação, conforme previsto no Artigo 39 da Constituição da República Federativa do Brasil, é uma entidade pública com personalidade jurídica de direito público, vinculada à Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina. Criada pela Lei Complementar Estadual nº 446/2009, a instituição tem sede e foro no Município de Florianópolis, com patrimônio e receitas próprias, possuindo como diretriz principal de seu funcionamento a busca do autofinanciamento. Para tanto, goza de autonomia técnico-científica, operacional, administrativa e financeira. Com a edição da Lei Complementar Estadual nº 741/2019 as competências da ENA foram ampliadas, com a consequente alteração na sua estrutura organizacional, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 144/2019, com a importante inclusão do Arquivo Público, responsável pelo patrimônio documental acumulado pelo Governo do Estado de Santa Catarina desde o século XVIII.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** desenvolver formação, capacitação, pesquisa e extensão inovadoras para os agentes públicos, visando a melhoria da gestão pública e o bem-estar da sociedade.

**VISÃO:** ser uma escola de governo reconhecida pelas práticas inovadoras, consolidando-se como agente de mudanças da gestão pública e da sociedade.

**VALORES:** Ética e Transparência; Confiança, Respeito e Comprometimento; Eficiência, Eficácia e Responsividade; Valorização e Reconhecimento; Sustentabilidade/Responsabilidade Social; Qualidade e Credibilidade; Interatividade; Flexibilidade e Parceria; Autonomia; Competência; Participação, Democracia e Governança; Inovação; Qualidade de vida no trabalho.

### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Desenvolvimento Econômico Sustentável	Cultura	Assegurar a recuperação, a preservação, o acesso e a difusão do patrimônio documental do Governo do Estado	Percentual de instalação do Arquivo Público na sede definitiva	Arquivo Público 100% instalado
			Quantidade de profissionais técnicos	3 arquivistas, 2 bibliotecários, 1 restaurador, 1 químico e 1 analista de tecnologia da informação e comunicação
			Quantidade de profissionais capacitados	Capacitar continuamente 100% dos servidores do APESC
			Número de visualizações em plataformas de comunicação virtual	Atingir 50.000 visualizações em plataformas de comunicação virtual
			Percentual de materiais do acervo incluídos no sistema informatizado	Incluir 80% dos materiais bibliográficos e 100% do acervo descrito no sistema informatizado
			Quantidade de recursos financeiros obtidos com projetos de captação	Captar 5 milhões de reais em projetos



DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META
Desenvolvimento Econômico Sustentável	Cultura	Assegurar a recuperação, a preservação, o acesso e a difusão do patrimônio documental do Governo do Estado	Quantidade de parcerias estabelecidas	Estabelecer parceria com, no mínimo, 5 atores/instituições
			Quantidade de metros lineares de documentos recolhidos	Recolher 5 mil metros lineares de documentos
			Percentual de conclusão do Plano de Preservação de Documentos	Plano de Preservação de Documentos 100% concluído
			Quantidade de páginas de documentos restauradas	Restaurar 140.000 páginas de documentos
			Percentual de fundos documentais descritos	Descrever 30% dos fundos documentais do acervo
			Número de páginas digitalizadas	Digitalizar 270 mil páginas de documentos
Gestão Pública	Gestão Pública	Promover cursos de educação continuada aos agentes públicos	Número de horas-aula ministradas	Ministrar 1000 horas-aula por ano
			Número de agentes públicos aptos à certificação	Alcançar 1000 agentes públicos aptos à certificação
			Número de órgãos/entes atendidos	Atender 80% de órgãos/entes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo estadual
		Promover cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> voltados ao desempenho da função	Número de cursos <i>lato sensu</i> ofertados	Promover 2 cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>
			Número de servidores especialistas	Formar 50 servidores especialistas
		Promover cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na modalidade Mestrado Profissional voltados ao desempenho da função	Número de cursos <i>stricto sensu</i> ofertados	Promover 1 turma de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na modalidade Mestrado Profissional
			Número de servidores mestres	Formar 15 servidores mestres
		Modernizar a Plataforma Virtual de Aprendizagem (Moodle)	Número de atualizações da Plataforma Virtual de Aprendizagem (Moodle)	Realizar 2 atualizações



### 3.4.5 Gestão Fiscal

## Secretaria de Estado da Fazenda - SEF

A Secretaria de Estado da Fazenda – SEF é órgão central dos sistemas de Administração Financeira, Contábil e Planejamento Orçamentário do Estado de Santa Catarina. Por meio de cinco diretorias a SEF: administra a arrecadação e fiscalização dos tributos estaduais; gerencia e controla a utilização dos recursos públicos estaduais; elabora, executa e acompanha o orçamento estadual; contabiliza a gestão dos recursos públicos; e acompanha e controla a dívida pública do Estado. A SEF apoia os órgãos e entidades do Governo do Estado quanto à administração financeira e contábil, sempre com o objetivo de garantir que os impostos pagos pelos contribuintes sejam muito bem aplicados nos serviços demandados pelos cidadãos catarinenses.

### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** promover políticas tributárias justas, planejar, arrecadar e controlar a aplicação dos recursos públicos, visando o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

**VISÃO:** ser reconhecida nacionalmente pela excelência na gestão pública e fazendária.

**VALORES:** Ética; Respeito; Justiça; Honestidade

### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META 2023
Gestão Pública	Gestão Pública	Arrecadar e fiscalizar os tributos estaduais	Receita tributária total	35,23 Bilhões de Reais
			Operações fiscais realizadas	250 (por ano)
		Elaborar, executar e acompanhar o orçamento estadual		
		Acompanhar e controlar a dívida pública do Estado		
		Apoiar os demais órgãos do Governo do Estado quanto à administração financeira e contábil, sempre com o objetivo de garantir que os impostos pagos pelos contribuintes sejam muito bem aplicados nos serviços demandados pelos cidadãos catarinenses		

### QUADRO DE PESSOAL

#### Quadro de servidores da Secretaria de Estado da Fazenda

Carreiras	Ativos	Inativos	Total
À disposição da SEF	15	-	15
Analista da Receita Estadual	189	834	1023
Analista Financeiro do Tesouro Estadual	14	-	14
Auditor Fiscal da Receita Estadual	361	542	903
Auditor Interno do Poder Executivo	60	3	63
Quadro Especial SEF	20	4	24
Contador da Fazenda Estadual	97	6	103
Comissionado Puro	33	-	33
<b>TOTAL</b>	<b>789</b>	<b>1.389</b>	<b>2.178</b>



## DIAGNÓSTICO SETORIAL

A Responsabilidade na Gestão Fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnam riscos e se corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

As competências da Secretaria de Estado da Fazenda da Santa Catarina estão dispostas no artigo 36 da Lei Complementar Estadual nº 741/2019, conforme segue:

- Manifestar-se sobre assuntos que envolvam repercussão financeira para o erário;
- Formular a política de crédito do Estado;
- Executar as prioridades na liberação de recursos financeiros, com vistas à elaboração da programação financeira de desembolso, de forma articulada com os órgãos setoriais, buscando garantir o equilíbrio financeiro e fiscal do Estado;
- Desenvolver as atividades relacionadas com:
  - Tributação, Arrecadação e Fiscalização;
  - Contencioso Administrativo-Tributário;
  - Administração Financeira;
  - Contabilidade Pública;
  - Gestão Fiscal;
  - Despesa e Dívida Pública;
  - Captação de Recursos;
  - Supervisão, coordenação e acompanhamento do desempenho das entidades financeiras do Estado; e
  - Acompanhamento, fiscalização, gestão, revisão, adequação e revogação dos tratamentos tributários diferenciados e de todos os benefícios fiscais previstos na legislação tributária catarinense, na forma da Lei;
- Coordenar e controlar a cobrança da dívida ativa na esfera administrativa, de forma articulada com a PGE;
- Administrar os Encargos Gerais do Estado;
- Coordenar o desenvolvimento e a manutenção evolutiva dos Sistemas de Gestão Fiscal e Planejamento, de Administração Tributária e de Informações de Custos;
- Coordenar a política de aplicação dos recursos financeiros administrados por órgãos da Administração Pública Estadual Direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;
- Programar, organizar, coordenar, executar, controlar, avaliar e normatizar as atividades pertinentes ao processo orçamentário estadual;
- Coordenar a elaboração e a entrega da Prestação de Contas Anual do Governador do Estado à ALESC;
- Elaborar e publicar os relatórios de execução orçamentária e de gestão fiscal do Poder Executivo e o consolidado do Estado, além de outros relatórios que venham a ser instituídos por legislação federal que trate de finanças públicas.

A Secretaria de Estado da Fazenda, órgão central dos sistemas de Planejamento Orçamentário, Administração Financeira e Contábil, desenvolve suas competências por meio de cinco diretorias:

- Diretoria de Planejamento Orçamentário – DIOR;
- Diretoria de Administração Tributária – DIAT;
- Diretoria do Tesouro Estadual – DITE;
- Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais – DCIF; e
- Diretoria de Gestão de Fundos – DIGF.



## **Planejamento Orçamentário**

À Diretoria de Planejamento Orçamentário – DIOR, órgão normativo do Sistema Administrativo de Planejamento e Orçamento, compete: coordenar a elaboração, programação, execução, acompanhamento, controle, avaliação e normatização das atividades pertinentes ao processo de planejamento e orçamento estadual. Compete também à DIOR:

- Coordenar a formulação de estratégias para a elaboração ou revisão do Plano Plurianual – PPA do Estado, em consonância com as políticas governamentais;
- Promover a compatibilização dos instrumentos de planejamento;
- Promover ações relativas ao controle e à avaliação do processo de planejamento e dos programas de trabalho dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual;
- Acompanhar o processo de planejamento participativo;
- Orientar os gestores dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e apoiá-los tecnicamente em assuntos referentes ao PPA (acompanhamento e avaliação), às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual (execução e acompanhamento);
- Supervisionar os processos de elaboração do PPA (acompanhamento e avaliação), das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual (execução e acompanhamento).

## **Fiscalização e Arrecadação de Tributos**

À Diretoria de Administração Tributária – DIAT compete: planejar, coordenar e executar, de forma integrada, atividades inerentes à fiscalização e arrecadação de tributos, visando garantir o cumprimento da legislação tributária estadual, bem como relativamente aos tributos cuja fiscalização e arrecadação tiverem sido delegadas ao Estado, e demais receitas estaduais administradas pela SEF. Compete ainda à DIAT:

- Desenvolver mecanismos simplificados de informações, objetivando instruir e orientar os contribuintes;
- Controlar e fiscalizar a concessão de benefícios e isenções fiscais, estabelecendo sistema de acompanhamento;
- Propor a política tributária estadual;
- Promover reuniões e conferências com a finalidade de fortalecer as relações e possibilitar o conhecimento, o estudo e a divulgação de projetos e atividades de interesse comum do fisco e do contribuinte;
- Planejar e implantar ações visando ao incremento da arrecadação tributária;
- Constituir grupos de especialistas setoriais, com base em estudos econômicos e fiscais, objetivando a eficácia dos serviços de fiscalização e arrecadação.

## **Tesouro Estadual**

À Diretoria do Tesouro Estadual – DITE compete: coordenar e executar as atividades de movimentação dos recursos financeiros estaduais, monitorando o recolhimento das receitas e efetuando o acompanhamento e o controle das disponibilidades. Compete ainda à DITE:

- Realizar o acompanhamento de empréstimos, contratos, acordos, convênios e outros instrumentos que possam vir a criar obrigações financeiras ao Estado;
- Estabelecer normas e instruções técnicas, visando à padronização, à racionalização e ao controle das atividades referentes à administração financeira estadual, entre elas as de execução da despesa pública;
- Gerir atividades relacionadas à liberação de recursos para cobertura de pagamentos diversos, referentes a receitas do Tesouro controladas através do Sistema de Conta Única do Estado;



- Estabelecer a programação orçamentária e financeira do Estado e acompanhar a sua respectiva execução, efetuando os ajustes que se fizerem necessários;
- Controlar o repasse de recursos financeiros para órgãos da administração direta e indireta;
- Manter o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada;
- Acompanhar e analisar a evolução da folha de pessoal da administração direta e indireta, efetuando o pagamento ou liberando recursos financeiros, quando necessário;
- Acompanhar o desempenho diário da receita e da despesa do Estado e elaborar estudos analíticos;
- Controlar a dívida pública estadual referente aos órgãos e entidades da administração direta e indireta;
- Acompanhar e controlar o registro e os pagamentos do principal, juros e encargos dos contratos de operações de crédito internas e externas do Estado;
- Negociar e renegociar as dívidas do Estado diretamente com a União, ou através de seus órgãos ou entidades, ou com os demais organismos financeiros nacionais ou estrangeiros, bem como acompanhar a sua efetivação, regularização e pagamento.

---

### **Contabilidade Pública e Informações Fiscais**

À Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais – DCIF compete: coordenar e normatizar o serviço de contabilidade do Estado e outras atividades relacionadas ao controle interno contábil dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, orientando tecnicamente os órgãos setoriais, setoriais regionais e seccionais sistêmicos, supervisionando-lhes as atividades e estabelecendo normas para padronizar, racionalizar e controlar as ações referentes às suas atividades. Compete ainda à DCIF:

- Instituir mecanismos, sistemas e métodos que possibilitem o conhecimento da posição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços públicos, o levantamento dos balancetes mensais e do balanço anual e a análise e interpretação dos resultados econômico-financeiros;
- Elaborar as normas gerais sobre os procedimentos atinentes às operações contábeis de registro e de controle dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial a ser observadas por todos os órgãos e entidades estaduais;
- Propor normas voltadas ao alcance e à manutenção do equilíbrio fiscal do Estado;
- Elaborar informações gerenciais para subsidiar o processo de tomada de decisão dos gestores públicos;
- Coordenar a elaboração e divulgação da Prestação de Contas Anual do Governador do Estado, prevista no inciso IX do art. 71 da Constituição do Estado;
- Elaborar, interpretar e dar transparência aos relatórios bimestrais, trimestrais e anuais, bem como monitorar os limites estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF);
- Coordenar o desenvolvimento, implantação, manutenção corretiva e evolutiva do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF.

---

### **Gestão dos Fundos**

A Diretoria de Gestão de Fundos – DIGF é responsável por supervisionar os fundos estaduais vinculados à SEF, além de tomar providências para regularização de eventuais pendências apontadas pelos órgãos estaduais de controle interno e externo.





## PRINCIPAIS PROBLEMAS

- Diminuição da Arrecadação de Tributos;
- Despesas de Pessoal x RCL;
- Qualidade do Gasto Público;
- Déficit Previdenciário;
- Instalações físicas inadequadas e fragmentadas;
- Precariedade na gestão de indicadores de desempenho institucional;
- Baixo grau de convergência dos objetivos fazendários;
- As diversas áreas de atuação da SEF estão desalinhadas com relação aos objetivos estratégicos da SEF;
- Inexistência de política de mobilidade funcional.

## ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Dívida Estadual	Enfrentar o desafio de equacionar a dívida do Estado com a União, cujo estoque é corrigido pelo IGP-DI mais 6% ao ano, variação normalmente superior às receitas do Estado  Buscar alternativas para a redução da carga da dívida sobre o Estado
Eficiência e Justiça Tributária	Ampliar as receitas disponíveis, combatendo a fraude, a sonegação e a elisão fiscal Continuar se equipando com tecnologia moderna para que seja eficiente na detecção de fraudes lesivas ao fisco Atuar perante a União e aos demais Estados em prol da reforma tributária a fim de combater a guerra fiscal e reaver a parcela perdida de tributos por brechas legais
Equilíbrio Fiscal e Transparência	Manter o equilíbrio orçamentário alcançado e avançar no equilíbrio das contas patrimoniais do Estado, especialmente a melhora do perfil da dívida Avançar nos sistemas de execução e controle orçamentário incluindo a criação de um sistema de custos públicos e na transparência e inteligibilidade das contas públicas para o cidadão Continuar combatendo a fraude e a sonegação fiscal e buscando fontes de receitas alternativas, além de trabalhar junto a outras esferas governamentais no equacionamento da guerra fiscal
Sustentabilidade da Receita Pública	Aumentar receitas
Equilíbrio dos Gastos Públicos	Otimizar e qualificar os gastos (investimentos, despesas e custos)
	Fortalecer o Sistema de Controle Interno nos órgãos e entidades do Estado
	Manter a Sustentabilidade Financeira
Modernização da Gestão Fazendária	Aprimorar os processos
	Aperfeiçoar os sistemas de informação e conhecimento
	Aumentar a produtividade dos servidores
	Aprimorar as competências dos servidores
	Adequar a estrutura física
Fortalecimento da Imagem Institucional	Fortalecer a imagem institucional
	Melhorar a satisfação da sociedade e dos cidadãos-usuários
	Melhorar a interinstitucionalidade

### 3.4.6 Gestão Previdenciária

#### Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV



Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV, criado pela Lei Complementar Estadual nº 412/2008 e regulado pelo Decreto Estadual nº 3.337/2010, é uma autarquia com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, patrimonial e financeira em relação ao Poder Executivo, vinculado à Secretaria de Estado da Administração. O IPREV é a unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Estado de Santa Catarina – RPPS/SC, responsável pela administração, gerenciamento e operacionalização do RPPS/SC, incluindo a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, concessão, pagamento e manutenção dos benefícios previdenciários.

O IPREV é composto por sua sede e coordenadorias regionais no Estado. Os serviços prestados por esta Autarquia aos seus segurados originam-se de um importante instrumento que assegura a autonomia financeira da Unidade Gestora do RPPS/SC que é a taxa de Administração. Esta taxa é percentual recolhido mensalmente das contribuições previdenciárias, destinada ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento do IPREV. Destaque na gestão do RPPS/SC foi a constituição, através da Lei Complementar Estadual nº 412/2008, com as alterações trazidas pela Lei Complementar Estadual nº 662/2015, do Fundo Financeiro – FF, Unidade orçamentária do IPREV constituída precipuamente das contribuições previdenciárias dos segurados, pensionistas e patronais, tendo por fito o pagamento dos benefícios previdenciários. O Fundo Financeiro está estruturado em regime de repartição simples, o que implica, de forma majoritária, que as contribuições previdenciárias arrecadadas em cada competência são destinadas ao custeio dos benefícios previdenciários devidos no mesmo período. Cabe distinção a criação do Conselho de Administração – CONAD e Conselho Fiscal – CONFIS, ambos compostos por representantes de todos os segurados e pensionistas de forma paritária, sendo órgãos de deliberações e orientação superior do RPPS/SC (CONAD) e de fiscalização da gestão financeira do RPPS/SC (CONFIS).

#### IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** promover a excelência na gestão de bens e recursos previdenciários, bem como na prestação de serviços aos segurados e pensionistas, trazendo segurança no pagamento dos benefícios previdenciários.

**VISÃO:** ser modelo nacional na gestão de recursos e prestação de serviços previdenciários, prezando pelo saneamento do equilíbrio financeiro e atuarial.

**VALORES:** Ética; Transparência; Comprometimento; Especialização; Respeito

#### OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO/AÇÕES ESTRATÉGICAS	META
Previdenciária	IPREV	Confecção e controle da folha de inativos: a. Mapeamento das atividades desenvolvidas pela SEA referente a folha de inativos; b. Reunião entre IPREV e SEA para tratativa da transferência da folha de inativos c. Migração do conhecimento envolvido na confecção da folha de inativos	Confecção e controle da folha de inativos	100% de todos os órgãos
		Execução orçamentária e financeira de todas as despesas com benefícios previdenciários: a. Mapeamento das atividades desenvolvidas pela SEF referente a execução orçamentária e financeira das despesas com benefícios previdenciários b. Reunião entre IPREV e SEF para tratativa da transferência da execução orçamentária e financeira c. Migração do conhecimento envolvido na execução financeira e previdenciária	Execução orçamentária e financeira de todas as despesas com benefícios previdenciários	100% de todos os órgãos



DIMENSÃO	SETOR ATIVIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR ESTRATÉGICO/AÇÕES ESTRATÉGICAS	META
Previdenciária	IPREV	Criação do fundo de amortização do déficit atuarial: a. Designação de comissão responsável b. Mapeamento das normas atinentes c. vinculação por Lei de receitas para a constituição do fundo d. mensuração atuarial do déficit	Criação do fundo de amortização do déficit atuarial	Criação de 1 fundo
		Agilizar o prazo de concessão dos benefícios previdenciários: a. Mapeamento dos prazos atuais de concessão de aposentadoria b. Levantamento dos problemas e indicação de soluções possíveis	Agilizar o prazo de concessão dos benefícios previdenciários	20 dias após a solicitação
		Criação de um sistema de informática previdenciário interligado aos outros sistemas do governo: a. Levantamento das necessidades a serem implementadas b. Realizar procedimentos licitatórios para a criação ou aquisição	Novo sistema de informática previdenciário	1 novo sistema
		Melhorar a cultura Previdenciária: a. Designação de comissão responsável b. Levantamento dos problemas e indicação de soluções possíveis	Incentivo a Educação Previdenciária	Promover 5 palestras por ano
		Diminuição das ações judiciais previdenciárias: a. Mapeamento do quantitativo de ações judiciais previdenciárias em curso contra o IPREV b. Levantamento dos problemas e indicação de soluções possíveis	Redução das ações judiciais previdenciárias	Redução de 10% por ano
		Adesão ao Pró-Gestão: a. Mapeamento dos processos do IPREV b. Adequação ao Manual do Pró-Gestão c. Ação de empresa fiscalizadora e certificadora	Certificação do Pró-Gestão	Nível II de IV em 4 anos
Gestão de Pessoas	IPREV	Elaborar programa voltado para a capacitação contínua dos servidores do IPREV: a. Levantamento das áreas a serem capacitadas b. Criação do plano de capacitação	Capacitação de servidores	100 servidores capacitados por ano
		Contratação de servidor de nível superior: a. Levantamento da necessidade na contratação de novos servidores b. Formalização de estudo sobre o quantitativo pessoal para otimizar a capacidade operacional do IPREV	Concurso para novos servidores	1 concurso em 4 anos
		Criação de plano de estágios nos moldes do que existe na PGE: a. Levantamento da legislação pertinente b. Formalização de estudo sobre a contratação de estagiárias, forma de ingresso, quantitativo e impacto orçamentário c. elaborar a minuta de Lei para a contratação de estagiários	Contratação de novos estagiários	70 novos estagiários
Tecnologia da informação	IPREV	Aquisição e manutenção dos computadores do IPREV: a. Mapeamento das necessidades do IPREV b. Elaboração do termo de referência c. Realização de processo licitatório	Aquisição de novos computadores	250 novos computadores em 4 anos
		Reforma e manutenção da rede lógica do IPREV: a. Mapeamento das necessidades do IPREV b. Elaboração do termo de referência c. Realização de processo licitatório	Inovação da rede lógica do IPREV	12 andares em 4 anos
Estrutural	IPREV	Reforma e manutenção dos bens imóveis do RPPS/SC: a. Mapeamento das necessidades do IPREV b. Elaboração do termo de referência c. Realização de processo licitatório	Reforma e manutenção dos bens imóveis do RPPS/SC	5 reformas de imóveis por ano



## QUADRO DE PESSOAL

Carreiras	Ativos	Inativos	Total
Atividade de nível técnico/agente de serviços gerais	4	9	13
Atividade de nível técnico/agente em atividades da saúde II	0	1	1
Atividade de nível técnico/artífice II	0	1	1
Atividade de nível técnico/motoristas	1	6	7
Atividade de nível técnico/Instrutor	0	1	1
Atividade de nível técnico/técnico em contabilidade	0	9	9
Atividade de nível técnico/técnico em atividade de engenharia	1	2	3
Atividade de nível técnico/agente em atividades administrativas	38	42	80
Atividade de nível técnico/técnico em atividades administrativas	77	108	185
Atividade de nível técnico/Analista técnico administrativo	1	13	14
Atividade de nível superior/Assistente Social	0	10	10
Atividade de nível superior/Arquiteto	0	1	1
Atividade de nível superior/Administrador	1	2	3
Atividade de nível superior/Contador	2	5	7
Atividade de nível superior/Economista	0	2	2
Atividade de nível superior/Cirurgião dentista	1	0	1
Atividade de nível superior/Psicólogo	1	0	1
Atividade de nível superior/Médico	0	2	2
Atividade de nível superior/Engenheiro	0	4	4
Atividade de nível superior/Engenheiro	1	0	1
Advogado autárquico/advogado/procurador jurídico	19	11	30
Administrador Escolar	0	1	1
Auditor Previdenciário	4	0	4
Professor	1	5	6
Orientador Educacional	0	1	1
Consultor Educacional	1	0	1
Pedagogo	1	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>154</b>	<b>236</b>	<b>390</b>



## DIAGNÓSTICO SETORIAL

O principal desafio que enfrenta o IPREV é a equalização da insuficiência financeira, causada pela diferença existente entre os recursos e os benefícios previdenciários pagos. Apresentamos a seguir a evolução no decorrer dos anos:

	2014	2015	2016	2017	2018
Benefícios Previdenciários	R\$ 4.165.286.085,54	R\$ 4.893.116.251,95	R\$ 5.570.088.537,23	R\$ 5.967.264.278,79	R\$ 6.319.792.678,14
Recursos Previdenciários Utilizados	R\$ 1.473.676.959,12	R\$ 1.722.917.656,14	R\$ 2.614.519.909,96	R\$ 2.358.578.338,82	R\$ 2.538.922.922,32
Insuficiência Financeira	R\$ 2.691.609.126,42	R\$ 3.170.198.595,81	R\$ 2.955.568.627,27	R\$ 3.608.685.939,97	R\$ 3.780.869.755,82

A redução da insuficiência financeira no ano de 2016 ocorreu pela extinção do Fundo Previdenciário, fundo de capitalização criado em 2008 e extinto em dezembro de 2015, o que possibilitou a utilização dos recursos e os ingressos de novas contribuições previdenciárias, devido a migração de segurados ocorrida entre os fundos. Inobstante, nos anos seguintes a insuficiência voltou a aumentar, ocasionada pelo maior contingente de servidores inativos em relação aos servidores ativos, tendência esta que tende a se agravar nos anos subsequentes.

Diante disso, impõe-se a criação de um fundo de capitalização, o chamado fundo garantidor, com vistas a amortizar os impactos do déficit atuarial, que nada mais é do que a projeção de insuficiência financeira ao longo dos anos subsequentes, como aponta o a avaliação atuarial através da Nota Técnica nº 3225/19 e conforme exige a Corte de Contas catarinense, por ocasião do julgamento das contas do Sr. Governador do Estado em 2017.

Ainda que esteja em pauta uma nova reforma da previdência, acredita-se que sua aprovação não garante aumento nas arrecadações das contribuições previdenciárias no Estado. Uma vez que em 2015, com as reformas trazidas pelas Leis Complementares Estaduais nº 661/2015 e 662/2015, houve aumento da alíquota de contribuição de 11% para 14% para servidores, e de 22% para 28% da parte patronal. Além disso, para os servidores que ingressarem a partir de fevereiro de 2017 a haverá contribuição ao Fundo Financeiro será limitada ao teto do regime geral, contribuindo ainda mais para uma retração nas receitas do RPPS/SC. As complementações dos valores excedentes ficarão a cargo da entidade de previdência complementar, o SCPREV.

Existe também a necessidade de agregar novas rotinas de trabalho às atuais desenvolvidas pelo IPREV, como maior controle das folhas de pagamentos dos benefícios previdenciários, através da confecção de pagamento da folha de inativos e da execução orçamentária dessas despesas, as quais são realizadas atualmente pela Secretaria de Estado da Administração e pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Por fim, esclarecemos que os apontamentos aqui feitos foram desenvolvidos a partir do Plano de Trabalho IPREV/2019, da avaliação atuarial e do julgamento do Tribunal de Contas, por informações disponíveis no portal da transparência do Poder Executivo e em conformidade com as resoluções da Secretaria de Previdência – SESPREV.



### 3.4.7 Ministério Público Estadual

#### **Ministério Público de Santa Catarina - MPSC**

A história da Justiça e do Ministério Público de Santa Catarina remonta ao ano de 1724, quando se instalou a Ouvidoria de Paranaguá, com jurisdição sobre todo o sul da colônia portuguesa nas Américas, dando início à organização judiciária no hoje Estado de Santa Catarina. Anos depois, em 1738 foi criada a Capitania da Ilha de Santa Catarina e em 1749 criou-se a Ouvidoria de Santa Catarina, que garantiu autonomia à Comarca e, em 1752, a Comarca passou a ser jurisdicionada pelo recém-instalado Tribunal da Relação do Rio de Janeiro.

O primeiro Juiz de Fora, assim chamado por ser nomeado pelo Rei e não eleito pelas Câmaras Municipais, chegou ao Desterro (hoje Florianópolis) em 1812. Nesse mesmo ano a Ouvidoria de Santa Catarina foi extinta e absorvida pela Ouvidoria de Porto Alegre, elevada à condição de cabeça da Comarca de São Pedro do Rio Grande e Santa Catarina. A Comarca foi novamente subdividida em 1821, quando Santa Catarina ganhou o seu primeiro Promotor. No ano seguinte, com a independência do Brasil, foi eleito o primeiro Procurador-Geral da Província de Santa Catarina.

Em 1856 já eram quatro Comarcas em Santa Catarina: Capital, São José, Laguna e São Francisco. As Comarcas foram aumentando e em 1874 a Província de Santa Catarina passou a ser jurisdicionada pelo Tribunal da Relação de Porto Alegre, instalado naquele ano, junto ao qual funcionava um Procurador. Era então o segundo grau ou a instância de apelação para os processos iniciados em Santa Catarina. Quando a República foi proclamada, em novembro de 1889, existiam 11 Comarcas em Santa Catarina.

Em face da nova organização política, em 24 de setembro de 1891 foi criado o Superior Tribunal de Justiça de Santa Catarina, ganhando dessa forma independência jurídica ao Rio Grande do Sul. A Constituição Estadual de 11 de junho de 1891 previu a existência de um Promotor e um Adjunto para cada Comarca, sendo todos demissíveis ad nutum e desprovidos de garantias de inamovibilidade. Um dos cinco Desembargadores era nomeado Procurador da Soberania do Estado, seguindo o modelo existente durante o Império, que se tornou o Chefe do Ministério Público.

Os Membros do Ministério Público eram explicitamente considerados auxiliares das autoridades judiciárias. Em 1928 um Código de Organização Judiciária regulou o funcionamento da Instituição, confirmando em linhas gerais essas diretrizes. Quando a Revolução de 1930 chegou a Santa Catarina existiam ao todo no Estado 25 Comarcas, sendo razoável estimar que estivessem funcionando cerca de 20 Promotores.

Até a organização da Procuradoria-Geral do Estado (em 1982) como órgão independente, o Ministério Público de Santa Catarina acumulou as atribuições de defesa da sociedade e do Estado. A designação Procuradoria-Geral de Justiça surgiu apenas a partir dessa data. Após 1934, o Procurador-Geral do Estado passou a ser cargo comissionado de livre escolha do Governador do Estado, ainda demissível ad nutum, mas agora com assento junto aos Secretários de Governo. A Lei Orgânica de 1971 estabeleceu a exigência de que o cargo fosse preenchido por membro da carreira, organizada efetivamente em 1946. Até 1961, quando se realizou o primeiro concurso público de ingresso na carreira, o Governo nomeou para o cargo pessoas estranhas à Instituição. O primeiro Procurador-Geral nomeado pelo Governador, com base em lista tríplice eleita pela classe, tomou posse no cargo em 1991. Não havia autonomia administrativa, tampouco financeira, e os vencimentos dos Membros eram inferiores aos da Magistratura, cabendo equiparação apenas para o Procurador-Geral do Estado.

A Lei Orgânica de 1961 substituiu o cargo de Subprocurador pelo de Procurador – três ao todo, além de um Promotor convocado. A Lei Orgânica de 1971 aumentou o número de Procuradores de três para sete e, então, extinguiu-se a figura do Promotor Adjunto, leigos nomeados pelo Governo para substituir os Promotores nas Comarcas, criando o Promotor Substituto e consolidando o primeiro estágio da carreira. Em 1965 atuavam 37 Promotores em Santa Catarina. Dez anos mais tarde já eram 110. O primeiro concurso para servidores foi realizado em 1990.

Atualmente, por força da Constituição do Estado e da Lei Orgânica de 2000, o Ministério Público de Santa Catarina é uma instituição permanente, autônoma e independente, essencial à função jurisdicional do Estado de Santa Catarina, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.



## IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** promover a efetivação dos direitos da sociedade, visando fortalecer a democracia, a cidadania e o desenvolvimento sustentável.

**VISÃO:** ser uma instituição próxima ao cidadão, que produza resultados úteis na defesa da democracia, na promoção da justiça e na proteção dos direitos fundamentais.

**VALORES:** Ética, Efetividade, Independência, Justiça e Transparência.

## DIAGNÓSTICO SETORIAL

DIMENSÃO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR	META PARA 2023
Impacto Social	1 – Garantir acesso aos direitos fundamentais e a sua efetividade	Índice de cumprimento das estratégias do CDH	100%
	2 – Promover a proteção dos direitos coletivos dos consumidores	Índice de cumprimento das estratégias do CCO	100%
	3 – Promover a defesa da constitucionalidade em face de Leis e atos normativos municipais e estaduais	Índice de cumprimento das estratégias do CECCON	100%
	4 – Qualificar a atuação do Ministério Público no enfrentamento da criminalidade	Índice de cumprimento das estratégias do CCR	100%
	5 – Promover e defender os direitos e garantias infanto-juvenis	Índice de cumprimento das estratégias do CIJ	100%
	6 – Assegurar a defesa e proteção do meio ambiente urbano e rural e o desenvolvimento sustentável	Índice de cumprimento das estratégias do CME	100%
	7 – Combater a corrupção e defender com eficiência o patrimônio público e a moralidade administrativa	Índice de cumprimento das estratégias do CMA	100%
	8 – Prevenir e reprimir a sonegação fiscal nos âmbitos estadual e municipal	Índice de cumprimento das estratégias do COT	100%
Institucional e Stakeholders	9 – Assegurar o pleno exercício das atribuições, prerrogativas e garantias	Índice de execução das iniciativas para assegurar o pleno exercício das atribuições, prerrogativas e garantias	100%
	10 – Aumentar a credibilidade	Índice de execução das iniciativas para aumentar a credibilidade	100%
	11 – Aumentar a efetividade e a proatividade	Índice de execução das iniciativas para aumentar a efetividade e a proatividade	100%
	12 – Melhorar relações com stakeholders	Índice de execução das iniciativas para a melhoria das relações com os stakeholders	100%
Processos Internos	13 – Aprimorar a avaliação dos resultados	Índice de execução das iniciativas para aprimorar a avaliação dos resultados	100%
	14 – Consolidar teses institucionais	Índice de execução das iniciativas para consolidação de teses institucionais	100%
	15 – Otimizar e potencializar a atuação das PJs	Índice de execução das iniciativas para otimizar e potencializar a atuação das PJs	100%
	16 – Tornar os processos de gestão mais efetivos	Índice de execução das iniciativas para tornar os processos de gestão mais efetivos	100%
Organização, Pessoas e Aprendizagem	17 – Melhorar a estrutura física e a segurança	Índice de execução das iniciativas para melhorar a estrutura física e a segurança	100%
	18 – Melhorar o desempenho dos sistemas de informação	Índice de execução das iniciativas para melhorar o desempenho dos sistemas de informação	100%
	19 – Ter pessoal qualificado e em número suficiente	Índice de execução das iniciativas para ter pessoal qualificado e em número suficiente	100%
	20 – Assegurar recursos orçamentários e otimizar a sua alocação	Índice de execução das iniciativas para assegurar recursos orçamentários e otimizar a sua alocação	100%



## QUADRO DE PESSOAL

Quadro de Membros	Existentes	Ocupados	Vagos
Procurador de Justiça	68	60	8
Promotor de Justiça	391	377	14
Promotor de Justiça Substituto	62	37	25
<b>Total</b>	<b>521</b>	<b>474</b>	<b>47</b>

Quadro de Servidores	Existentes	Ocupados	Vagos
Cargos Efetivos	655	507	148
Cargos Comissionados	1137	1046	91
Servidores à Disposição do MPSC	271	-	-
<b>Total</b>	<b>2.063</b>	<b>1.553</b>	<b>239</b>

Fonte: Portal da Transparência MPSC em 31/05/2019

## DIAGNÓSTICO SETORIAL

O Ministério Público é o grande defensor dos interesses da sociedade e atua de diversas formas no exercício de sua função. Ampara os direitos que dizem respeito a todos, como a proteção ao meio ambiente, e age na proteção daqueles que não têm condições de se defender, como as crianças, idosos e incapazes. Também é função primordial do Ministério Público a defesa dos direitos dos quais as pessoas não podem abrir mão, como a vida e a saúde.

O Ministério Público defende o interesse público, não o privado, e é uma instituição pública independente, que não pertence ao Poder Judiciário nem aos Poderes Executivo, Legislativo ou ao Tribunal de Contas. Por isso é instituição responsável ainda pela defesa da ordem jurídica e do regime democrático.

Existe um Ministério Público em cada Estado, o Ministério Público de Santa Catarina – MPSC defende os interesses da sociedade nos casos que envolvam órgãos, bens, serviços, recursos, áreas ou interesses do Estado de Santa Catarina. No MPSC atuam os Promotores de Justiça no primeiro grau, os Procuradores de Justiça no segundo grau, além de servidores que exercem funções administrativas e de assessoramento.

### FASE DE CONSULTA À SOCIEDADE

Com o objetivo de identificar prioridades dentro das regionais foram realizados 34 seminários, onde estiveram presentes diversos segmentos da sociedade.